



**Instituto Superior de Economia e Gestão**  
UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA



**CENTRO DE ESTUDOS DE GESTÃO**  
INSTITUTO SUPERIOR DE ECONOMIA E GESTÃO

## **Relatório Final**

# **Estudo de Mercado** **Consumo de *Suplementos Alimentares* em** **Portugal**

Estudo desenvolvido para a



**ASAE – Autoridade de Segurança Alimentar e Económica**

Estudo coordenado por:  
*Prof. Doutor J. Augusto Felício*

**Lisboa, Maio de 2006**

## ÍNDICE

|  |    |
|--|----|
| SUMÁRIO.....   | 4  |
| 1. Enquadramento.....  | 7  |
| 1.1- Introdução .....  | 7  |
| 1.2- Propósito e objectivos .....                                  | 8  |
| 2. Especificações sobre suplementos alimentares .....              | 9  |
| 3. Estudos de referência.....                                      | 13 |
| 3.1- Introdução .....  | 13 |
| 3.2- Os suplementos alimentares em geral .....                     | 14 |
| 3.3- Consumidores idosos .....                                     | 16 |
| 3.4- Consumidores adolescentes .....                               | 18 |
| 3.5- O papel da educação.....                                      | 20 |
| 3.6- Conclusões .....  | 22 |
| 3.7- Bibliografia referida .....                                   | 24 |
| 4. Notas metodológicas.....  | 26 |
| 4.1- Recolha da informação.....                                    | 26 |
| 4.1.1- Estrutura do questionário .....                             | 26 |
| 4.1.2- Período de realização .....                                 | 27 |
| 4.1.3- Procedimentos de recolha.....                               | 27 |
| 4.1.4- Pré-teste.....  | 27 |
| 4.2- Controlo de qualidade .....                                   | 28 |
| 4.3- Análise e tratamento de dados.....                            | 28 |
| 4.3.1- Operacionalização das variáveis .....                       | 29 |
| 4.3.2- Modelos de análise .....                                    | 33 |
| 5. Universo e amostra .....  | 35 |
| 5.1- Identificação do universo da amostra.....                     | 35 |
| 5.2- Caracterização da amostra global.....                         | 36 |
| 6. Análise dos resultados .....                                    | 39 |
| 6.1- Conhecimento sobre suplementos alimentares .....              | 39 |
| 6.1.1- Conhecimento geral .....                                    | 39 |
| 6.1.2- Conhecimento das categorias de suplementos alimentares..... | 41 |

|   |     |
|---|-----|
| 6.1.3- Tomada de conhecimento sobre suplementos alimentares .....         | 42  |
| 6.1.4- Formas de apresentação de suplementos alimentares conhecidas ..... | 43  |
| 6.2- Comportamento de consumo.....  | 45  |
| 6.2.1- Utilização de suplementos alimentares .....                        | 45  |
| 6.2.2- Satisfação com os resultados dos suplementos alimentares.....      | 48  |
| 6.2.3- Análise do abandono do consumo de suplementos alimentares .....    | 54  |
| 6.2.4- Motivos para o consumo de suplementos alimentares .....            | 56  |
| 6.2.5- Regularidade do consumo de suplementos alimentares.....            | 58  |
| 6.2.6- Novos consumidores versus consumidores.....                        | 60  |
| 6.3- Comportamento de compra .....  | 61  |
| 6.3.1- Quem compra os produtos .....                                      | 61  |
| 6.3.2- Iniciativa no acto da compra .....                                 | 67  |
| 6.3.3- Local de compra .....  | 69  |
| 6.3.4- Escolha do local de compra.....                                    | 77  |
| 6.3.5- Regularidade de aquisição.....                                     | 81  |
| 6.3.6- Gastos médios em suplementos alimentares .....                     | 87  |
| 6.3.7- Volta a comprar/utilizar suplementos alimentares .....             | 95  |
| 6.4- Consumo <i>versus</i> não consumo .....                              | 101 |
| 6.4.1- Caracterização do consumo <i>versus</i> não consumo .....          | 101 |
| 6.4.2- Caracterização do novo consumidor .....                            | 108 |
| 7. Conclusões.....  | 116 |
| Anexo 1 – Legislação .....  | 119 |
| Decreto-Lei n.º 136/2003 .....  | 119 |
| Decreto-Lei n.º 560/99 .....  | 126 |
| Regulamento CE 1829/2003, de 22 de Setembro de 2003 .....                 | 137 |
| Anexo 2 – Questionário.....   | 163 |
| Anexo 3 – Distribuição da população portuguesa e da amostra.....          | 169 |
| Anexo 4 – Caracterização da amostra global .....                          | 170 |
| Anexo 5 – Utilização das categorias de suplementos alimentares .....      | 177 |
| Anexo 6 – Quadros de correlações .....                                    | 180 |

## SUMÁRIO

Os suplementos alimentares, sendo géneros alimentícios, destacam-se da cadeia alimentar e apresentam-se sob variadas formas, tais como, cápsulas, comprimidos, ampolas bebíveis, xaropes, gotas ou batidos. A procura destes produtos associa-se a situações de cansaço, fadiga ou *stress*, ao fortalecimento do corpo, a evitar problemas de saúde ou a razões clínicas.

A crer em estudos realizados, os utilizadores de suplementos alimentares tendem a ter dietas básicas mais saudáveis, das quais provavelmente necessitam. Verificou-se que cerca de um quinto dos inquiridos usavam produtos naturais, cerca de um terço usavam suplementos dietéticos e cerca de trinta e cinco a quarenta por cento da população em geral usavam os suplementos vitamínicos e minerais, com os adolescentes a comprar e a consumir suplementos dietéticos a taxa crescente (McNaughton *et al.*, 2005; Barnes *et al.*, 2004; Levin, 1999; Metzl, 1999; Sobal & Marquart, 1994). Por exemplo, nos EUA estima-se que cerca de quarenta a cinquenta e cinco por cento dos adolescentes usem suplementos alimentares (Kim & Keen, 1999; Krumbach, Ellis & Driskell, 1999).

Segundo o *National Center for Complementary and Alternative Medicine* (2004), diversos estudos permitiram concluir que os dez suplementos não nutrientes mais importantes, por ordem de uso, são a equinácea, *ginseng*, *Ginkgo biloba*, suplementos à base de alho, glucosamina, hipericão, hortelã-pimenta, óleos de peixe ricos em ácidos gordos ómega 3, suplementos com gengibre e suplementos com soja.

No mais recente trabalho realizado pelo *National Marketing Institute* (2004), com dados reportados a 2003, verificou-se que cerca de um terço dos adultos usavam suplementos à base de extractos vegetais. Também indicava que os utilizadores de suplementos à base de extractos vegetais eram, em cerca de um terço, mais propensos a comprar barras energéticas e nutricionais que a população em geral.

Reportando aos vários tipos de produtos à base de plantas que os atletas devam usar, Kundrat (2005) refere que o seu uso visa melhorar a saúde ou o desempenho, mas que são em número reduzido os trabalhos de investigação publicados e disponíveis.

Este tipo de produtos apresenta elevado potencial de crescimento nos próximos anos, sendo a sua disponibilidade variada e vendidos em farmácias, centros dietéticos ou outros locais.

Com este estudo pretende-se conhecer os hábitos de consumo e o comportamento de compra da população portuguesa referente aos suplementos alimentares, nomeadamente as razões de compra e onde são adquiridos, em que situações são adquiridos, as características dos consumidores, a importância dos locais de compra e das categorias ou tipos de produtos, o peso relativo de cada categoria de produtos e quanto gastam em média os portugueses nestes produtos.

Na realização do trabalho utilizou-se o questionário estruturado, com recolha de informação de forma pessoal e directa, tendo sido realizadas 1.247 entrevistas válidas, face a face, na residência dos inquiridos.

As variáveis independentes seleccionadas foram a idade, sexo, zona geográfica, profissão e/ou ocupação, estrato socio-económico, número de pessoas no agregado familiar e outras variáveis. As variáveis dependentes resultaram de questões colocadas. Utilizaram-se os testes de *Qui* quadrado, ANOVA, correlação linear de *Pearson* e regressão linear.

O universo do estudo foi constituído pela população portuguesa, com idade igual ou superior a dezoito anos, residente em Portugal continental, e com características de consumo essencialmente urbanas.

No essencial, concluiu-se haver elevado conhecimento de suplementos alimentares e elevado consumo, para os quais contribuem os pontos de venda especializados, como sejam, as farmácias e as lojas de produtos naturais. O seu uso assenta em motivos de

prevenção e motivos de saúde e/ou clínicos. A imagem deste tipo de produtos é positiva o que favorece a intenção de recompra.

A utilização de suplementos alimentares verifica-se principalmente junto da população feminina, de faixas etárias mais jovens, em agregados familiares de três a quatro pessoas, apresentando um gasto médio anual superior, consoante a categoria de produto.

## 1. Enquadramento

### 1.1- Introdução

A Autoridade de Segurança Alimentar e Económica (ASAE)<sup>1</sup> é a entidade que desenvolve a avaliação científica e comunica os riscos, em toda a cadeia alimentar. Tem por missão garantir o mais elevado grau de segurança na cadeia alimentar, com vista a proteger a saúde pública e assegurar as condições de confiança para os consumidores.

A Autoridade avalia cientificamente os riscos da cadeia alimentar e assume-se como canal privilegiado de comunicação desses riscos ao público em geral, sempre que se justifique. Por esse facto, associam-se com a Autoridade os consumidores, agentes económicos e sociais, comunidade científica e entidades responsáveis pela gestão dos riscos.

As crises sucessivas na cadeia alimentar têm despertado preocupações por parte dos consumidores, o que tem levado, em diversas circunstâncias, à sua inquietude e insegurança, demonstrativas da necessidade de criar uma relação de confiança e transparência nesta área.

Cabe à Autoridade Europeia para a Segurança dos Alimentos (AESA), no espaço europeu, garantir a segurança alimentar. Porém, cada Estado membro dispõe de autoridade nacional própria. A autoridade para a segurança alimentar, em Portugal, é a Autoridade de Segurança Alimentar e Económica.

Neste quadro, no âmbito da sua intervenção, a ASAE decidiu lançar concurso para a realização do presente estudo de mercado, atribuído ao Centro de Estudos de Gestão do Instituto Superior de Economia e Gestão (CEGE/ISEG).

---

<sup>1</sup> O Relatório Preliminar foi entregue em Dezembro de 2005 e endereçado para a APSA – Agência Portuguesa de Segurança Alimentar, de acordo com o estabelecido no caderno de encargos. Esta entidade foi, entretanto, transformada, dando origem à Autoridade de Segurança Alimentar e Económica (ASAE).

## **1.2- Propósito e objetivos**

A Autoridade de Segurança Alimentar e Económica pretendeu realizar um Estudo de Mercado para conhecer os factores de escolha, os segmentos de consumidores e outras características relativas ao consumo de suplementos alimentares, no mercado nacional.

O propósito do projecto é o de estudar os hábitos de consumo de suplementos alimentares da população portuguesa. Apresenta como objetivos conhecer quanto gastam em média os portugueses, as razões de aquisição destes géneros alimentícios, se há alguma tipologia de associação entre as diferentes categorias ou tipo de produtos, as características dos consumidores, bem como, avaliar a importância da escolha dos locais de aquisição dos produtos e determinar o posicionamento de cada uma das categorias ou tipos de produtos face aos hábitos alimentares correntes.

Em suma, de acordo com as indicações da ASAE, pretende-se determinar o peso relativo de cada categoria de produtos, onde são adquiridos, o nível de preços e o gasto médio por consumidor deste tipo de produtos, em que situações são adquiridos e por quem, como se lhes acede e como se toma conhecimento da sua existência.



## 2. Especificações sobre suplementos alimentares

Tendo presente os aspectos relacionados com a protecção da saúde pública, o interesse dos consumidores e o interesse dos vários operadores da cadeia alimentar, considera-se de primordial importância a necessidade de despertar o país para uma verdadeira cultura de formação e informação, o que exige recorrer a abordagem clara, transparente e participada sobre os requisitos dos alimentos e sobre as questões de segurança alimentar, em sentido alargado.

Da cadeia alimentar sobressaem os suplementos alimentares, conceito percepcionado tanto por retalhistas como por consumidores, envolvendo amplo espectro de produtos de que são exemplos o leite de magnésio, os dietéticos, os aminoácidos, os energéticos, etc. Os suplementos alimentares identificam-se através de ampla diversidade de marcas, por exemplo, a *Nutrilina*, *Europrefil*, *Elusan*, *XLS*, *Solgar*, *Natiris*, *Ortis*, *Osito Sanito*, etc., que se apresentam sob variadas formas, tais como cápsulas, comprimidos, ampolas bebíveis, xaropes, gotas, batidos e barritas.

Dados disponíveis indicam que muitos consumidores apresentam como motivação para a aquisição de suplementos alimentares, por exemplo, as situações de cansaço, fadiga ou *stress*, o fortalecimento do corpo ou, ainda, razões de saúde e/ou clínicas.

São produtos de elevado valor percepcionado pelos retalhistas, no que respeita às suas próprias margens, e pelos consumidores, relativamente ao preço pago. Tratam-se de produtos adquiridos com alguma regularidade, embora não com muita frequência, habitualmente pelo próprio consumidor.

O mercado configura, na perspectiva de retalhistas e consumidores, de acordo com estudos realizados em países europeus e americanos, um elevado potencial de crescimento nos próximos anos, o que justifica e confere importância às diferentes vertentes que o estudo de mercado promovido pela Autoridade evidencia.

Estes produtos apresentam disponibilidade variada, sendo vendidos em grande parte nas farmácias, lojas de produtos naturais e centros dietéticos. Contudo, verifica-se importância crescente da grande distribuição neste negócio.

O enquadramento jurídico dos suplementos alimentares é assegurado pelo Decreto-Lei nº 136/2003, de 28 de Junho, que transpõe a Directiva Comunitária nº 2002/46/CE, de 10 de Junho, na qual são definidos conceitos e regulamentadas normas, tidos em conta no desenho e no desenvolvimento dos trabalhos deste estudo de mercado (Anexo 1).

Neste diploma consideram-se suplementos alimentares os “géneros alimentícios que se destinam a complementar e/ou suplementar o regime alimentar normal e que constituem fontes concentradas de determinadas substâncias nutrientes ou outras com efeito nutricional ou fisiológico, estemes ou combinadas, comercializadas em forma doseada, tais como cápsulas, pastilhas, comprimidos, pílulas e outras formas semelhantes, saquetas de pó, ampolas de líquido, frascos com conta-gotas e outras formas similares de líquidos ou pós que se destinam a ser tomados em unidades de medida de quantidade reduzida”.

Sobre os ingredientes, refere o diploma, podem adicionar-se vitaminas e minerais constantes de listagem e outros elementos com efeito nutricional ou fisiológico, com história quanto ao seu uso na União Europeia. Em derrogação do afirmado é, contudo, admitida a utilização, até final de 2009, de vitaminas e de minerais não enumerados no diploma desde que para tanto tenha sido solicitada autorização, até final de Maio de 2005, e daí não tenha resultado parecer desfavorável da Autoridade Europeia para a Segurança dos Alimentos. Este regime de excepção apenas se aplica a substâncias já usadas em um ou mais suplementos alimentares comercializados à data de 12 de Julho de 2002.

Na rotulagem de todos os produtos comercializados – relativamente à qual se aplica também o Decreto-Lei 560/99, de 18 de Dezembro – devem constar como menções obrigatórias, nomeadamente: a denominação de venda “suplemento alimentar” e, ainda, a designação das categorias de nutrimentos ou substâncias que caracterizam o produto

ou uma referência específica à sua natureza; a toma diária recomendada do produto; a quantidade líquida e a data de durabilidade ou data limite de consumo; a forma de conservação; o local de origem ou proveniência; se contém edulcorantes ou açúcares e edulcorantes; a possibilidade de identificar o lote de fabrico; a advertência de que não deve ser excedida a toma diária recomendada; a indicação de que os suplementos alimentar não deve ser utilizados como substitutos de um regime alimentar variado; e uma advertência de que os produtos devem ser guardados fora do alcance das crianças.

É de realçar que um regime alimentar adequado e variado fornece ao ser humano, em condições normais, todos os nutrientes necessários ao seu bom desenvolvimento e à sua manutenção em bom estado de saúde. Sucede, porém, ter-se vindo a ganhar consciência da situação real não condizer frequentemente com a situação ideal, registando-se falhas não só em relação a alguns nutrientes como a grupos populacionais.

Devido ao estilo de vida adoptado ou a outros motivos, um número, porventura crescente, de consumidores opta por complementar as quantidades ingeridas de alguns nutrientes, através do consumo de suplementos alimentares contendo uma variedade de nutrientes e outros ingredientes bastante diversificada, de onde se destacam, entre outros, vitaminas, minerais, aminoácidos, ácidos gordos essenciais, fibras e várias plantas e extractos de ervas.

A existência de número crescente de produtos comercializados, apresentados como complemento de nutrientes ingeridos num regime alimentar normal, justificou o acréscimo de medidas tendentes a evitar eventuais riscos, por consumo desadequado ou excessivo de nutrientes.

A múltipla regulamentação produzida visa assegurar condições de segurança aos produtos colocados no mercado e que comportem, como referido, a rotulagem adequada para garantir elevado nível de protecção aos consumidores, ao mesmo tempo que pretende facilitar a sua escolha mais consciente.

Num momento inicial, a regulamentação incidia sobre vitaminas e minerais usados como ingredientes de suplementos alimentares, sendo neste contexto que se insere a publicação do Decreto-Lei 136/2003.

Entretanto, desde 18 de Abril de 2004, todos os suplementos alimentares elaborados a partir de organismos geneticamente modificados, desde que legalmente autorizados, devem indicá-lo no respectivo rótulo, em respeito do regulamento europeu sobre rotulagem e rastreabilidade destes produtos – regulamento CE n.º 1829/2003.

Ao aprofundar-se esta temática, com recurso a fontes secundárias, nomeadamente do naturopata suíço Christopher Vasey<sup>2</sup>, melhoraram-se os conhecimentos, possibilitando que a equipa de trabalho os utilizasse com vantagem, em especial, os técnicos que actuaram no trabalho de campo, na recolha de informações através de entrevistas pessoais.

A produção moderna de alimentos, em explorações agrícolas e pecuárias intensivas, privilegiando objectivos de natureza económica, como a produtividade, contribuem, por vezes, para que existam distorções, para mais ou para menos, de substâncias indispensáveis ao equilíbrio da alimentação, por exemplo, de vitaminas, minerais, oligoelementos e aminoácidos.

As consequências dessas distorções podem revestir diversas modalidades, umas de carácter mais benigno reflectidas no cansaço, insónias, etc., e outras, por vezes, de maior gravidade, expressas, nomeadamente, na forma de doenças crónicas.

Em ambos os casos, sugere o referido autor, o melhor tipo de reacção a estas situações passa pelo consumo regular de suplementos alimentares naturais, tais como, levedura de cerveja, pólen de flores, geleia real, *ginseng*, óleo de fígado de solha espinhosa, óleo de linho, algas marinhas, *gérmem* de trigo, etc., sendo a cada um deles individualmente atribuíveis efeitos particulares relativamente a certos males que a sua falta pode gerar ou agravar.

---

<sup>2</sup> Christopher Vasey, 2002-2003.

### 3. Estudos de referência

#### 3.1- Introdução

Das múltiplas consultas realizadas verificou-se a dificuldade em obter estudos que abrangessem os vários pontos de vista colocados neste trabalho<sup>3</sup> sobre suplementos alimentares<sup>4</sup>. Em especial, obtiveram-se estudos referentes a adolescentes atletas e a pessoas idosas.

No caso dos adolescentes atletas, tendo em conta estarem numa fase importante de crescimento e o facto de ser importante a sua alimentação saudável, o que dado o seu pouco ou nulo conhecimento sobre alimentação leva a que seja desregrada, tem relevância a possibilidade de adoptar soluções de compensação. Para isso, recorre-se a suplementos alimentares pelo seu efeito na saúde e no desempenho atlético.

No caso das pessoas idosas, verifica-se a necessidade de complementar a sua alimentação com suplementos, por não ingerirem as quantidades suficiente de vitaminas, minerais ou outros nutrientes necessários para assegurar as condições de saúde.

Em qualquer dos casos está-se perante a oportunidade de utilizar os suplementos alimentares, pelo facto ainda de se dispor de importante grupo de população activa que em grande medida recorre a uma alimentação desregrada com efeitos na sua saúde, em

---

<sup>3</sup> Com recurso à Internet e utilizando as palavras-chave “food supplements research” encontraram-se inúmeras referências mas de carácter diverso do estudo em curso. Detectaram-se principalmente extractos de relatórios relativos a efeitos produzidos por determinados produtos.

Em contactos estabelecidos com grandes empresas internacionais de estudos de mercado operando em Portugal o resultado não foi melhor. Em Portugal ou não se efectuaram estudos desta natureza ou apenas se efectuaram estudos parcelares privados não comparáveis com o trabalho em curso, por exemplo, ao nível de efeitos e percepções da toma de vitaminas para clientes da indústria farmacêutica. Acedendo a entidades congêneres da ASAE, também não se encontraram referências a estudos realizados neste campo.

<sup>4</sup> Em Portugal adopta-se o termo suplementos alimentares com sentido abrangente, referindo-se, nomeadamente, aos suplementos dietéticos, minerais e vitamínicos, nutricionais, naturais e extractos de plantas. Outros países adoptam diferentes conceitos, consoante o caso, o que obriga na sua tradução a cuidar das diferenças.

resultado do perfil de vida prosseguido, de desafios profissionais e da dinâmica da sociedade moderna crescentemente activa e exigente.

Na pesquisa realizada não se obtiveram estudos da população activa europeia ou americana, que dessem a conhecer em particular o seu comportamento quanto à utilização dos suplementos alimentares.

No caso específico dos suplementos à base de plantas, Kundrat (2005) [1] refere existir pouca investigação publicada e disponível, em inglês, sobre os vários tipos de produtos à base de plantas que os atletas devam utilizar, visando melhorar a saúde ou o desempenho. Acentua mesmo haver insuficiente investigação que estabeleça recomendações seguras sobre o uso pelos atletas de produtos à base de plantas, referindo o facto de alguns dos seus fitoquímicos poderem ter efeitos prejudiciais, incluindo interacções adversas com os medicamentos.

### **3.2- Os suplementos alimentares em geral**

Os utilizadores de suplementos tendem a diferir dos não utilizadores e o seu comportamento reflecte-se nos indicadores de *status* de saúde. De forma semelhante, os utilizadores de suplementos alimentares tendem a ter dietas básicas mais saudáveis, das quais provavelmente necessitam (McNaughton *et al.*, 2005) [2].

Há, contudo, uma população europeia envelhecida que emerge como oportunidade de alargar o consumo, implicando forte fragmentação do mercado de suplementos alimentares, testemunhado no crescimento explosivo dos anos 90. Os consumidores desde então têm-se confrontado com intensa barragem de informação sobre questões de saúde, o que leva a relevar a importância e papel a desempenhar pela comunicação nas decisões de compra. Verifica-se muitas vezes que a intensa barragem de informação e comunicação leva os consumidores a ficar confusos por obterem informação contraditória consoante as suas fontes, ocasionando situações adversas ao nível da aceitação dos suplementos alimentares. Nestes casos, em última análise, os fabricantes

deverão dar especial atenção às estratégias seguidas ‘para assegurar que os clientes recebem a informação correcta’ (*PRNewswire*, 2005) [3].

Verifica-se que a estabilização do gasto *per capita* em suplementos alimentares, na Europa e no mercado da União Europeia, é adversa em termos do valor dispendido, uma vez que o mercado regista expansão. Este impacte deverá ser maior em grandes mercados, tal como na Alemanha onde os suplementos são considerados desnecessários, tendência esta que os produtores têm necessidade de contrariar recorrendo a estratégias de marketing e à adopção de posicionamentos com maior atractividade em segmentos de elevado potencial, como é o caso, por exemplo, do segmento constituído pela população envelhecida. Neste caso, identificam-se como factores críticos de sucesso, nomeadamente a marca, a comunicação com o consumidor, a compreensão do consumidor e o investimento, como se depreende em *PRNewswire (id.)*.

Driskel (1999) [4] refere que os suplementos vitamínicos e minerais foram tomados por 67% de 88 mulheres e 52% de 88 homens questionados. As razões incluíram a prevenção na saúde e a dieta inadequada. Constata-se que as mulheres tomam frequentemente mais cálcio e ferro. Aqueles que não os tomam consideraram a dieta adequada mas cara, sendo a influência da publicidade uma preocupação quanto ao uso dos suplementos.

Verifica-se serem os alimentos mais fortemente regulados que os suplementos, o que leva os consumidores em geral a confiar mais nas informações de saúde constante nos rótulos de produtos alimentares e menos nas informações incluídas nos rótulos das embalagens de suplementos (Mary Johnson, 2004) [5]. O Departamento de Saúde e Assistência Humana (2000)<sup>5</sup>, no que respeita às orientações dietéticas para os americanos, enfatiza a necessidade de assegurar um peso saudável e o compromisso de desenvolver actividade física regular, comer diferentes tipos de cereais, especialmente alimentos à base de grão integral, frutas e vegetais e diariamente alimentos ricos em cálcio, adoptar dietas baixas em gorduras saturadas e colesterol e baixas em gordura

---

<sup>5</sup> Referido por Mary Ann Johnson (*id.*, p. 46).

total, açúcar e sal, e a necessidade em moderar a ingestão de bebidas alcoólicas, para os que consomem álcool.

### 3.3- Consumidores idosos

Frequentemente as pessoas mais idosas ingerem baixas quantidades de frutos, vegetais, alimentos à base de grão integral, alimentos ricos em cálcio, vitamina D e vitamina B12. A sua ingestão é tanto mais importante quanto os frutos, vegetais e grãos integrais protegem as desordens crónicas típicas da idade.

Nos Estados Unidos, só cerca de 34% de pessoas idosas comem as cinco porções diárias de frutos e vegetais, embora sejam recomendadas três porções diárias de grãos integrais e as pessoas mais idosas em média só tomem uma porção por dia (Serdula *et al.*, 2004 [6]; US DHHS, 2000 [7]). Mesmo os que bebem muito leite não absorvem todo o cálcio e vitamina D que necessitam, a menos que tomem cerca de quatro copos por dia, o que justifica a necessidade de muitas pessoas idosas recorrerem a alimentos fortificados com cálcio, a múltiplas vitaminas e a suplementos de cálcio com vitamina D para satisfazer as necessidades.

Também, as insuficiências de vitamina B12 aumentam com a idade, principalmente porque as pessoas mais idosas experimentam decréscimo de aptidão para digerir a forma química da vitamina B12 encontrada na carne, aves de criação, peixe e nos alimentos diários. Daí a necessidade desses adultos mais idosos consumirem mais vitamina B12 na sua forma pura, por ser de mais fácil absorção pelo organismo, que se encontra em especial nos cereais e suplementos multi-vitamínicos, normalmente consumidos ao pequeno-almoço (*Institute of Medicine*, 1998) [8].

Os suplementos alimentares incluem vitaminas, minerais, produtos à base de plantas e outros produtos com plantas, aminoácidos e outras substâncias. As vitaminas B12 e D e os suplementos com cálcio e vitamina D são dois tipos de nutrientes com suplementos que aumentam a probabilidade das pessoas consumirem os valores essenciais



recomendados de vitaminas e minerais. Neste sentido, *The United States Preventive Services Task Force* (US PSTF, 2003) [9] concluiu existir insuficiente evidência para recomendar a favor ou contra o uso de vitaminas A, C ou E, multi-vitaminas com ácido fólico ou combinações anti-oxidantes para a prevenção de cancro ou doenças cardiovasculares.

Diversos estudos permitiram concluir que os dez suplementos não nutrientes mais importantes, por ordem de uso, são a equinácea, ginseng, *Ginkgo biloba*, suplementos à base de alho, glucosamina, hipericão, hortelã-pimenta, óleos de peixe ricos em ácidos gordos ómega 3, suplementos com gengibre e suplementos com soja (*National Center for Complementary and Alternative Medicine*, 2004) [10].

Neste mesmo sentido, Kundrat (2005, *op. cit.*), citando Barnes *et al.* (2004), indica que em recente trabalho realizado com base em 31.000 adultos nos Estados Unidos, cerca de um quinto (19%) usavam produtos naturais. No mais recente trabalho, realizado pelo *National Marketing Institute* (2004), com dados reportados a 2003, verificou-se que 34% dos adultos usavam suplementos à base de extractos vegetais, correspondendo a um mercado para cima de 60 milhões de adultos<sup>6</sup>. Também, indicava que os utilizadores de suplementos à base de extractos vegetais eram 32% mais propensos a comprar barras energéticas e nutricionais que a população em geral.

Muito embora os suplementos alimentares não sejam fortemente regulados pelo governo (EUA) deverão ser tratados como qualquer outra medicação, razão porque os clientes devem informar os seus clínicos ou prescritores acerca dos produtos que utilizam, refere Mary Johnson (*op. cit.*, p. 49). Esta autora evidencia no seu trabalho três questões e comentários que identifica como «Questões acerca do uso dos suplementos alimentares» (*id.*, p.50)<sup>7</sup>. Assim:

---

<sup>6</sup> Nos Estados Unidos os suplementos à base de plantas e nutricionais são regulados como suplementos dietéticos pela *U. S. Food and Drug Administration* (US FDA) em conformidade com o *Dietary Supplement Health and Education Act* de 1994.

<sup>7</sup> A tradução é livre e da responsabilidade dos autores do texto.

Questão 1 - Os suplementos alimentares têm importância na dieta?

Comentário: No caso da osteoporose, por exemplo, recomenda-se que as pessoas tomem com a medicação cálcio e vitamina D. No caso de pessoas mais idosas, com elevadas necessidades de fontes suplementares de vitamina D, estas devem tomar produtos multi-vitaminicos e suplementos com vitamina D.

Questão 2 - Há precauções ou cuidados que se devam conhecer, ou seja, há um valor ou limite superior que não se deva ultrapassar?

Comentário: Este tipo de informação deverá orientar o consumidor para os produtos multi-vitaminicos em geral e ajudar a evitar doses excessivas de suplementos simples e em alternativa tomar suplementos múltiplos.

Questão 3 - Há algum efeito conhecido, tal como a perda de apetite, náusea, dor de cabeça ou outro? Aplicam-se para aquele caso concreto?

Comentário: No caso dos efeitos ocorrerem pouco tempo após o início da utilização de um novo suplemento isso poderá indicar como causa o seu consumo.

### **3.4- Consumidores adolescentes**

No trabalho realizado por Dunn *et al.*, (2001, p. 584) [11] os autores (Kim & Keen, 1999 [12]; Krumbach, Ellis & Driskell, 1999 [13]), referindo-se a outras pesquisas indicam que nos EUA se estimam entre 42% a 56% a percentagem de adolescentes que usam suplementos alimentares. As razões referidas para o seu uso incluem a necessidade de melhorar o desempenho atlético, ganhar músculos fortes e aumentar o nível de energia (Sobal & Marquart, 1994a) [14].

O recurso aos suplementos parece ser influenciado pelas crenças e atitudes. Sobal & Marquart (1994b) [15] referem que 62% dos atletas adolescentes acreditam nos

suplementos para melhorar o seu desempenho e desses 50% consomem suplementos alimentares. Muito embora um número substancial de adolescentes use os suplementos alimentares, não são suficientemente conhecidos os factores que influenciam o seu comportamento, sabendo-se, no entanto, que as atitudes e as crenças têm influência positiva.

Levin (1999)[16] e Metzl (1999) [17], referidos por Little *et al.* (2002), concluíram que cerca de um terço de 50% dos americanos questionados usavam suplementos dietéticos e que em particular os adolescentes os estavam a comprar e a consumir a taxas crescentes.

Dunn *et al.* (2001, p. 589) comparando a influência nos atletas dos familiares e treinadores<sup>8</sup> verificaram que estes são quem tem maior influência no consumo de suplementos dietéticos, por os atletas estarem certamente mais receptivos a aceitar a sua informação sobre o valor dos suplementos. As atitudes foram o mais forte indicador das intenções de consumo, mais que as normas (*subjective norms*), com aspectos positivos pelo recurso aos suplementos alimentares, nomeadamente no que respeita ao aumento do desempenho desportivo, o que motiva os atletas a utilizarem suplementos.

Verifica-se, por outro lado, a necessidade de promover a saúde de forma profissional recorrendo-se a processos adequados e a novos suplementos alimentares. Contudo, essa promoção deverá atender ao porquê dos atletas utilizarem os suplementos alimentares, como resposta a necessidades.

Segundo Sobal & Marquart (1994b, 835), citando outros trabalhos (McDonald, 1986 [18]; Sobal & Muncie, 1988 [19]) os suplementos vitamínicos e minerais são comumente consumidos nos EUA por cerca de 35-40% da população em geral, sendo os adolescentes atletas o maior grupo consumidor de suplementos, com cerca de 20-25%. Por outro lado, os rapazes que participam em desportos tomam mais suplementos que os rapazes não envolvidos na actividade desportiva (Fleischer & Read, 1982 [20]),

---

<sup>8</sup> Na literatura anglo-saxónica aparecem os conceitos ‘trainers and coaches’, com significados específicos. Na tradução para o português utilizou-se para ambos os casos o termo treinadores.

sugerindo como base da motivação para o consumo a participação em actividades desportivas.

Haymes (1991) [21] refere ser comum a crença de que os suplementos vitamínicos e minerais aumentam o desempenho desportivo e que os atletas consomem muitas vezes suplementos como ajudas ao seu perfil ergonómico apesar do consenso expresso na literatura nutricional indicar que os suplementos não ajudam ao desempenho. Não obstante, Sobal & Marquart (*op. cit.*, p. 836) admitem que os atletas que aspiram a competir em altos níveis desportivos devido às suas ambições estarão mais apetentes a consumir suplementos como ajudas ao desempenho atlético.

Noutro sentido, estudos sobre o consumo de suplementos, envolvendo pacientes clínicos, evidenciaram que aqueles que residiam em áreas rurais estavam menos propensos ao consumo de suplementos do que aqueles que residiam nos meios urbanos e suburbanos (Sobal, Muncie & Guyther, 1986).

### **3.5- O papel da educação**

Little, Perry & Volpe (2002) [22] desenvolveram trabalho visando determinar a eficiência da intervenção educacional referente a suplementos alimentares, visando melhorar o conhecimento dos adolescentes de baixo nível sócio – económico, por ser a adolescência um dos mais importantes períodos de desenvolvimento humano. Partiram do princípio que os adolescentes de comunidades de baixo rendimento recebem menos recursos e suportes educacionais que sustentam a tomada de decisão consciente sobre saúde, devendo por isso possuir conhecimento insuficiente sobre nutrição e sobre suplementos para desporto.

Os resultados indicam que os programas de educação sobre nutrição a curto prazo podem melhorar significativamente a nutrição e o conhecimento sobre suplementos para desporto nos estudantes de baixo estatuto sócio – económico.

Little *et al.* (2002, p.434) referem que os profissionais de saúde são confrontados com os desafios de corrigir a inadequação nutricional porque a alimentação dos adolescentes é limitada e não corresponde à alimentação recomendada devido ao seu baixo nível de conhecimento nutricional. E acrescentam referindo que em geral os indivíduos de comunidades de baixo estatuto sócio – económico realizam uma alimentação inadequada, estão expostos a maiores riscos por desconhecimento das condições de alimentação e apresentam um balanço de recursos e suportes educacionais desproporcionado quando comparados com comunidades de mais alto rendimento.

Argumentam que os adolescentes que crescem em comunidades de baixo estatuto deverão sentir falta de conhecimentos nutricionais adequados para que possam escolher a alimentação saudável, razão porque muitas vezes optam pela alimentação com elevada gordura e pela comida rápida e rica em nutrientes. Ou seja, os adolescentes que estão limitados no seu conhecimento básico de nutrição não possuem a aptidão para decifrar o tipo de suplementos apropriados a consumir e que podem ser facilmente integrados na sua dieta ou aqueles que possam ser potencialmente prejudiciais.

A investigação realizada orienta no sentido de os estudantes adolescentes e os estudantes atletas geralmente terem uma fraca compreensão dos conceitos relacionados com suplementos alimentares, devendo por isso beneficiar de intervenção educacional.

Kundrat (2005), na introdução do seu estudo, refere que os atletas, treinadores e profissionais de saúde que trabalham junto dos atletas estão de forma consistente a procurar soluções para aumentar a sua saúde e desempenho, recorrendo à alimentação sólida, a líquidos e a suplementos alimentares. Contudo, em muitas medicações comuns, tais como a aspirina, quinino ou outras, estas foram primeiro desenvolvidas a partir de extractos vegetais, donde resulta poderem actuar como drogas, tendo efeitos que interagem com os alimentos ou medicações. Estima-se que nos Estados Unidos são gastos cerca de cinco biliões de dólares por ano com produtos à base de plantas (*National Center for Complementary and Alternative Medicine*, 2005).

No *Sports Science Exchange Roundtable* 45, volume 12, número 3, no trabalho intitulado «Podem os suplementos vitamínicos melhorar o desempenho no desporto?», refere-se poderem os suplementos vitamínicos melhorar o desempenho no desporto, em especial em atletas com deficiências vitamínicas. Isto, porque os atletas que dispõem de quantidades vitamínicas armazenadas e normais em princípio não deverão beneficiar com o consumo de suplementos vitamínicos. Por outro lado, as vitaminas provenientes de alimentos naturais são preferíveis aos suplementos vitamínicos. Porém, muito embora os alimentos naturais contenham importantes nutrientes ao serem ingeridos em quantidades insuficientes os atletas podem suprir essa falta recorrendo à sua ingestão através de suplementos.

### **3.6- Conclusões**

Muito embora as limitações decorrentes da pesquisa realizada, retiram-se algumas conclusões. Verifica-se ser crescente o uso de suplementos alimentares, nos seus vários grupos vitamínicos, minerais e outros, por parte da população em geral, tanto na União Europeia como nos Estados Unidos da América, havendo contudo, dois grupos de consumidores que se destacam, os adolescentes atletas e as pessoas mais idosas.

Os órgãos de comunicação desempenham papel relevante na promoção das questões de saúde e nas decisões de compra. Contudo, há informação contraditória sobre a valia e o tipo de suplementos alimentares consumidos.

Os suplementos alimentares são importantes para complementar a alimentação deficiente, em especial das pessoas idosas e dos adolescentes.

Não há evidência suficiente no sentido da recomendação do uso de suplementos específicos, vitamínicos ou minerais, salvo em situações de deficiência alimentar.

Estudos realizados indicam que cerca de 20% da população americana consome produtos naturais e que cerca de 35% dos adultos usam suplementos à base de extractos vegetais.

Nos EUA estima-se que cerca de 50% dos adolescentes usam suplementos alimentares, por necessidade, em especial, de melhorar o desempenho atlético e de aumentar o nível de energia. Os estudos indicam que cerca de 60% dos atletas adolescentes acreditam no efeito dos suplementos para melhorar o desempenho e que cerca de 50% os consomem.

No caso dos atletas adolescentes são os treinadores que mais influenciam a decisão de compra de suplementos, mais que as famílias, e que essa acção se deve à sua atitude face aos suplementos e não a crenças.

Nos EUA os suplementos vitamínicos e minerais são comumente consumidos por cerca de 35% da população em geral, sendo os atletas adolescentes o maior grupo consumidor com cerca de 20 a 25%.

Verifica-se que os pacientes clínicos residentes em áreas rurais têm menos apetência para o consumo de suplementos que os residentes em áreas urbanas ou suburbanas.

A acção educacional visando o melhor conhecimento dos suplementos alimentares é de importância para uma correcta alimentação, verificando-se que os adolescentes de comunidades de baixo estatuto sócio – económico têm menos conhecimento ou desconhecem o papel e uso dos suplementos. Contudo, melhoram a sua alimentação desde que lhes seja dada formação nesse sentido.

### 3.7- Bibliografia referida

- [1] Susan Kundrat (2005), *Herbs and Athletes*, Sports Science Exchange 96, Vol. 18 (1).
- [2] Sarah McNaughton, Gita Mishra, Alison Paul, Celia Prynne & Mike Wadsworth (2005), Supplement Use Is Associated with Health Status and Health-Related Behaviours in the 1946 British Birth Cohort, *The American Society for Nutritional Sciences*, 135:1782-1789.
- [3] PRNewswire (2005), Increased Public Awareness of Health and Dietary Issues Raises Profile of Dietary Supplements, in ProQuest
- [4] Judy Driskel (1999), Vitamin-Mineral Supplementation Habits and Beliefs of Male and Female, *Journal of Family and Consumer Sciences: From Research to Practice*, 91 (1), 99-103.
- [5] Mary Ann Johnson (2004), Hype and Hope about Foods and Supplements for Health Aging, *Generations*, 28 (3), 45-53.
- [6] Serdula, M. K., et al. (2004), Trends in Fruit and Vegetable Consumption among Adults in the United States: Behavioural Risk Factor Surveillance System, 1994-2000. *American Journal of Public Health*, 94 (6), 1014-18.
- [7] United States Department of Health and Human Services, Public Health Service, Office of Disease Prevention and Health Promotion (2000), *Heath People 2010. US Government Printing Office*, Vols I and II, Washington, D.C.
- [8] Institute of Medicine (1998), Dietary Reference Intakes for Thiamine, Riboflavin, Niacin, Vitamin B6, Folate, Vitamin B12, Pantothenic Acid, Biotin, and Choline, *National Academy Press*, Washington, D. C.
- [9] United States Preventive Services Task Force (2003), Routine Vitamin Supplementation to Prevent Cancer Cardiovascular Disease: Recommendations and Rationale, *Annals of Internal Medicine*, 139 (1), 51-5.
- [10] National Center for Complementary and Alternative Medicine at the NIH (2004), A New Portrait of CAM Use in the United States, Newsletter, Vol. XI (3), 1-4. Disponível on-line: <http://nccam.nih.gov/news/newsletter/pdf/summer2004.pdf>.
- [11] Michael Dun, James Eddy, Min Qi Wang, Steve Nagy, Michael Perko, and Todd Bartee (2001), The Influence of Significant Others on Attitudes, Subjective Norms and Intentions Regarding Dietary Supplement Use among Adolescent Athletes, *Adolescence*, Vol. 36, n.º 143, 583-590.
- [12] S. H. Kim & C. L. Keen (1999), Patterns of vitamin/mineral supplement usage by adolescents attending athletic high school, *International Journal of Sport Nutrition*, 9, 391-405.
- [13] C. J. Krumbach, D. R. Ellis & J. A. Driskell (1999), A report of vitamin and mineral supplement use among university athletes in a Division I institution, *International Journal of Sport Nutrition*, 9, 416-425.
- [14] J. Sobal & L. F. Marquart (1994a), Vitamins/mineral supplement use among athletes: A review of the literature, *International Journal of Sports Nutrition*, 4, 330-334.



- [15] J. Sobal & L. F. Marquart (1994b), Vitamins/mineral supplement use among athletes, *Adolescence*, 29, 835-844.
- [16] A. Levin (1999), Nutrition and policy 4: dietary supplements, *Ann Intern Med*, 131, 161-164.
- [17] J. D. Metz (1999), Strength training and nutritional supplement use in adolescent, *Curry Opinion Paediatric*, 11, 292-296.
- [18] J. T. McDonald (1986), Vitamin and mineral supplement use in the United States, *Clinical Nutrition*, 5 (1), 27-33.
- [19] J. Sobal & H. L. Muncie (1988), Vitamin/mineral supplement use among adolescents, *Journal of Nutrition Education*, 20 (6), 314-18.
- [20] B. Fleischer & M. Read (1982), Food supplement usage by adolescent males, *Adolescence*, 17, 831-45.
- [21] E. M. Haymes (1991), Vitamin and mineral supplementation to athletes, *International Journal of Sports Nutrition*, 1, 146-69.
- [22] Jeffrey Little, Danielle Perry & Stella Volpe (2002), Effect of Nutrition Supplement Education on Nutrition Supplement Knowledge among High School Students from a low-income Community, *Journal of Community Health*, 27 (6), 433-450.

## 4. Notas metodológicas

O estudo foi realizado recorrendo a questionário estruturado de perguntas abertas e fechadas, com duração não superior a 20 minutos – 15 minutos como duração ideal (Anexo 2). A recolha de informação realizou-se de forma pessoal e directa – entrevista face a face – na residência dos entrevistados.

Em fase exploratória do estudo procedeu-se a *desk research* e realizaram-se discussões em grupo para melhor definir os conteúdos do questionário.

### 4.1- Recolha da informação

#### 4.1.1- Estrutura do questionário

O questionário foi estruturado em cinco partes identificadas como questões de controlo, questões de identificação dos conhecimentos, questões de comportamento de consumo e grau de satisfação, questões de comportamento de compra e questões de caracterização da população. Estes grupos referem-se ao seguinte:

- 1) O grupo de questões de controlo tem como finalidade validar o entrevistado como elemento da amostra, em função da idade e das quotas definidas (6 questões);
- 2) O grupo de questões de identificação dos conhecimentos verificar o nível de conhecimento de suplementos alimentares (3 questões);
- 3) O grupo de questões de comportamento de consumo e grau de satisfação atestar as atitudes dos compradores sobre estes géneros alimentícios e o nível de satisfação (11 questões). Duas das questões utilizaram a escala de *Likert*. O atributo mensurável ou valor quantitativo atribuído aos itens significa 1 “totalmente insatisfeito” e 7 “totalmente satisfeito”, com valores intermédios;

- 4) O grupo de questões de comportamento de compra atestar quem compra, quanto gasta, onde compra, etc. (8 questões). Duas questões utilizaram a escala de *Likert* para medição de intenção de compra e concordância com atributos dos suplementos alimentares. Os valores quantitativos atribuídos a estas escalas são idênticos aos referidos no grupo III (1 a 7), com 1 igual a “de certeza não volta a comprar/discordo totalmente” e 7 igual a “de certeza que comprará/concordo totalmente”;
- 5) O grupo de caracterização da população conhecer em termos demográficos e sócio – económicos as suas características (6 questões).

#### **4.1.2- Período de realização**

A recolha de informação foi efectuada nos meses de Novembro e Dezembro de 2005 e Janeiro de 2006.

#### **4.1.3- Procedimentos de recolha**

Para a realização do projecto envolveram-se cinco equipas de entrevistadores, cinco responsáveis de equipa, dois supervisores e dois coordenadores – zonas Norte e Sul.

Foi realizada uma sessão de *briefing* e/ou formação com todas as equipas envolvidas no trabalho, para explicação e simulação do inquérito utilizado.

#### **4.1.4- Pré-teste**

O teste de validade e precisão foi realizado a 5% da amostra.

O acompanhamento do pré-teste permitiu definir o tempo de preenchimento médio que se cifrou em doze minutos.

Não se verificou a necessidade de efectuar alterações ao questionário, pelo que estes inquéritos foram incluídos na amostra global.

#### **4.2- Controlo de qualidade**

Para assegurar as condições de controlo de qualidade realizaram-se dois tipos de supervisão, a directa e a indirecta.

A supervisão directa no terreno foi efectuada pelo chefe de equipa e pelo coordenador de zona, em 50% do total do trabalho.

A supervisão indirecta foi realizada após a efectivação da entrevista, por meio de contacto telefónico aleatório com os entrevistados, referente a cerca de 10% do trabalho de cada um dos entrevistadores.

Posteriormente, todos os questionários foram verificados e validados os sistemas de controlo de qualidade e de coerência interna, em termos das respostas apresentadas, após a sua introdução na base de dados.

#### **4.3- Análise e tratamento de dados**

A informação recolhida foi codificada, validada e tratada com recurso ao programa de análise estatística *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS), versão 13.0.

### 4.3.1- Operacionalização das variáveis

#### a) Variáveis independentes

Consideraram-se como variáveis independentes a idade, sexo, zona geográfica, profissão e/ou ocupação, estrato sócio – económico, número de pessoas no agregado familiar e outras variáveis.

A variável idade foi ordenada em classes, cada uma com amplitude de 10 anos, excepto no primeiro intervalo que, de acordo com a definição do *target*, começa nos 18 anos e no último intervalo que abrange todos os elementos com idade superior a 55 anos. Esta variável foi utilizada de acordo com a sua operacionalização descritiva.

A variável sexo identifica-se nas categorias de masculino e feminino.

A variável zona geográfica, inicialmente ordenada em grupos de acordo com a NUT III, foi utilizada de forma operacional seguindo a definição NUT II – Norte, Grande Porto, Centro, Lisboa, Alentejo e Algarve. Para maior homogeneização da dimensão dos grupos que caracterizam esta variável, enquanto variável independente, o Alentejo e Algarve constituíram uma única categoria.

A variável profissão e/ou ocupação encontra-se desciminada da seguinte forma:

- a) Quadros médios/superiores, que inclui “quadros superiores da administração pública, dirigentes e quadros superiores de empresas”, “especialistas das profissões intelectuais e científicas”;
- b) Técnicos e profissionais de nível intermédio;
- c) Administrativos e serviços, que inclui “pessoal administrativo e similares” e “pessoal dos serviços e vendedores”;

- d) Operários especializados e não especializados, que inclui “operários, artífices e trabalhadores similares”, “operadores de instalações e máquinas e trabalhadores de montagem” e “trabalhadores não qualificados”;
- e) Outros, que inclui “agricultores e trabalhadores da agricultura e pesca”, “membros das forças armadas” e “trabalhadores domésticos/donas de casa”;
- f) Estudantes;
- g) Não activos, que inclui “reformados/aposentados” e “desempregados”.

A variável estrato sócio – económico resulta da ponderação das variáveis de classificação – escolaridade, profissão, composição do agregado familiar e rendimento médio líquido mensal do agregado. A variável estrato sócio – económico foi determinado em estrato alto/médio alto (A/B), médio (C1) e médio baixo (C2).

Devido à rejeição por parte de alguns entrevistados em responderem a variáveis indicadoras para a ponderação do estrato social, não foi possível classificar 137 indivíduos em termos de classe social. Por isso, os resultados relativos à classe social não levaram em linha de conta estes entrevistados.

A variável número de pessoas no agregado familiar, considera os intervalos de uma pessoa, duas pessoas, três pessoas, quatro pessoas e cinco ou mais pessoas. Foi utilizada de acordo com a sua operacionalização descritiva.

Foram consideradas ainda outras variáveis independentes tidas como relevantes, em função da informação analisada.

## **b) Variáveis dependentes**

Consideraram-se variáveis dependentes as questões, ‘De que forma tomou conhecimento dos suplementos alimentares?’ (P.2.2), ‘Relativamente às categorias de produtos apresentadas, utiliza ou já utilizou este tipo de produtos?’ (P.3.1), ‘Quais as marcas dos produtos que consumiu recentemente?’ (P.3.3.1), ‘Quais as razões que o levam a consumir suplementos alimentares (P.3.5), ‘Quem compra os produtos?’ (P.4.1), ‘Com que regularidade são adquiridos esses produtos?’ (P.4.5) e ‘Em média quanto gasta o seu agregado familiar em suplementos alimentares?’ (P.4.6).

As questões assumidas como variáveis foram sujeitas a ajustamentos, conforme segue:

- De que forma tomou conhecimento dos suplementos alimentares (P.2.2) – Esta variável foi reagrupada nas seguintes categorias: “*media* e/ou pub” – inclui televisão, rádio, imprensa e internet; profissionais de saúde – inclui médico, homeopata e outros profissionais de saúde; vendedor/ponto de venda e colegas/familiares;
- Relativamente às categorias de produtos apresentadas, utiliza ou já utilizou este tipo de produtos (P.3.1) – Esta variável foi utilizada de forma operativa apenas tendo em conta duas categorias “utiliza ou já utilizou” e “nunca utilizou”. Este facto deve-se à subjectividade de interpretação da escala temporal de “utilização” por parte dos entrevistados, que não sendo remetidos para um período específico, apresentam divergências no seu entendimento;
- Quais as marcas dos produtos que consumiu recentemente (P.3.3.1) – Esta variável foi estruturada de acordo com os seguintes critérios operativos:
  - a) Criação de categorias de suplemento alimentar dentro de uma classe específica, sem referência a marcas – i.e. sempre que é referido consumo de vitamina C, *ginseng*, etc. sem alusão a marca. Assim, foram criadas as seguintes categorias

“dietéticos sem marca”, “energéticos sem marca”, “vitaminas sem marca”, “minerais sem marca” e “vegetais sem marca”;

- b) Dada a quantidade e dispersão de marcas referidas pelos de entrevistados envolvidos neste estudo, apenas foram consideradas de forma individualizada as marcas que obtêm um índice de referência igual ou superior a 1%, o que totaliza onze marcas – é importante referir que estas onze marcas totalizam 42,5% de referências.
- Quais as razões que o levam a consumir suplementos alimentares (P.3.5) – Esta variável foi reagrupada em 5 categorias, nomeadamente “fortalecimento e/ou prevenção” – fortalecer o corpo e evitar problemas/para melhorar o sistema imunitário -, “cansaço e/ou concentração” – porque o fazem sentir bem em situações de cansaço, fadiga ou stress/quando necessita de se concentrar -, “estética e/ou aparência” – para melhorar a aparência ao nível de cabelo, unhas etc., por razões de dieta -, “saúde” e “outros” – porque pratica muito desporto/como suplemento nutricional/outros;
  - Quem compra os produtos (P.4.1) – Esta variável foi reagrupada em apenas três categorias, que são “o próprio”, “familiar” e “outros”;
  - Com que regularidade são adquiridos esses produtos (P.4.5) – Esta variável foi reagrupada em 4 grupos, nomeadamente “mensal ou inferior”, “entre mensal e trimestral”, “superior a três meses” e “não tem frequência certa”;
  - Em média quanto gasta o seu agregado familiar em suplementos alimentares (P.4.6)
    - A operacionalização desta variável foi feita tendo em conta o gasto anual em suplementos alimentares por número de pessoas no agregado familiar consumidoras desta categoria. Obteve-se, assim, a variável consumo *per capita*. Posteriormente esta variável sofreu uma transformação logarítmica para normalização e consequente tratamento e aplicação de modelos estatísticos – embora os resultados



quando se referem a valores digam respeito à variável na sua forma original *per capita*.

#### 4.3.2- Modelos de análise

Tendo em atenção os objectivos do estudo e os modelos de análise estatística mais adequados, consoante o tipo de variáveis, utilizaram-se os testes de *Qui* quadrado, a ANOVA, a correlação linear de *Pearson* e a regressão linear.

- a) Testes de *Qui* quadrado – Utilizaram-se nos casos em que houve necessidade de testar se dois ou mais grupos de uma variável diferiam relativamente a determinada característica, ou seja, se a frequência com que os elementos da amostra se repartem pelas classes de uma variável nominal categorizada é ou não idêntica. Este teste foi utilizado para todas as variáveis dependentes (nominais) em função das variáveis independentes de base – caracterização do consumidor e não consumidor, caracterização do consumidor por categoria de suplementos alimentares, caracterização dos hábitos de consumo, compra e atitude face aos suplementos alimentares;
- b) ANOVA – Utilizou-se quando houve necessidade de comparar médias de mais do que duas populações e inferir da significância das diferenças detectadas – ou classes da população. Este teste utilizou-se em todas as questões que envolveram escalas de atitudes – índice de satisfação, índice de recompra, imagem/atitude face aos suplementos alimentares;
- c) Correlação linear de *Pearson* – Sendo um coeficiente que mede a intensidade e a direcção da associação linear entre duas variáveis continuas, utilizou-se para medir a relação entre satisfação com os suplementos alimentares *versus* intenção de recompra dos suplementos alimentares e satisfação com os suplementos alimentares *versus* gasto *per capita* anual com suplementos alimentares;

d) Regressão linear – Utilizou-se nos casos em que se pretenderam modelos explicativos para o comportamento face aos suplementos alimentares, ou seja, perceber se as influências quantitativas das variáveis independentes sobre as variáveis dependentes detectadas na nossa amostra, em que medida (%) explicam na população a variação das variáveis dependentes. Concretamente, foi utilizada na previsão e explicação da satisfação e do comportamento de compra dos suplementos alimentares.

## 5. Universo e amostra

### 5.1- Identificação do universo da amostra

O universo do estudo é constituído pela população portuguesa, com idade igual ou superior a 18 anos, residente em Portugal continental e com características de consumo essencialmente urbanas.

Da população expressa constituiu-se uma amostra proporcional por Região NUT III – Nomenclatura de Unidade Territorial -, considerando os seguintes subgrupos:

- a) Consumidores de “suplementos alimentares” – considerado consumidor da categoria, aquele que consumiu nos últimos 12 meses – com peso de 60% na amostra;
- b) Ex-consumidores, consumidores ocasionais ou não consumidores, com peso de 40% na amostra.

Consideraram-se pontos de amostragem todos os núcleos urbanos, de cada área em análise, com mais de 10.000 habitantes, de acordo com os dados do Instituto Nacional de Estatística (Anexo 3).

A amostra definida foi de 1.200 entrevistas, com erro de amostragem total de  $\pm 2,89$  na extrapolação dos resultados, para um nível de confiança de 95%.

Adoptou-se o método de selecção “Random Route” para a realização do inquérito, com selecção aleatória dentro do lar, sempre que existia mais que um elemento do agregado elegível como entrevistado. Para esta selecção foi utilizada uma tabela de números aleatórios, que cruza o último dígito do questionário com o número de elementos do agregado, possíveis de serem entrevistados. O cruzamento destes dois números corresponde a um número de ordem dentro do agregado – a contar do mais velho para o mais novo.

## **5.2- Caracterização da amostra global**

A amostra foi distribuída em cerca de 28% pela região de Lisboa, 26% pela região Centro, 23% pela região Norte, 12% pelo Grande Porto e 11% pelo Alentejo e Algarve, seguindo o critério da distribuição da população portuguesa pelo território continental (Anexo 4, Gráfico A).

Os inquiridos na região de Lisboa caracterizaram-se por cerca de 64% terem idades entre 18-34 anos, cerca de 66% serem do sexo feminino, cerca de 61% dos agregados familiares terem 3 ou 4 pessoas e cerca de 79% pertencerem ao estrato sócio – económico identificado por A/B e C1 (Anexo 4, Gráficos B, C, D e E).

Os inquiridos na região Centro caracterizaram-se por cerca de 55% terem idades entre 18-34 anos, cerca de 58% serem do sexo feminino, cerca de 64% dos agregados familiares terem 3 ou 4 pessoas e cerca de 41% pertencerem ao estrato sócio – económico identificado por C1.

Os inquiridos na região Norte caracterizaram-se por cerca de 61% terem idades entre 18-34 anos, cerca de 73% serem do sexo feminino, cerca de 62% dos agregados familiares terem 3 ou 4 pessoas e cerca de 44% pertencerem ao estrato sócio – económico identificado por C1.

Os inquiridos na região do Grande Porto caracterizaram-se por cerca de 58% terem idades entre 18-34 anos, cerca de 56% serem do sexo feminino, cerca de 85% dos agregados familiares terem 2, 3 ou 4 pessoas em partes muito aproximadas e cerca de 56% pertencerem aos estratos sócio – económicos identificados por A/B e C1.

Os inquiridos na região do Alentejo e Algarve caracterizaram-se por cerca de 71% terem idades entre 18-44 anos, relevando-se com cerca de 28% os inquiridos com idades entre 35-44 anos. Cerca de 74% eram do sexo feminino, cerca de 57% dos agregados

familiares tinham 3 ou 4 pessoas e cerca de 54% pertenciam aos estrato sócio – económico identificado por C1.

Analisando a amostra verifica-se que cerca de 29% dos inquiridos têm idades entre 18-25 anos, aproximadamente com a mesma percentagem as idades entre 25-34 anos, cerca de 17% as idades entre 35-44 anos, cerca de 13 % as idades entre 44-54 anos e cerca de 12% as idades igual ou superior a 55 anos (Anexo 4, Gráfico F).

Dos inquiridos cerca de 65% são do sexo feminino e destes 76% têm idades compreendidas entre os 18 anos e 44 anos. Os indivíduos do sexo masculino representam cerca de 35% e destes cerca de 74% têm idades compreendidas no escalão referido (Anexo 4, Gráficos G e H).

Os indivíduos com profissões administrativas, quadros médios e estudantes predominam entre os inquiridos. Em oposição, aparecem os operários com menor representação na amostra (Anexo 4, Gráfico I).

Dos agregados familiares inquiridos cerca de 31% destes eram constituídos por três pessoas, cerca de 29% por quatro pessoas, cerca de 21% por duas pessoas, cerca de 11% por uma pessoa e só cerca de 8% tinham cinco ou mais pessoas (Anexo 4, Gráfico J).

No âmbito da amostra cerca de 29% responderam terem o grau de escolaridade até ao 9.º ano, cerca de 26% o 10.º, 11.º ou 12.º anos de escolaridade, cerca de 23% o bacharelato ou licenciatura, cerca de 17% a frequência universitária e apenas cerca de 4% responderam possuir a pós-graduação. Verificou-se que cerca de 55% da população inquirida possuía até ao 12.º ano de escolaridade (Anexo 4, Gráfico K).

Questionados sobre o rendimento líquido mensal auferido pelo agregado familiar, cerca de 38% dos inquiridos não deram essa informação. Dos inquiridos, cerca de 16% referiram auferir o agregado familiar o rendimento mensal entre 501-1000 euros, cerca de 30% o rendimento entre 1001-2500 euros, cerca de 6% o rendimento até 500 euros, cerca de 6% o rendimento entre 2501-3500 euros e apenas cerca de 5% auferiam o

rendimento superior a 3500 euros. Verifica-se, então, que cerca de 22% dos agregados familiares auferiam o rendimento até 1000 euros, cerca de 30% o rendimento entre 1001-2500 euros e cerca de 11% o rendimento superior a 2500 euros mensais (Anexo 4, Gráfico L).

Verifica-se que a amostra se distribuiu em cerca de 69% pelos estratos sócio – económicos C1 e C2 e cerca de 20% pelo estrato A/B, não tendo sido possível, pelos motivos previamente enunciados, apurar o estrato em cerca de 11% (Anexo 4, Gráfico M).

## 6. Análise dos resultados

### 6.1- Conhecimento sobre suplementos alimentares

As questões incidem sobre o conhecimento geral, as categorias de suplementos alimentares, a tomada de conhecimento dos suplementos alimentares e as formas de apresentação conhecidas.

#### 6.1.1- Conhecimento geral

Da análise dos resultados depreende-se que os suplementos alimentares são amplamente conhecidos, evidenciando 99% dos entrevistados que conhecem ou já tinham ouvido falar destes géneros alimentícios (Quadro 1).

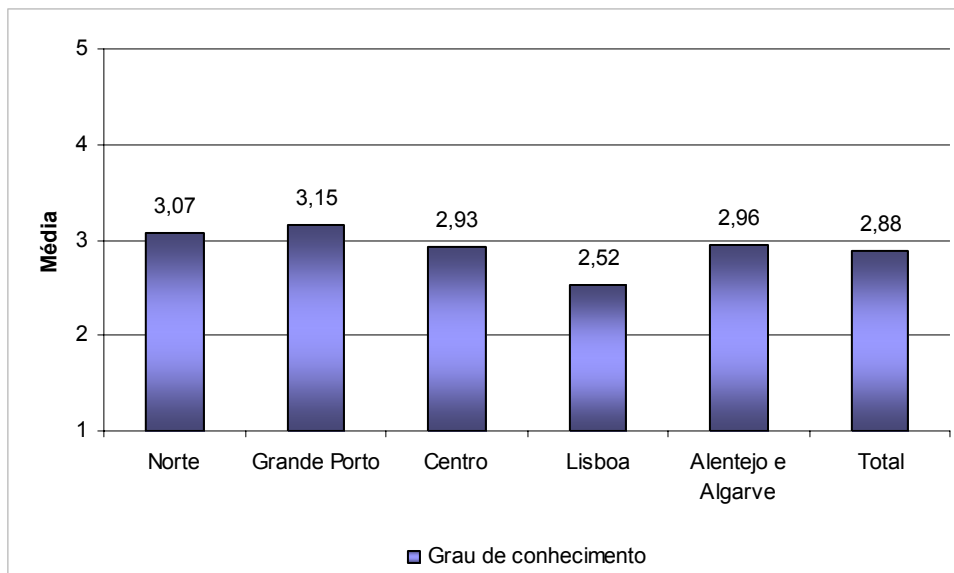
**Quadro 1 – Conhece ou já ouviu falar em suplementos alimentares**

|              | Frequency | Percent | Valid Percent | Cumulative Percent |
|--------------|-----------|---------|---------------|--------------------|
| <b>Sim</b>   | 1235      | 99,04   | 99,04         | 99,04              |
| <b>Não</b>   | 12        | 0,96    | 0,96          | 100,00             |
| <b>Total</b> | 1247      | 100     | 100           |                    |

Quando inquiridos especificamente, os entrevistados revelam dispor de conhecimento mediano sobre os suplementos alimentares. No entanto, registam-se diferenças significativas entre regiões, faixas etárias e profissão e/ou ocupação. Em termos das variáveis sexo, dimensão do agregado familiar, nível de formação e estrato sócio – económico não se registaram diferenças estatisticamente significativas.

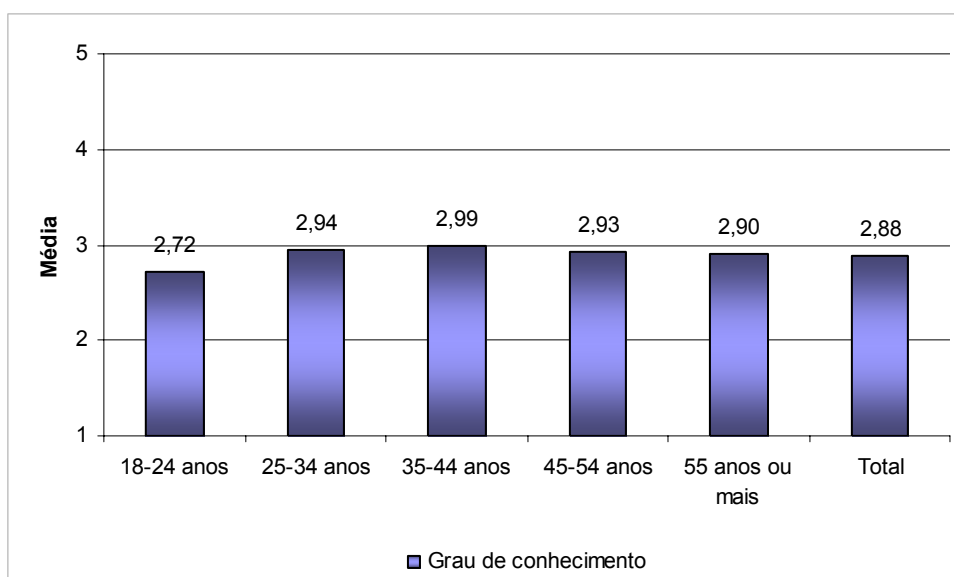
Entre as regiões estudadas a de Lisboa apresenta o menor grau de conhecimento declarado pelos entrevistados, seguida da região Centro. Os entrevistados da região do Porto são quem expressa maior grau de conhecimento (Gráfico 1).

**Gráfico 1 – Grau de conhecimento relativamente aos suplementos alimentares, por regiões**



Os mais jovens, grupo etário de 18-24 anos, são quem revela menor conhecimento dos suplementos alimentares entre todas as faixas etárias. O grupo etário de 35-44 anos é aquele que revela maior conhecimento (Gráfico 2).

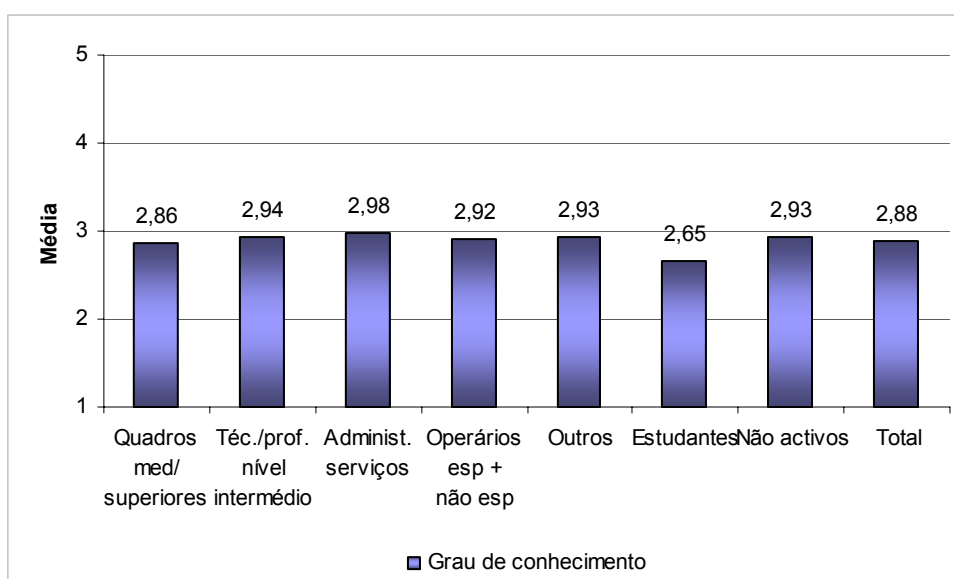
**Gráfico 2 – Grau de conhecimento relativamente aos suplementos alimentares, por faixa etária**





Centrando a análise em termos de profissão e/ou ocupação, são visíveis diferenças significativas em termos do grau de conhecimento dos suplementos alimentares, entre os grupos estudados, destacando-se os estudantes como o grupo que revela menor conhecimento sobre estes géneros alimentícios e o grupo administrativos aquele que revela maior conhecimento (Gráfico 3).

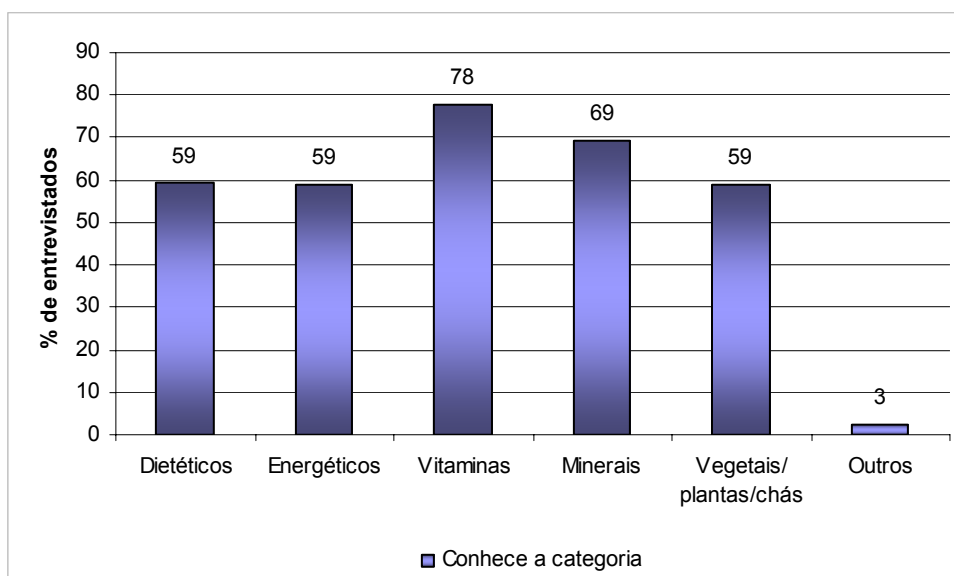
**Gráfico 3 – Grau de conhecimento relativamente aos suplementos alimentares, por profissão/ocupação**



### 6.1.2- Conhecimento das categorias de suplementos alimentares

No que respeita ao conhecimento sobre as diferentes categorias de suplementos alimentares, considerando os entrevistados que tomam ou já tomaram estes géneros alimentícios, verifica-se que são as categorias vitaminas com cerca de 78% e minerais com cerca de 69% as mais conhecidas dos entrevistados (Gráfico 4).

**Gráfico 4 – Conhecimento das categorias de suplementos alimentares**

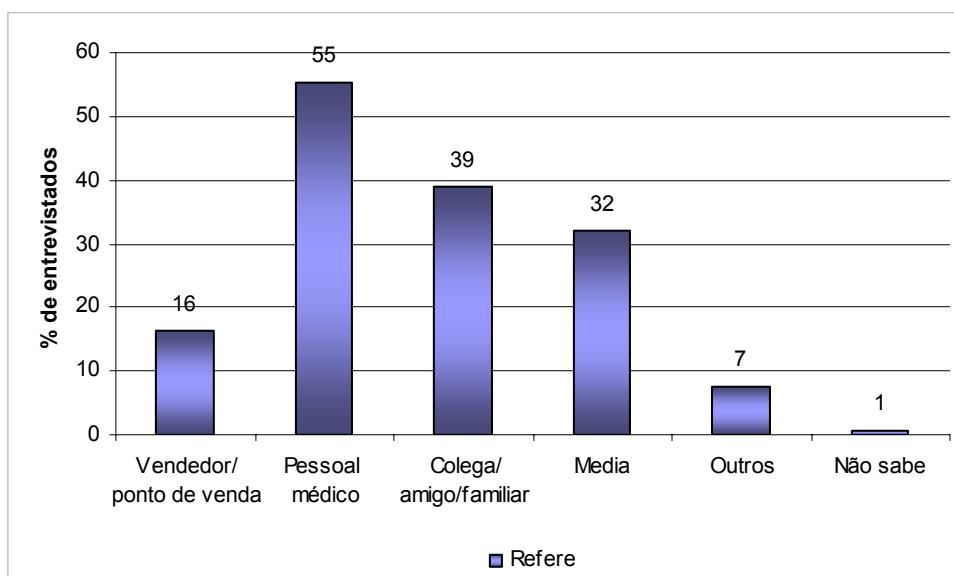


De salientar o facto de qualquer das categorias ser conhecida por mais de 50% dos entrevistados.

### 6.1.3- Tomada de conhecimento sobre suplementos alimentares

O pessoal médico, identificado como profissionais de saúde, são a principal fonte de conhecimento dos entrevistados sobre suplementos alimentares, com cerca de 55%, seguindo-se as relações pessoais identificadas por colega/amigo/familiar, com cerca de 39%, os *media*, com cerca de 32%, e só depois, em quarto lugar, surge a fonte centrada no vendedor ou ponto de venda, com cerca de 16% (Gráfico 5).

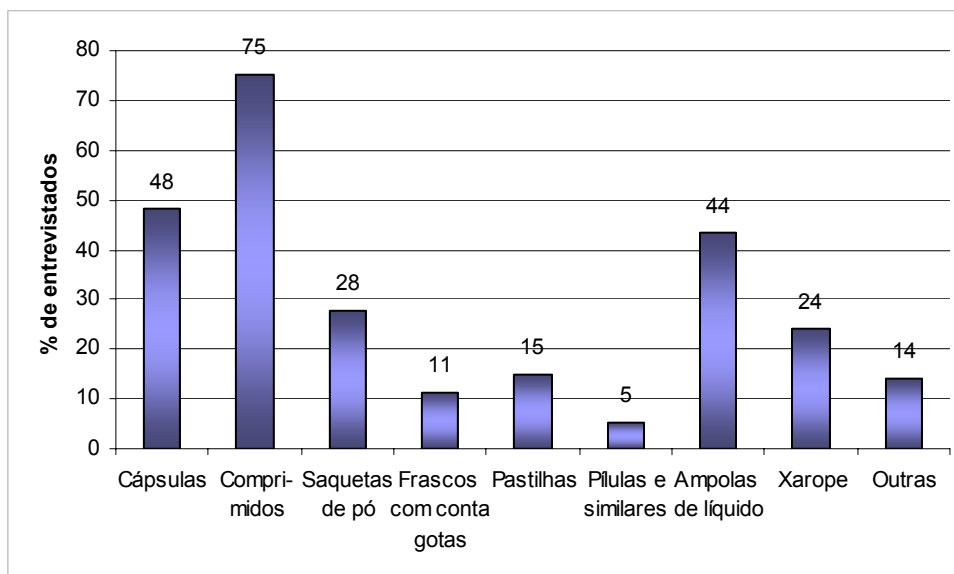
**Gráfico 5 – Tomada de conhecimento sobre suplementos alimentares**



#### **6.1.4- Formas de apresentação de suplementos alimentares conhecidas**

Quando questionados os entrevistados sobre as formas conhecidas de apresentação de suplementos alimentares, cerca de 76% dos inquiridos referem, em primeiro lugar, os comprimidos, indicando a seguir as cápsulas, com cerca de 48%, e as ampolas de líquido, com cerca de 44%. As pílulas e similares, os frascos com conta gotas e as pastilhas são das formas indicadas menos conhecidas (Gráfico 6).

**Gráfico 6 – Formas de apresentação de suplementos alimentares conhecidas**



Em suma, verifica-se, em geral, que os suplementos alimentares e as diversas categorias indicadas são conhecidos pelos entrevistados. Em mais de 50% dos casos, a tomada de conhecimento acerca destes géneros alimentícios obtém-se através de profissionais de saúde, das relações pessoais e dos *media*.

Esse conhecimento não é homogéneo, o que se verifica pelo facto de existirem diferenças estatisticamente significativas associadas às variáveis região, faixa etária e profissão e/ou ocupação.

## 6.2- Comportamento de consumo

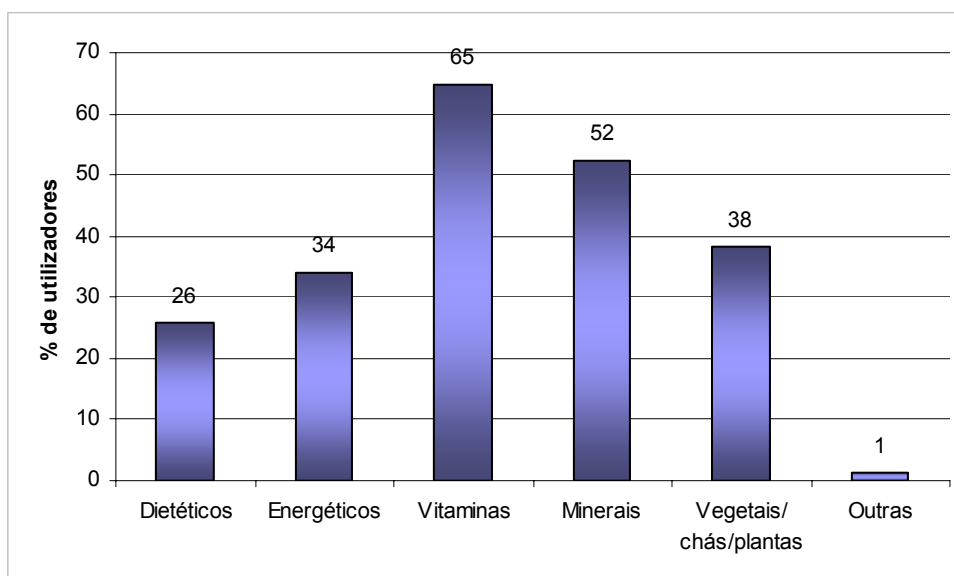
Na recolha de dados referente ao comportamento de consumo, as questões focam aspectos relativos à utilização de suplementos alimentares, à satisfação global e análise da satisfação com os resultados, aos gastos com categorias de suplementos e aos motivos para o consumo.

### 6.2.1- Utilização de suplementos alimentares

Na utilização das categorias de suplementos alimentares não se recorreu às variáveis na sua forma original – por ex., se utiliza *versus* se já utilizou *versus* se nunca utilizou -, visto terem-se detectado grandes variações quanto ao entendimento das questões. Ou seja, a noção temporal do termo "utilizou" é muito variável. Por esse motivo a análise foi feita baseando-se as variáveis na dicotomia utilização – independentemente da escala temporal – *versus* nunca ter utilizado essa categoria.

Dos resultados apurados verifica-se que, considerando apenas os cerca de 81% dos entrevistados que utilizam ou já utilizaram suplementos alimentares, sobressai a categoria das vitaminas como a mais referida, com cerca de 65% dos consumidores de suplementos alimentares a referirem utilizarem ou já terem utilizado vitaminas, cerca de 52% minerais e cerca de 38% vegetais/chás/plantas. Os dietéticos são a categoria de suplemento alimentar menos utilizada, com cerca de 26%, seguindo-se os energéticos, com cerca de 34% (Gráfico 7).

**Gráfico 7 – Utilização das categorias de suplementos alimentares**



Na categoria vitaminas, cerca de 53% desses produtos são consumidos nas regiões Norte e de Lisboa, cerca de 60% são consumidas pelo grupo etário 18-34 anos, cerca de 64% pertencem ao sexo feminino, cerca de 48% incluem-se nas categorias profissionais de administrativos e quadros médios e/ou superiores, cerca de 58% são consumidas por agregados familiares de 3 e 4 pessoas e cerca de 41% pelo estrato social identificado por C1 (Anexo 5, Gráficos N, O, P, Q, R e S).

Na categoria minerais, cerca de 50% desses produtos são consumidos nas regiões Norte e de Lisboa, cerca de 53% são consumidas pelo grupo etário 18-34 anos, cerca de 70% pertencem ao sexo feminino, cerca de 49% incluem-se nas categorias profissionais de administrativos e quadros médios e/ou superiores, cerca de 57% são consumidas por agregados familiares de 3 e 4 pessoas e cerca de 70% pelos estratos sociais identificados por C1 e C2.

Na categoria vegetais/chás/plantas, cerca de 57% desses produtos são consumidos nas regiões de Lisboa e do Alentejo e Algarve, cerca de 56% são consumidas pelo grupo etário 18-44 anos, cerca de 73% pertencem ao sexo feminino, cerca de 50% incluem-se nas categorias profissionais de administrativos e quadros médios e/ou superiores, cerca

de 77% são consumidas por agregados familiares de 2, 3 e 4 pessoas e cerca de 70% pelos estratos sociais identificados por A/B e C1.

Na categoria energéticos, cerca de 57% desses produtos são consumidos nas regiões Centro e de Lisboa, cerca de 62% são consumidos pelo grupo etário 18-34 anos, cerca de 58% pertencem ao sexo feminino, cerca de 71% incluem-se nas categorias profissionais de administrativos, quadros médios e/ou superiores e estudantes, cerca de 57% são consumidas por agregados familiares de 3 e 4 pessoas e cerca de 70% pelos estratos sociais identificados por A/B e C1.

Na categoria dietéticos, cerca de 58% desses produtos são consumidos nas regiões Centro e de Lisboa, cerca de 54% são consumidas pelo grupo etário 18-34 anos, cerca de 81% pertencem ao sexo feminino, cerca de 48% incluem-se nas categorias profissionais de administrativos e quadros médios e/ou superiores, cerca de 57% são consumidas por agregados familiares de 2 e 3 pessoas e cerca de 72% pelos estratos sociais identificados por C1 e C2.

Avaliando, agora, as relações estatisticamente significativas entre o grupo de variáveis identificadas pelas categorias de suplementos alimentares – dietéticos, energéticos, vitaminas, minerais e vegetais/chás/plantas – e o grupo de variáveis identificadas por regiões, faixa etária, sexo, profissão e/ou ocupação, dimensão do agregado familiar e estrato sócio – económico, verifica-se:

- a) O consumo dos produtos dietéticos apresenta forte correlação com a região, sexo e dimensão do agregado familiar. Ou seja, os produtos dietéticos são principalmente consumidos por mulheres, nas regiões de Lisboa e do Alentejo e Algarve e por agregados de duas ou três pessoas;
- b) O consumo dos produtos energéticos apresenta correlação com todas as variáveis à excepção da idade;
- c) O consumo dos produtos vitaminas apresenta correlação com a região, estrato sócio – económico e sexo;
- d) O consumo dos produtos minerais apresenta algumas diferenças por estarem correlacionados com mais variáveis, nomeadamente a região, idade, sexo e

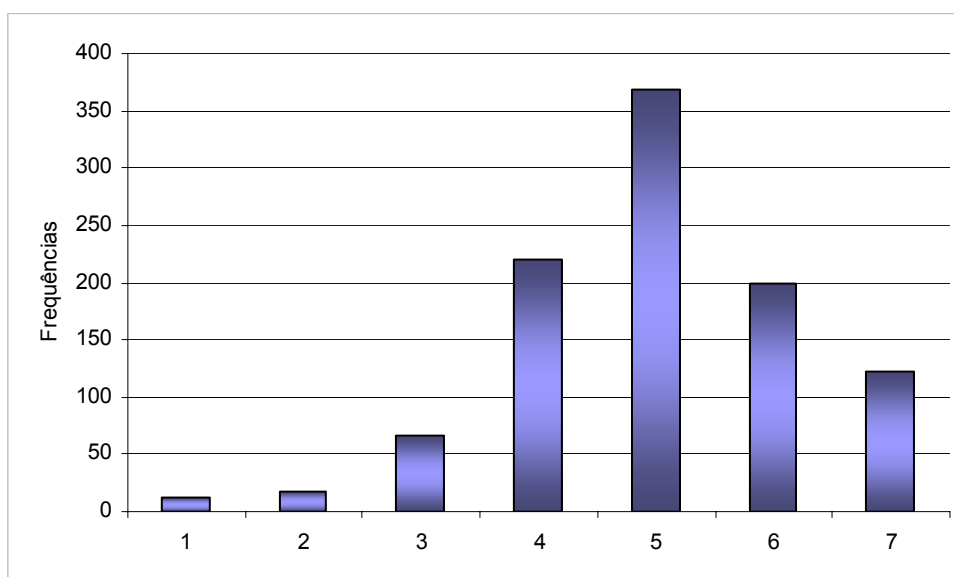
estrato sócio – económico. A idade é a variável que faz a diferença face às vitaminas o que se explica pelo incremento do consumo dos produtos minerais a partir dos 55 anos, devido às medidas de prevenção referentes à Osteoporose;

- e) O consumo dos vegetais/chás/plantas apresenta relação significativa com todas as variáveis consideradas excepto a profissão e/ou ocupação e estrato sócio – económico.

### 6.2.2- Satisfação com os resultados dos suplementos alimentares

A distribuição ‘satisfação com suplementos alimentares’ considera-se normal<sup>9</sup>. A distribuição das respostas indicia satisfação dos inquiridos com os resultados obtidos com o consumo dos suplementos alimentares (Gráfico 8)<sup>10</sup>.

**Gráfico 8 – Satisfação global com os resultados dos suplementos alimentares**



São significativas as diferenças de satisfação entre grupos. Por sua vez, não existe homogeneidade no que respeita à variável região. Assim, são muito semelhantes os

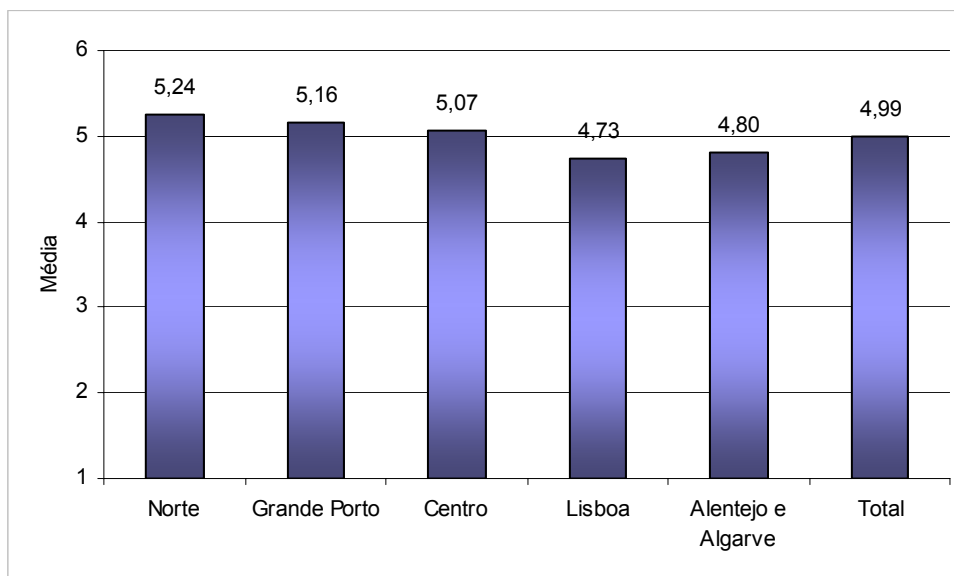
<sup>9</sup> Kurtosis e Skewness inferiores a 1.

<sup>10</sup> Utilizou-se a escala de 1 a 7, em que 1 corresponde a totalmente insatisfeito e 7 a totalmente satisfeito.



níveis de satisfação entre os consumidores das regiões Norte, Grande Porto e Centro e entre os de Lisboa e Alentejo e Algarve (Gráfico 9).

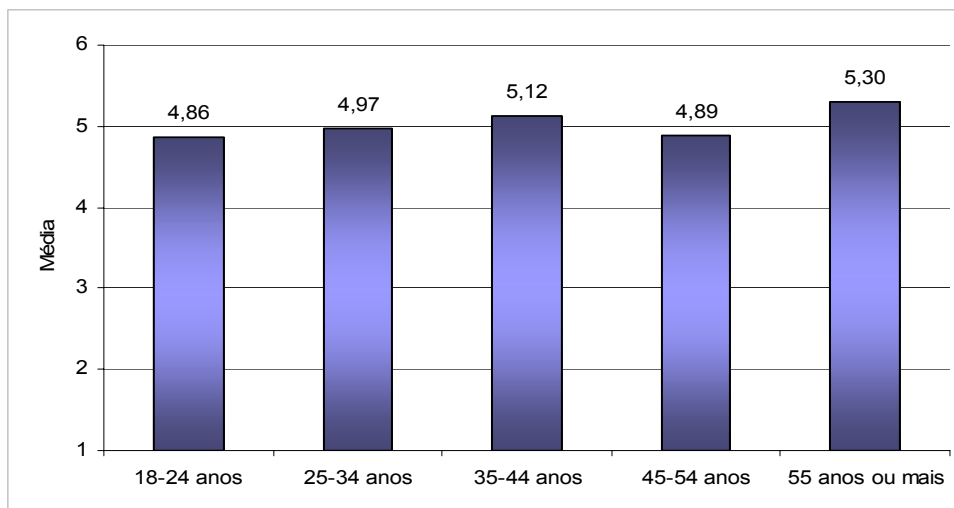
**Gráfico 9 – Satisfação global com os resultados dos suplementos alimentares por região**



Na avaliação global verifica-se que os consumidores da região Norte apresentam maior satisfação com os suplementos alimentares que os consumidores das restantes regiões. Curiosamente, são os consumidores destas regiões que consomem mais vitaminas e minerais, admitindo-se ser este um dos factores que explica a mais elevada satisfação.

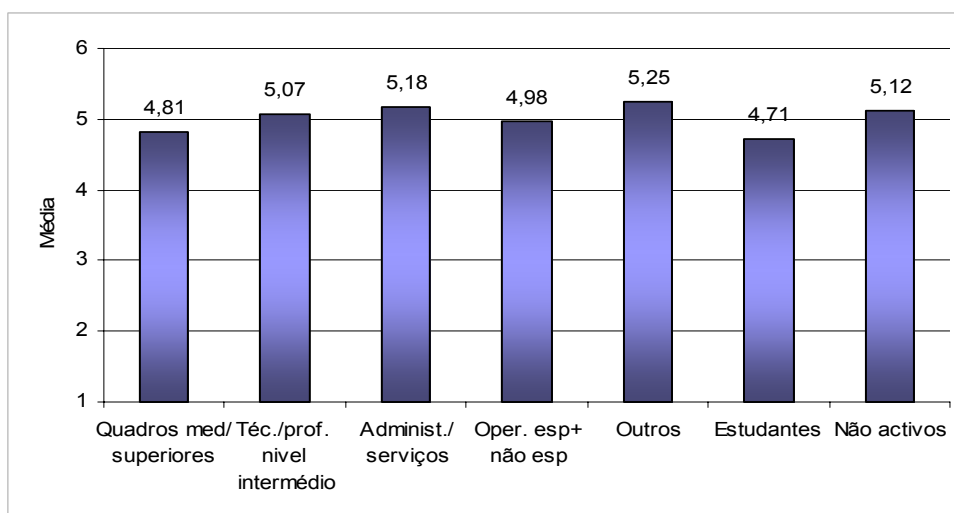
São os consumidores de suplementos alimentares mais jovens, na faixa etária de 18-24 anos, aqueles que apresentam o nível de satisfação mais baixo, ao invés dos mais idosos, com idade superior a 55 anos, que expressam maior satisfação. O grupo mais idoso apresenta maior consumo de minerais, podendo estar associado este facto à mais elevada satisfação (Gráfico 10).

**Gráfico 10 – Satisfação global com os resultados dos suplementos alimentares por faixa etária**



Verifica-se serem os estudantes e os quadros médios e superiores, aqueles que apresentam menor nível de satisfação global com os resultados obtidos com os suplementos alimentares consumidos. Contudo, todas as profissões analisadas mantêm um nível de satisfação elevado (Gráfico 11)<sup>11</sup>.

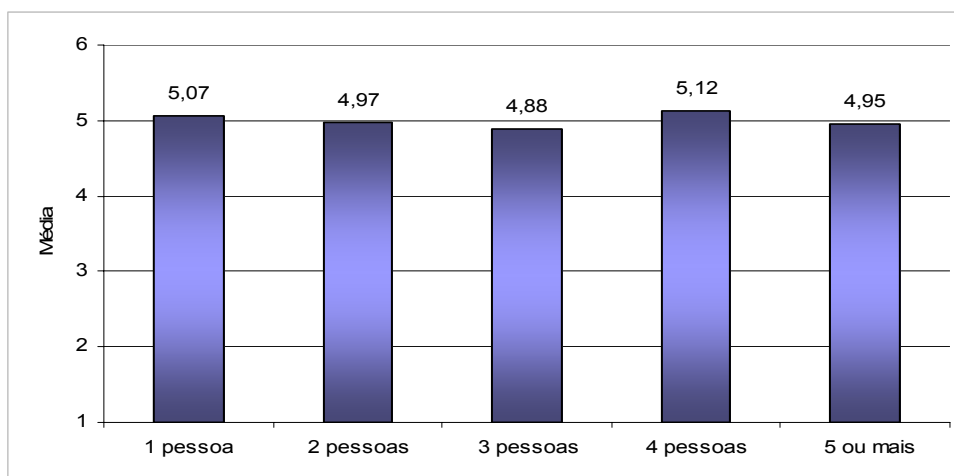
**Gráfico 11 – Satisfação global com os resultados dos suplementos alimentares por profissão/ocupação**



<sup>11</sup> Nível 5 na escala de 1 a 7, em que 1 corresponde a totalmente insatisfeito e 7 a totalmente satisfeito.

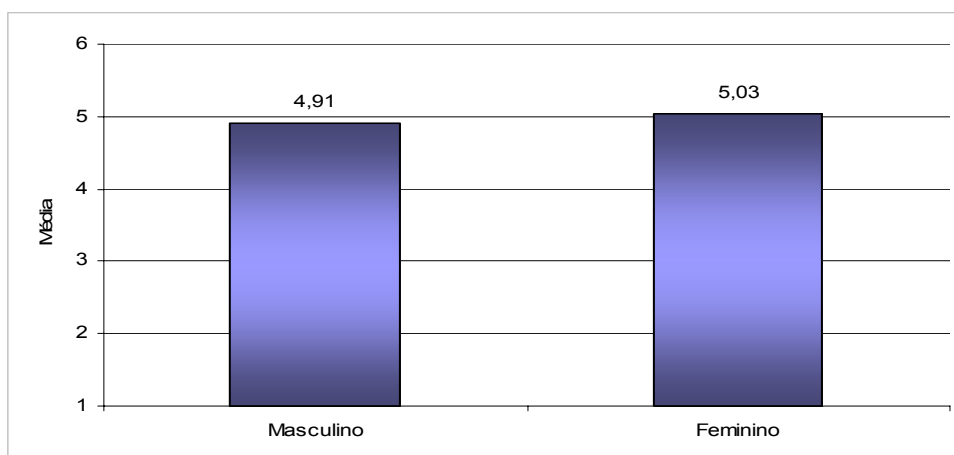
O agregado familiar constituído por quatro pessoas destaca-se ligeiramente das restantes dimensões de agregados, embora todos apresentem um nível de satisfação global elevado com os resultados obtidos, com o consumo de suplementos alimentares (Gráfico 12).

**Gráfico 12 – Satisfação global com os resultados dos suplementos alimentares por dimensão do agregado familiar**



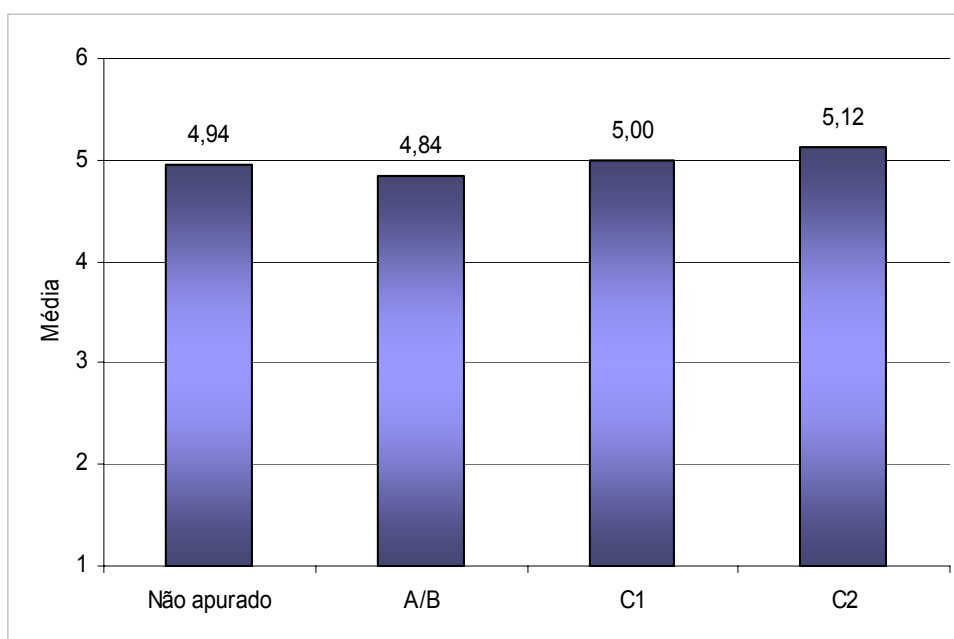
Os consumidores de ambos os sexos apresentam nível de satisfação elevado com os resultados obtidos pelo consumo de suplementos alimentares, com ligeira diferença do sexo feminino (Gráfico 13).

**Gráfico 13 – Satisfação global com os resultados dos suplementos alimentares por sexo**



Os consumidores do estrato sócio – económico identificado por C2 diferenciam-se ligeiramente dos restantes estratos quando se compara o nível de satisfação global dos consumidores com os resultados obtidos, embora todos apresentem nível de satisfação elevado (Gráfico 14).

**Gráfico 14 – Satisfação global com os resultados dos suplementos alimentares por estrato sócio – económico**

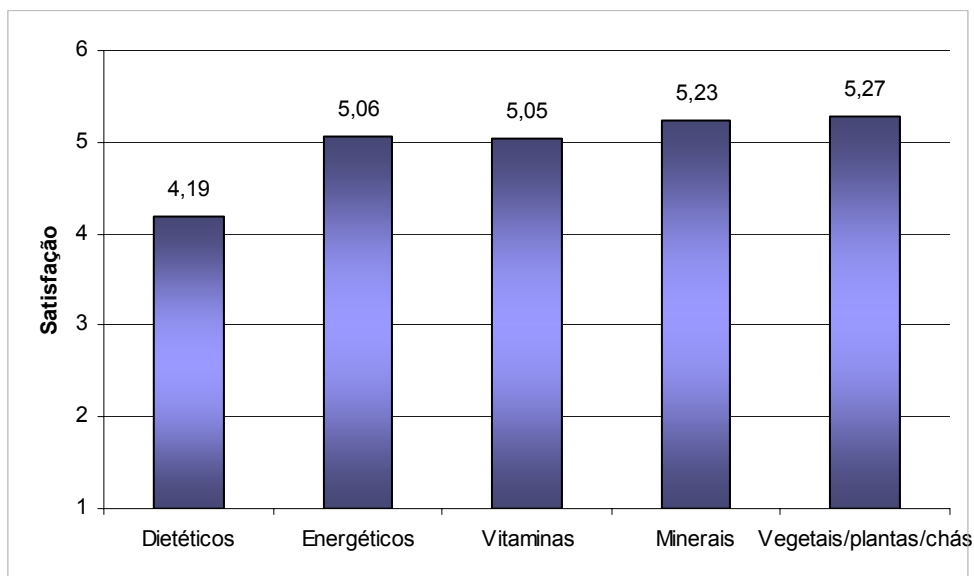


A variável «satisfação», identificada por ‘grau de satisfação com os resultados dos suplementos alimentares’, apresenta elevada correlação com a variável «intenção de recompra», identificada por ‘pensa voltar a comprar e/ou utilizar suplementos alimentares’. A intenção de recompra aumenta na proporção em que a satisfação aumenta (Anexo 6, Quadro 1).

A variável «satisfação», identificada por ‘grau de satisfação com os resultados dos suplementos alimentares’, apresenta boa correlação com a variável «valor gasto», identificada por ‘valor gasto com suplementos alimentares’. O valor gasto aumenta com o aumento da satisfação (Anexo 6, Quadro 2).

Analisando o grau de satisfação dos utilizadores por categoria de suplemento alimentar, verifica-se que a categoria dos dietéticos apresenta o valor de satisfação mais baixo, embora com o nível de satisfação global elevado (Gráfico 15).

**Gráfico 15 – Satisfação relativamente às categorias de suplementos alimentares**



As categorias minerais e vegetais apresentam o índice de satisfação mais elevado, o que se pode relacionar com os motivos pelos quais é consumido o suplemento alimentar. Atendendo a que os motivos de saúde estão fortemente associados aos minerais e vegetais, este facto poderá, de certa forma, condicionar o nível de satisfação dos consumidores.

Com base nos elementos disponíveis, procurou-se desenvolver modelo explicativo da satisfação. Nesta análise não se pretende concluir da qualidade dos produtos à qual se associa a satisfação devido aos resultados obtidos, motivo pelo que apenas se pode desenvolver alguma relação entre a satisfação e as questões de concordância face à "qualidade", "preferência face a medicamentos", "preço" e "bem estar proporcionado". Nesta perspectiva, utilizou-se a regressão linear, baseada no referido grupo de variáveis, para explicar a variabilidade da "satisfação".

Desses resultados conclui-se:

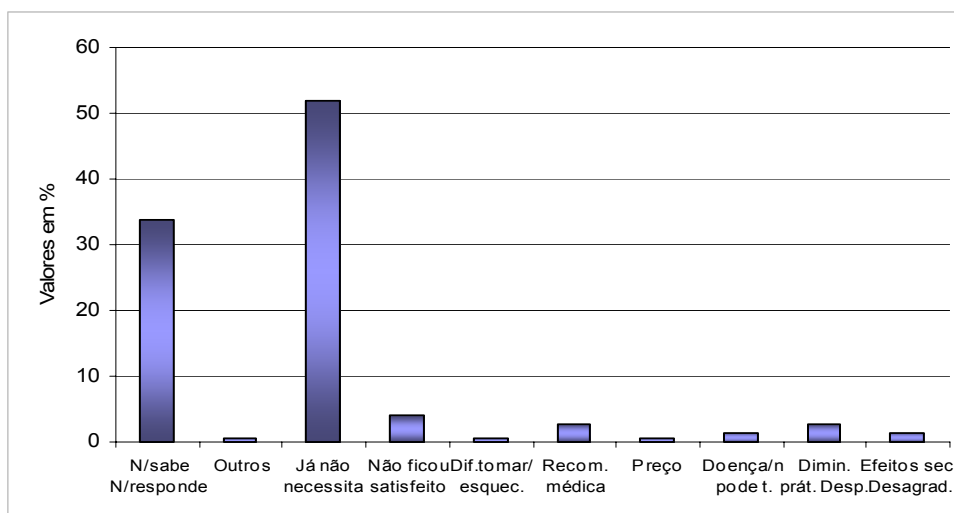
- a) O modelo explica 30% da variabilidade da satisfação (y) com as variáveis definidas em concordância com as características dos suplementos alimentares;
- b) O modelo ajustado apresenta elevada significância ( $F = 105$  e  $p\text{-value} = 0,000$ ), com grau de satisfação =  $2,415 + 0,235P.4.8a - 0,011P.4.8b + 0,330P.4.8c - 0,086P.4.8d$ .

Em suma, verifica-se que apenas a qualidade, o bem – estar e o preço baixo – em sentido inverso – afectam significativamente a satisfação.

### 6.2.3- Análise do abandono do consumo de suplementos alimentares

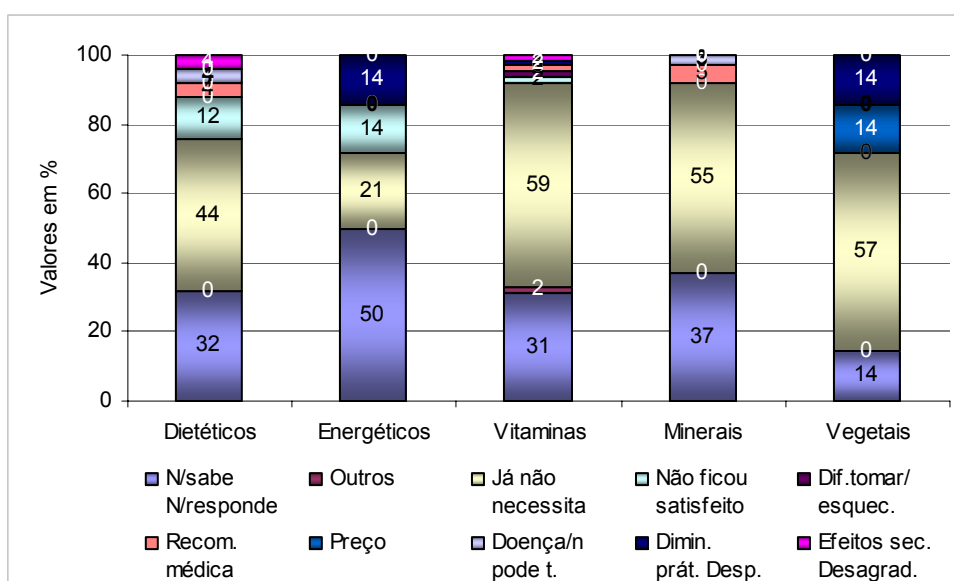
Atendendo a que cerca de 29% dos inquiridos revela não consumir suplementos alimentares há mais de um ano, tendo já sido consumidor, procurou identificar-se os motivos, através de questão aberta. Verificou-se que, em mais de 50% dos casos, o consumo deixou de ser necessário. Apenas cerca de 5% dos inquiridos refere não consumir por razões de insatisfação com os resultados obtidos (Gráfico 16).

**Gráfico 16 – Motivos para o não consumo de suplementos alimentares há mais de um ano (consumo apenas de uma categoria de suplementos alimentares)**



Detalhando a análise por categoria de suplementos alimentares consumidos, verifica-se, na categoria dietéticos, que cerca de 44% referem já não necessitarem de consumir e cerca de 12% não consomem por insatisfação com os resultados. De salientar que cerca de 32% referiram não saber ou que não respondem (Gráfico 17).

**Gráfico 17 – Motivos para o não consumo de suplementos alimentares há mais de um ano (consumo apenas de uma categoria de suplementos alimentares)**



Quanto à categoria energéticos cerca de 21% já não necessitam de consumir, cerca de 14% não ficaram satisfeitos com os resultados e cerca de 14% não consomem porque diminuíram a prática desportiva. De salientar que cerca de 50% referiram não saber ou que não respondem.

Quanto à categoria vitaminas, cerca de 59% referiram já não necessitarem de consumir. De salientar que cerca de 31% indicaram não saber ou que não respondem.

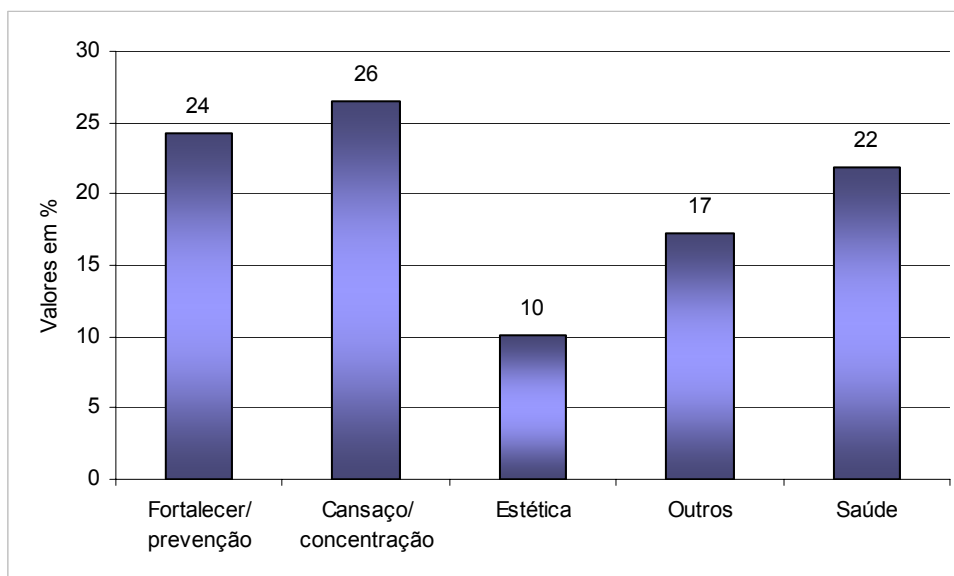
No respeitante à categoria minerais, cerca de 55% referiram já não necessitarem de consumir. De salientar que cerca de 37% dos inquiridos considerados indicaram não saber ou que não respondem.

Quanto à categoria vegetais cerca de 57% dos inquiridos já não necessitam de consumir, cerca de 14% não consomem devido ao elevado preço e cerca de 14% não consomem porque diminuíram a prática desportiva. De salientar que cerca de 50% referiram não saber ou que não respondem.

#### 6.2.4- Motivos para o consumo de suplementos alimentares

O principal motivo para o consumo de suplementos alimentares refere-se ao cansaço e/ou concentração, com cerca de 26% das respostas, ao fortalecimento e/ou prevenção, com cerca de 24%, à saúde, com cerca de 22% e a outras razões, com cerca de 17%. Só, por último, aparecem as razões de estética, com cerca de 10% (Gráfico 18).

**Gráfico 18 – Motivo principal para o consumo de suplementos alimentares**

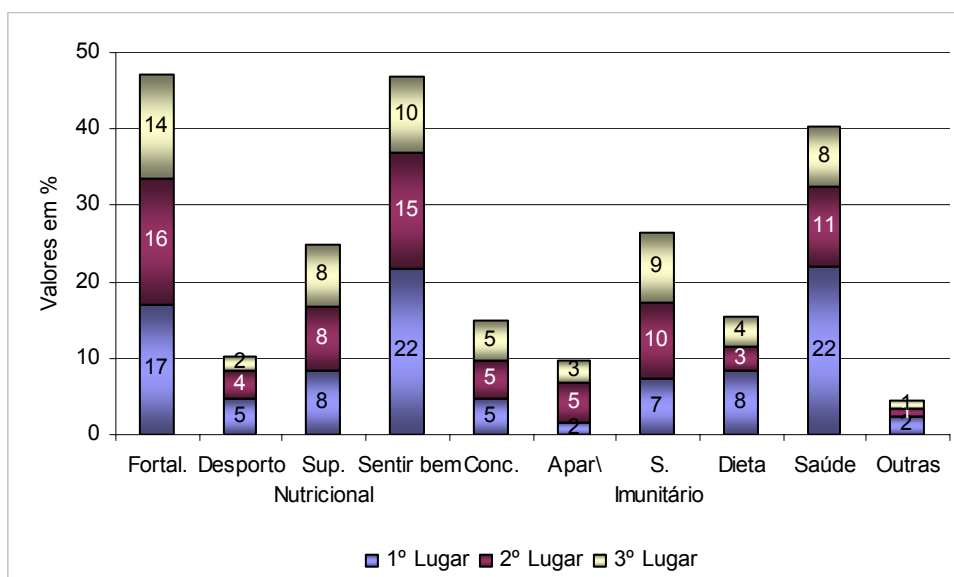


Considerando os motivos para o consumo de suplementos alimentares, de forma mais desagregada, atendendo apenas ao motivo indicado em primeiro lugar pelos inquiridos, destacam-se os motivos “clínicos e/ou saúde” e “sentir bem em situações de cansaço, fadiga ou *stress*”.



Fazendo a análise com base na acumulação dos três principais motivos referidos pelos inquiridos, verifica-se ligeira alteração ganhando maior relevo os motivos relacionados com o “fortalecimento do corpo e evitar problemas”, seguindo-se os motivos relacionados com o “sentir bem em situações de cansaço, fadiga ou *stress*” (Gráfico 19).

**Gráfico 19 – Principais motivos para o consumo de suplementos alimentares**

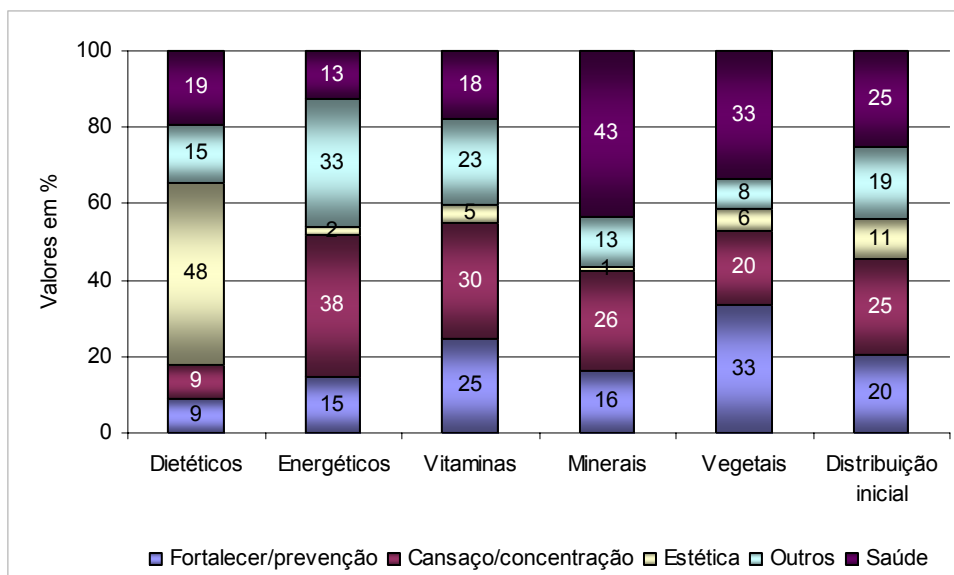


A análise ‘motivos de utilização’ (variável) associados à ‘categoria de suplementos alimentares’ (variável), só é possível realizar isolando os indivíduos que consomem apenas um tipo de produto. Assim, centrando a análise nesta sub-amostra, com 411 entrevistados, verifica-se elevada significância na relação entre as duas variáveis.

Os motivos porque são utilizados os produtos dietéticos centram-se especialmente em razões de estética, com cerca de 48%, e de saúde, com cerca de 19% (Gráfico 20).

Os motivos porque são utilizados os produtos energéticos centram-se especialmente em razões de cansaço e/ou concentração, com cerca de 38%, fortalecimento e/ou prevenção, com cerca de 15%, e de saúde, com cerca de 13%.

**Gráfico 20 – Relação entre os motivos de utilização e as categorias de suplementos alimentares**



Os motivos porque são utilizados os produtos à base de vitaminas centram-se especialmente em razões de cansaço e/ou concentração, com cerca de 30%, fortalecimento e/ou prevenção, com cerca de 25% e de saúde, com cerca de 18%.

Os motivos porque são utilizados os produtos à base de minerais centram-se especialmente em razões de saúde com cerca de 43%, cansaço/concentração com cerca de 26% e fortalecimento/prevenção com cerca de 16%.

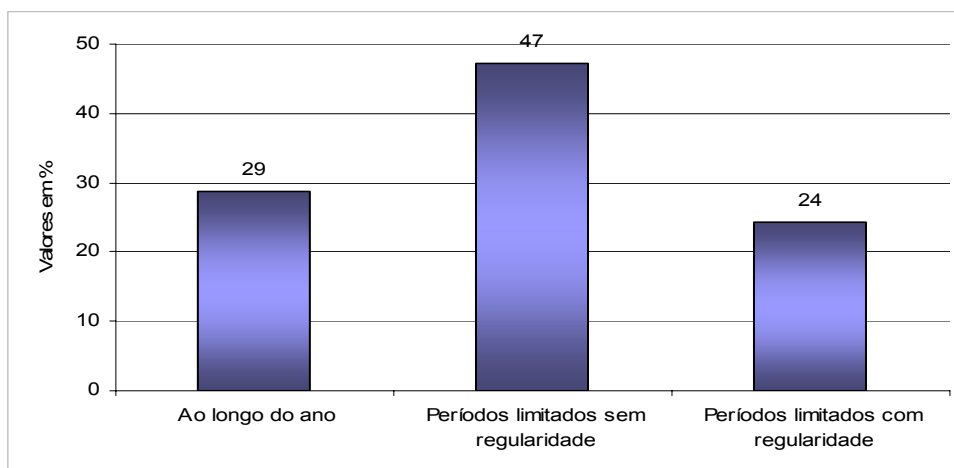
Os motivos porque são utilizados os produtos à base de vegetais centram-se especialmente em razões de fortalecimento e/ou prevenção, com cerca de 33%, de saúde, com cerca de 33%, e de cansaço e/ou concentração, com cerca de 20%.

### 6.2.5- Regularidade do consumo de suplementos alimentares

Visando conhecer os hábitos de consumo de suplementos alimentares, procurou-se aferir o perfil de consumo, em termos de regularidade de consumo, destes géneros alimentícios. Os resultados apurados evidenciam o consumo em períodos limitados de

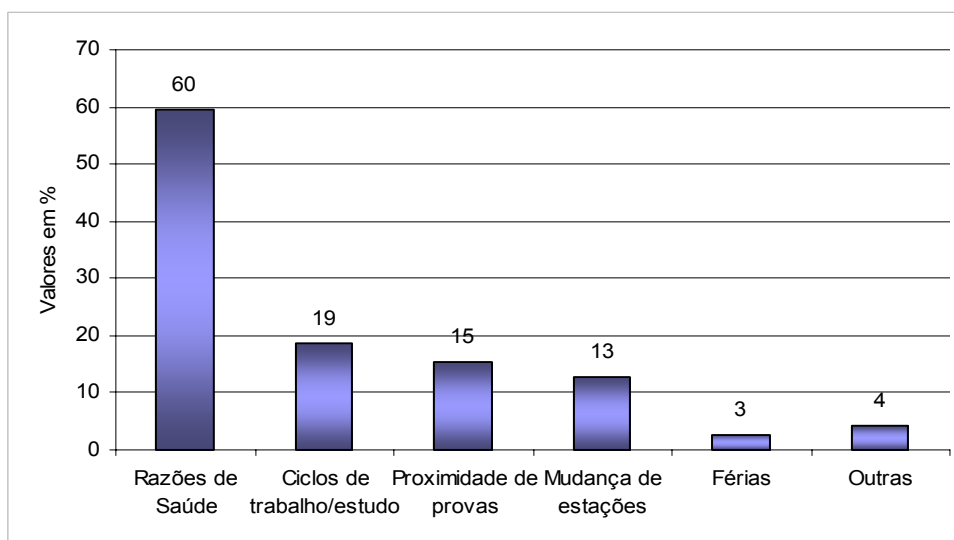
tempo, sem regularidade, com cerca de 47% das respostas, seguindo-se o consumo ao longo do ano, com cerca de 29%, e o consumo em períodos limitados de tempo, com regularidade, com cerca de 24% das respostas (Gráfico 21).

**Gráfico 21 – Regularidade do consumo de suplementos alimentares**



No que respeita aos motivos que justificam o consumo em períodos limitados de tempo e com regularidade, verifica-se que cerca de 60% referem razões de saúde, seguindo-se os ciclos de trabalho e/ou de estudo, com cerca de 19%, a proximidade de provas, com cerca de 15%, e a mudança de estações, com cerca de 13% (Gráfico 22).

**Gráfico 22 – Motivos para o consumo regular de suplementos alimentares**

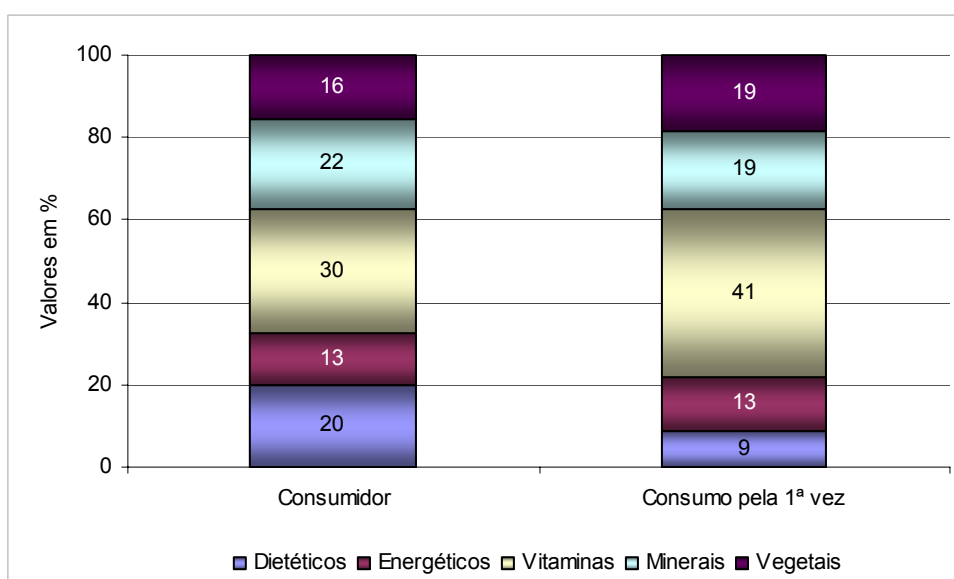


## 6.2.6- Novos consumidores *versus* consumidores

Procurou-se, por fim, testar a existência de relação entre a variável identificada por "consumo pela primeira vez" e a variável "tipo de suplemento consumido", tendo-se verificado a não existência de relação.

A amostra distribui os inquiridos sobre suplementos alimentares, por consumidores de vitaminas, em cerca de 30%, de minerais, em cerca de 22%, de produtos dietéticos, em cerca de 20%, de produtos vegetais, em cerca de 16% e de produtos energéticos, em cerca de 13% (Gráfico 23).

**Gráfico 23 – Consumo pela primeira vez *versus* tipo suplemento**



Considerando, no âmbito da amostra, os consumidores de suplementos alimentares pela primeira vez, verifica-se que consumiram vitaminas cerca de 41%, minerais cerca de 19%, vegetais cerca de 19%, produtos energéticos cerca de 13% e produtos dietéticos cerca de 9%.

A ordem de consumo é semelhante quanto aos dois produtos mais consumidos, considerando a amostra e o consumo pela primeira vez, os produtos à base de vitaminas e os produtos minerais.

Em suma, os resultados apurados, relativos ao comportamento de consumo, permitem verificar a existência de diferenças significativas entre o padrão de consumo, de acordo com as diferentes variáveis independentes consideradas.

Também, no que respeita aos motivos de consumo e consequente satisfação, são notórias diferenças significativas, apesar da satisfação no geral ser elevada, entre as diferentes categorias de suplementos alimentares.

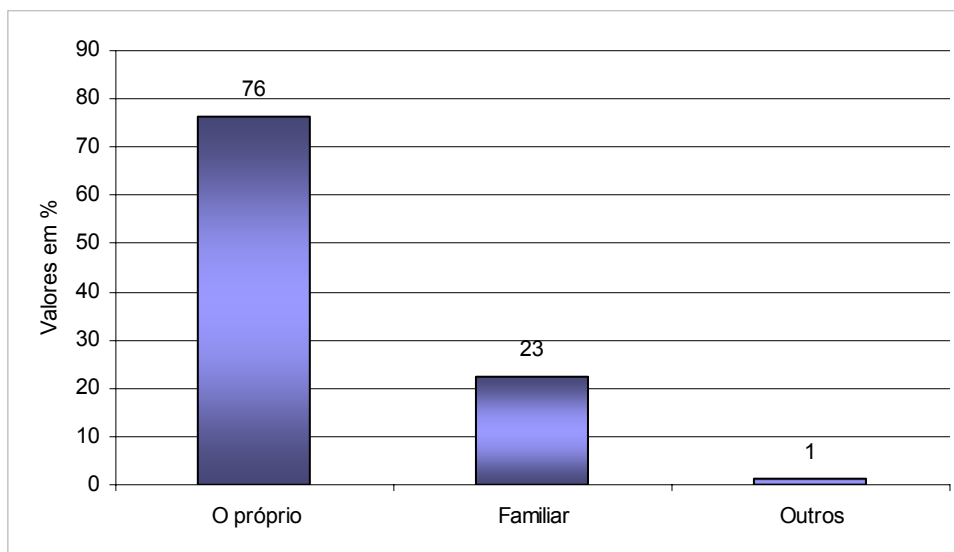
Adicionalmente, considera-se ser relevante a análise dos motivos de abandono do consumo de suplementos alimentares que, como se verificou, são distintas conforme a categoria de suplementos.

## **6.3- Comportamento de compra**

### **6.3.1- Quem compra os produtos**

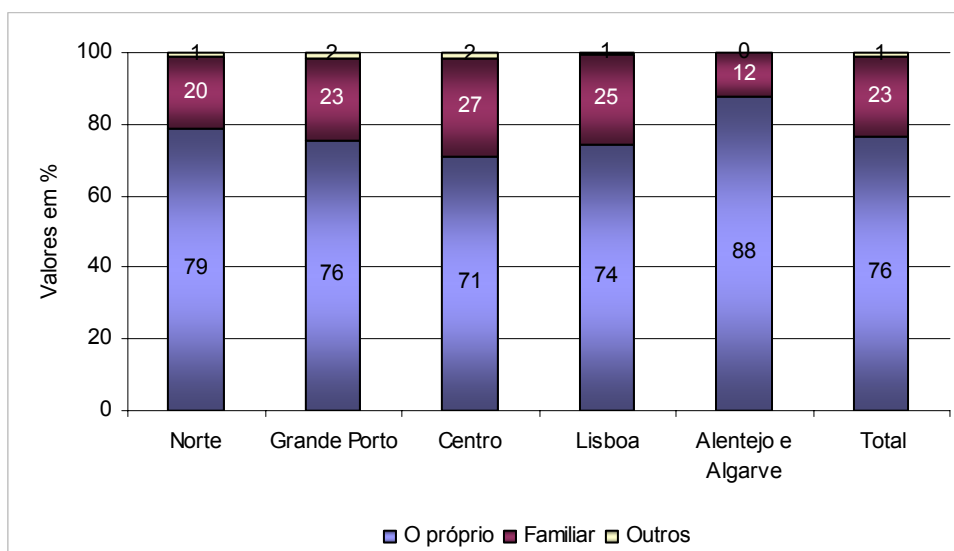
Verifica-se que em geral é o próprio consumidor que adquire os suplementos alimentares, em cerca de 76% das respostas obtidas (Gráfico 24).

**Gráfico 24 – Quem compra os produtos**



Considerando a aquisição pelo próprio consumidor dos suplementos alimentares, verifica-se que na análise pelas diversas regiões do país se mantém a tendência, em mais de 70%, para ser o próprio a adquirir os produtos, atingindo no Alentejo e Algarve os 88% (Gráfico 25).

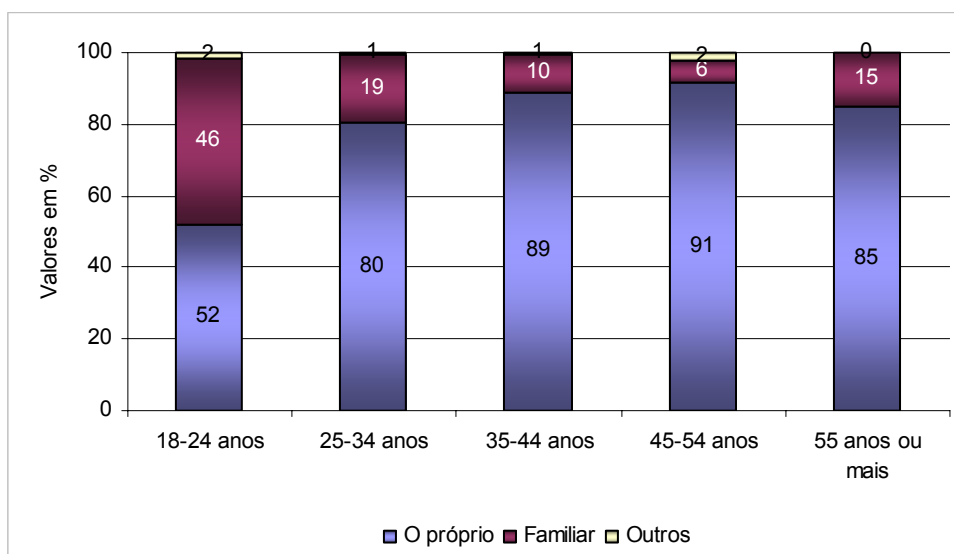
**Gráfico 25 – Quem compra os produtos por região**



Na faixa etária de 18-24 anos, muito embora os próprios adquiram os seus produtos em cerca de 52%, os familiares assumem papel de destaque na aquisição dos suplementos

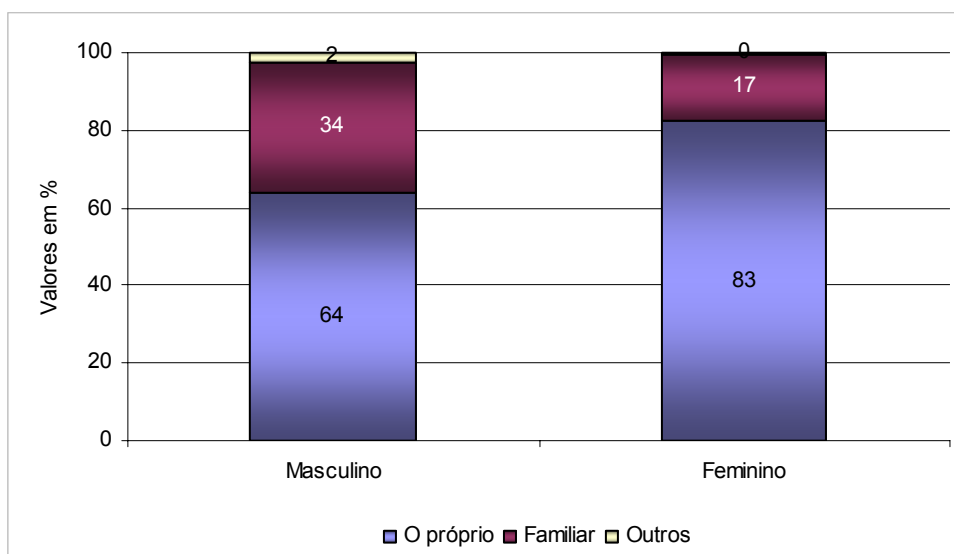
alimentares, com cerca de 46% dos inquiridos a fazerem essa referência (Gráfico 26). Contudo, são os inquiridos da faixa etária de 45-54 anos quem mais cuida de si na aquisição dos produtos, com cerca de 91% a responderem fazê-lo. Das restantes faixas etárias são os próprios que, em geral, fazem as suas próprias aquisições.

**Gráfico 26 – Quem compra os produtos por faixa etária**



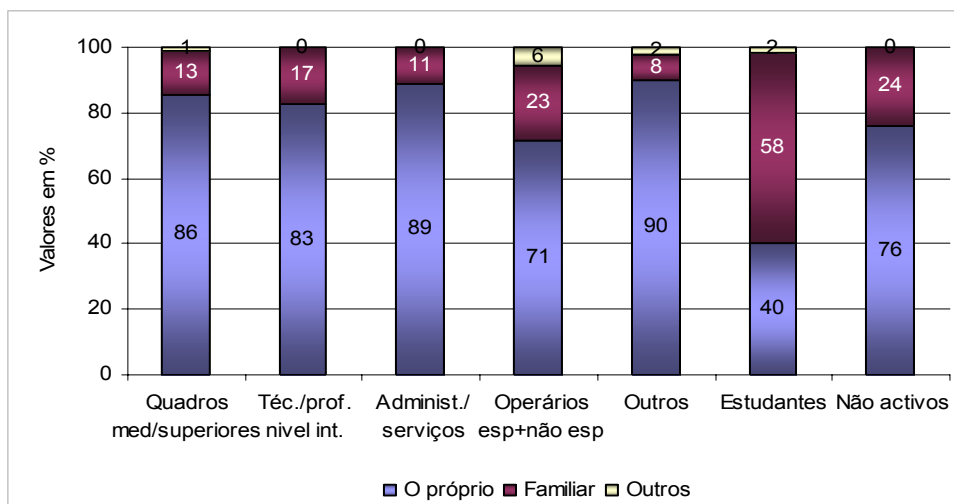
Os consumidores ou inquiridos do sexo feminino são os que referem adquirir, em geral, os seus próprios produtos, em cerca de 83% dos casos. Os do sexo masculino referem adquirir os seus próprios produtos, em cerca de 64% (Gráfico 27).

**Gráfico 27 – Quem compra suplementos alimentares por sexo**



Por profissão e/ou ocupação, verifica-se, exceptuando os estudantes em que os familiares são quem adquire os produtos em cerca de 58%, nas restantes profissões e/ou ocupações são os próprios que os adquirem em mais de 70% dos casos (Gráfico 28).

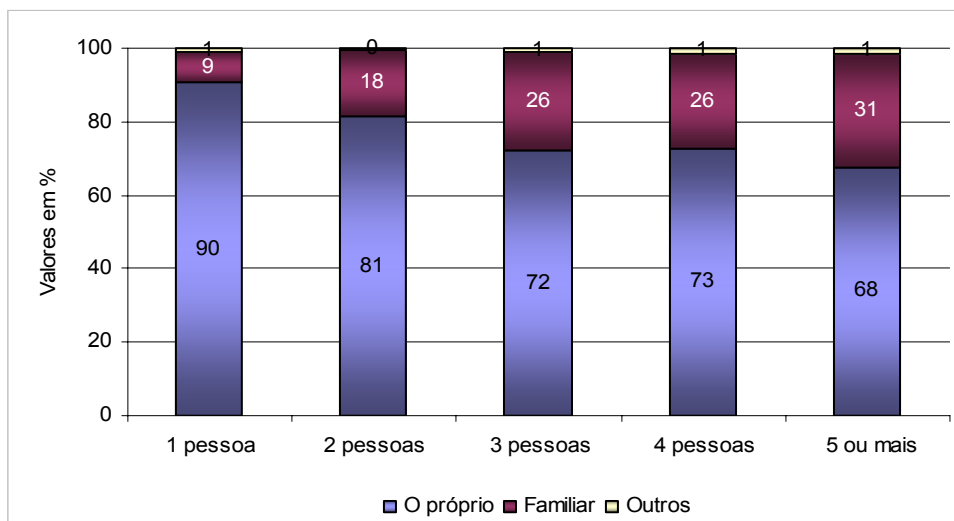
**Gráfico 28 – Quem compra suplementos alimentares por profissão/ocupação**



Verifica-se, nos agregados familiares com três ou mais pessoas, que mais de 26% dos inquiridos responderam serem os familiares quem adquire os produtos (Gráfico 29).

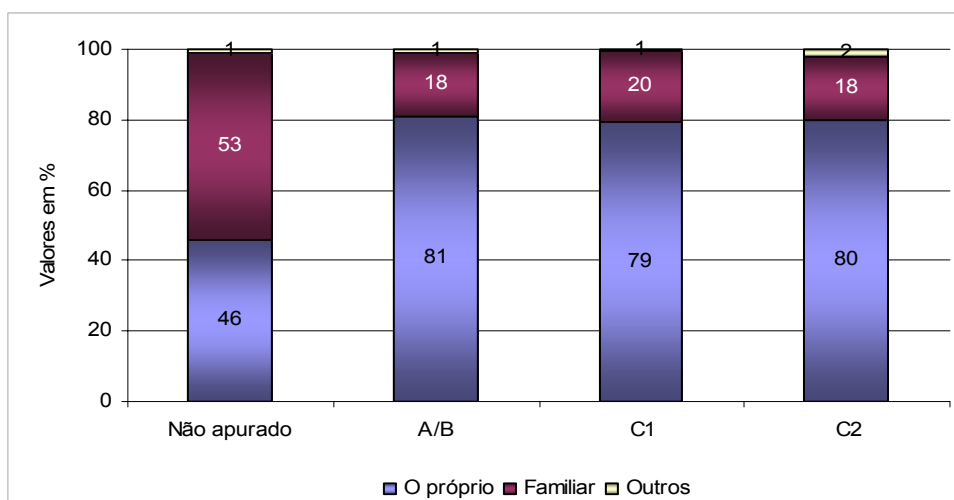


**Gráfico 29 – Quem compra suplementos alimentares por dimensão do agregado familiar**



Em qualquer dos estratos sócio – económicos, identificados por A/B, C1 e C2, a família colabora nas aquisições dos produtos em pelo menos 18% dos casos inquiridos (Gráfico 30).

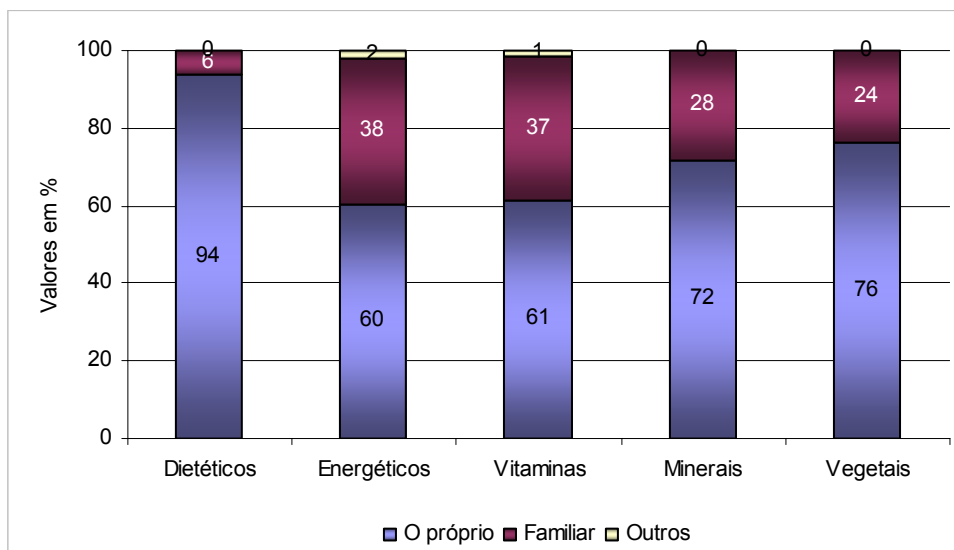
**Gráfico 30 – Quem compra suplementos alimentares por estrato social e económico**



A análise, com base nas categorias de suplementos alimentares consumidas, refere-se aos inquiridos que indicam consumir apenas uma categoria. Os resultados evidenciam,

no caso dos produtos dietéticos, que os próprios consumidores adquirem cerca de 94% os seus produtos (Gráfico 31).

**Gráfico 31 – Quem compra suplementos alimentares por categoria de suplemento alimentar consumida**



Quanto aos produtos minerais e vegetais, os familiares colaboram na aquisição dos produtos, em mais de 24% das aquisições. Já quanto aos produtos energéticos e vitaminas, os familiares colaboram na aquisição em mais de 37% das aquisições.

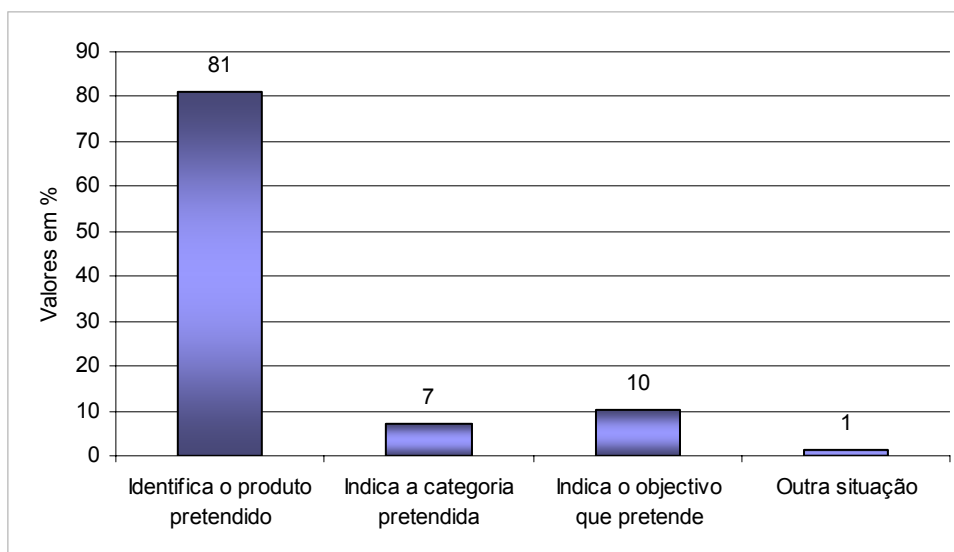
Em suma, verifica-se que, em geral, é o próprio consumidor ou inquirido que adquire os suplementos alimentares, ainda que haja alguma diferença, em especial nos grupos etários mais jovens, em que se verifica a colaboração das famílias.

A variável ‘quem compra’ os suplementos alimentares apresenta boa definição da população e dos seus comportamentos. Verifica-se a existência de relação significativa entre todas as variáveis idade, sexo, estrato sócio – económico, profissão e/ou ocupação, agregado familiar, tipo de suplemento alimentar e região. Porém, a região é a variável que apresenta a relação menos forte com a variável "quem compra".

### 6.3.2- Iniciativa no acto da compra

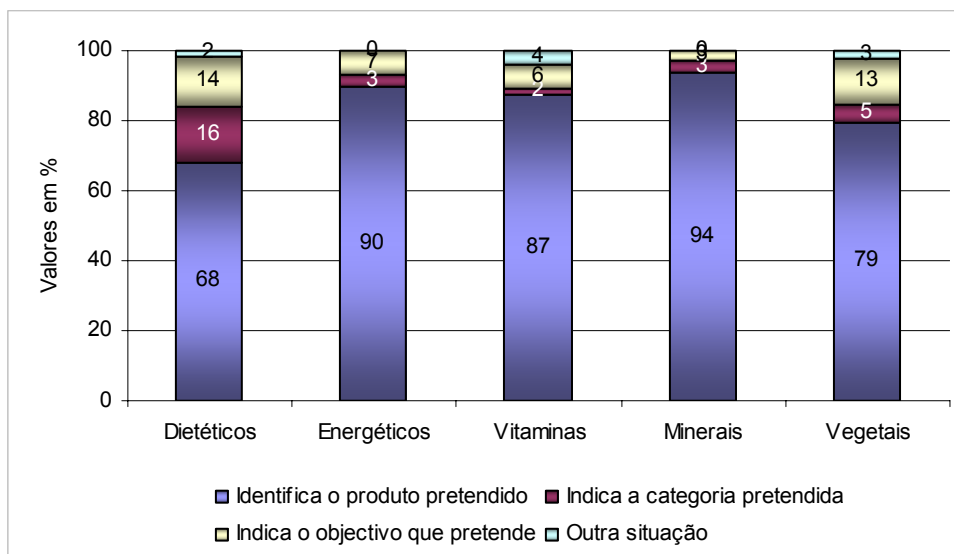
Verifica-se que os inquiridos, em mais de 80%, identificam directamente o produto pretendido no acto da compra. Já quanto à indicação da categoria pretendida apenas cerca de 8% o fizeram (Gráfico 32).

**Gráfico 32 – Iniciativa no acto de compra**



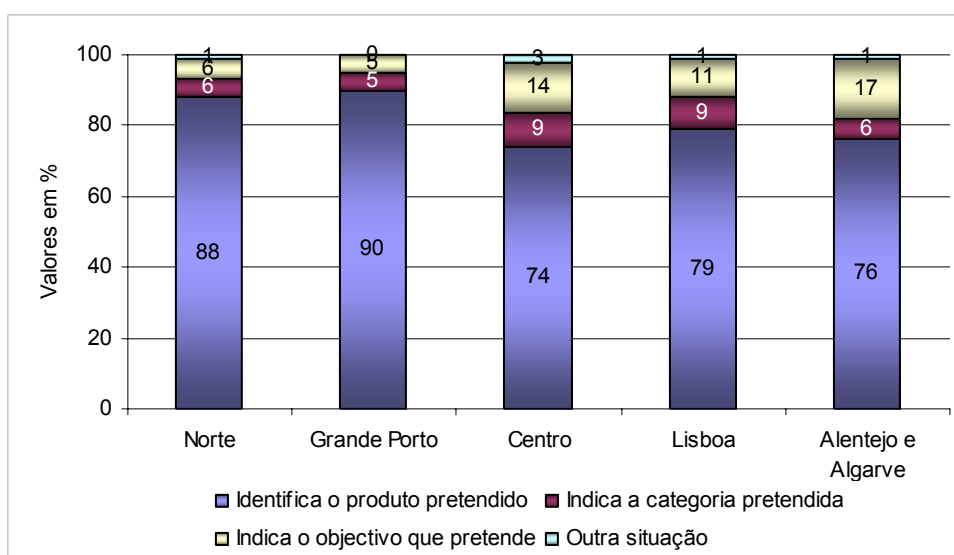
Quando confrontada a iniciativa no acto de compra, por categoria de suplemento alimentar, verifica-se que na aquisição dos dietéticos, cerca de 68% dos inquiridos identificam directamente o produto pretendido. Essa percentagem nos produtos à base de vegetais é cerca de 79% e nos restantes cerca de 87% e mais (Gráfico 33). Apenas se consideraram os inquiridos que são eles próprios a adquirir os produtos e que consomem um suplemento.

**Gráfico 33 – Iniciativa no acto de compra por categoria de suplemento alimentar**



Os inquiridos da região Norte e da região do Grande Porto são quem identifica melhor os produtos pretendidos em cerca, pelo menos, de 88% dos casos. Já relativamente às regiões Centro, Lisboa e Alentejo e Algarve os inquiridos identificaram, no máximo, cerca de 79% dos produtos, verificando-se uma clara diferença no comportamento dos inquiridos entre regiões do país (Gráfico 34).

**Gráfico 34 – Iniciativa no acto de compra por região**



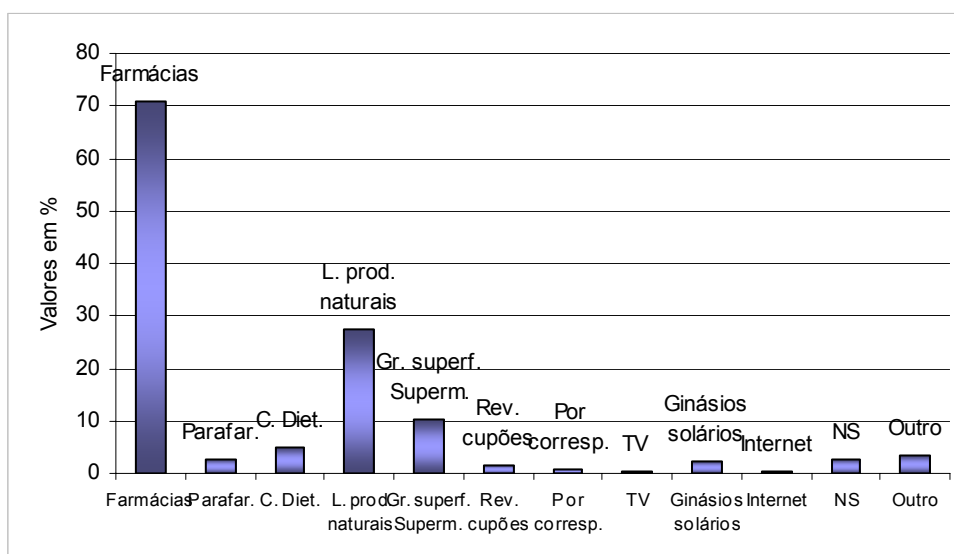
Em suma, verifica-se que os inquiridos identificam no acto da compra, directamente e em grande maioria, o produto pretendido. Contudo, em maior grau identificam como produtos pretendidos, em primeiro lugar aqueles à base de minerais e energéticos, seguindo-se os vitamínicos, vegetais e dietéticos.

Por regiões, são os inquiridos da região Norte e da região do Grande Porto que, em geral, denotam maior propensão para identificar os produtos pretendidos. Mas são os da região do Alentejo e Algarve quem refere mais claramente o objectivo pretendido com a aquisição dos produtos no acto de compra.

### 6.3.3- Local de compra

Do total de suplementos alimentares consumidos mais de 70 % são adquiridos em farmácias, seguindo-se, com cerca de 28%, a aquisição em lojas de produtos naturais e, com cerca de 10%, a aquisição em grandes superfícies e/ou super mercados (Gráfico 35).

**Gráfico 35 – Local de compra**

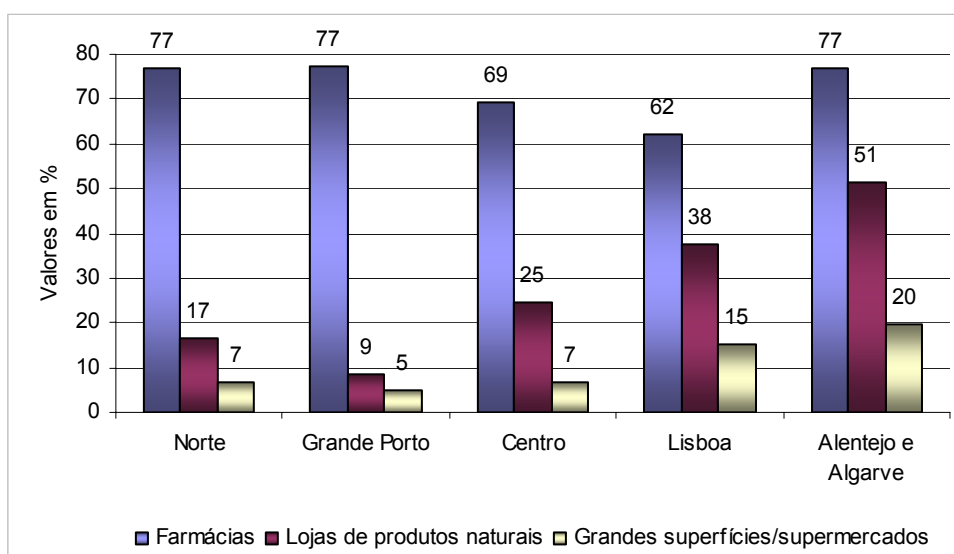


Os inquiridos, em geral, preferem adquirir os suplementos alimentares nas farmácias e nas lojas de produtos naturais. Contudo, verificam-se diferenças quando se comparam essas opções de compra por região do país.

Assim, os inquiridos da região Norte, da região do Grande Porto e da região do Alentejo e Algarve, em cerca de 78%, optam por adquirir na farmácia, comparativamente com os inquiridos na região Centro e na região de Lisboa que, em menos de 70%, referem adquirir na farmácia (Gráfico 36).

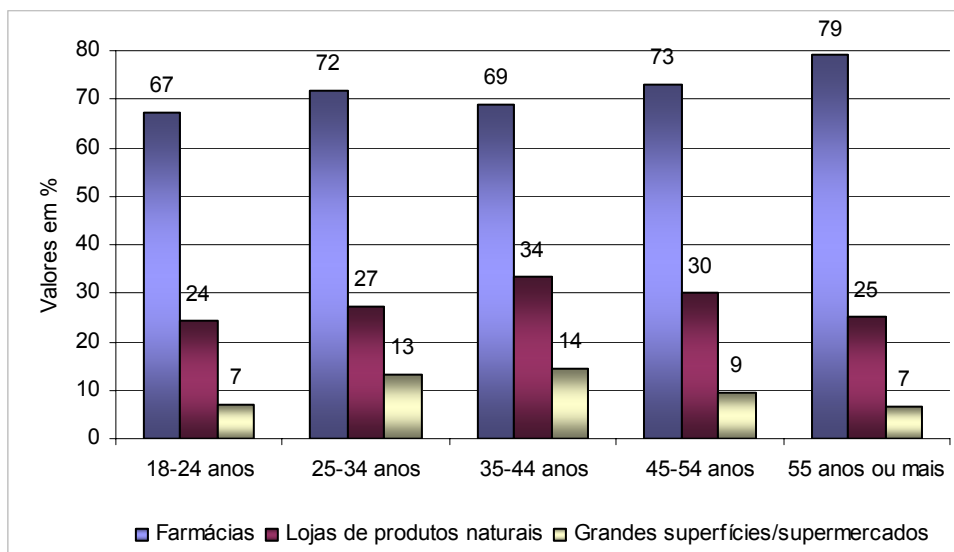
Os inquiridos da região de Lisboa e da região do Alentejo e Algarve, em mais de 38%, optam por adquirir os suplementos alimentares nas lojas de produtos naturais e em mais de 15% nas grandes superfícies e/ou supermercados.

**Gráfico 36 – Local de compra de suplementos alimentares, por região**



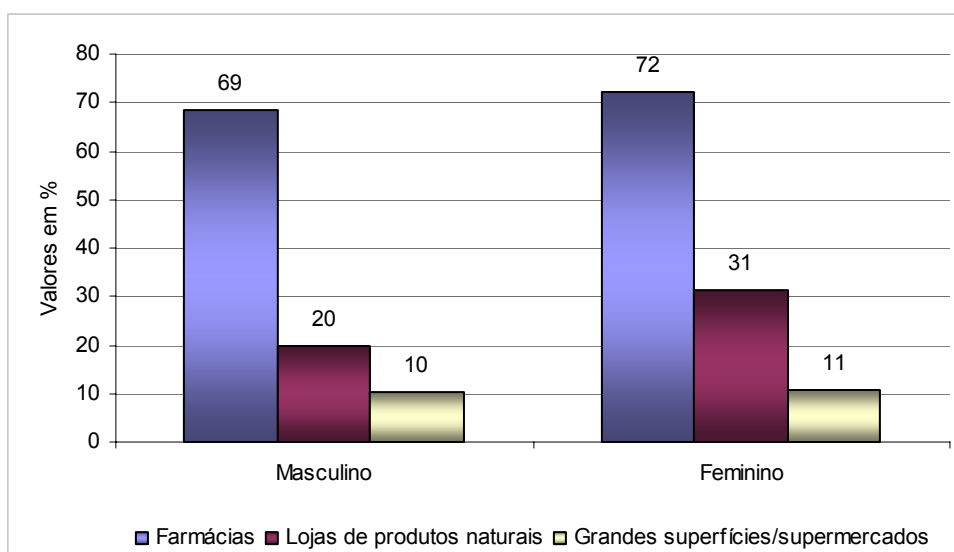
A preferência pelas farmácias é transversal a todas as faixas etárias, registando-se o valor máximo na faixa etária dos 55 anos ou mais, com cerca de 80%, bem como, a preferência pelas lojas de produtos naturais, com pelo menos 24% das preferências, e pelas grandes superfícies e/ou supermercados, com pelo menos 8% das opções (Gráfico 37).

**Gráfico 37 – Local de compra de suplementos alimentares, por faixa etária**



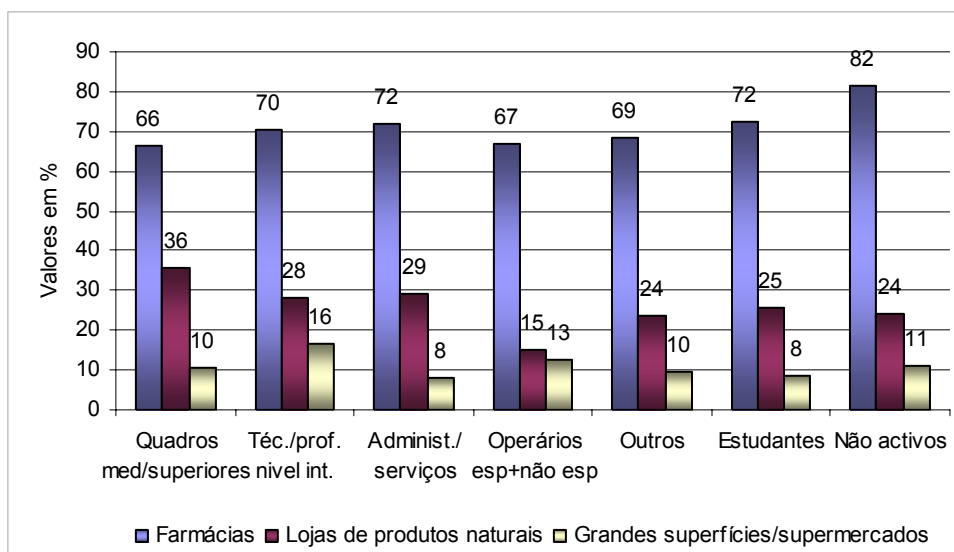
Os inquiridos de ambos os sexos optam, de forma semelhante, por adquirir os produtos nas farmácias, em cerca de 70% das opções. Já quanto à opção de comprar nas lojas de produtos naturais os inquiridos do sexo feminino optam por este local de compra em mais de 30%, contra cerca de 20% dos inquiridos do sexo masculino. No caso da compra se realizar nas grandes superfícies e/ou supermercados as opções são semelhantes em cerca de 10% dos casos (Gráfico 38).

**Gráfico 38 – Local de compra de suplementos alimentares, por sexo**



Apesar de se registarem algumas diferenças em termos das profissões e/ou ocupações, também neste caso não são visíveis alterações na hierarquia das preferências, em termos dos locais de compra. Destacam-se os quadros médios e/ou superiores no que respeita à opção de compra nas lojas de produtos naturais, em cerca de 35%, e os operários, em cerca de 15% dos casos (Gráfico 39).

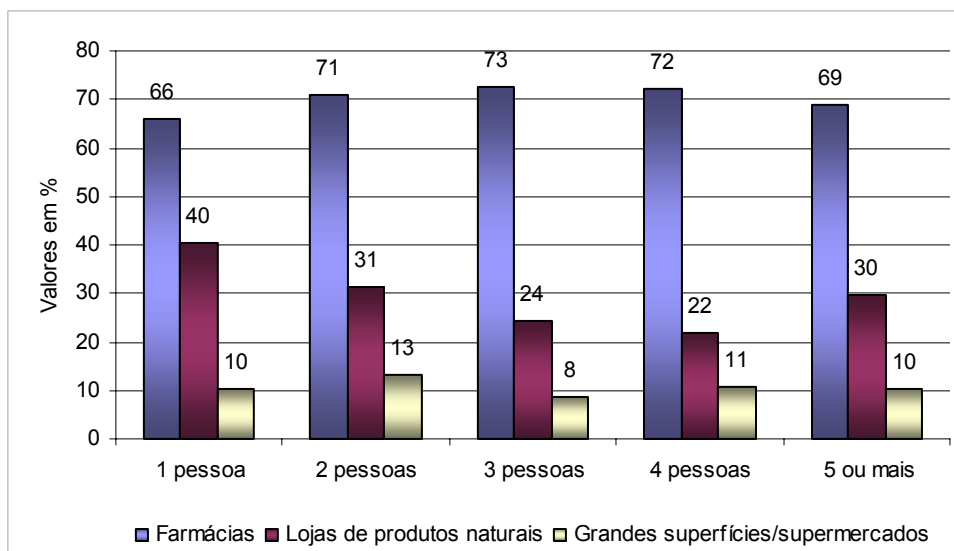
**Gráfico 39 – Local de compra de suplementos alimentares, por profissão/ocupação**



Qualquer dos agregados familiares opta, em geral, em mais de 67% dos casos, por adquirir os suplementos alimentares nas farmácias. Já quanto à aquisição nas lojas de produtos naturais os agregados de uma pessoa, em mais de 40% dos casos, distingue-se dos restantes. Por sua vez, os agregados com três e quatro pessoas optam, em menos de 14%, por adquirir os produtos em lojas de produtos naturais (Gráfico 40).

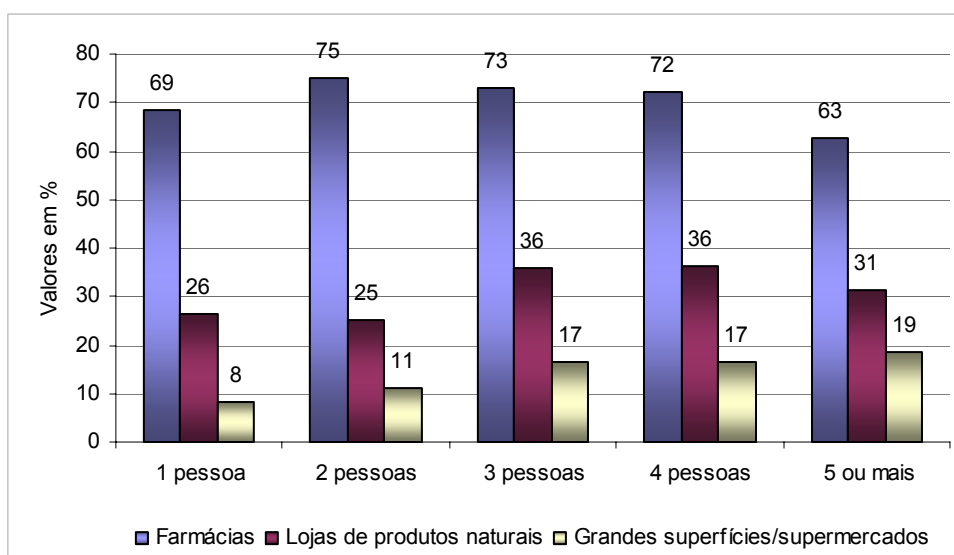


**Gráfico 40 – Local de compra de suplementos alimentares, por dimensão do agregado familiar**



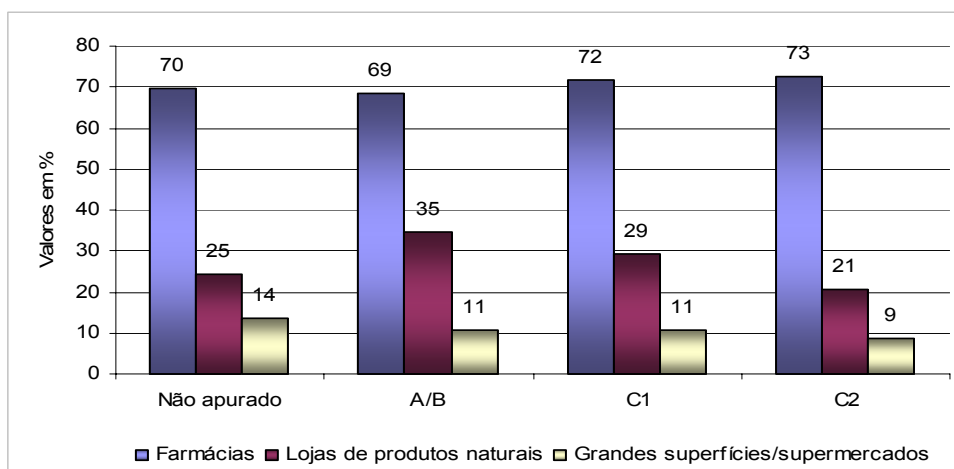
Considerando, agora, o número de consumidores no agregado familiar, verifica-se que aqueles agregados com mais de cinco pessoas consumidoras são quem adquire menos produtos nas farmácias, mesmo assim com cerca de 63%, e são quem adquire mais nas grandes superfícies e/ou supermercado, com cerca de 19% (Gráfico 41).

**Gráfico 41 – Local de compra de suplementos alimentares, por número de consumidores no agregado familiar**



Em geral, verifica-se que os inquiridos distribuídos pelos diferentes estratos sócio – económicos optam por adquirir os suplementos alimentares, de forma equiparada, nas farmácias, em cerca de 70% das opções. Contudo, o estrato identificado por A/B prefere, em cerca de 35%, adquiri-los nas lojas de produtos naturais (Gráfico 42).

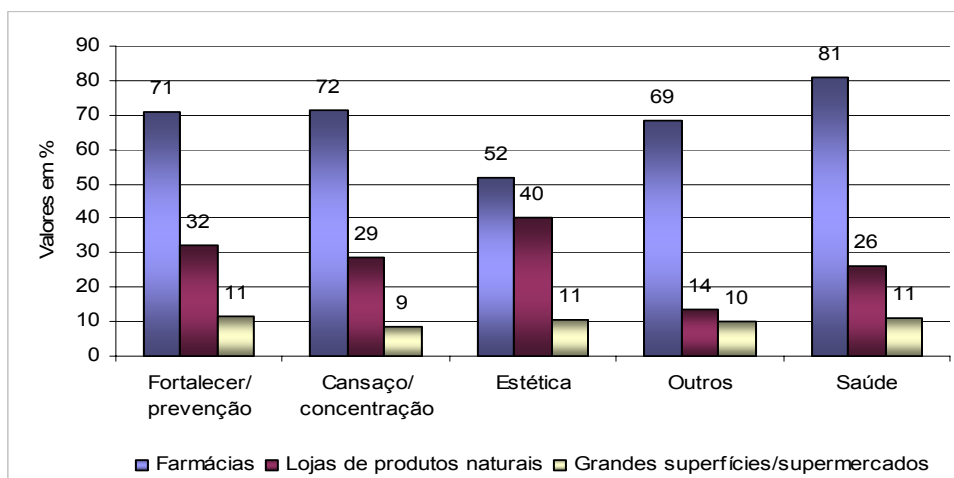
**Gráfico 42 – Local de compra de suplementos alimentares, por estrato sócio – económico**



Consoante os motivos de consumo assim os inquiridos fazem diferentes opções por locais de compra.

Na aquisição de produtos para fortalecer e/ou prevenir e produtos para o cansaço e/ou concentração os inquiridos, em mais de 70%, optam por os comprar na farmácia e se forem produtos para fins de saúde essa opção eleva-se para mais de 80% (Gráfico 43).

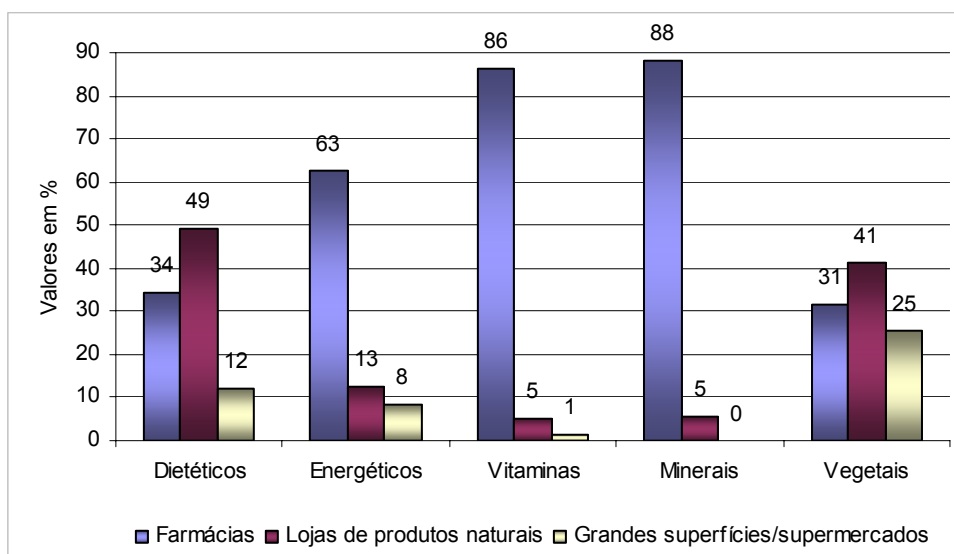
**Gráfico 43 – Local de compra de suplementos alimentares, por motivo de consumo**



Da mesma forma, em mais de 26% dos casos, optam por adquiri-los nas lojas de produtos naturais. Já quando pretendem adquirir produtos de estética optam por fazê-lo nas farmácias, em cerca de 52% dos casos, e nas lojas de produtos naturais, em cerca de 40%. Verifica-se uma clara diferenciação entre as opções pelos locais de aquisição, tratando-se de produtos para estética comparativamente com os restantes.

Analisando as opções de aquisição por categorias de suplementos alimentares, verificam-se grandes diferenças. Assim, os produtos energéticos, as vitaminas e os produtos naturais, em mais de 63% dos casos, são adquiridos nas farmácias e em mais de 5% nas lojas de produtos naturais (Gráfico 44).

**Gráfico 44 – Local de compra de suplementos alimentares, por categoria**



Contudo, tanto os produtos dietéticos como os produtos de base vegetal são adquiridos, em mais de 40%, nas lojas de produtos naturais, relegando para lugar subalterno as farmácias como local de aquisição, ainda assim, em mais de 30% dos casos. Tem importância a opção alternativa de aquisição nas grandes superfícies e/ou supermercados.

Em suma, verifica-se existir uma relação forte entre a opção pela compra na farmácia e razões que justificam o consumo de suplementos alimentares, bem como, existir relação forte com a categoria de produto consumido, sendo especialmente os produtos à base de minerais e vitaminas adquiridos na farmácia.

As lojas de produtos naturais, ao contrário da farmácia, apresentam dependência de todas as variáveis consideradas, excepto quanto à idade e número de pessoas no agregado que consomem suplementos alimentares.

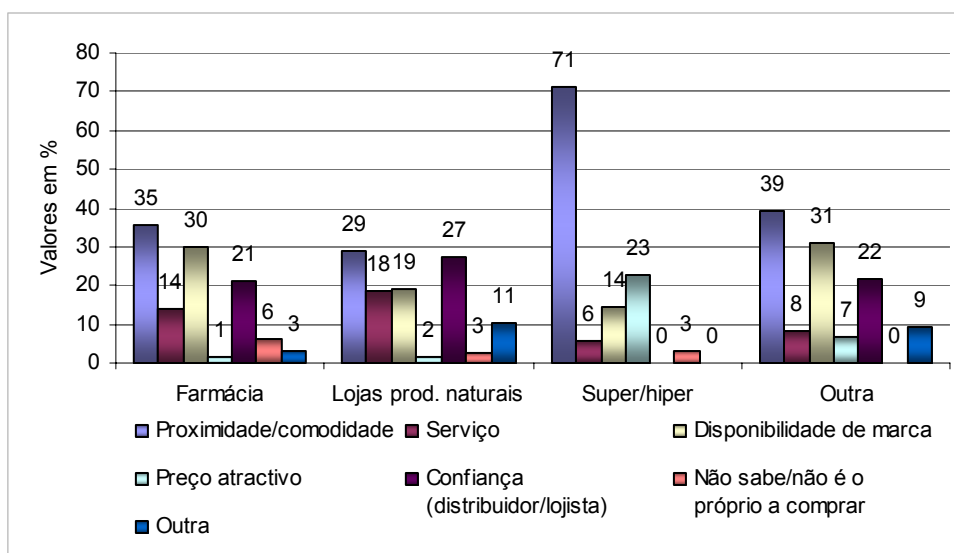
Os motivos de consumo e o tipo de suplemento alimentar consumido apresentam forte dependência do local de compra identificado por loja de produtos naturais.

A compra em grandes superfícies e/ou supermercados relaciona-se com a região, idade e número de pessoas do agregado que consomem suplementos alimentares. Ao invés, dos outros locais de compra, apenas a categoria de produto consumido apresenta relação com este canal de compra.

### 6.3.4- Escolha do local de compra

A compra de suplementos alimentares em farmácia prende-se, em grande medida, com a proximidade, disponibilidade da marca do produto e com a confiança induzida pelo estabelecimento. Por sua vez, a compra em lojas de produtos naturais associa-se principalmente à proximidade e comodidade do local e à confiança no vendedor. No que respeita à compra no supermercado e/ou hipermercado, para além da proximidade e comodidade de compra, a opção prende-se principalmente com vantagens ao nível do preço (Gráfico 45).

**Gráfico 45 – Motivo de escolha dos locais de compra**

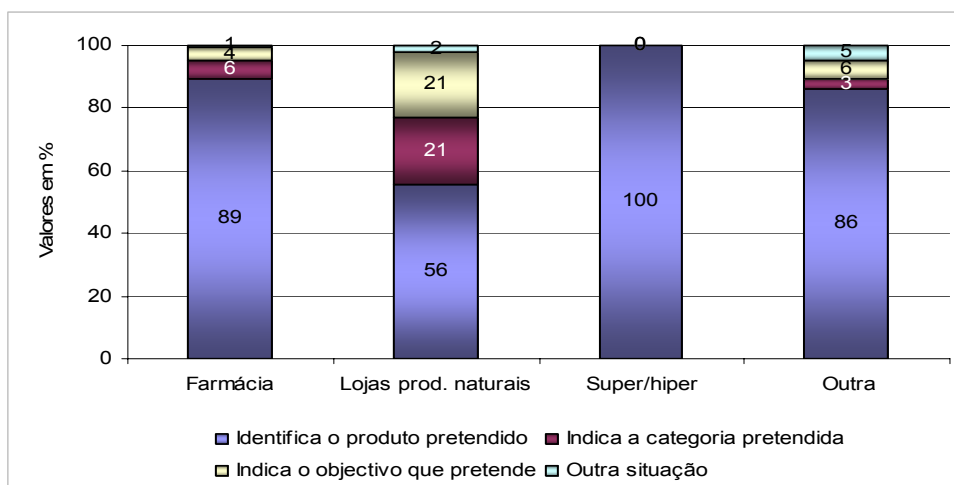


Os inquiridos identificam totalmente o produto pretendido quando adquirem apenas um tipo de produto no supermercado e/ou hipermercado. Já quando o adquirem em lojas de

produtos naturais identificam o que pretendem em cerca de 56% dos casos e a categoria em cerca de 21% dos casos (Gráfico 46).

No caso de aquisição em farmácia o produto é identificado em cerca de 89% dos casos.

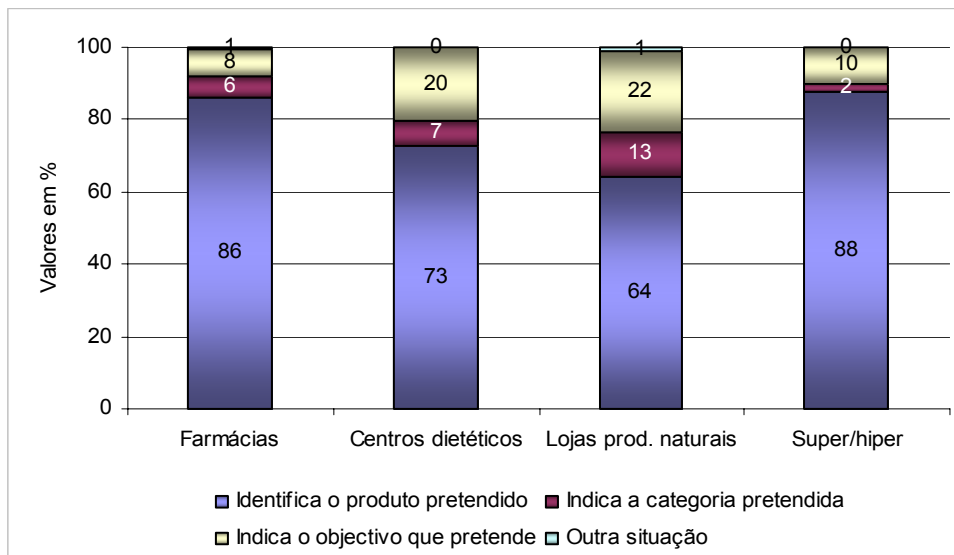
**Gráfico 46 – Iniciativa tomada no acto de compra (adquire apenas uma categoria de suplementos alimentares)**



Verifica-se que os inquiridos quando adquirem os produtos na farmácia e no supermercado e/ou hipermercado identificam em mais de 86% esses produtos. Já quando adquirem o produto em lojas de produtos naturais identificam o produto pretendido em cerca de 56% dos casos e indicam a categoria em 21%. Tratando-se de aquisições em centros dietéticos identificam o produto em cerca de 73% dos casos (Gráfico 47).

Verifica-se alguma diferença quanto à identificação do produto ou produtos pretendidos, no que respeita a aquisições em supermercados e/ou hipermercados e em lojas de produtos naturais.

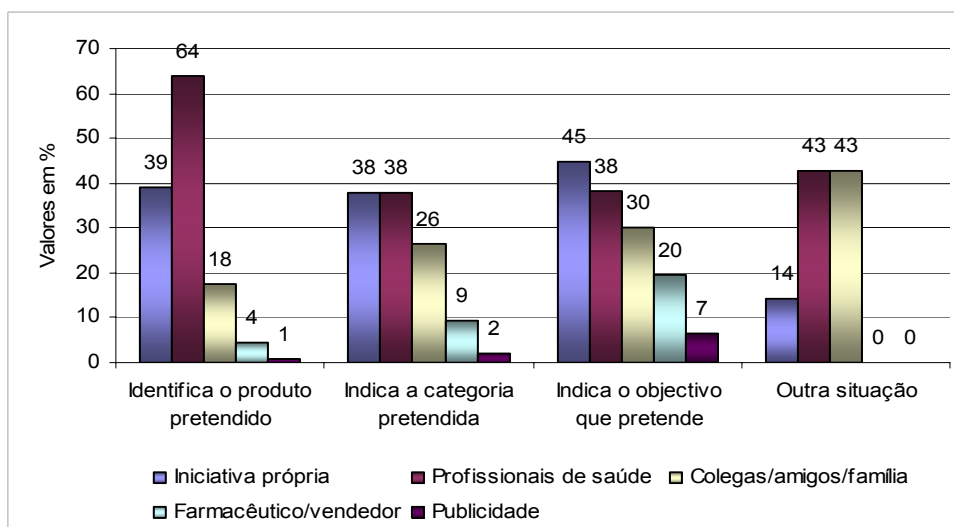
**Gráfico 47 – Iniciativa tomada no acto de compra (adquire várias categorias de suplementos alimentares)**



No acto de compra são essencialmente os profissionais de saúde que identificam o produto pretendido, em cerca de 65% dos casos, seguindo-se o próprio por sua iniciativa, em cerca de 40% (Gráfico 48).

Já quanto à categoria do produto a indicação dada pelos profissionais de saúde e a iniciativa do próprio equivalem-se, em cerca de 38% dos casos.

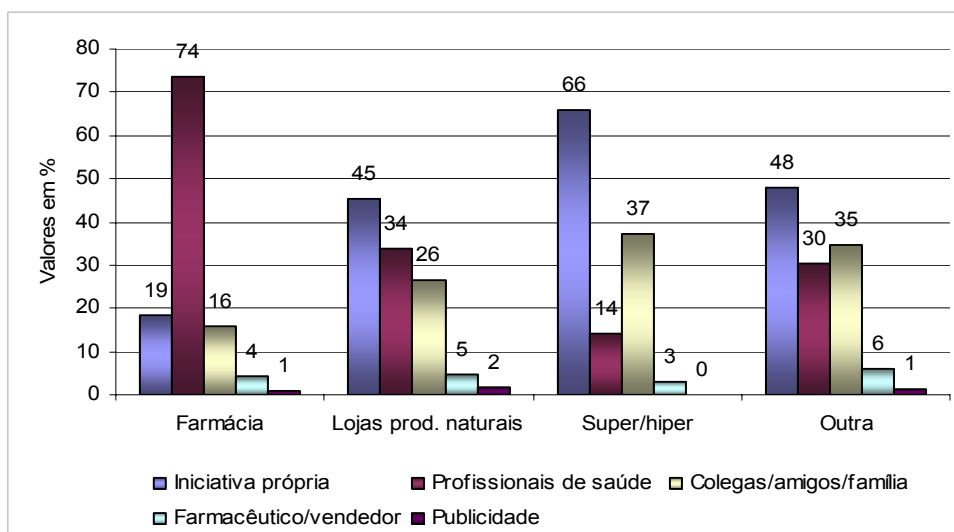
**Gráfico 48 – Iniciativa tomada no acto de compra, por recomendação de consumo**



Na farmácia são essencialmente os profissionais de saúde quem recomenda a aquisição, em cerca de 75% dos casos. Já nas lojas de produtos naturais são mais relevantes a iniciativa própria, em cerca de 45% dos casos, e a indicação dos profissionais de saúde, em cerca de 35%, seguindo-se os colegas, amigos ou familiares, em cerca de 18% (Gráfico 49).

A aquisição em supermercados e/ou hipermercados é, no essencial, da iniciativa própria, em cerca de 66% dos casos, sendo relevante também a indicação de compra dada por colegas, amigos e familiares, em cerca de 38% dos casos.

**Gráfico 49 – Local de compra por recomendação de consumo**



Com referência à escolha do local de compra, a obtenção dos dados teve por base os pressupostos seguintes:

- O cruzamento dos motivos de escolha do local apenas pôde ser feito nos casos em que os consumidores referem um único local de compra;
- Isolaram-se os casos estatísticos em que se verificou a condição ‘refere exclusivamente um ponto de venda’;
- Os locais de compra foram posteriormente agrupados para obter grupos de maior dimensão;



- d) As bases de análise apresentaram dimensão com relevância estatística – superior a 30 -, pelo que se optou pela pesquisa dos motivos de escolha de canal, nestes casos – apenas os supermercados e/ou hipermercados apresentaram a base mais reduzida igual a 35;
- e) Os motivos de compra por local apresentam-se, em dois quadros distintos, por casos e por respostas, fornecendo uma leitura complementar.

Utilizou-se neste cruzamento um grupo de consumidores que compra exclusivamente num único local. Desta forma, foi possível efectuar o teste do *Qui* quadrado. Contudo, comprometeu-se a significância desta relação pelo facto de existirem 50% de células com frequências abaixo do esperado.

Em suma, a compra de suplementos alimentares em farmácia prende-se, em grande medida, com a proximidade, disponibilidade da marca do produto e com a confiança induzida pela farmácia, ao passo que a compra em lojas de produtos naturais se associa principalmente com a proximidade e comodidade do local e com a confiança no vendedor.

Em geral, os inquiridos reconhecem os produtos, mas reconhecem-nos melhor quando os adquirem na farmácia e no supermercado e/ou hipermercado. Contudo, na farmácia e no acto de compra, são essencialmente os profissionais de saúde que identificam os produtos pretendidos, seguindo-se os próprios, por sua iniciativa, quando os adquirem no supermercado e/ou hipermercado.

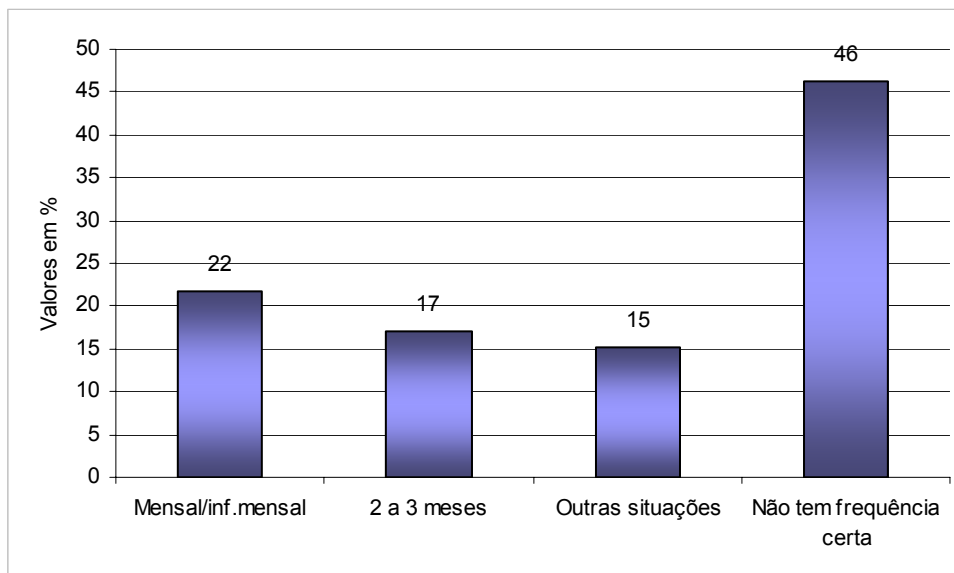
### **6.3.5- Regularidade de aquisição**

A regularidade de aquisição apresenta relação com as variáveis profissão e/ou ocupação, estrato sócio – económico, região e idade.

Verifica-se que os inquiridos não compram os produtos com frequência certa, em cerca de 47% dos casos. A aquisição com regularidade mensal ou inferior ao mês é feita por

cerca de 25% dos inquiridos e com regularidade de dois a três meses por cerca de 17% (Gráfico 50).

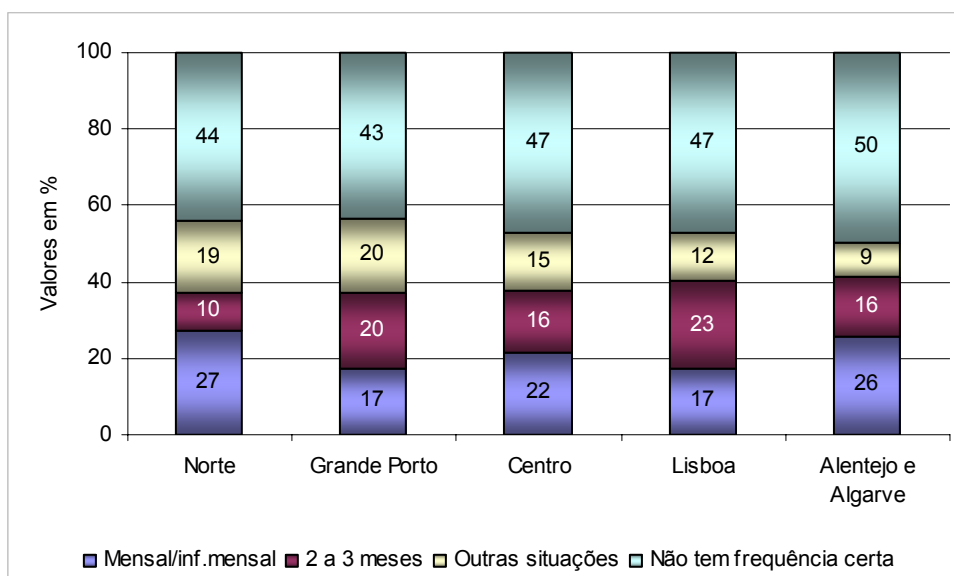
**Gráfico 50 – Regularidade de compra**



Na região Norte, cerca de 44% das aquisições de suplementos alimentares não se realizam com frequência certa e cerca de 27% realizam-se com a regularidade mensal ou inferior ao mês (Gráfico 51).

Na região do Grande Porto, cerca de 43% das aquisições de suplementos alimentares não se realizam com frequência certa e cerca de 20% realizam-se com a regularidade de dois a três meses.

**Gráfico 51 – Regularidade de compra por região**



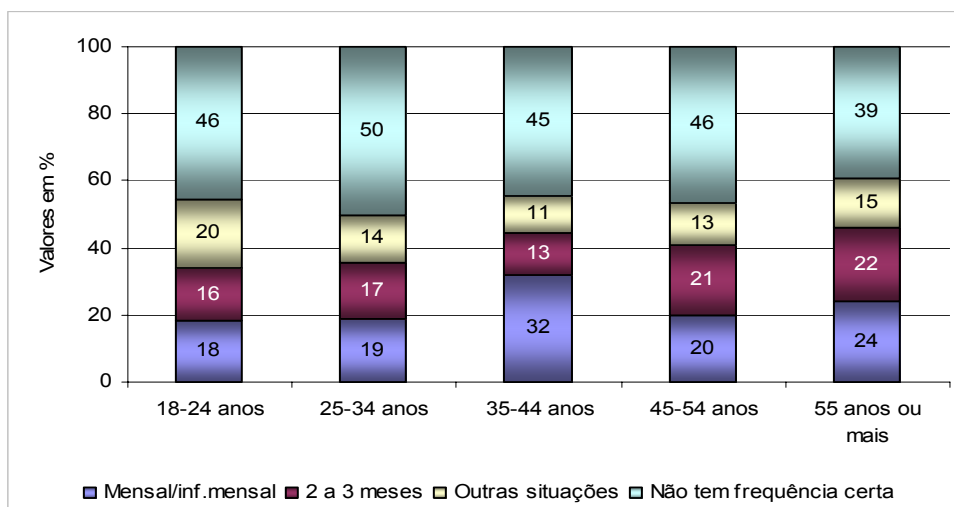
Na região Centro cerca de 47% das aquisições de suplementos alimentares não se realizam com frequência certa e cerca de 22% realizam-se com a regularidade mensal ou inferior ao mês.

Verifica-se na região de Lisboa que cerca de 47% das aquisições de suplementos alimentares não se realizam com frequência certa e cerca de 23% realizam-se com a regularidade de dois a três meses.

Verifica-se na região do Alentejo e Algarve que cerca de 50% das aquisições de suplementos alimentares não se realizam com frequência certa e cerca de 26% realizam-se com a regularidade mensal ou inferior ao mês.

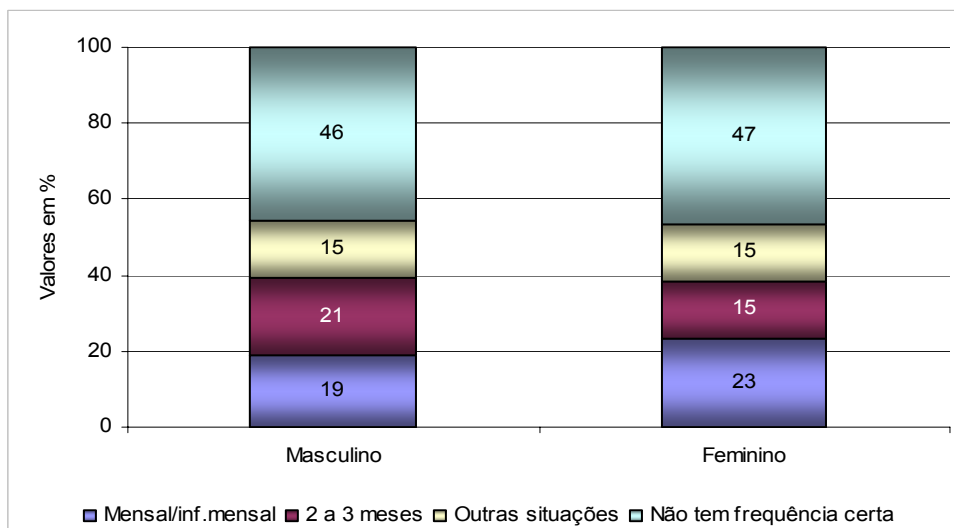
A regularidade de compra distingue-se essencialmente na faixa etária dos 35-44 anos, face às restantes faixas etárias, em especial, porque a regularidade de compra mensal ou inferior ao mês representa cerca de 32% dos casos, já que a compra sem frequência certa se mantém ao nível dos restantes grupos etários, em cerca de 45% (Gráfico 52).

**Gráfico 52 – Regularidade de compra, por faixa etária**



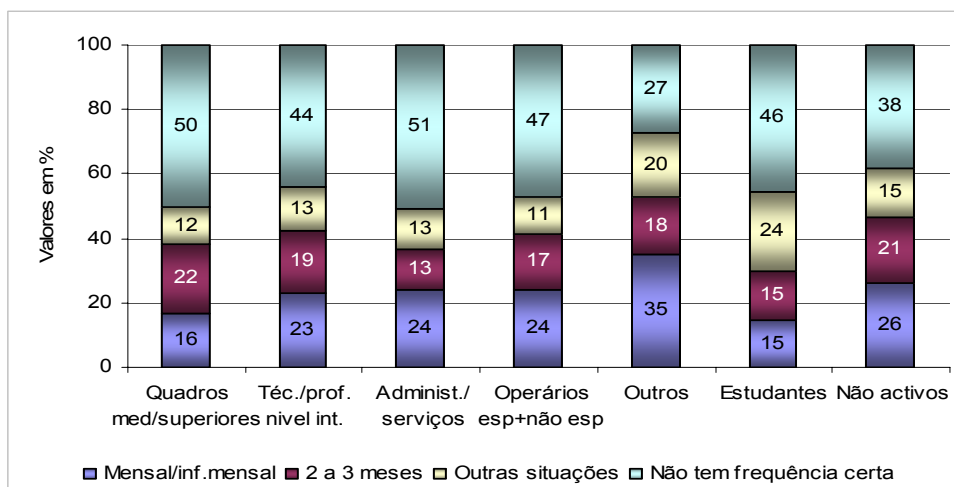
No essencial não se evidenciam diferenças significativas no comportamento de compra de suplementos alimentares, entre os sexos (Gráfico 53).

**Gráfico 53 – Regularidade de compra, por sexo**



Observa-se existir alguma diferença entre os grupos identificados por profissão e/ou ocupação, quanto à frequência da aquisição de produtos, em especial, nos inquiridos identificados como quadros médios e superiores e como estudantes, no que respeita à compra com regularidade mensal ou inferior, claramente com menos importância face às restantes profissões consideradas (Gráfico 54).

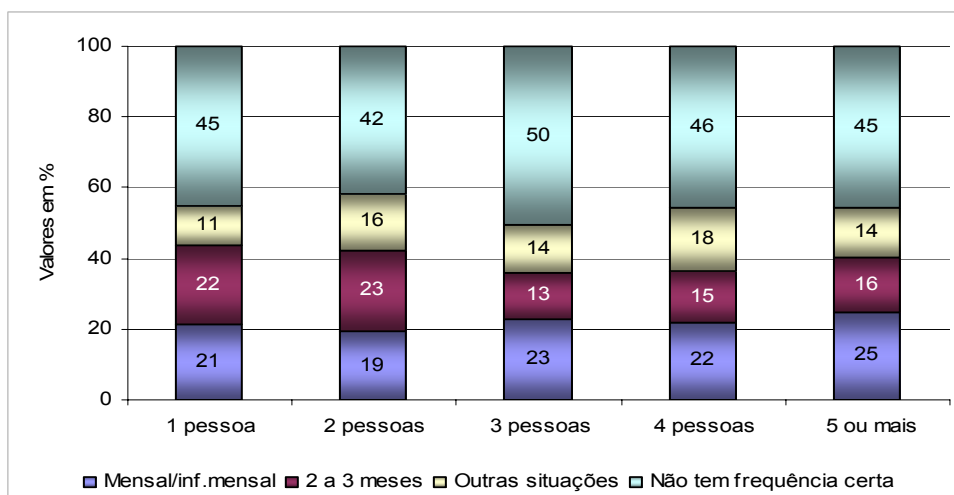
**Gráfico 54 – Regularidade de compra por profissão/ocupação**



Também se verificam diferenças na profissão e/ou ocupação de administrativo e/ou serviços face às restantes, quanto à indicação de regularidade de compra de dois a três meses, com cerca de 13%, e de menor importância.

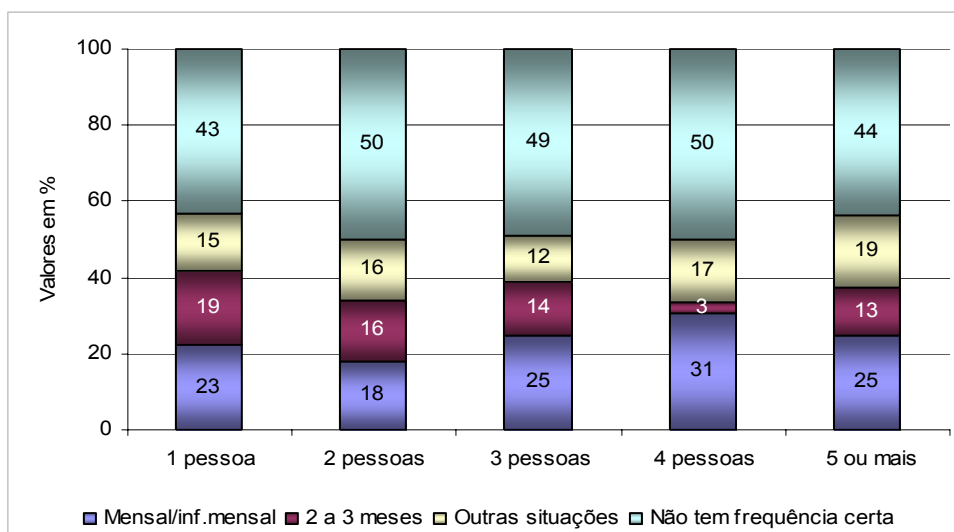
A regularidade de compra avaliada por dimensão do agregado familiar diferencia-se, em especial, nos agregados com três pessoas, por não adquirirem produtos com frequência certa, em cerca de 50% dos casos, superior aos restantes agregados, e por adquirirem produtos com a frequência de dois a três meses, em cerca de 13% dos casos, inferior aos restantes agregados (Gráfico 55).

**Gráfico 55 – Regularidade de compra por dimensão do agregado familiar**



A regularidade de compra por número de consumidores no agregado familiar sem frequência certa, distingue-se, em especial, nos agregados com duas, três e quatro pessoas. Contudo, no agregado de quatro pessoas tem importância a regularidade de aquisição mensal e/ou inferior ao mês, em cerca de 31% dos casos, superior aos restantes agregados, não tendo praticamente significado a regularidade de aquisição de dois a três meses, com cerca de 3%. No agregado de duas pessoas a regularidade de compra mensal e/ou inferior ao mês é inferior ao verificado nos restantes agregados, com cerca de 18% (Gráfico 56).

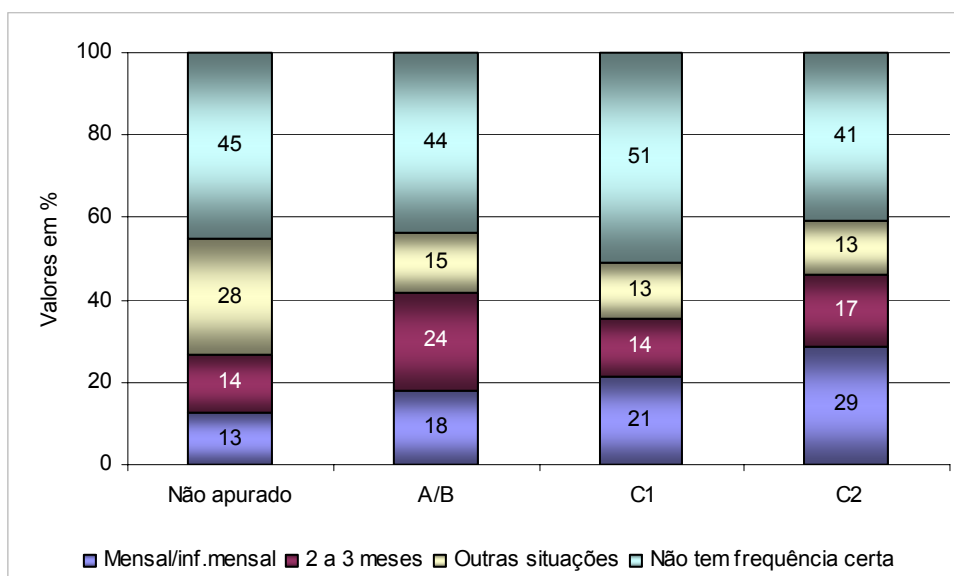
**Gráfico 56 – Regularidade de compra por número de consumidores no agregado familiar**



O estrato sócio – económico identificado por C1 distingue-se dos estratos A/B e C2, em especial, por a compra de produtos se realizar sem frequência certa, por cerca de 51% dos inquiridos, superior aos restantes, e por a regularidade de compra de dois a três meses ser ao invés inferior, com cerca de 14% (Gráfico 57).

Por sua vez, o estrato identificado por C2 apresenta a regularidade de compra mensal ou inferior ao mês superior aos restantes, com cerca de 29%.

**Gráfico 57 – Regularidade de compra por estrato sócio – económico**



Em suma, verifica-se existir, em grande parte, irregularidade na compra de produtos, ou seja, são feitas aquisições sem frequência certa. Seguem-se as aquisições com regularidade mensal ou inferior ao mês.

Os consumidores da faixa etária dos 35-44 anos apresentam maior regularidade na aquisição dos produtos, em especial, quando o fazem mensalmente ou com regularidade inferior ao mês, identificados com o estrato sócio – económico C1.

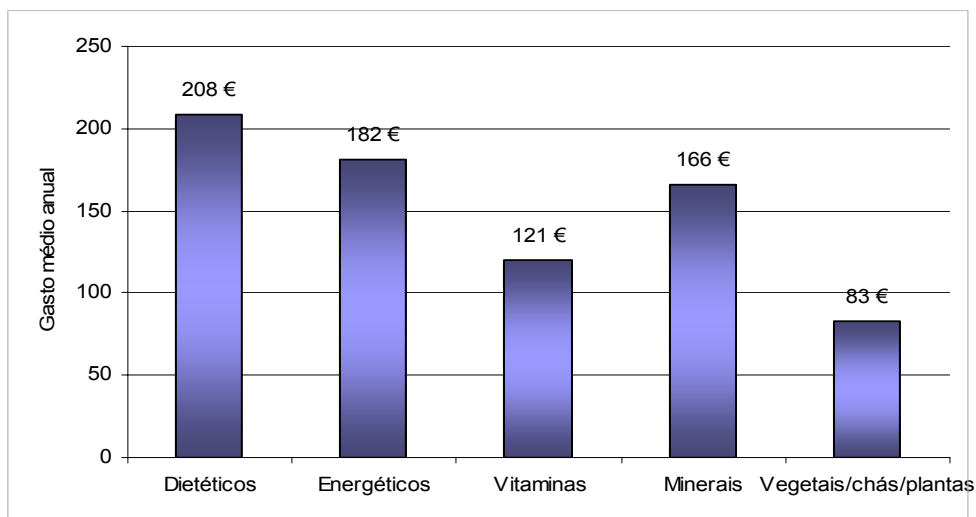
Os agregados com três pessoas são os que apresentam a frequência mais irregular na aquisição de produtos, sendo os agregados de quatro pessoas os que apresentam maior regularidade mensal e/ou inferior.

### 6.3.6- Gastos médios em suplementos alimentares

Analisando os gastos com suplementos alimentares, com base na variável de consumo, considerando apenas quem utiliza e/ou utilizou uma única categoria (411 indivíduos), verifica-se que o consumo mais elevado é realizado com os produtos dietéticos,

gastando 208 euros, e o valor mais baixo é realizado com os produtos vegetais/chás/plantas, gastando 83 euros (Gráfico 58).

**Gráfico 58 – Gasto médio anual por categorias de suplementos alimentares**

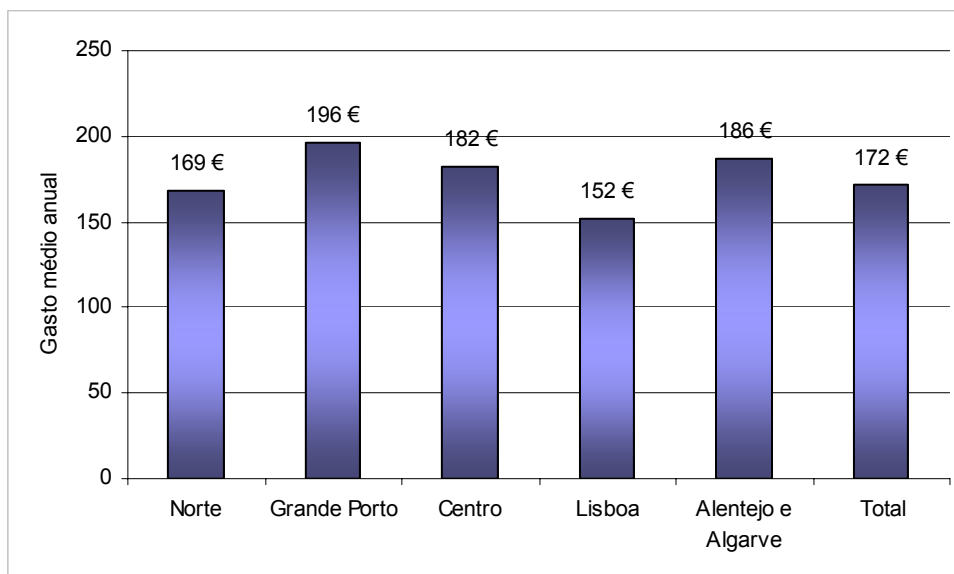


Verifica-se que o valor gasto *per capita* em suplementos alimentares, varia de forma significativa com a idade, a categoria de produto consumido, o motivo de consumo e o número de pessoas do agregado familiar/número *versus* pessoas que consome no agregado familiar.

Verifica-se que na região do Grande Porto e na região do Alentejo e Algarve o gasto médio anual em suplementos alimentares é superior ao das restantes regiões na ordem dos 190 euros. A região de Lisboa apresenta o gasto médio anual mais baixo com cerca de 150 euros (Gráfico 59).

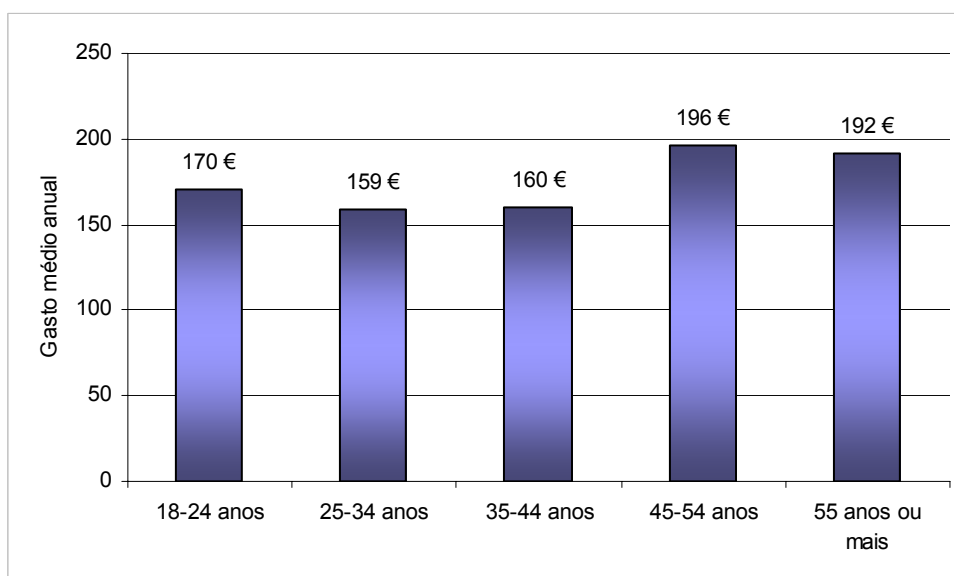


**Gráfico 59 – Gasto médio anual por região**



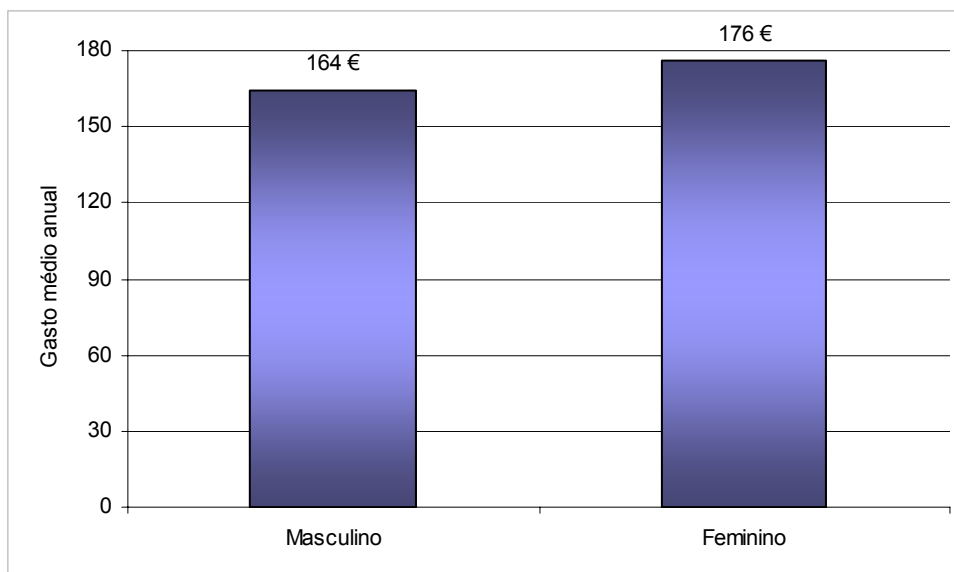
Verifica-se serem os consumidores das faixas etárias dos 45-54 anos e 55 anos ou mais quem gasta mais com suplementos alimentares, na ordem dos 190 euros em média por ano (Gráfico 60).

**Gráfico 60 – Gasto médio anual, por faixa etária**



Verifica-se que os consumidores do sexo feminino gastam, em média e por ano, mais em suplementos alimentares que os do sexo masculino (Gráfico 61).

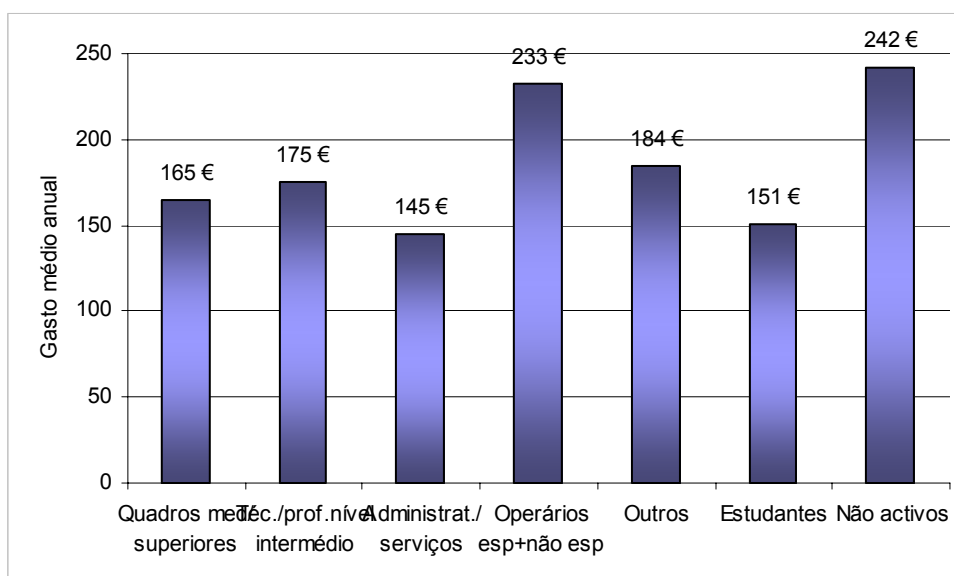
**Gráfico 61 – Gasto médio anual, por sexo**



São os operários especializados e não especializados e os não activos, identificados pela profissão e/ou ocupação, aqueles que gastam mais suplementos alimentares, em média e por ano, na ordem dos 280 euros (Gráfico 62).

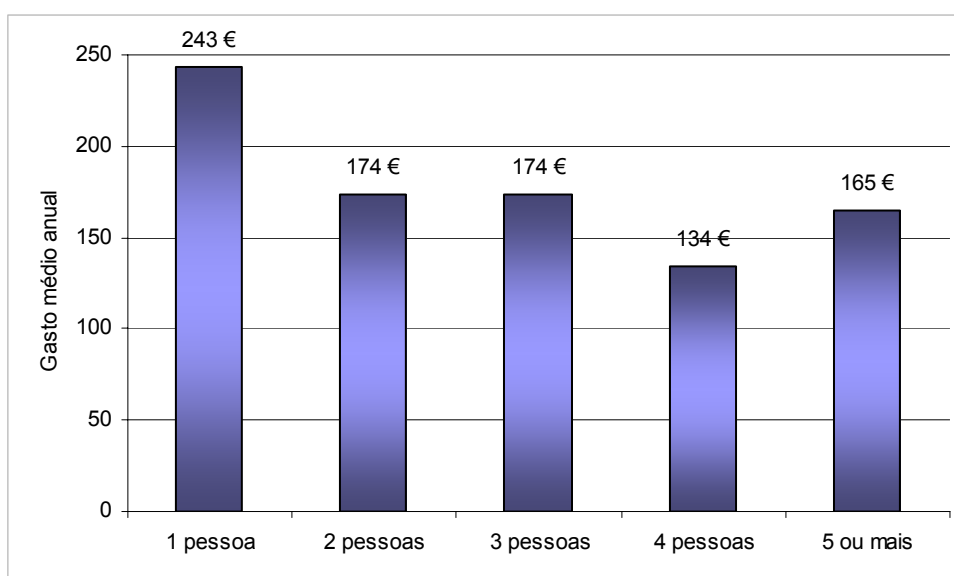
Por sua vez, são os que exercem profissão e/ou ocupação de administrativos e estudantes aqueles que gastam menos, em média por ano, na ordem dos 150 euros.

**Gráfico 62 – Gasto médio anual, por profissão/ocupação**



Verifica-se que os agregados familiares com uma pessoa são quem gasta significativamente mais em suplementos alimentares, em média e por ano, cerca de 240 euros. Os agregados com quatro pessoas são aqueles que gastam menos, cerca de 140 euros. Os agregados com duas e três pessoas e com cinco pessoas ou mais apresentam um gasto intermédio, em média e por ano, de cerca de 170 euros (Gráfico 63).

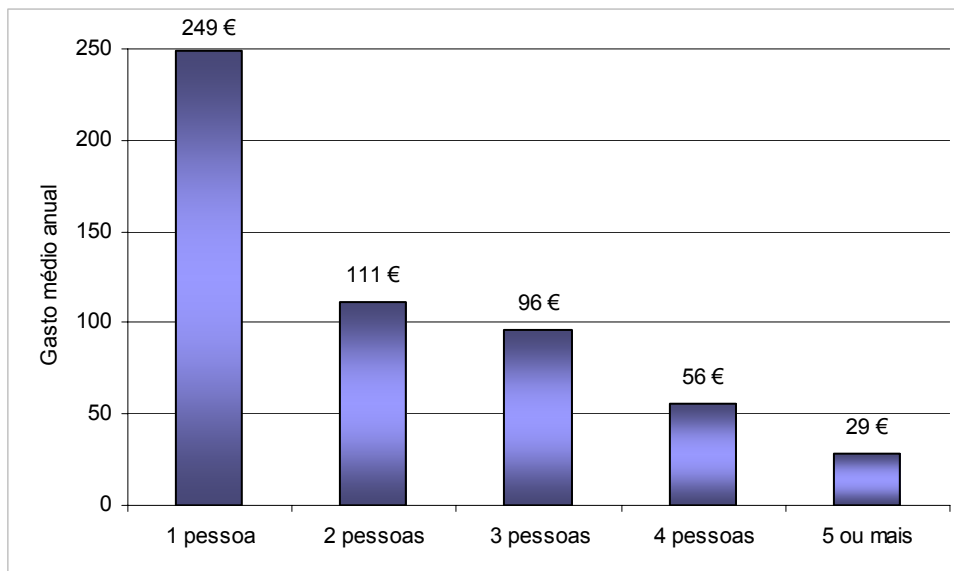
**Gráfico 63 – Gasto médio anual, por agregado familiar**



Considerando, agora, o número de pessoas por agregado familiar que consomem, verifica-se que são aqueles com menos pessoas que consomem mais, em média e por ano, por pessoa.

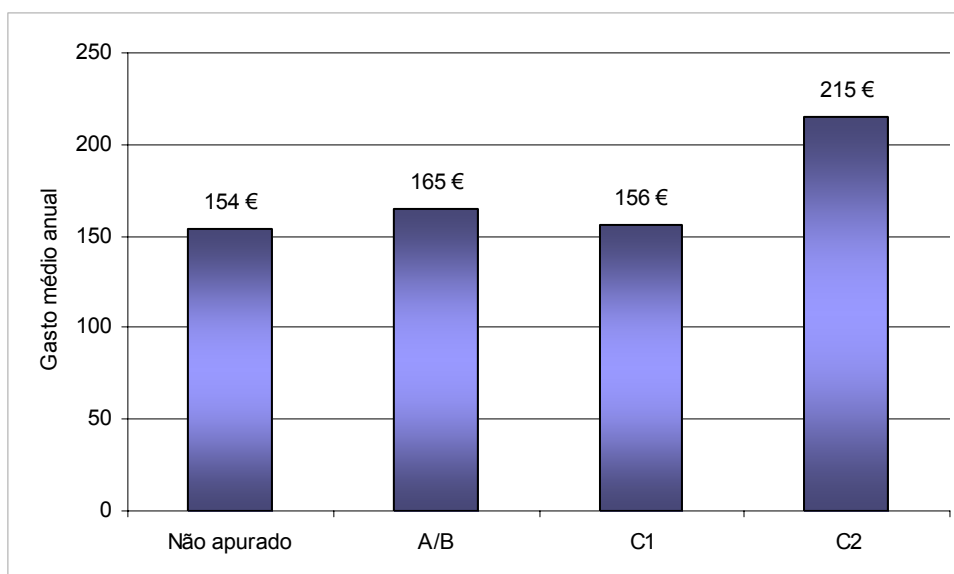
Assim, nos agregados com uma pessoa consome-se, em média e por ano, cerca de 250 euros, com duas pessoa quem consome gasta cerca de 110 euros, com três pessoas gasta cerca de 100 euros, com quatro pessoas gasta cerca de 60 euros e com cinco ou mais gasta, em média e por ano, cerca de 30 euros (Gráfico 64).

**Gráfico 64 – Gasto médio anual, por número de pessoas que consomem no agregado familiar**



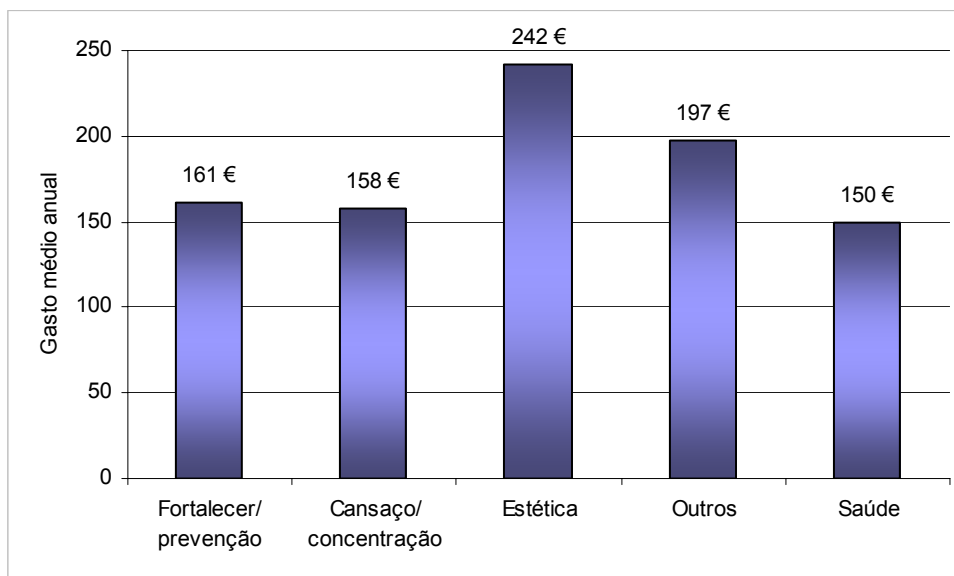
Verifica-se que o estrato sócio – económico identificado C2 é aquele que gasta mais em suplementos alimentares, em média e por ano, com cerca de 210 euros. Os estratos A/B e C1 apresentam um gasto semelhante da ordem dos 160 euros (Gráfico 65).

**Gráfico 65 – Gasto médio anual, por estrato sócio – económico**



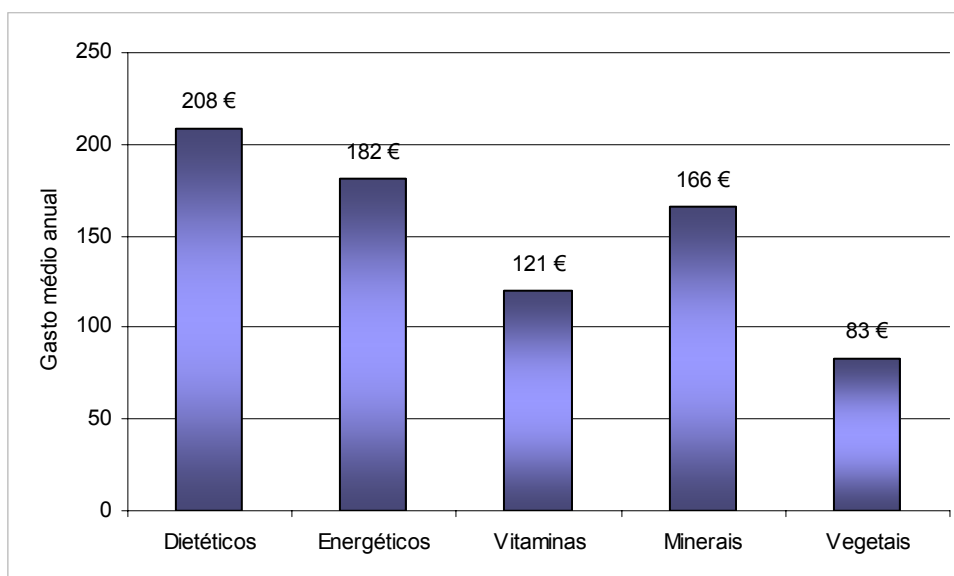
Verifica-se que o maior gasto médio anual de suplementos alimentares é realizado com produtos de estética, em média e por ano, com um valor da ordem dos 240 euros (Gráfico 66).

**Gráfico 66 – Gasto médio anual, por motivo de consumo**



A categoria de produtos com a qual se gasta mais é a dos dietéticos, em média e por ano, na ordem dos 210 euros. Seguem-se os produtos energéticos, com cerca de 180 euros e os produtos à base de minerais, na ordem dos 160 euros. Os produtos à base de vegetais são aqueles em que se gasta menos, em média e por ano, na ordem dos 80 euros (Gráfico 67).

**Gráfico 67 – Gasto médio anual, por categorias de produtos**



Na análise da significância entre as diferenças existentes nos diferentes grupos de cada variável foi utilizada a variável ‘valor gasto’ transformada de forma logarítmica, para normalizar e homogeneizar as variâncias dentro dos grupos.

Os testes realizaram-se com a variável preço transformada, verificando-se uma distribuição normal do valor para todos os suplementos à excepção das categorias das vitaminas e dos minerais. Por outro lado, todos os testes apresentam homogeneidade de variância.

O teste da ANOVA confirma a existência de diferenças significativas entre as variáveis valor gasto e categoria de suplemento. Contudo, não se verifica nenhuma diferença fortemente significativa, analisando grupo a grupo.

Em suma, os agregados familiares gastam mais com a categoria de produtos dietéticos e gastam menos com a categoria de produtos à base de vegetais/chás/plantas.

Na região do Grande Porto e na região do Alentejo e Algarve o gasto médio anual em suplementos alimentares é superior ao das restantes regiões, sendo a região de Lisboa a que apresenta o gasto médio anual mais baixo.

São os consumidores pertencentes às faixas etárias dos 45-54 anos e 55 anos ou superior quem gasta mais com suplementos, bem como, os que se identificam com a profissão e/ou ocupação de operários especializados e não especializados e os não activos e os agregados familiares com uma pessoa.

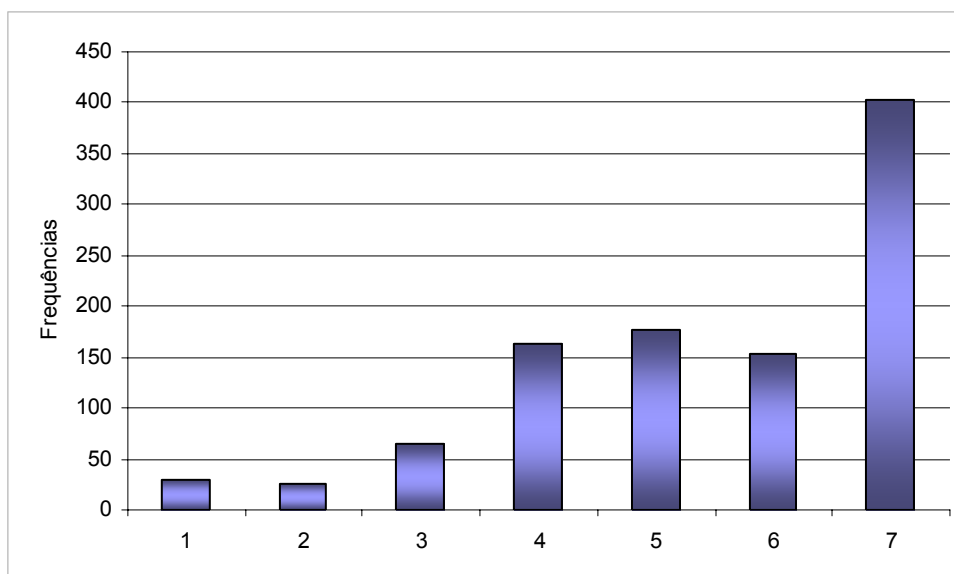
Também se distingue o estrato sócio – económico identificado C2 como aquele que apresenta maiores gastos com suplementos.

Os produtos dietéticos são a categoria com a qual se gasta mais, em média e por ano, seguidos dos produtos energéticos, sendo os produtos à base de vegetais aqueles com que se gasta menos.

### 6.3.7- Volta a comprar/utilizar suplementos alimentares

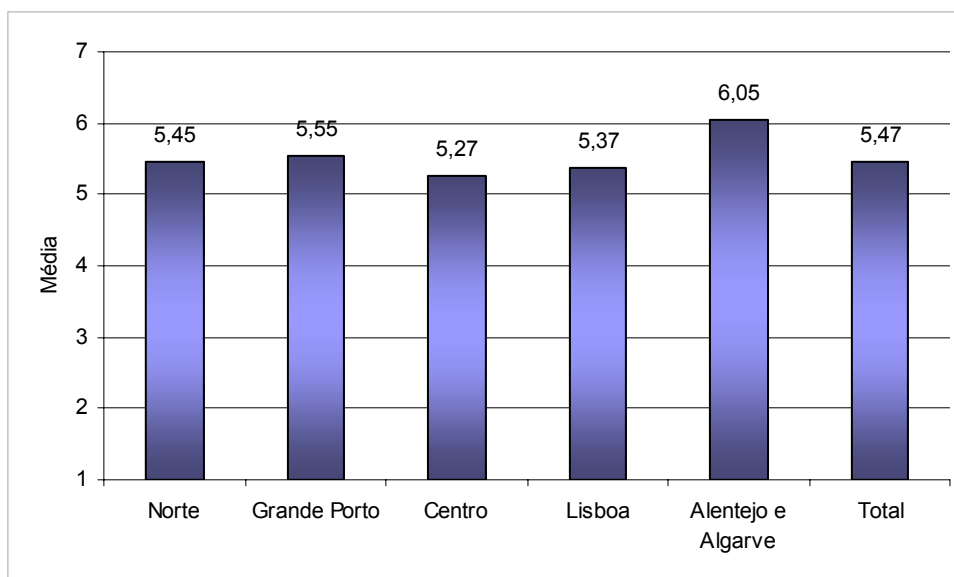
Quando questionados sobre a possibilidade de voltar a comprar e utilizar suplementos alimentares, os inquiridos demonstram, em esmagadora maioria, a intenção de voltar a fazê-lo, o que é indiciador da satisfação e reconhecimento do benefício decorrente do consumo de suplementos alimentares (Gráfico 68).

**Gráfico 68 – Volta a comprar suplementos alimentares**



Verifica-se que, em média, os inquiridos das diferentes regiões do país se dispõem a repetir a compra de suplementos alimentares, o que se associa com o grau de satisfação. Sobressaem, neste caso, os inquiridos da região do Alentejo e Algarve que na escala de um a sete se colocam acima de seis<sup>12</sup>.

**Gráfico 69 – Volta a comprar suplementos alimentares, por regiões**

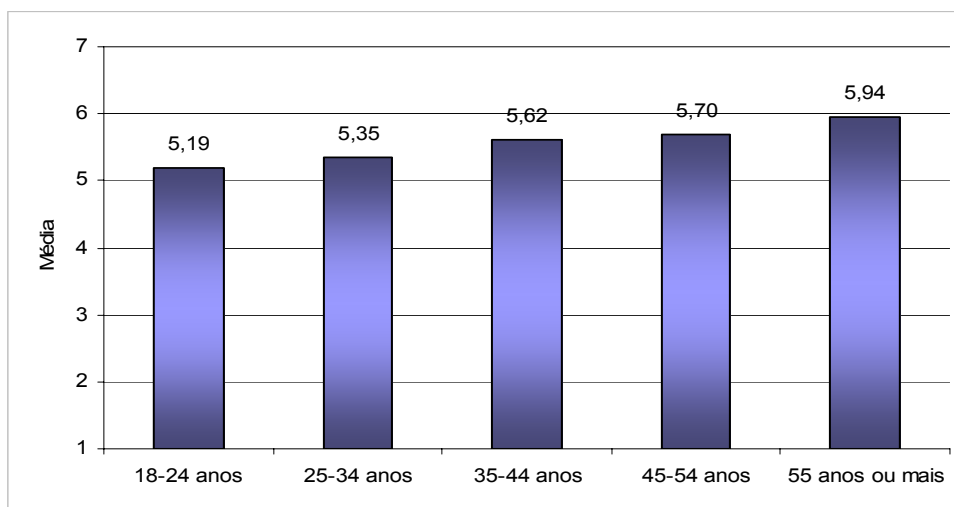


Verifica-se que quanto maior a faixa etária mais os inquiridos se dispõem a voltar a comprar, com destaque para os consumidores da faixa etária dos 55 anos ou mais (Gráfico 70).

<sup>12</sup> Na análise ao comportamento de compra, correspondente ao voltar a comprar, na escala de 1 a 7, o 1 significa totalmente insatisfeito e o 7 totalmente satisfeito.

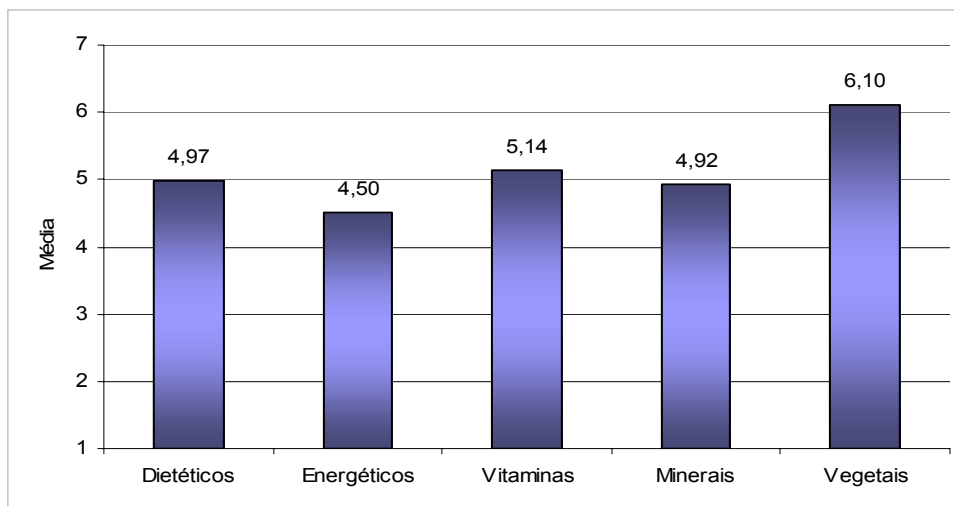


**Gráfico 70 – Volta a comprar suplementos alimentares por faixa etária**



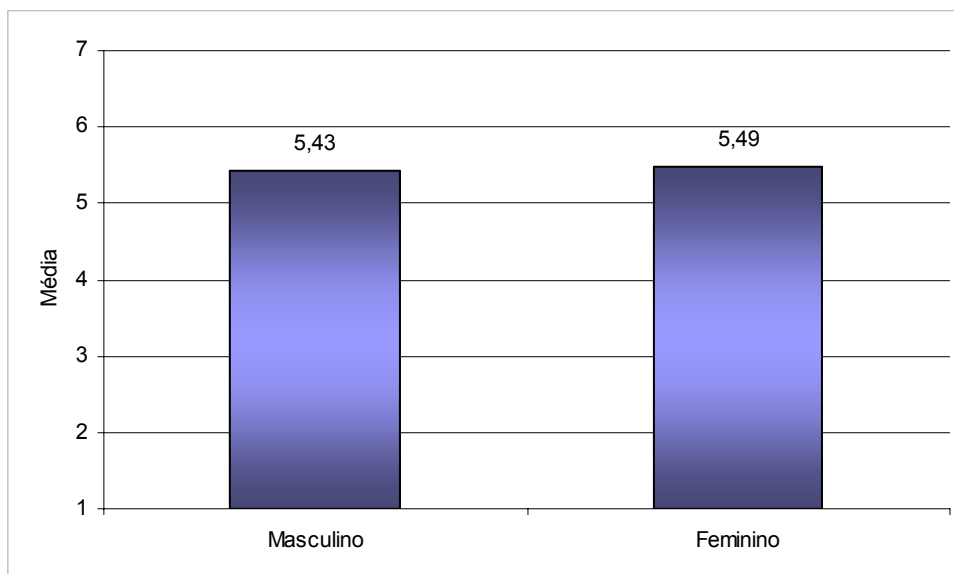
Os inquiridos revelam que estão mais dispostos a voltar a comprar os produtos à base de vegetais e menos dispostos a repetir a aquisição de produtos energéticos (Gráfico 71).

**Gráfico 71 – Volta a comprar suplementos alimentares, por categorias**



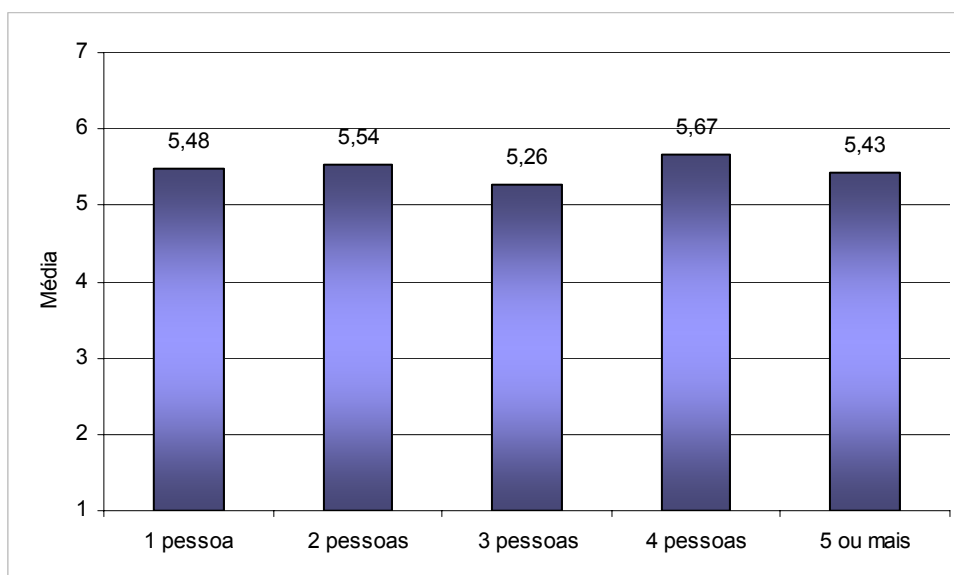
A disposição em voltar a comprar é semelhante entre ambos os sexos (Gráfico 72).

**Gráfico 72 – Volta a comprar suplementos alimentares, por sexo**



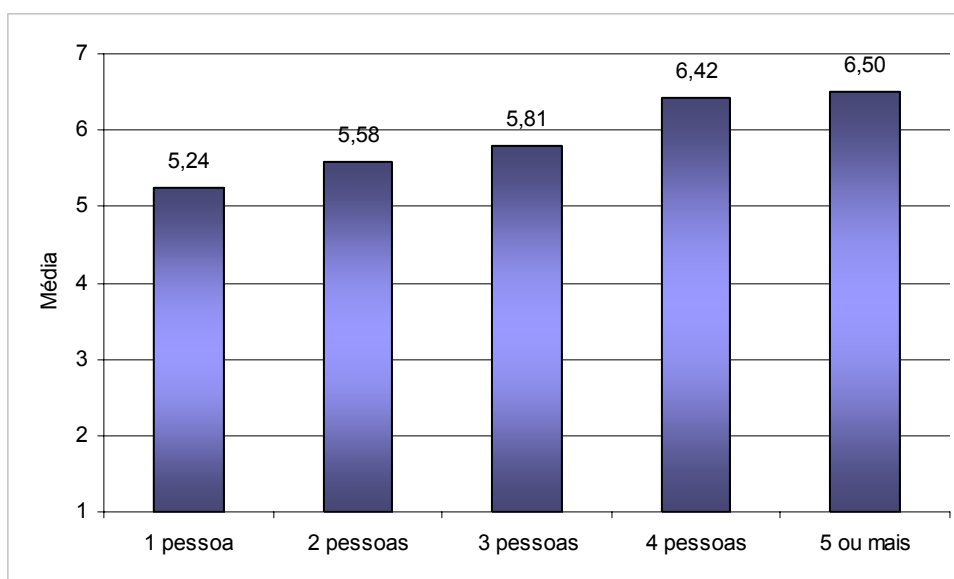
Verifica-se que a dimensão do agregado familiar não influencia de forma significativa a repetição da compra de suplementos alimentares e que todos se dispõem a repetir a compra em nível elevado (Gráfico 73).

**Gráfico 73 – Volta a comprar suplementos alimentares, por dimensão do agregado familiar**



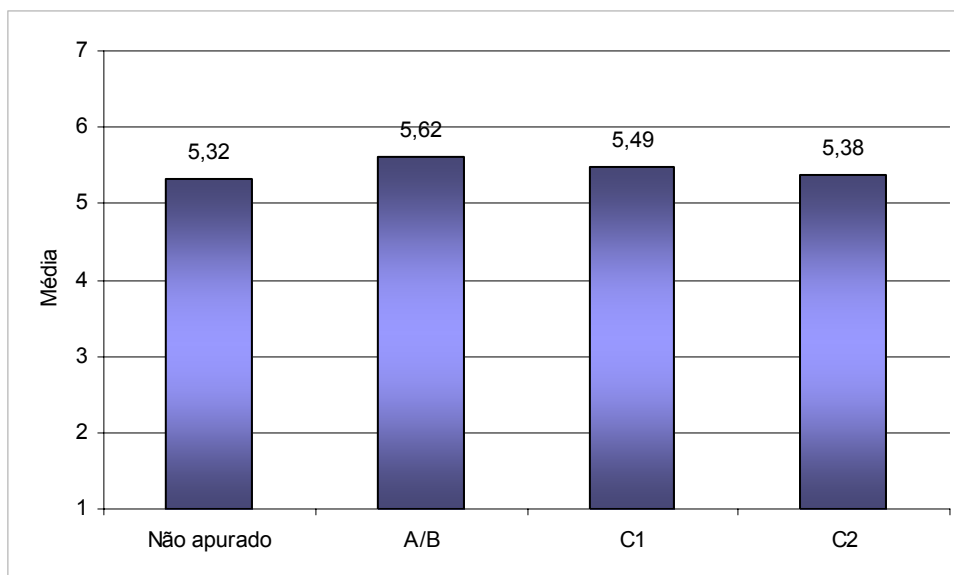
Os consumidores dos agregados familiares com quatro e mais pessoas dispõem-se a repetir a compra em nível muito elevado. Ou seja, quanto maior o agregado familiar mais aqueles que são consumidores repetem a compra de suplementos alimentares (Gráfico 74).

**Gráfico 74 – Volta a comprar suplementos alimentares, por número de pessoas que consomem no agregado familiar**



Verifica-se que a disposição para voltar a comprar suplementos alimentares não apresenta notória variação, qualquer que seja o estrato sócio – económico considerado (Gráfico 75).

**Gráfico 75 – Volta a comprar suplementos alimentares, por estrato sócio – económico**



A intenção de compra é a variável sobre a qual se pode trabalhar o comportamento de compra. Para o efeito, recorreu-se ao modelo de regressão para explicar esse comportamento. Utilizou-se o método de regressão "backward" por permitir testar todas as variáveis incluídas no modelo e possibilitar a optimização do modelo recorrendo às variáveis com forte correlação e maior peso na explicação da variável dependente.

Assim, o modelo utilizado explica em 22,8% o comportamento de compra, constituído pelas variáveis estrato sócio – económico, grau de concordância com o efeito benéfico dos suplementos alimentares, região, idade e grau de concordância com a qualidade dos suplementos alimentares.

Observando os valores beta obtidos, verifica-se que todos eles apresentam pesos mais ou menos importantes em termos de qualidade, efeitos benéficos e idade, com esta variável a registar maior peso no modelo, podendo-se verificar a relação inversa que a variável estrato sócio - económico apresenta com este comportamento.

Também tem importância verificar que embora a variável estrato sócio – económico não apresente diferenças significativas nos resultados quanto à intenção derivada deste comportamento, apresenta, contudo, relevância na criação do modelo explicativo.

Em suma, os inquiridos demonstram, em esmagadora maioria, que têm a intenção de voltar a comprar e utilizar suplementos alimentares, quando questionados sobre essa possibilidade.

Verifica-se que, em média, os inquiridos das diferentes regiões do país dispõem-se a repetir a compra de suplementos alimentares o que expressa satisfação.

Também se verifica que quanto maior a faixa etária dos consumidores mais se dispõem a voltar a comprar, com destaque para os da faixa etária dos 55 anos ou mais.

Por sua vez, os consumidores estão mais dispostos a voltar a comprar os produtos à base de vegetais e menos dispostos a repetir a aquisição de produtos energéticos.

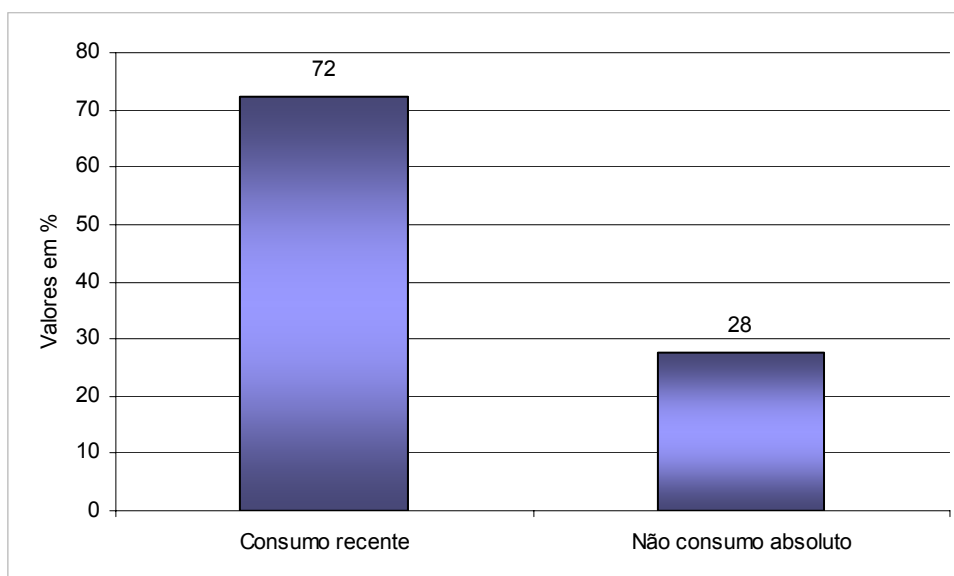
## **6.4- Consumo *versus* não consumo**

### **6.4.1- Caracterização do consumo *versus* não consumo**

O consumo recente refere-se ao consumidor de suplementos alimentares no último ano, excluindo deste ano aqueles que consumiram pela primeira vez. O não consumo refere-se aos que não consumiram no último ano, mas consumiram em anos anteriores.

Verifica-se, dos inquiridos, que mais de 70% referiram terem consumido suplementos alimentares no último ano (Gráfico 76).

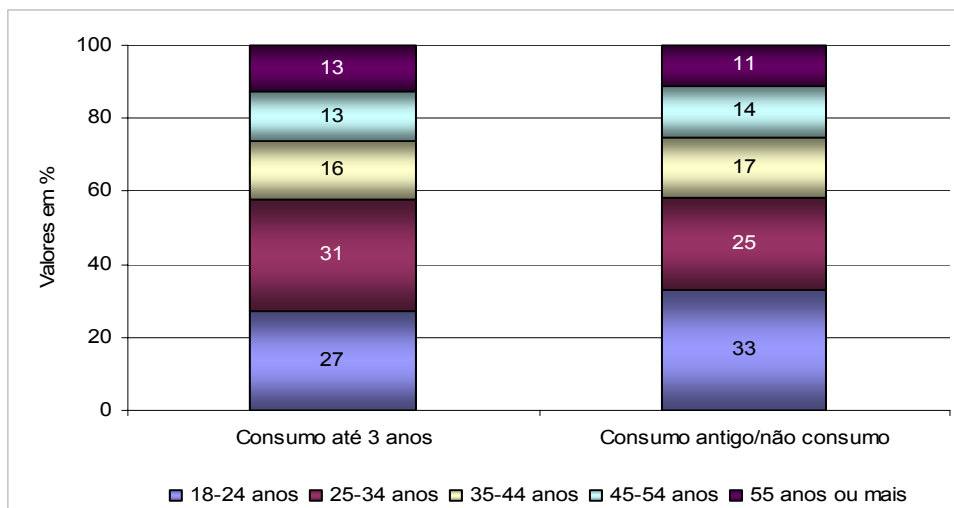
**Gráfico 76 – Caracterização do consumo recente *versus* não consumo**



Observa-se que o consumo até três anos de suplementos alimentares se equivale à repartição do consumo daqueles que o fizeram em anos anteriores e não consumiram nos últimos três anos, por faixa etária.

Evidencia-se que os grupos etários 18-24 e 25-34 anos representam cerca de 58% do consumo de todas as faixas etárias consideradas, equivalente aos consumos anteriores aos últimos três anos (Gráfico 77).

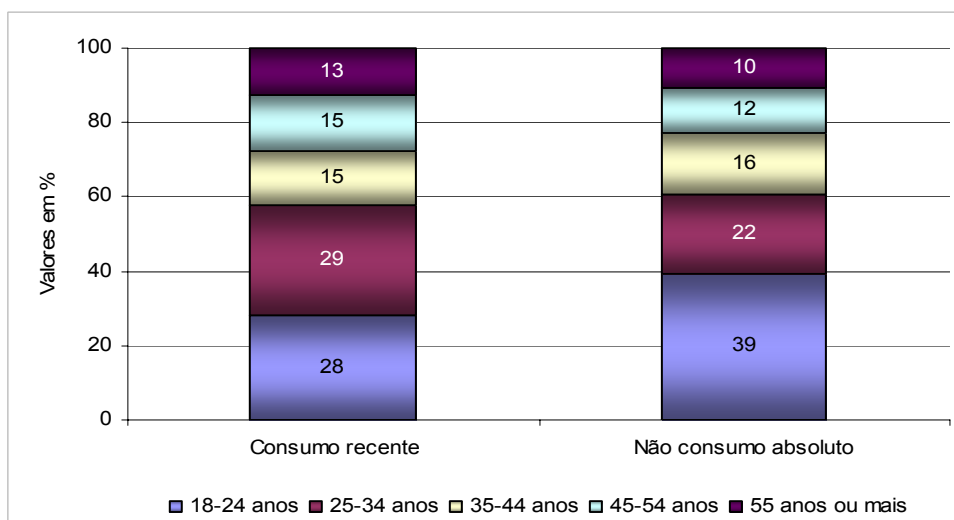
**Gráfico 77 – Caracterização do consumo até três anos *versus* não consumo, por faixa etária**



Verifica-se, também, que a estrutura do consumo recente, último ano, se equivale ao consumo de anos anteriores, daqueles que não consumiram neste último ano, de qualquer das faixas etárias.

O consumo dos grupos etários 18-24 e 25-34 anos representa cerca de 57%, repartido de forma semelhante pelos dois grupos etários mais jovens (Gráfico 78).

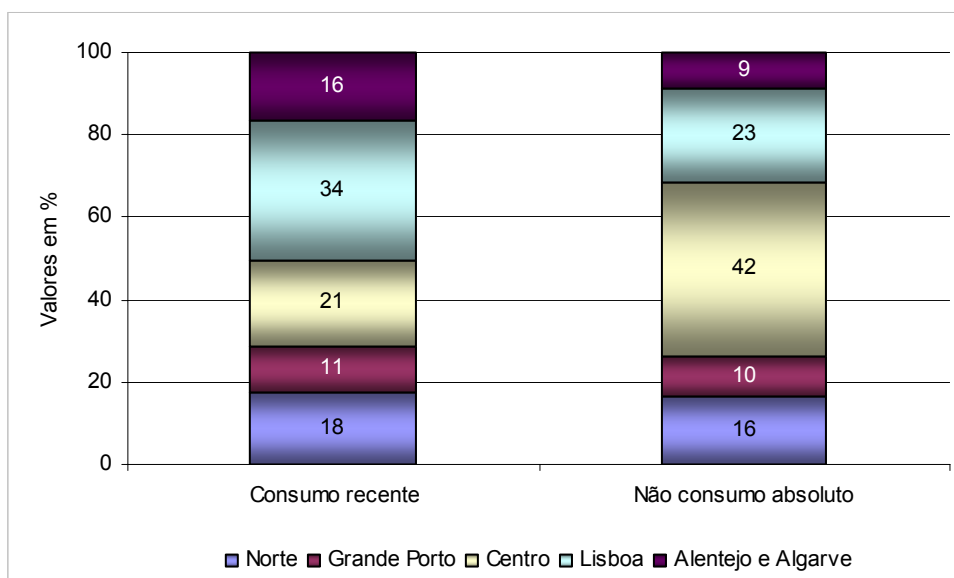
**Gráfico 78 – Caracterização do consumo recente *versus* não consumo, por faixa etária**



O consumo daqueles que o fizeram em anos anteriores e não o fizeram no último ano, reparte-se de forma diferente pelas regiões de Lisboa, do Centro e do Algarve e Alentejo (Gráfico 79).

O consumo recente focaliza-se com maior expressão na região de Lisboa, com cerca de 34%, e na região Centro, com cerca de 21%, e foi claramente inferior, com cerca de 55%, aos que referiram consumir nessas regiões em anos anteriores, com cerca de 65%.

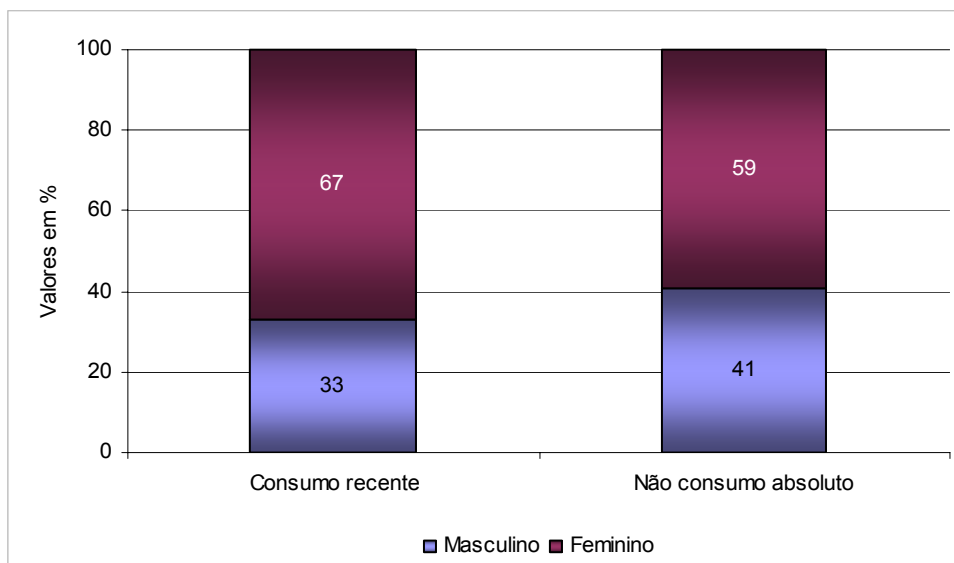
**Gráfico 79 – Caracterização do consumo recente *versus* não consumo, por região**



Verifica-se que o consumo recente é realizado em maior número por consumidores do sexo feminino, com cerca de 67%, comparativamente com o consumo realizado em anos anteriores por aqueles do mesmo sexo que não o fizeram no último ano, com cerca de 59% (Gráfico 80).

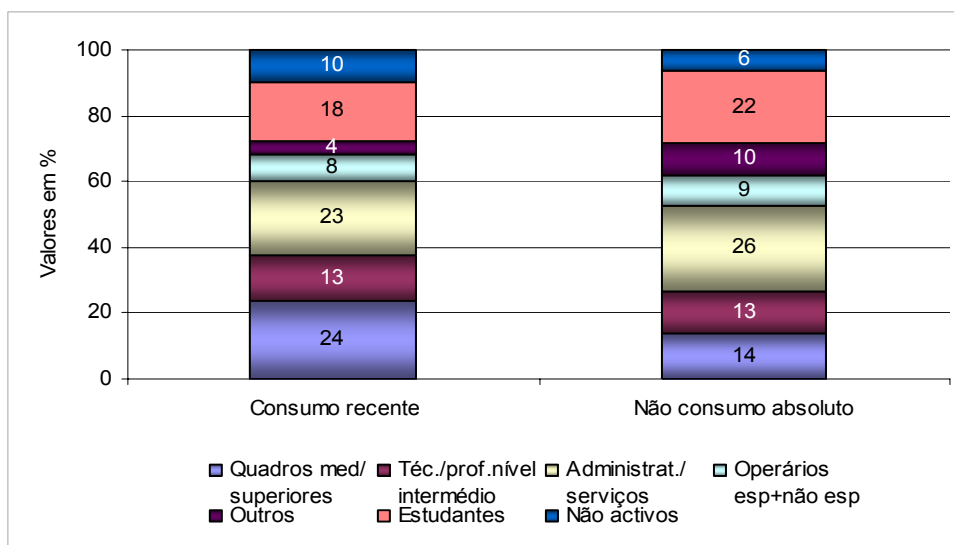


**Gráfico 80 – Caracterização do consumo recente *versus* não consumo, por sexo**



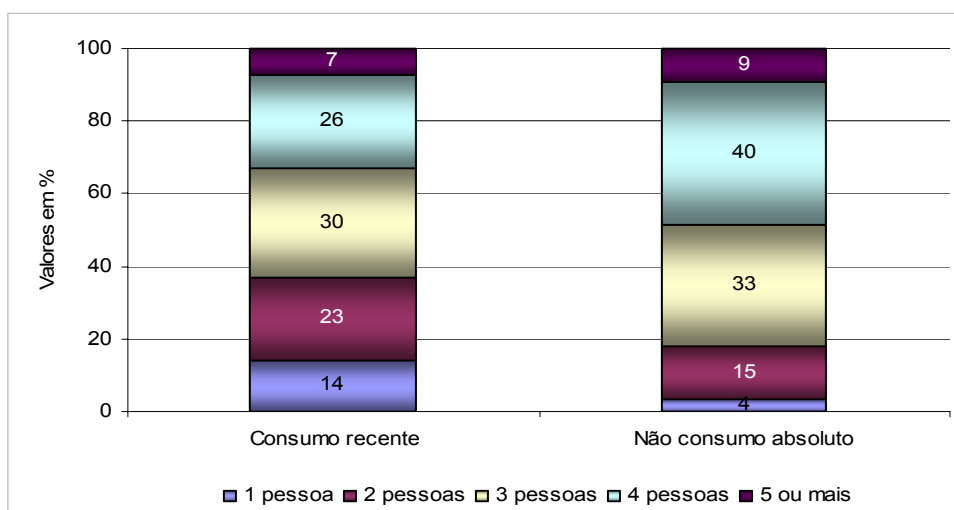
Verifica-se, considerando os consumidores por profissão e/ou ocupação, que o consumo do último ano foi essencialmente realizado por quadros médios e superiores, com cerca de 24%, administrativos, com cerca de 23%, e por estudantes, com cerca de 18%, diferentemente do consumo realizado em anos anteriores focalizado no grupo dos administrativos, com cerca de 26%, e no grupo dos estudantes, com cerca de 22% (Gráfico 81).

**Gráfico 81 – Caracterização do consumo recente *versus* não consumo, por profissão e/ou ocupação**



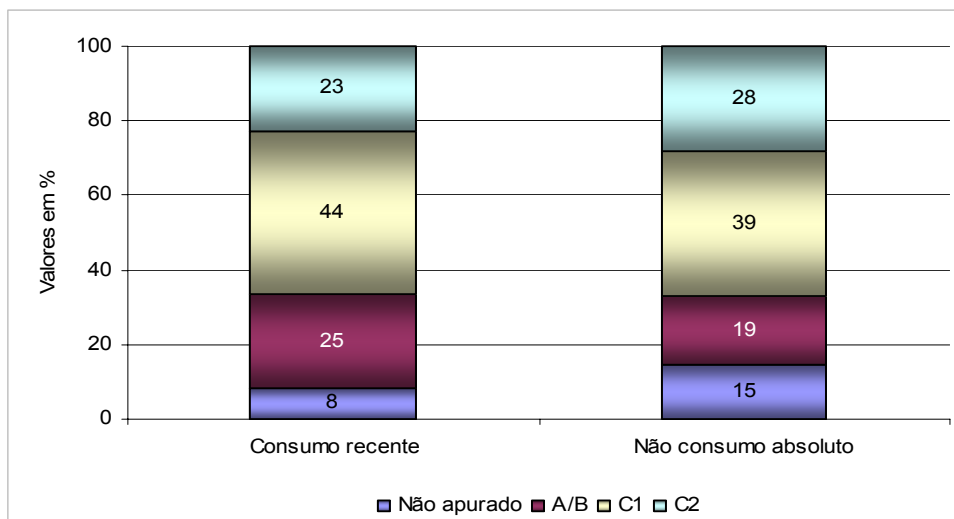
Verifica-se que o consumo recente se reparte pelos agregados familiares constituídos por três pessoas, com cerca de 30%, por quatro pessoas, com cerca de 26%, e por duas pessoas, com cerca de 23%. Esta repartição é diferente considerando o consumo em anos anteriores, por aqueles que não consumiram no último ano, em que cerca de 40% do consumo foi realizado por agregados familiares com quatro pessoas e cerca de 33% por agregados com três pessoas (Gráfico 82).

**Gráfico 82 – Caracterização do consumo recente *versus* não consumo, por dimensão do agregado familiar**



Verifica-se que o consumo recente se reparte pelo estrato sócio – económico identificado C1, com cerca de 44%, pelo estrato A/B, com cerca de 25%, e pelo estrato C2, com cerca de 23%, e de forma diferente ao considerar o consumo de anos anteriores realizado por aqueles que não consumiram no último ano (Gráfico 83).

**Gráfico 83 – Caracterização do consumo recente *versus* não consumo, por estrato sócio – económico**



Em suma, é interessante verificar que as dissemelhanças entre consumidor e não consumidor são significativas.

Contudo, algumas variáveis apresentam mais forte dependência, nomeadamente a ‘região’ e o ‘número de pessoas no agregado familiar que consomem suplementos alimentares’. A variável ‘profissão e/ou ocupação’ apresenta também relação interessante com correspondência quase linear, significando que ‘quanto mais baixo o escalão profissional, menor o consumo’.

As categorias de suplementos alimentares ganharam novos consumidores no ano de 2005. Assim, dos 58% de consumidores de suplementos alimentares 20% representam novo consumo, ou seja, corresponde ao índice de captação deste mercado.

Considerando como abandono da categoria de suplementos alimentares quem não consome há mais de 3 anos, este indicador representa em termos absolutos 8,5% de não consumo. Os ganhos de novos consumidores representam em termos absolutos 11,2%. Poderá dizer-se que o crescimento real deste mercado deverá ser da ordem dos 2,7%.

Para a caracterização do consumo *versus* não consumo, utilizaram-se as seguintes hipóteses para a escolha de variáveis:

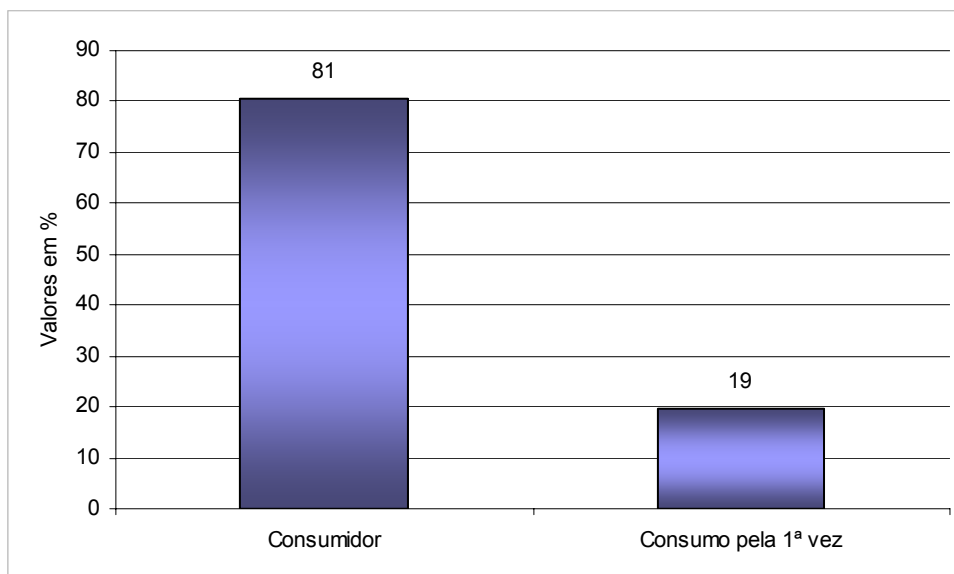
- a) Separar consumo e não consumo. Consumo significa ter consumido até 3 anos e não consumo significa ter consumido há mais de 3 anos ou nunca ter consumido;
- b) Separar consumo recente e não consumo. Consumo recente significa consumir no último ano e não consumo significa não ter consumido no último ano ou nunca ter consumido;
- c) Em ambos os casos, não são considerados no consumo, quem consumiu pela primeira vez este ano.

Embora se constate que percentualmente não existem grandes diferenças entre os resultados obtidos quando aplicadas as diferentes definições, analisando os resultados verifica-se que quando se efectua o teste de Qui quadrado a hipótese b) é bastante mais discriminante, obtendo-se resultados significativos, razão porque se optou por esta hipótese.

#### **6.4.2- Caracterização do novo consumidor**

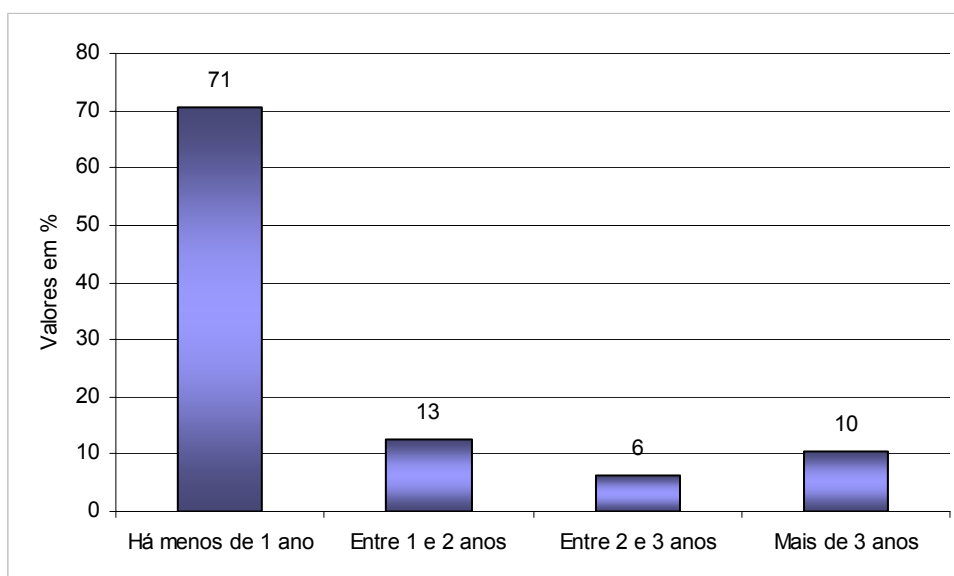
O novo consumidor, aquele que consome pela primeira vez, representa cerca de 20% do total de consumidores declarados (Gráfico 84).

**Gráfico 84 – Caracterização do consumo pela primeira vez**



Verifica-se que o consumidor que consumiu há menos de um ano representa mais de 70% (Gráfico 85).

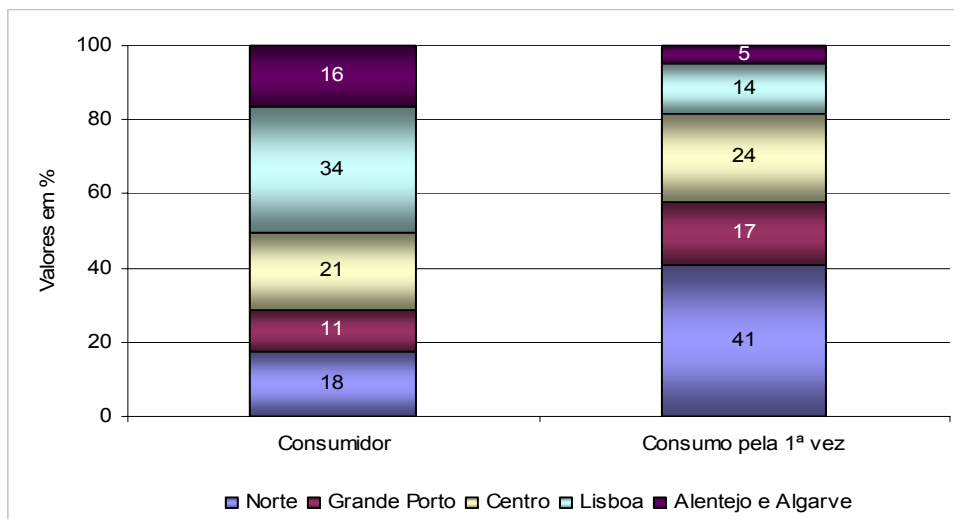
**Gráfico 85 – Caracterização do consumidor de suplementos alimentares, por períodos de consumo**



Verifica-se que o novo consumidor se concentrou especialmente na região Norte, com cerca de 41%, e na região Centro, com cerca de 24%. O consumidor habitual de

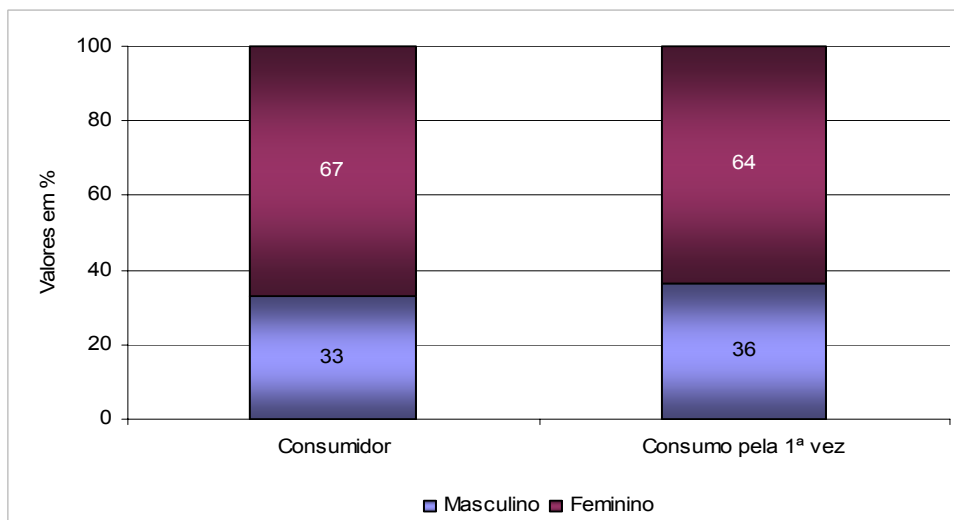
suplementos alimentares apresenta-se de forma distribuída pelo país, compreendendo na região de Lisboa, cerca de 34%, na região Centro, cerca de 21%, na região Norte, cerca de 18%, e na região Alentejo e Algarve, cerca de 16% (Gráfico 86).

**Gráfico 86 – Consumo pela primeira vez, por região**



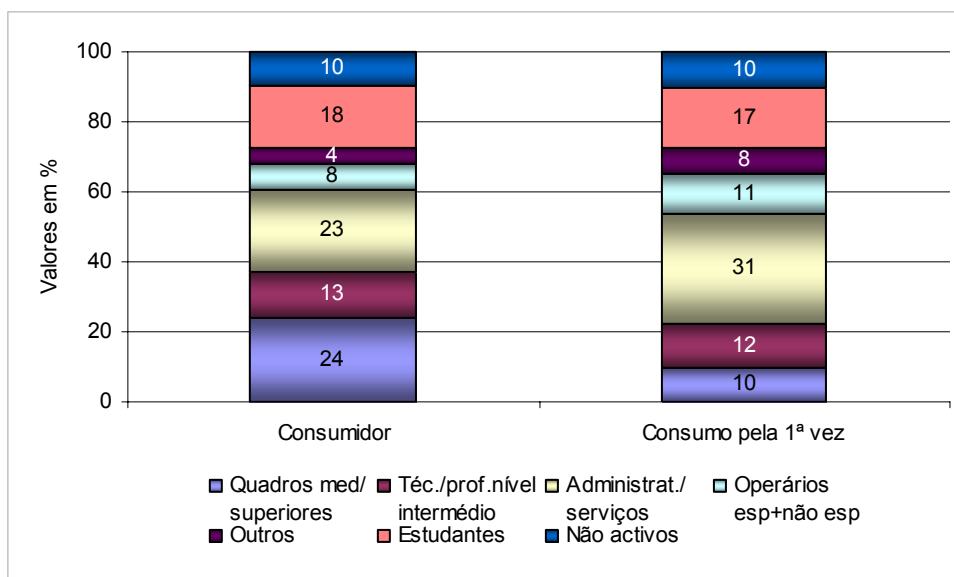
Verifica-se que o consumidor do sexo feminino, em mais de 64%, é o principal consumidor e de forma semelhante, seja no consumo pela primeira vez ou no consumo habitual (Gráfico 87).

**Gráfico 87 – Consumo pela primeira vez, por sexo**



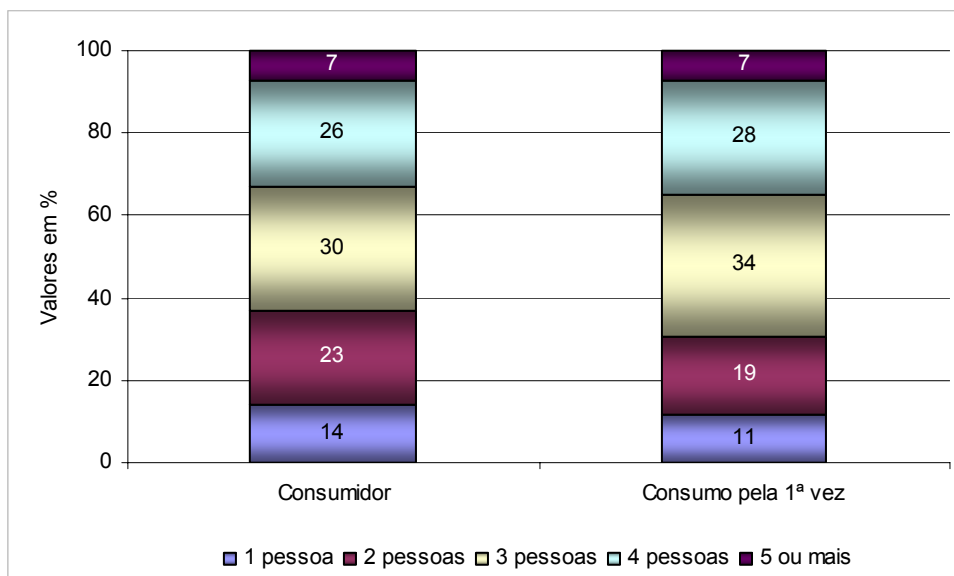
Verifica-se que os consumidores pela primeira vez pertencem em especial à profissão e/ou ocupação administrativa, com cerca de 31%, e estudantes, com cerca de 17%. O consumidor habitual reparte-se pela profissão e/ou ocupação de quadros médios e superiores, cerca de 24%, administrativos, cerca de 23%, e estudantes, cerca de 18% (Gráfico 88).

**Gráfico 88 – Consumo pela primeira vez, por profissão e/ou ocupação**



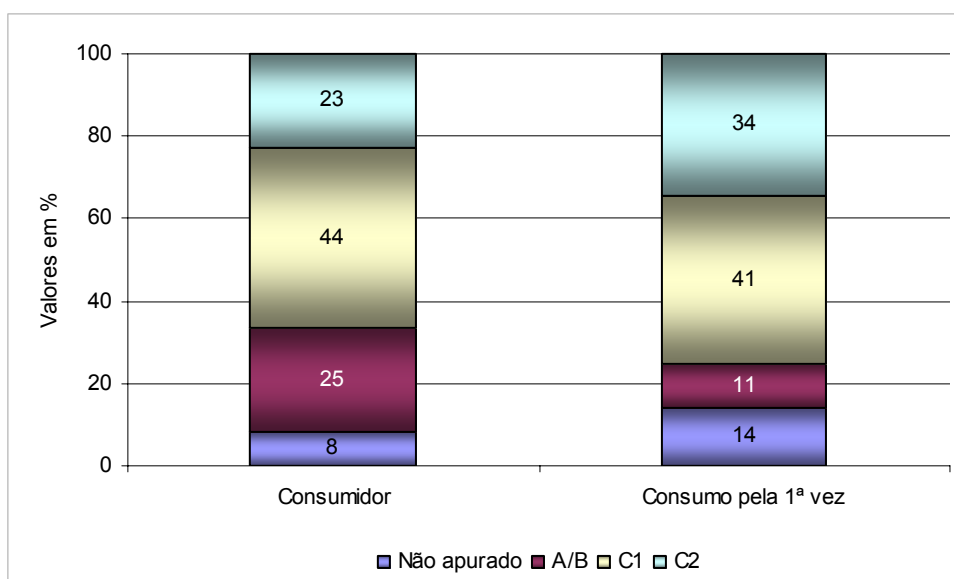
A repartição do consumo por dimensão do agregado familiar é semelhante considerando o consumidor pela primeira vez ou o consumidor habitual e distribui-se por agregados com duas, três e quatro pessoas. Tem maior relevância o agregado com três pessoas (Gráfico 89).

**Gráfico 89 – Consumo pela primeira vez, por dimensão do agregado familiar**



Verificam-se diferenças entre a distribuição dos consumidores pela primeira vez e os consumidores habituais, por estrato sócio – económico. Naquele caso têm importância os estratos identificados C1, com cerca de 41%, e o estrato C2, com cerca de 34%. No caso dos consumidores habituais destacam-se o estrato C1, com cerca de 44%, o estrato A/B, com cerca de 25%, e o estrato C2, com cerca de 23% (Gráfico 90).

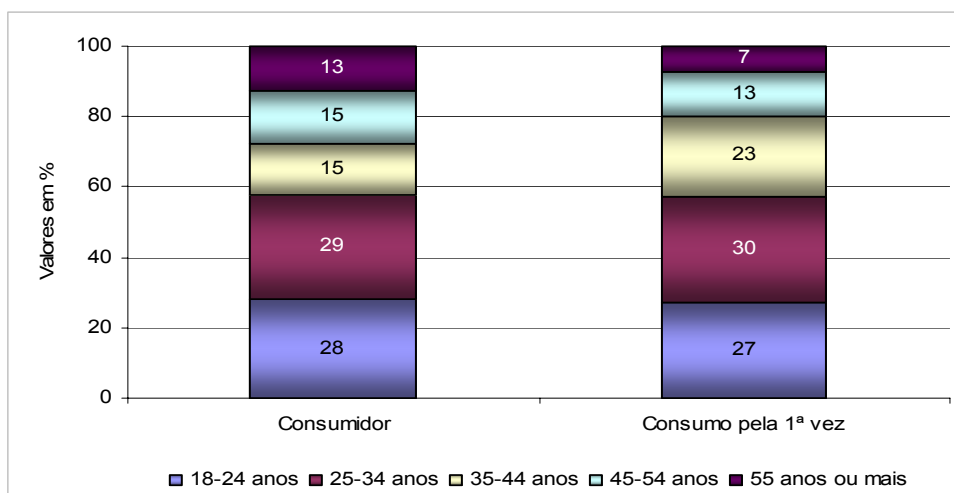
**Gráfico 90 – Consumo pela primeira vez, por estrato sócio - económico**





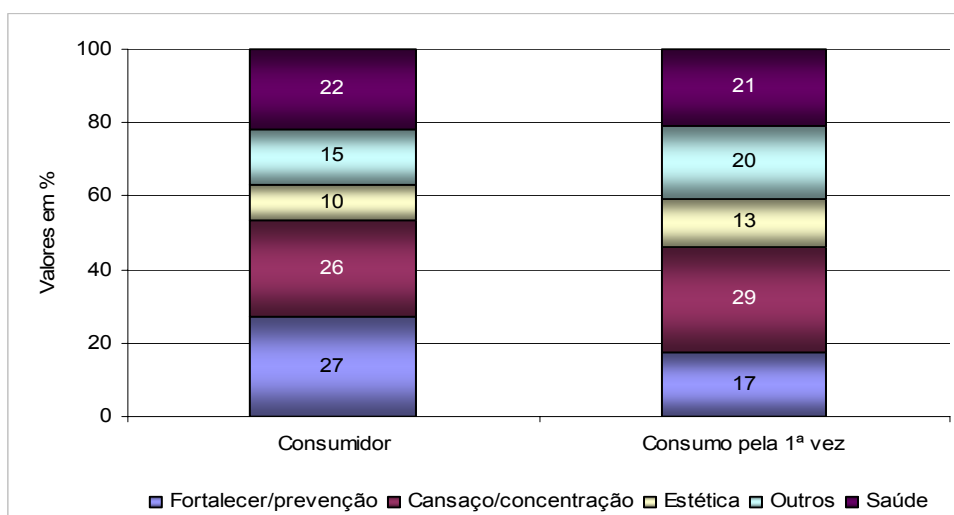
Verifica-se especial diferença entre os consumidores pela primeira vez e os consumidores habituais, especialmente naquele caso, no que respeita ao grupo da faixa etária de 45-54 anos, com cerca de 23% (Gráfico 91).

**Gráfico 91 – Consumo pela primeira vez, por faixa etária**



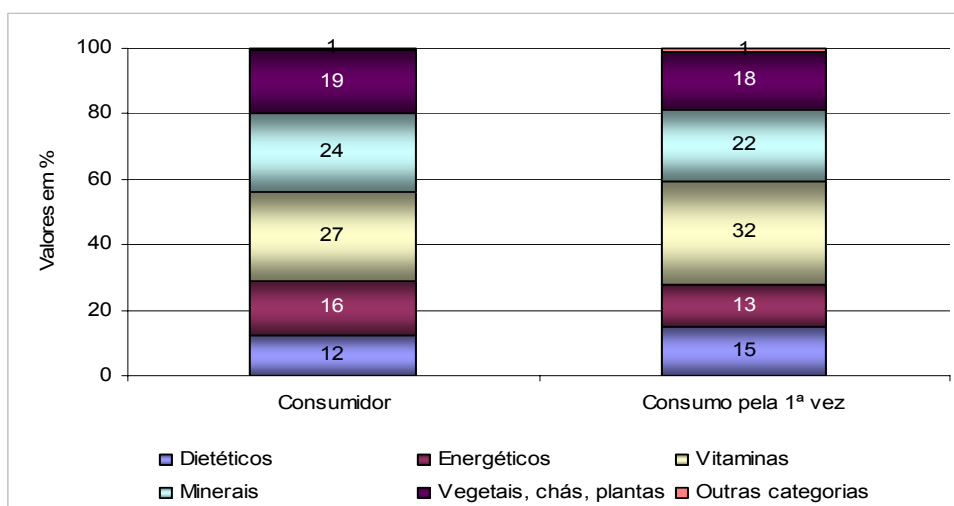
Verifica-se que os motivos de compra que levam ao consumo são semelhantes considerando os consumidores pela primeira vez ou os consumidores habituais e que se repartem por motivos de cansaço, saúde e fortalecimento (Gráfico 92).

**Gráfico 92 – Consumo pela primeira vez, por motivo de compra**



Verifica-se que o consumidor pela primeira vez e o consumidor habitual apresentam opções de compra semelhantes, por categoria de produtos, repartidas pelos produtos à base de vitaminas e minerais e à base de vegetais, dietéticos e energéticos (Gráfico 93).

**Gráfico 93 – Consumo pela primeira vez, por categorias de suplementos alimentares**



Em suma, o novo consumidor apresenta algumas diferenças face ao restante grupo de consumo. Assim, as relações de significância reflectem-se nas variáveis região, profissão e/ou ocupação e estrato sócio – económico.

Verifica-se que as variáveis económicas pesam, de forma inversa, na captação de novos consumidores, enquanto que a manutenção do consumo depende de outros factores sociais ou demográficos. O novo consumo concentrou-se maioritariamente na região Norte.

É determinantemente a dependência entre as variáveis estrato sócio – económico e profissão e/ou ocupação para a entrada de novos consumidores no mercado de suplementos alimentares, crescimento este feito à custa dos grupos economicamente mais baixos.

Não se verifica dependência entre as variáveis novos consumidores *versus* consumidores ‘habituais’, ou seja os motivos para consumir são estatisticamente idênticos.

Analisando a categoria de produtos consumida, verifica-se que os novos consumidores apresentam índices mais elevados no consumo de dietéticos e de vitaminas, comparativamente com o consumidor habitual.

## 7. Conclusões

Do estudo elaborado retiram-se interessantes conclusões. Em geral os suplementos alimentares e as suas diversas categorias de produtos são conhecidos pelos consumidores, conhecimento esse obtido, em especial, através de profissionais de saúde, das relações pessoais e dos *media*. Contudo, não é homogéneo e varia com a região, faixa etária e profissão e/ou ocupação.

As satisfações dos consumidores em geral são elevadas e a sua motivação de compra diferenciada, consoante as diferentes categorias de produtos.

A par do elevado conhecimento verifica-se elevado índice de consumo e/ou experimentação de suplementos alimentares, principalmente para a categoria das vitaminas e minerais. Este facto prende-se com a importância do profissional de saúde ou com o facto do ponto de venda especializado – farmácia – poder prescrever, o que confere aos produtos credibilidade, dada a imagem de qualidade destas entidades.

Esta imagem positiva reflecte-se, também, junto dos não consumidores ao referirem como principal motivo para o não consumo o facto de “não necessitar”, sendo bastante elevado o seu potencial de consumo.

Em regra, é o próprio consumidor ou inquirido que adquire os suplementos alimentares, verificando-se algumas diferenças, por exemplo, no caso dos grupos etários mais jovens para quem a colaboração da família tem papel importante.

Os inquiridos identificam, em grande maioria e directamente, os produtos pretendidos no acto da compra, e, destes, em primeiro lugar, produtos à base de minerais e produtos energéticos, seguindo-se os produtos vitamínicos, vegetais e dietéticos.

Os motivos de consumo e o tipo de suplemento consumido apresentam forte relação com as lojas de produtos naturais. Por sua vez, a compra em grandes superfícies e/ou supermercados relaciona-se com a região, idade e número de pessoas do agregado que

consomem suplementos alimentares. Os produtos à base de minerais e vitaminas foram referidos com sendo especialmente adquiridos na farmácia.

A compra de suplementos alimentares em farmácia prende-se, em grande medida, com a proximidade, disponibilidade da marca do produto e com a confiança induzida pela farmácia, ao passo que a compra em lojas de produtos naturais se associa principalmente com a proximidade e comodidade do local e com a confiança no vendedor.

Existe, em grande parte, irregularidade na compra de produtos, ou seja, as aquisições são feitas sem frequência certa. Vêm depois as aquisições com regularidade mensal ou inferior ao mês. Nesta âmbito, os consumidores da faixa etária dos 35-44 anos apresentam maior regularidade na aquisição dos produtos, em especial, quando o fazem mensalmente ou em períodos inferiores ao mês, e pertencem, em maioria, ao estrato sócio – económico da classe C1, mas é o estrato sócio – económico da classe C2 que apresenta maiores gastos com suplementos.

Observa-se gastar-se mais com a categoria de produtos dietéticos e menos com a categoria de produtos à base de vegetais/chás/plantas.

São os consumidores pertencerem às faixas etárias dos 45-54 anos e 55 anos ou superior quem gasta mais com suplementos, a par dos que se identificam com a profissão e/ou ocupação de operário especializado e não especializado, os não activos e os agregados familiares com uma pessoa. Por sua vez, é na região do Grande Porto e na região do Alentejo e Algarve que é maior o gasto médio anual com suplementos alimentares, sendo na região de Lisboa aquela que apresenta o gasto médio e anual mais baixo.

Os inquiridos demonstram, em esmagadora maioria, ser sua intenção voltar a comprar e utilizar suplementos alimentares. Porém, verifica-se que quanto maior a faixa etária dos consumidores mais se dispõem a voltar a comprar, com destaque para os da faixa etária dos 55 anos ou mais. Dispõem-se, no entanto, a comprar mais os produtos à base de vegetais e menos os produtos energéticos.

Os novos consumidores apresentam alguma dissemelhança face ao restante grupo de consumo. Verifica-se, contudo, que as variáveis económicas pesam, de forma inversa, na captação de novos consumidores, enquanto que a manutenção do consumo depende de outros factores sociais ou demográficos.

Analisando a categoria de produtos consumida, verifica-se que os novos consumidores apresentam índices mais elevados no consumo de dietéticos e de vitaminas, comparativamente com o consumidor habitual.

## **Anexo 1 – Legislação**

### **Decreto-Lei n.º 136/2003**

**DR n.º 147, I-A Série de 2003.06.28, Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas**  
**Transpõe para a ordem jurídica nacional a Directiva n.º 2002/46/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 10 de Junho, relativa à aproximação das legislações dos Estados membros respeitantes aos suplementos alimentares.**

#### **Texto Integral:**

Um regime alimentar adequado e variado, em circunstâncias normais, fornece a um ser humano todas as substâncias nutrientes necessárias nas quantidades estabelecidas e recomendadas por dados científicos ao seu bom desenvolvimento e à sua manutenção num bom estado de saúde.

Todavia, esta situação ideal não está a ser alcançada em relação a todas as substâncias nutrientes nem a todos os grupos populacionais devido, designadamente, ao estilo de vida.

Os consumidores podem, no entanto, optar por complementar as quantidades ingeridas de algumas substâncias nutrientes através do consumo de suplementos alimentares.

Por isso, tem-se verificado a existência de um número crescente de produtos comercializados como géneros alimentícios que constituem uma fonte concentrada de substâncias nutrientes, as quais são apresentadas como complemento aos nutrimentos ingeridos num regime alimentar normal.

Estes suplementos alimentares podem conter um leque bastante variado de substâncias nutrientes e outros ingredientes, designadamente vitaminas, minerais, aminoácidos, ácidos gordos essenciais, fibras e várias plantas e extractos de ervas.

Tendo em vista garantir um elevado nível de protecção dos consumidores e facilitar a sua escolha, os suplementos alimentares a colocar no mercado devem ser seguros e comportar uma rotulagem adequada.

A ingestão excessiva de vitaminas e de minerais pode provocar efeitos adversos, devendo, por isso, ser fixados, quando necessário, limites máximos de segurança para essas substâncias presentes nos suplementos alimentares, garantindo que a utilização normal dos produtos, de acordo com as instruções de utilização fornecidas pelo fabricante, é segura para os consumidores.

Para garantir que os suplementos alimentares são um complemento do regime alimentar, devem as vitaminas e os minerais declarados no rótulo dos mesmos estar presentes no produto em quantidades significativas.

As normas relativas ao fabrico e comercialização dos suplementos alimentares encontram-se fixadas na Directiva n.º 2002/46/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 10 de Junho, a qual importa agora transpor para a ordem jurídica nacional.

Assim:

Nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 198.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

#### **Artigo 1.º**

##### **Objecto**

O presente diploma transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2002/46/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 10 de Junho, relativa à aproximação das legislações dos Estados membros respeitantes aos suplementos alimentares.

#### **Artigo 2.º**

##### **Âmbito**

1 - O presente diploma refere-se aos suplementos alimentares comercializados como géneros alimentícios e apresentados como tais, os quais apenas podem ser postos à disposição do consumidor final sob a forma pré-embalada.

2 - O presente diploma não se aplica aos medicamentos tal como definidos no Decreto-Lei n.º 72/91, de 8 de Fevereiro, com a redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 242/2000, de 26 de Setembro, relativo aos medicamentos para uso humano.

### **Artigo 3.º**

#### **Definições**

Para efeitos do presente diploma, entende-se por:

- a) «Suplementos alimentares», os géneros alimentícios que se destinam a complementar e ou suplementar o regime alimentar normal e que constituem fontes concentradas de determinadas substâncias nutrientes ou outras com efeito nutricional ou fisiológico, estrema ou combinadas, comercializadas em forma doseada, tais como cápsulas, pastilhas, comprimidos, pílulas e outras formas semelhantes, saquetas de pó, ampolas de líquido, frascos com conta-gotas e outras formas similares de líquidos ou pós que se destinam a ser tomados em unidades medidas de quantidade reduzida;
- b) «Substâncias nutrientes ou nutrimentos», as vitaminas e os minerais;
- c) «Autoridade competente», a Agência para a Qualidade e Segurança Alimentar, organismo responsável pela avaliação dos riscos dos géneros alimentícios e que, nessa matéria, colabora com a Autoridade Europeia para a Segurança dos Alimentos.

### **Artigo 4.º**

#### **Vitaminas e minerais**

- 1 - Sem prejuízo do disposto no n.º 4, apenas as vitaminas e os minerais constantes do anexo I ao presente diploma, sob as formas enunciadas no anexo II ao presente diploma, podem ser utilizados no fabrico de suplementos alimentares.
- 2 - Às substâncias enumeradas no anexo II aplicam-se os critérios de pureza previstos na legislação em vigor relativa à utilização dos mesmos no fabrico de géneros alimentícios para fins diversos dos abrangidos pelo presente diploma.
- 3 - Quanto às substâncias enunciadas no anexo II, para as quais não estejam especificados critérios de pureza na legislação vigente, até à adopção daqueles, aplicam-se os critérios de pureza geralmente aceites e recomendados por organismos internacionais.
- 4 - Até 31 de Dezembro de 2009, em derrogação do disposto no n.º 1, pode ser autorizado o uso de vitaminas e de minerais não enumerados no anexo I, ou sob formas não enunciadas no anexo II.
- 5 - A autorização a que se refere o número anterior deve ser solicitada à autoridade competente até 31 de Maio de 2005, mas apenas para as substâncias que, em 12 de Julho de 2002, sejam utilizadas em um ou mais suplementos alimentares comercializados.
- 6 - A autoridade competente solicita o parecer da Autoridade Europeia para a Segurança dos Alimentos e só autoriza a comercialização dos produtos que contenham as vitaminas e os minerais referidos no n.º 4 desde que não haja um parecer desfavorável daquela.

### **Artigo 5.º**

#### **Quantidades de vitaminas e minerais**

- 1 - As quantidades máximas de vitaminas e minerais presentes nos suplementos alimentares são fixadas em função da toma diária recomendada pelo fabricante, tendo em conta os seguintes elementos:
  - a) Limites superiores de segurança estabelecidos para as vitaminas e os minerais, após uma avaliação científica dos riscos, efectuada com base em dados científicos geralmente aceites, tendo em conta, quando for caso disso, os diversos graus de sensibilidade dos diferentes grupos de consumidores;
  - b) Quantidade de vitaminas e minerais ingerida através de outras fontes alimentares;
  - c) Doses de referência de vitaminas e minerais para a população.
- 2 - Para garantir que os suplementos alimentares contêm quantidades suficientes e significativas de vitaminas e minerais, as quantidades mínimas devem ser fixadas em função da toma diária recomendada pelo fabricante.

### **Artigo 6.º**

#### **Rotulagem**

- 1 - A denominação de venda dos produtos abrangidos pelo presente diploma é a de «suplemento alimentar».
- 2 - Sem prejuízo do disposto na legislação vigente relativa à rotulagem dos géneros alimentícios, a rotulagem dos suplementos alimentares deve ainda conter as seguintes indicações:
  - a) A designação das categorias de nutrimentos ou substâncias que caracterizam o produto ou uma referência específica à sua natureza;
  - b) A toma diária recomendada do produto;



- c) Uma advertência de que não deve ser excedida a toma diária indicada;
- d) A indicação de que os suplementos alimentares não devem ser utilizados como substitutos de um regime alimentar variado;
- e) Uma advertência de que os produtos devem ser guardados fora do alcance das crianças.

#### **Artigo 7.º**

##### **Modo de apresentação da rotulagem**

A rotulagem, apresentação e publicidade dos suplementos alimentares não pode incluir menções que:

- a) Atribuem aos mesmos propriedades profiláticas, de tratamento ou curativas de doenças humanas, nem fazer referência a essas propriedades;
- b) Declarem expressa ou implicitamente que um regime alimentar equilibrado e variado não constitui uma fonte suficiente de nutrientes em geral.

#### **Artigo 8.º**

##### **Indicação dos nutrientes**

- 1 - A quantidade de nutrientes ou substâncias com efeito nutricional ou fisiológico presentes no produto deve ser declarada no rótulo sob forma numérica, sendo as unidades a utilizar para as vitaminas e minerais as que se encontram especificadas no anexo I.
- 2 - As quantidades de nutrientes ou de outras substâncias declaradas referem-se à toma diária recomendada pelo fabricante e indicada no rótulo.
- 3 - Os valores declarados, a que se referem os números anteriores, são valores médios baseados na análise do produto realizada pelo fabricante.
- 4 - As informações relativas às vitaminas e aos minerais devem igualmente ser expressas em percentagem dos valores de referência mencionados, designadamente os constantes na legislação em vigor sobre rotulagem nutricional dos géneros alimentícios.

#### **Artigo 9.º**

##### **Colocação no mercado**

O fabricante ou o responsável pela colocação no mercado, antes de iniciar a comercialização de um produto, deve informar a autoridade competente dessa comercialização, enviando-lhe um modelo de rótulo utilizado para esse produto.

#### **Artigo 10.º**

##### **Fiscalização**

Compete à Direcção-Geral de Fiscalização e Controlo da Qualidade Alimentar e às direcções regionais de agricultura assegurar a fiscalização das normas constantes do presente diploma, sem prejuízo das competências atribuídas por lei a outras entidades.

#### **Artigo 11.º**

##### **Contra-ordenações**

- 1 - Constitui contra-ordenação punível com coima no montante mínimo de (euro) 500 e nos montantes máximos de (euro) 3740,98 ou (euro) 44891,81, consoante o agente em infracção seja pessoa singular ou colectiva:
  - a) O fabrico ou a comercialização de suplementos alimentares que não cumpram o disposto nos artigos 4.º e 5.º;
  - b) A comercialização de suplementos alimentares com desrespeito pelo disposto no n.º 1 do artigo 2.º e nos artigos 6.º, 7.º, 8.º e 9.º
- 2 - A tentativa e a negligência são puníveis.
- 3 - Às contra-ordenações previstas no presente diploma aplica-se subsidiariamente o disposto no Regime Geral das Contra-Ordenações e Coimas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de Outubro.

#### **Artigo 12.º**

##### **Sanções acessórias**

- 1 - Consoante a gravidade da contra-ordenação e a culpa do agente, podem ser aplicadas, simultaneamente com a coima, as seguintes sanções acessórias:
  - a) Perda de objectos pertencentes ao agente;

- b) Interdição do exercício de profissão ou actividade cujo exercício depende de título público ou de autorização ou homologação de autoridade pública;
  - c) Privação do direito a subsídio ou benefício outorgado por entidades ou serviços públicos;
  - d) Privação do direito de participar em feiras ou mercados;
  - e) Privação do direito de participação em arrematações ou concursos públicos que tenham por objecto o fornecimento de bens e serviços públicos e a atribuição de licenças ou alvarás;
  - f) Encerramento de estabelecimentos cujo funcionamento esteja sujeito a autorização ou licença de autoridade administrativa;
  - g) Suspensão de autorizações, licenças e alvarás.
- 2 - As sanções referidas nas alíneas b) a g) do número anterior têm a duração máxima de dois anos, contados a partir da decisão condenatória definitiva.

#### **Artigo 13.º**

##### **Levantamento dos autos, instrução e aplicação de sanções**

- 1 - O levantamento dos autos de contra-ordenação compete à Direcção-Geral de Fiscalização e Controlo da Qualidade Alimentar e às direcções regionais de agricultura, sem prejuízo das competências atribuídas por lei a outras entidades.
- 2 - A instrução dos processos de contra-ordenação compete à Direcção-Geral de Fiscalização e Controlo da Qualidade Alimentar.
- 3 - A aplicação das coimas e sanções acessórias no âmbito do presente diploma compete ao director-geral de Fiscalização e Controlo da Qualidade Alimentar.

#### **Artigo 14.º**

##### **Repartição do produto das coimas**

A afectação do produto das coimas cobradas em aplicação do artigo 11.º faz-se da seguinte forma:

- a) 10% para a entidade que levanta o auto;
- b) 20% para a entidade que faz a instrução do processo;
- c) 10% para a entidade que aplica a coima;
- d) 60% para o Estado.

#### **Artigo 15.º**

##### **Norma transitória**

A comercialização dos produtos que não estejam conformes com as normas do presente diploma é autorizada até 1 de Agosto de 2005.

#### **Artigo 16.º**

##### **Entrada em vigor**

O presente diploma entra em vigor 30 dias após a sua publicação.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 2 de Maio de 2003. - José Manuel Durão Barroso - Maria Manuela Dias Ferreira Leite - António Manuel de Mendonça Martins da Cruz - Maria Celeste Ferreira Lopes Cardona - José Luís Fazenda Arnaut Duarte - Carlos Manuel Tavares da Silva - Armando José Cordeiro Sevinato Pinto - Luís Filipe Pereira.

Promulgado em 13 de Junho de 2003, na ilha das Flores, Açores.

Publique-se.

O Presidente da República, JORGE SAMPAIO.

Referendado em 18 de Junho de 2003.

O Primeiro-Ministro, José Manuel Durão Barroso.

#### **ANEXO I**

##### **Vitaminas e minerais que podem ser utilizados no fabrico de suplementos alimentares**

##### **1 – Vitaminas**

Vitamina A ((mi)g RE).

Vitamina D ((mi)g).

Vitamina E (mg (alfa)-TE).

Vitamina K ((mi)g).

Vitamina B1 (mg).  
Vitamina B2 (mg).  
Niacina (mg NE).  
Ácido pantoténico (mg).  
Vitamina B6 (mg).  
Ácido fólico ((mi)g).  
Vitamina B12 ((mi)g).  
Biotina ((mi)g).  
Vitamina C (mg).

## **2 – Minerais**

Cálcio (mg).  
Magnésio (mg).  
Ferro (mg).  
Cobre ((mi)g).  
Iodo ((mi)g).  
Zinco (mg).  
Manganês (mg).  
Sódio (mg).  
Potássio (mg).  
Selénio ((mi)g).  
Crómio ((mi)g).  
Molibdénio ((mi)g).  
Fluoreto (mg).  
Cloreto (mg).  
Fósforo (mg).

## **ANEXO II**

**Substâncias vitamínicas e minerais que podem ser utilizadas no fabrico de suplementos alimentares**

### **A – Vitaminas**

#### **1 - Vitamina A**

- a) Retinol.
- b) Acetato de retinol.
- c) Palmitato de retinol.
- d) Beta-caroteno.

#### **2 - Vitamina D**

- a) Colecalciferol.
- b) Ergocalciferol.

#### **3 - Vitamina E**

- a) D-alfa-tocoferol.
- b) DL-alfa-tocoferol.
- c) Acetato de D-alfa-tocoferol.
- d) Acetato de DL-alfa-tocoferol.
- e) Succinato ácido de D-alfa-tocoferol.

#### **4 - Vitamina K**

- a) Filoquinona (fitomenadiona).

#### **5 - Vitamina B1**

- a) Cloridrato de tiamina.
- b) Mononitrato de tiamina.

#### **6 - Vitamina B2**

- a) Riboflavina.
- b) Riboflavina-5'-fosfato de sódio.

#### **7 – Niacina**

- a) Ácido nicotínico.
- b) Nicotinamida.

#### **8 - Ácido pantoténico**

- a) D-pantotenato de cálcio.
- b) D-pantotenato de sódio.
- c) Dexpantotenol.

**9 - Vitamina B6**

- a) Cloridrato de piridoxina.
- b) Piridoxina-5'-fosfato.

**10 - Ácido fólico**

- a) Ácido pteroilmonoglutâmico.

**11 - Vitamina B12**

- a) Cianocobalamina.
- b) Hidroxocobalamina.

**12 – Biotina**

- a) D-biotina.

**13 - Vitamina C**

- a) Ácido L-ascórbico.
- b) L-ascorbato de sódio.
- c) L-ascorbato de cálcio.
- d) L-ascorbato de potássio.
- e) 6-palmitato de L-ascorbilo.

**B – Minerais**

- Carbonato de cálcio.
- Cloreto de cálcio.
- Sais de cálcio do ácido cítrico
- Gluconato de cálcio.
- Glicerofosfato de cálcio.
- Lactato de cálcio.
- Sais de cálcio do ácido ortofosfórico.
- Hidróxido de cálcio.
- Óxido de cálcio.
- Acetato de magnésio.
- Carbonato de magnésio.
- Cloreto de magnésio.
- Sais de magnésio do ácido cítrico.
- Gluconato de magnésio.
- Glicerofosfato de magnésio.
- Sais de magnésio do ácido ortofosfórico.
- Lactato de magnésio.
- Hidróxido de magnésio.
- Óxido de magnésio.
- Sulfato de magnésio.
- Carbonato ferroso.
- Citrato ferroso.
- Citrato férrico de amónio.
- Gluconato ferroso.
- Fumarato ferroso.
- Difosfato férrico de sódio.
- Lactato ferroso.
- Sulfato ferroso.
- Difosfato férrico (pirofosfato férrico).
- Sacarato férrico.
- Ferro elementar (resultante da redução por carbonilo, electrólise ou hidrogénio).
- Carbonato cúprico.
- Citrato cúprico.
- Gluconato cúprico.
- Sulfato cúprico.
- Complexo de cobre-lisina.

Iodeto de sódio.  
Iodato de sódio.  
Iodeto de potássio.  
Iodato de potássio.  
Acetato de zinco.  
Cloreto de zinco.  
Citrato de zinco.  
Gluconato de zinco.  
Lactato de zinco.  
Sulfato de crómio (III).  
Molibdato de amónio [molibdénio (VI)].  
Molibdato de sódio [molibdénio (VI)].  
Fluoreto de potássio.  
Fluoreto de sódio.  
Óxido de zinco.  
Carbonato de zinco.  
Sulfato de zinco.  
Carbonato de manganês.  
Cloreto de manganês.  
Citrato de manganês.  
Gluconato de manganês.  
Glicerofosfato de manganês.  
Sulfato de manganês.  
Bicarbonato de sódio.  
Carbonato de sódio.  
Cloreto de sódio.  
Citrato de sódio.  
Gluconato de sódio.  
Lactato de sódio.  
Hidróxido de sódio.  
Sais de sódio do ácido ortofosfórico.  
Bicarbonato de potássio.  
Carbonato de potássio.  
Cloreto de potássio.  
Citrato de potássio.  
Gluconato de potássio.  
Glicerofosfato de potássio.  
Lactato de potássio.  
Hidróxido de potássio.  
Sais de potássio do ácido ortofosfórico.  
Selenato de sódio.  
Hidrogenosselenito de sódio.  
Selenito de sódio.  
Cloreto de crómio (III).

## **Decreto-Lei n.º 560/99**

**DR 293, I-A Série de 1999.12.18, Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e das Pescas**  
**Transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 97/4/CE, do conselho, de 27 de Janeiro, e a Directiva n.º 1999/10/CE, do Conselho, de 27 de Janeiro, e a Directiva n.º 1999/10/CE, da Comissão, de 8 de Março, relativa à aproximação das legislações dos Estados membros respeitantes à rotulagem, apresentação e publicidade dos géneros alimentícios destinados ao consumidor final. Publica o anexo I referente à categoria de ingredientes cuja indicação da categoria pode substituir a do nome específico. Este diploma vale como Lei Geral da República.**

### **Texto Integral:**

Tendo em conta as últimas directivas comunitárias adoptadas em matéria de rotulagem dos géneros alimentícios - Directiva n.º 97/4/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de Janeiro, e Directiva n.º 1999/10/CE, da Comissão, de 8 de Março -, que vieram introduzir alterações à Directiva n.º 79/112/CEE, de 18 de Dezembro, relativa à aproximação das legislações dos Estados membros respeitantes à rotulagem, apresentação e publicidade dos géneros alimentícios destinados ao consumidor final, importa proceder à transposição dessas directivas para o ordenamento jurídico nacional.

As alterações ora introduzidas visam uma rotulagem mais pormenorizada no sentido de reforçar a informação do consumidor, designadamente melhorando as regras relativas à natureza e às características do produto. Essas modificações dizem essencialmente respeito à denominação de venda dos géneros alimentícios e dos ingredientes e à obrigatoriedade de indicar a quantidade de certos ingredientes ou categoria de ingredientes.

Procurou-se igualmente melhorar a harmonização das regras relativas à rotulagem com a legislação comunitária de forma a não criar obstáculos à indústria nacional e à liberdade do comércio, procedendo à revogação de algumas disposições que não tinham correspondência com o direito comunitário. Com a publicação do presente diploma procede-se, por outro lado, à consolidação e simplificação da legislação existente sobre esta matéria, que se encontra bastante dispersa e algo desactualizada, de modo a torná-la mais clara e acessível aos agentes económicos.

Foram ouvidos os órgãos de governo próprio das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira.

Assim:

Nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 198.º da Constituição, o Governo decreta, para valer como lei geral da República, o seguinte:

### **Artigo 1.º**

#### **Âmbito de aplicação**

1 - O presente decreto-lei estabelece as regras a que deve obedecer a rotulagem, apresentação e publicidade dos géneros alimentícios, sejam ou não pré-embalados, a partir do momento em que se encontram no estado em que vão ser fornecidos ao consumidor final, bem como as relativas à indicação do lote.

2 - O presente diploma aplica-se igualmente aos géneros alimentícios destinados a ser fornecidos a restaurantes, hotéis, hospitais, cantinas e outras entidades similares adiante denominadas «colectividades».

3 - Na rotulagem dos géneros alimentícios deverão ainda observar-se, quando for o caso, as regras especiais relativas aos:

- a) Géneros alimentícios produzidos a partir de organismos geneticamente modificados;
- b) Géneros alimentícios tratados por radiação ionizante;
- c) Géneros alimentícios com denominações de origem e indicações geográficas protegidas e agro-biológicos;
- d) Géneros alimentícios com rotulagem nutricional.

### **Artigo 2.º**

#### **Definições**

Para efeitos do disposto neste decreto-lei, entende-se por:

- a) Rotulagem - conjunto de menções e indicações, inclusive imagens, símbolos e marcas de fabrico ou de comércio, respeitantes ao género alimentício, que figuram quer sobre a embalagem, em rótulo, etiqueta, cinta, gargantilha, quer em letreiro ou documento acompanhando ou referindo-se ao respectivo produto;
- b) Género alimentício - toda a substância, seja ou não tratada, destinada à alimentação humana, englobando as bebidas e produtos do tipo das pastilhas elásticas, com todos os ingredientes utilizados no seu fabrico, preparação e tratamento;
- c) Género alimentício pré-embalado - unidade de venda destinada a ser apresentada como tal ao consumidor final e às colectividades, constituída por um género alimentício e pela embalagem em que foi acondicionado, antes de ser apresentado para venda, quer a embalagem o cubra na totalidade, quer parcialmente, mas de modo que o conteúdo não possa ser alterado sem que aquela possa ser violada;
- d) Ingrediente - toda a substância, inclusive aditivo alimentar, utilizada no fabrico ou preparação de género alimentício e presente no produto acabado, eventualmente sob forma modificada;
- e) Aditivo alimentar - toda a substância, tenha ou não valor nutritivo, que por si só não é normalmente género alimentício nem ingrediente característico de um género alimentício, mas cuja adição intencional, com finalidade tecnológica ou organoléptica, em qualquer fase de obtenção, tratamento, acondicionamento, transporte ou armazenagem de um género alimentício, tem como consequência quer a sua incorporação nele ou a presença de um seu derivado, quer a modificação de características desse género, não abrangendo as substâncias adicionadas aos géneros alimentícios com a finalidade de lhes melhorar as propriedades nutritivas;
- f) Auxiliar tecnológico - toda a substância utilizada intencionalmente para desempenhar uma dada função tecnológica durante a obtenção, tratamento ou transformação de matérias-primas, géneros alimentícios ou seus ingredientes e que pode ocasionar a presença involuntária, mas inevitável, de resíduos ou de seus derivados no produto acabado;
- g) Data da durabilidade mínima - data até à qual se considera que os géneros alimentícios conservam as suas propriedades específicas nas condições de conservação apropriadas;
- h) Data limite de consumo - data a partir da qual não se possa garantir que os géneros alimentícios facilmente perecíveis, do ponto de vista microbiológico, estejam aptos para consumo;
- i) Data de fabrico - data em que o produto se tornou no género alimentício mencionado na rotulagem;
- j) Quantidade líquida - quantidade de produto contido na embalagem;
- l) Líquido de cobertura - o produto líquido, estreme ou misturado, ainda que se apresente no estado congelado ou ultracongelado, constituído designadamente por água, soluções aquosas de sais, salmouras, soluções aquosas de ácidos alimentares, vinagre, soluções aquosas de açúcares, soluções aquosas de outras substâncias ou matérias edulcorantes, sumos de frutos ou de produtos hortícolas, no caso das frutas ou produtos hortícolas, desde que o líquido seja apenas acessório em relação aos elementos essenciais do preparado e, por conseguinte, não seja decisivo para a compra;
- m) Peso líquido escorrido - a massa de produto sólido contido na embalagem, isento do respectivo líquido de cobertura;
- n) Embalagem - recipiente ou invólucro de um género alimentício que se destina a contê-lo, acondicioná-lo ou protegê-lo;
- o) Lote - conjunto de unidades de venda de um género alimentício produzido, fabricado ou acondicionado em circunstâncias praticamente idênticas.

### **Artigo 3.º**

#### **Menções obrigatórias na rotulagem**

1 - Sem prejuízo das exceções previstas no presente diploma, na rotulagem dos géneros alimentícios devem figurar, no mesmo campo visual, as seguintes menções:

- a) A denominação de venda;
- b) A quantidade líquida;
- c) A data de durabilidade mínima ou a data limite de consumo;
- d) A referência ao teor alcoométrico adquirido, para as bebidas com um teor alcoométrico superior a 1,2 % vol.

2 - Para além das menções referidas no número anterior, devem ainda constar, nas condições referidas no presente diploma, as seguintes indicações:

- a) O nome ou firma ou denominação social e a morada do fabricante ou do embalador, ou de um vendedor estabelecido na União Europeia;
- b) A lista de ingredientes;
- c) A quantidade de determinados ingredientes ou categoria de ingredientes;



d) As condições especiais de conservação, quando for caso disso, nomeadamente quando se trate de géneros alimentícios com data limite de consumo;

e) Modo de emprego ou de utilização quando a sua omissão não permitir fazer um uso adequado do género alimentício;

f) O local de origem ou proveniência, nos casos em que a omissão dessa menção seja susceptível de induzir o consumidor em erro quanto à origem ou proveniência do género alimentício.

3 - São ainda obrigatórias, para os tipos e categorias de géneros alimentícios a seguir identificados, as menções complementares adiante referidas:

a) Géneros alimentícios cuja durabilidade foi prolongada por gases de embalagem - «Acondicionado em atmosfera protectora»;

b) Géneros alimentícios que contenham um ou mais edulcorantes - «Contém edulcorante(s)», menção esta que deve acompanhar a denominação de venda;

c) Géneros alimentícios que contenham simultaneamente um ou mais açúcares de adição e um ou mais edulcorantes - «Contém açúcar(es) e edulcorante(s)», menção esta que deve acompanhar a denominação de venda;

d) Géneros alimentícios que contenham aspártamo - «Contém uma fonte de fenilalanina»;

e) Géneros alimentícios que contenham mais de 10 % de polióis de adição - «O seu consumo excessivo pode ter efeitos laxativos».

4 - Para além das menções referidas nos números anteriores, deve sempre figurar na embalagem ou recipiente que acondicione os géneros alimentícios ou nos respectivos documentos de venda a indicação que permita identificar o lote, nas condições estabelecidas no artigo 25.º

#### **Artigo 4.º**

##### **Géneros alimentícios não pré-embalados**

1 - Para efeitos do presente diploma, são considerados géneros alimentícios não pré-embalados:

a) Os géneros alimentícios apresentados para venda a granel ou avulso;

b) Os géneros alimentícios embalados nos postos de venda, a pedido do comprador;

c) Os géneros alimentícios pré-embalados para venda imediata.

2 - Nos géneros alimentícios referidos no número anterior, as indicações obrigatórias a constar na rotulagem são as referidas no artigo 3.º, com as seguintes excepções:

a) As indicações referidas nas alíneas c) do n.º 1 e a) do n.º 2 do artigo 3.º não são obrigatórias;

b) A indicação referida na alínea b) do n.º 1 do artigo 3.º também não é obrigatória, no caso dos produtos vendidos a avulso e embalados nos postos de venda, a pedido do comprador;

c) A lista de ingredientes dos géneros alimentícios referidos na alínea anterior poderá constar, para além dos locais previstos no artigo 21.º, na embalagem colectiva ou outro local, desde que essa informação seja acessível ao consumidor, ou dada a conhecer, verbalmente, pelo agente vendedor, a pedido do consumidor.

3 - Os géneros alimentícios pré-embalados para venda imediata, para além das indicações obrigatórias a que estão sujeitos, nos termos do número anterior, deverão:

a) Ser claramente identificados, de modo a distingui-los dos pré-embalados em geral e não induzirem o consumidor em erro quanto à sua natureza e durabilidade;

b) Indicar a data do dia em que são expostos à venda;

c) Ser retirados no final do dia, não podendo ser novamente expostos à venda.

#### **Artigo 5.º**

##### **Dispensa de indicações em determinadas embalagens**

Para as embalagens a seguir referidas é apenas obrigatória a denominação de venda, a quantidade líquida e a data de durabilidade mínima ou data limite de consumo:

a) Embalagens cuja face maior tenha uma superfície inferior a 10 cm<sup>2</sup>;

b) Embalagens de fantasia, tais como pequenas figuras ou lembranças;

c) Garrafas de vidro destinadas a ser reutilizadas que estejam marcadas de modo indelével e que, por esse facto, não exibam rótulo, nem anel nem gargantilha.

#### **Artigo 6.º**

##### **Denominação de venda**

1 - A denominação de venda de um género alimentício é a denominação prevista nas disposições legislativas da União Europeia aplicáveis a esse género.



2 - Na ausência de disposições da União Europeia, a denominação de venda de um género alimentício será a prevista em disposição legal ou norma portuguesa e, na sua falta, a consagrada pelo uso ou por uma descrição do género alimentício e, se necessário, da sua utilização, suficientemente precisa para permitir ao comprador conhecer a verdadeira natureza do género alimentício e distingui-lo dos produtos com os quais possa ser confundido.

3 - Será igualmente permitida a utilização da denominação de venda sob a qual o produto é legalmente fabricado e comercializado no Estado membro de produção, mas, quando o consumidor final não possa conhecer a natureza real de um género e distingui-lo dos géneros com os quais poderiam ser confundidos, a denominação de venda será acompanhada de outras informações descritivas que devem figurar próximo da mesma.

4 - Em casos excepcionais, quando as disposições do número anterior não forem suficientes para garantir uma informação correcta do consumidor porque o género designado pela denominação de venda em Portugal, pela sua composição ou fabrico, difere substancialmente do género conhecido sob esta denominação, não deverá ser utilizada a denominação de venda de Estado membro de produção.

5 - A denominação de venda não pode ser substituída por uma marca de fabrico ou comercial ou uma denominação de fantasia.

6 - A denominação de venda deve constar do rótulo de forma evidente e facilmente legível, destacada dos restantes dísticos ou imagens que o componham, não podendo ser dissimulada ou encoberta.

7 - A denominação de venda deve incluir ou ser acompanhada da indicação do estado físico em que se encontra o género alimentício ou do tratamento específico a que o mesmo foi submetido, nomeadamente fumado, concentrado, reconstituído, recombinação, em pó, liofilizado, congelado ou ultracongelado e semiconservado, pasteurizado ou ultrapasteurizado, nos casos em que a falta desta indicação seja susceptível de induzir o consumidor em erro.

8 - Enquanto não for adoptada legislação especial sobre tratamento de géneros alimentícios por radiação ionizante, estes, quando forem submetidos a esse tratamento, deverão apresentar uma das seguintes menções: «irradiado», «tratado por irradiação», «tratado por radiação ionizante».

#### **Artigo 7.º**

##### **Quantidade líquida**

1 - A quantidade líquida dos géneros alimentícios pré-embalados é expressa em volume para os produtos líquidos e em massa para os outros produtos, utilizando-se no primeiro caso, o litro, centilitro e mililitro e, no segundo caso, o quilograma ou o grama.

2 - Quando um género alimentício sólido for apresentado dentro de um líquido de cobertura, deve ser igualmente indicado na rotulagem o peso líquido escorrido.

#### **Artigo 8.º**

##### **Quantidade líquida em embalagens múltiplas e compostas**

1 - Quando uma pré-embalagem for constituída por duas ou mais pré-embalagens individuais contendo a mesma quantidade do mesmo produto, a indicação da quantidade líquida será dada mencionando a quantidade líquida contida em cada embalagem individual e o seu número total.

2 - Estas indicações não serão, contudo, obrigatórias quando se puder ver claramente e contar facilmente, do exterior, o número total de embalagens individuais e quando se puder ver claramente do exterior uma indicação, pelo menos, da quantidade líquida contida numa embalagem individual.

3 - Quando uma pré-embalagem for constituída por duas ou mais embalagens individuais que não são consideradas como unidades de venda, a indicação da quantidade líquida será dada pela menção da quantidade líquida total e do número total de embalagens individuais.

#### **Artigo 9.º**

##### **Dispensa da indicação da quantidade líquida**

A indicação da quantidade líquida não é obrigatória nos seguintes casos:

- a) Géneros alimentícios sujeitos a perdas consideráveis de volume ou de massa e que sejam vendidos à peça ou pesados na presença do comprador;
- b) Géneros alimentícios cuja quantidade líquida é inferior a 5 g ou 5 ml, com excepção das especiarias ou das plantas aromáticas;
- c) Géneros alimentícios habitualmente vendidos à peça, desde que o número de peças possa facilmente ser contado do exterior ou conste do respectivo rótulo;

d) Produtos de pescado, congelado ou ultracongelado, sempre que o peso líquido escorrido tenha sido indicado nos termos do n.º 2 do artigo 7.º e desde que o número de unidades possa facilmente ser contado do exterior ou conste do respectivo rótulo.

#### **Artigo 10.º**

##### **Data de durabilidade mínima**

1 - A data de durabilidade mínima, a figurar na rotulagem, deve ser indicada de forma clara, segundo a ordem do dia, mês e ano, de acordo com os critérios seguintes:

a) Quando a durabilidade do género alimentício for inferior a 3 meses, é suficiente a indicação do dia e do mês;

b) Quando a durabilidade do género alimentício for de 3 a 18 meses, é suficiente a indicação do mês e do ano;

c) Quando a durabilidade do género alimentício for superior a 18 meses, é suficiente a indicação do ano.

2 - A data de durabilidade mínima deve ser indicada por uma das seguintes menções:

a) «Consumir de preferência antes de...», quando a data indique o dia;

b) «Consumir de preferência antes do fim de...», nos restantes casos.

3 - As referências do dia, do mês e do ano podem ser inscritas em local separado da respectiva menção, desde que junto a esta se indique o local da embalagem onde constam.

4 - A data de durabilidade mínima é estabelecida pela entidade responsável pela rotulagem, devendo observar, quando existam, os períodos de durabilidade previstos em diploma legal.

#### **Artigo 11.º**

##### **Dispensa da indicação da data de durabilidade mínima**

A indicação da data de durabilidade mínima não é obrigatória nos seguintes casos:

a) Frutos e produtos hortícolas em natureza, incluindo as batatas, que não tenham sido descascados, cortados ou objecto de outros tratamentos similares. Esta derrogação não se aplica às sementes germináveis e produtos similares tais como os rebentos de leguminosas;

b) Vinhos, vinhos licorosos, vinhos espumantes, vinhos aromatizados e dos produtos similares obtidos a partir de frutos que não sejam uvas, bem como das bebidas dos códigos NC 2206 00 91, 2206 00 93 e 2206 00 99 fabricadas a partir de uvas ou de mostos de uvas;

c) Bebidas com um teor de álcool de 10 % ou mais, em volume;

d) Refrigerantes sem álcool, sumos de frutos, néctares de frutos e bebidas alcoolizadas em recipientes individuais de mais de 5 l, destinados a ser entregues às colectividades;

e) Produtos de padaria ou de pastelaria que, pela sua natureza, sejam normalmente consumidos no prazo de vinte e quatro horas após o fabrico;

f) Vinagres;

g) Sal de cozinha;

h) Açúcares no estado sólido;

i) Produtos de confeitaria compostos essencialmente de açúcares aromatizados ou coloridos

j) Pastilhas elásticas e produtos similares para mascar;

l) Gelados alimentares em doses individuais.

#### **Artigo 12.º**

##### **Data limite de consumo**

1 - Nos géneros alimentícios microbiologicamente muito perecíveis e que, por essa razão, sejam susceptíveis de, após um curto período, apresentar um perigo imediato para a saúde humana, a data de durabilidade mínima deve ser substituída pela data limite de consumo.

2 - A data limite de consumo deve ser precedida da expressão «Consumir até...», com a indicação do dia e do mês, e eventualmente do ano, de forma não codificada, e segundo a ordem mencionada.

3 - As referências do dia e do mês podem ser inscritas em local separado da respectiva menção, desde que nesta seja feita referência expressa ao local da embalagem onde a mesma é indicada.

4 - A data limite de consumo é estabelecida pela entidade responsável pela rotulagem, devendo observar, quando existam, os períodos previstos em diploma legal ou norma portuguesa obrigatória.

5 - É proibida a comercialização dos géneros alimentícios relativamente aos quais a data limite de consumo se encontre ultrapassada.

### **Artigo 13.º** **Teor alcoólico**

- 1 - O teor alcoólico deve ser indicado pelo seu valor, aproximado no máximo até às décimas, seguido do símbolo «% vol.» e pode ser antecedido da palavra «álcool» ou da abreviatura «alc.».
- 2 - Para efeitos do disposto no número anterior, são admitidas as seguintes tolerâncias, para mais ou para menos, expressas em valores absolutos.
- a) Cervejas de teor alcoólico não superior a 5,5 % em volume e outras bebidas fermentadas não espumantes nem espumosas fabricadas a partir de uvas: 0,5 % em volume;
  - b) Cervejas de teor alcoólico superior a 5,5 % em volume, sidras, bebidas fermentadas provenientes de frutos que não sejam uvas, frisantes ou espumantes, bebidas à base de mel fermentado e outras bebidas fermentadas espumantes ou espumosas fabricadas a partir de uvas: 1 % em volume;
  - c) Bebidas que contenham frutos ou partes de plantas em maceração: 1,5 % em volume;
  - d) Para as restantes bebidas abrangidas pelo disposto no presente número: 0,3 % em volume.
- 3 - As tolerâncias estabelecidas no n.º 2 aplicam-se sem prejuízo das tolerâncias resultantes do método de análise utilizado para a determinação do teor alcoólico.

### **Artigo 14.º** **Lista dos ingredientes**

- 1 - A lista de ingredientes de um género alimentício deve ser constituída pela enumeração de todos os seus ingredientes, por ordem de peso decrescente no momento da sua incorporação, precedida de uma indicação adequada incluindo a palavra «ingredientes», admitindo-se, contudo, as seguintes exceções.
- a) A água adicionada e os ingredientes voláteis serão indicados na lista em função da sua proporção ponderal no produto acabado. A quantidade de água adicionada como ingrediente num género alimentício será determinada subtraindo à quantidade total do produto acabado a quantidade total dos outros ingredientes utilizados;
  - b) Os ingredientes utilizados sob a forma concentrada ou desidratada e reconstituídos no decurso do fabrico, podem ser indicados na lista em função do seu peso antes da concentração ou desidratação;
  - c) Quando se trate de géneros alimentícios concentrados ou desidratados aos quais é necessário adicionar água, a enumeração pode ser feita segundo a ordem das proporções em que ficam no produto reconstituído, contanto que a lista dos ingredientes seja acompanhada de uma menção tal como «ingredientes do produto pronto para consumo»;
  - d) Quando o género alimentício for constituído por uma mistura de frutos, de produtos hortícolas, de especiarias ou plantas aromáticas dos quais nenhum predomine em massa de maneira significativa, os ingredientes podem ser indicados por qualquer ordem, desde que a respectiva lista seja acompanhada da menção «em proporção variável»;
- 4 - As regras de rotulagem dos ingredientes das bebidas com um teor alcoométrico superior a 1,2 % vol. serão fixadas por portaria do Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas.

### **Artigo 15.º** **Designação dos ingredientes**

- Os ingredientes são designados pelo seu nome específico, segundo o critério adoptado para a denominação de venda, sem prejuízo do disposto nas alíneas seguintes:
- a) Os ingredientes pertencentes a uma das categorias constantes do anexo I e que sejam componentes de um outro género alimentício podem ser designados pelo nome dessa categoria;
  - b) Os ingredientes pertencentes a uma das categorias constantes do anexo II são obrigatoriamente designados pelo nome dessa categoria, seguido do seu nome específico ou do seu número UE excepto no caso de um ingrediente pertencente a várias categorias, em que será indicada a categoria que corresponda à sua função principal;
  - c) Os aromatizantes podem ser designados apenas pelo nome genérico da respectiva categoria ou outra designação mais específica ou por uma descrição do aromatizante;
  - d) Apenas podem ser qualificados como «naturais» os aromatizantes cuja parte aromatizante contenha exclusivamente «substâncias aromatizantes naturais» ou «preparados aromatizantes», tal como se encontram definidos na Portaria n.º 620/90, de 3 de Agosto, e só podem possuir a referência à origem vegetal ou animal das substâncias utilizadas se a parte aromatizante tiver sido isolada unicamente a partir do género alimentício ou da fonte de aromatizantes por processos físicos adequados, processos enzimáticos, microbiológicos ou processos tradicionais de preparação dos géneros alimentícios;

- e) Os amidos modificados incorporados nos géneros alimentícios podem ser designados apenas pelo nome genérico da respectiva categoria;
- f) A designação «amido» que consta dos anexos I e II deve ser sempre completada pela indicação da sua origem, quando este ingrediente for passível de conter «glúten».

#### **Artigo 16.º**

##### **Ingredientes compostos**

- 1 - Quando um ingrediente de um género alimentício for composto por vários constituintes, estes são considerados como ingredientes do género alimentício, devendo figurar na respectiva lista.
- 2 - Um ingrediente composto pode figurar na lista de ingredientes sob a sua denominação, desde que esta se encontre prevista em disposição legal ou norma portuguesa ou consagrada pelo uso por ordem da sua proporção ponderal no género alimentício e seguida imediatamente da discriminação dos seus próprios constituintes, dentro de parêntesis.
- 3 - A discriminação dos constituintes prevista no número anterior não é obrigatória nos seguintes casos:
  - a) Quando a proporção do ingrediente composto seja inferior a 25% do produto acabado, excepto se alguns dos seus constituintes forem aditivos, caso em que a respectiva indicação é obrigatória sempre que estes exerçam função tecnológica no produto final;
  - b) Quando o ingrediente composto seja um género alimentício para o qual não seja exigida a lista de ingredientes.

#### **Artigo 17.º**

##### **Indicação quantitativa de ingredientes**

- 1 - A indicação da quantidade de um ingrediente ou de uma categoria de ingredientes utilizada no fabrico ou preparação de um género alimentício é obrigatória nos seguintes casos:
  - a) Sempre que o ingrediente ou a categoria de ingredientes em causa figurarem na denominação de venda ou forem habitualmente associados à denominação de venda pelo consumidor;
  - b) Sempre que o ingrediente ou a categoria de ingredientes em causa forem salientados no rótulo por palavras, imagens ou uma representação gráfica;
  - c) Sempre que o ingrediente ou a categoria de ingredientes em causa forem essenciais para caracterizar um género alimentício ou distingui-lo dos produtos com que possa ser confundido devido à sua denominação ou aspecto;
- 2 - O disposto no número anterior não é aplicável a um ingrediente ou a uma categoria de ingredientes nos seguintes casos:
  - a) Quando o peso líquido escorrido é indicado;
  - b) Quando a quantidade deva já constar do rótulo por força de outras disposições legais;
  - c) Quando forem utilizados em pequenas quantidades para efeitos de aromatização;
  - d) Quando o ingrediente ou categoria de ingredientes, apesar de figurarem na denominação de venda, não sejam susceptíveis de determinar a escolha do consumidor, não sendo a variação de quantidade essencial para caracterizar o género alimentício ou de natureza a permitir distinguir esse género alimentício de outros semelhantes;
  - e) Sempre que outras disposições específicas determinem com precisão a quantidade do ingrediente ou da categoria de ingredientes sem prever a sua indicação no rótulo;
  - f) Nos casos de mistura de frutos, de produtos hortícolas, de especiarias ou de plantas aromáticas, conforme alínea d) do artigo 14.º;
  - g) Nos produtos de cacau e chocolate.
- 3 - Não é aplicável o disposto nas alíneas a) e b) do n.º 1, não sendo por isso necessário indicar a quantidade dos ingredientes, nos seguintes casos:
  - a) Quando a menção «contém edulcorante(s)» ou «contém açúcar(es) e edulcorante(s)» acompanha a denominação de venda de um género alimentício;
  - b) Quando são utilizadas menções relativas à adição de vitaminas e minerais e o teor destes ingredientes é objecto de uma rotulagem nutricional.

#### **Artigo 18.º**

##### **Modo de indicação da quantidade dos ingredientes**

- 1 - A quantidade dos ingredientes, quando obrigatória, deve figurar na denominação de venda do género alimentício, na proximidade imediata dessa denominação ou na lista dos ingredientes relacionados com o ingrediente ou com a categoria de ingredientes em causa.

2 - À exceção do disposto nos números seguintes, a quantidade do ingrediente ou categoria de ingredientes a mencionar deve ser expressa em percentagem e corresponder à quantidade do ou dos ingredientes no momento da sua utilização.

3 - A quantidade de ingredientes voláteis é indicada no produto acabado em função da sua importância ponderal no produto acabado.

4 - A quantidade de ingredientes utilizados sob uma forma concentrada ou desidratada e reconstituídos durante o fabrico pode ser indicada em função da sua importância ponderal antes da concentração ou desidratação.

5 - No caso dos alimentos concentrados ou desidratados aos quais é necessário adicionar água, a quantidade de ingredientes pode ser expressa em função da sua importância ponderal no produto reconstituído.

6 - A quantidade mencionada, para os géneros alimentícios que tenham sofrido uma perda de humidade na sequência de um tratamento térmico ou outro, corresponde à quantidade do ou dos ingredientes utilizados em relação ao produto acabado. Essa quantidade é expressa em percentagem. Todavia, quando essa quantidade exceder 100 %, a percentagem é substituída pela indicação do peso do ou dos ingredientes utilizados para a preparação de 100 g de produto acabado.

### **Artigo 19.º**

#### **Substâncias não consideradas ingredientes**

Não são considerados como ingredientes dos géneros alimentícios:

- a) Os constituintes de um ingrediente que durante o processo de fabrico tenham sido subtraídos temporariamente e reincorporados depois em quantidade não superior ao teor inicial;
- b) Os aditivos cuja presença num género alimentício seja devida unicamente ao facto de estarem contidos num ou vários ingredientes desse género alimentício e desde que não desempenhem função tecnológica no produto acabado;
- c) Os auxiliares tecnológicos;
- d) As substâncias utilizadas, nas doses estritamente indispensáveis, como solventes ou suportes para os aditivos e para os aromatizantes.

### **Artigo 20.º**

#### **Dispensa da indicação de ingredientes**

1 - Não é exigida a indicação de ingredientes nos géneros alimentícios pertencentes a qualquer dos seguintes grupos:

- a) Produtos constituídos por um só ingrediente desde que a denominação de venda seja idêntica à designação do ingrediente; ou
- b) Produtos constituídos por um só ingrediente desde que a denominação de venda permita concluir inequivocamente a natureza do ingrediente;
- c) Frutos e produtos hortícolas frescos, incluindo as batatas, que não tenham sido objecto de descasque, corte ou outro tratamento similar;
- d) Águas gaseificadas cuja denominação torna evidente esta característica;
- e) Vinagres de fermentação provenientes de um só produto base e que não tenham qualquer outro ingrediente adicionado;
- f) Leites e natas fermentados, manteigas e queijos sem outros ingredientes que não sejam produtos lácteos, enzimas e culturas microbianas necessárias ao seu fabrico ou sal indispensável à preparação dos queijos não frescos nem fundidos.

2 - É dispensada a menção de água na lista dos ingredientes nos seguintes casos:

- a) Quando a sua proporção não exceder 5% em massa do produto acabado;
- b) Quando a sua utilização durante o fabrico tiver apenas como objectivo a reconstituição do produto original a partir de um ingrediente concentrado ou desidratado
- c) Quando for constituinte de um líquido de cobertura que não seja normalmente consumido.

### **Artigo 21.º**

#### **Local das menções**

1 - Quando os géneros alimentícios estiverem pré-embalados, as menções obrigatórias devem figurar na pré-embalagem ou numa etiqueta ligada a esta.

2 - Nos géneros alimentícios que sejam vendidos avulso, as menções devem constar em letreiro apropriado e afixado junto do género alimentício.



3 - A denominação de venda, a data de durabilidade mínima ou a data limite de consumo e a quantidade líquida e teor alcoólico devem figurar no mesmo campo visual.

4 - Não é aplicável o disposto no n.º 1 quando os géneros alimentícios são transaccionados na fase anterior à venda ao consumidor final, ou quando se destinam a ser fornecidos às colectividades para aí serem preparados ou transformados, desde que todas as menções obrigatórias relativas à rotulagem figurem nos respectivos documentos de venda, desde que acompanhem os géneros alimentícios a que digam respeito ou sejam enviados antes ou durante o fornecimento.

5 - Nos casos referidos no número anterior, a denominação de venda, a data de durabilidade mínima ou a data limite de consumo e o nome e morada da entidade responsável pela rotulagem devem também constar da embalagem exterior que acondicione o género alimentício aquando da sua comercialização.

#### **Artigo 22.º**

##### **Modo de marcação das indicações obrigatórias**

As indicações obrigatórias a constar na rotulagem dos géneros alimentícios devem ser inscritas em caracteres indeléveis, facilmente visíveis e legíveis, num local em evidência, e redigidas em termos correctos, claros e precisos, não podendo qualquer delas ser dissimulada, encoberta ou separada por outras menções ou imagens.

#### **Artigo 23.º**

##### **Modo de apresentação da rotulagem**

1 - As indicações a figurar na rotulagem não podem ser apresentadas ou descritas por palavras, imagens ou outra forma susceptíveis de criar uma impressão errada no consumidor, nomeadamente:

a) Quanto às características do género alimentício, designadamente sobre a natureza, a identidade, as qualidades, a composição, a quantidade, a durabilidade, a origem ou a proveniência, o modo de obtenção ou de fabrico;

b) Atribuindo-lhe propriedades ou efeitos que ele não possua;

c) Sugerindo que o género alimentício possui características especiais, quando todos os outros produtos similares possuem essas mesmas características.

2 - Sem prejuízo das disposições aplicáveis aos produtos destinados a uma alimentação especial e às águas minerais naturais, não é permitido atribuir a um género alimentício propriedades de prevenção, de tratamento e de cura de doenças humanas, nem mencionar tais propriedades.

3 - O disposto no presente artigo aplica-se igualmente à apresentação e publicidade dos géneros alimentícios, sua forma ou aspecto, tamanho da embalagem utilizada, modo como estão acondicionados, e, bem assim, ao ambiente onde estão expostos.

#### **Artigo 24.º**

##### **Idioma utilizado**

1 - As indicações obrigatórias a constar da rotulagem são sempre redigidas em português, sem prejuízo da sua reprodução noutras línguas.

2 - Exceptua-se do disposto no número anterior a indicação de denominação de venda, a qual pode ser redigida em língua estrangeira quando não for susceptível de ser traduzida para português ou esteja internacionalmente consagrada.

3 - Nos casos dos produtos com rotulagem em língua estrangeira, aquela pode ser mantida, desde que as menções obrigatórias previstas neste diploma ou em legislação específica e as menções destinadas a acautelar a saúde e segurança dos consumidores sejam também redigidas em português, em caracteres com o mínimo de 3 mm ou, quando os caracteres do rótulo de origem forem inferiores, com dimensão idêntica à daqueles.

#### **Artigo 25.º**

##### **Indicação do lote**

1 - A indicação que permita identificar o lote ao qual pertence o género alimentício pré-embalado deve ser precedida da letra «L», salvo no caso em que se distinga claramente das outras menções da rotulagem.

2 - A indicação do lote, referida no número anterior, é ainda obrigatória para os géneros alimentícios não pré-embalados, na fase anterior à sua exposição à venda ao consumidor final, devendo figurar na embalagem ou recipiente que os acondicione ou, na sua falta, nos respectivos documentos de venda.

3 - O lote é determinado pelo produtor, fabricante ou acondicionador do género alimentício ou, no caso de produtos provenientes de países não comunitários, pelo primeiro vendedor estabelecido no interior da comunidade.

- 4 - Quando a data de durabilidade mínima ou a data limite de consumo figurar no rótulo, a indicação do lote pode não acompanhar o género alimentício, desde que essa data seja composta pela indicação, clara e por ordem, do dia e do mês, pelo menos.
- 5 - No caso das doses individuais de gelados alimentares, a indicação do lote pode não constar do rótulo da embalagem individual, mas deve figurar obrigatoriamente nas respectivas embalagens colectivas.
- 6 - É dispensada a indicação do lote nas embalagens cuja face maior tenha uma superfície inferior a 10 cm<sup>2</sup> e nas embalagens de fantasia, tais como pequenas figuras ou lembranças.
- 7 - A indicação do lote deve figurar de modo a ser facilmente visível, claramente legível e indelével.

#### **Artigo 26.º**

##### **Entidades responsáveis pela rotulagem e indicação do lote**

- 1 - No caso de géneros alimentícios pré-embalados, as indicações de rotulagem a que se refere o presente diploma são da responsabilidade da entidade referida na alínea a) do n.º 2 do artigo 3.º.
- 2 - Sem prejuízo do disposto nas alíneas c), d) e e) do n.º 1 do artigo 28.º, nos géneros alimentícios não pré-embalados vendidos ou expostos à venda para o consumidor final, as indicações de rotulagem são da responsabilidade do retalhista.
- 3 - A indicação do lote é da responsabilidade do produtor, fabricante ou acondicionador do género alimentício ou do primeiro vendedor estabelecido na União Europeia.

#### **Artigo 27.º**

##### **Fiscalização**

- 1 - Sem prejuízo das competências atribuídas a outras entidades, compete à Direcção-Geral de Fiscalização e Controlo da Qualidade Alimentar (DGFCQA) e às direcções regionais de agricultura (DRA), do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, a competência para fiscalizar o cumprimento das regras previstas no presente diploma.
- 2 - Nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, a fiscalização cabe aos serviços competentes das respectivas administrações regionais.
- 3 - Sem prejuízo do procedimento por contra-ordenação, quando seja detectada a falta, inexactidão ou deficiência de indicações obrigatórias ou a existência na rotulagem de indicações não permitidas que não ponham em causa, de uma forma relevante, a informação do consumidor, os produtos colocados no mercado ou rotulados o mais tardar em 14 de Fevereiro de 2000 e não conformes ao presente decreto-lei podem ser comercializados até ao esgotamento das existências.

#### **Artigo 28.º**

##### **Regime sancionatório**

- 1 - Constitui contra-ordenação punível com coima, cujo montante mínimo é de 20 000\$00 e o máximo de 750 000\$00 ou 9 000 000\$00, consoante o agente seja pessoa singular ou colectiva:
  - a) A falta, inexactidão ou deficiência da indicação do lote ou das indicações obrigatórias na rotulagem dos géneros alimentícios;
  - b) A existência na rotulagem de indicações não permitidas ou susceptíveis de induzirem o consumidor em erro;
  - c) A comercialização de géneros alimentícios relativamente aos quais a data limite de consumo se encontre ultrapassada ou em violação do disposto no n.º 3 do artigo 4.º;
  - d) A comercialização de géneros alimentícios, a venda ou exposição à venda ao consumidor final de géneros alimentícios pré-embalados sem a rotulagem em português;
  - e) A alteração, ocultação ou inutilização das indicações obrigatórias constantes na rotulagem.
- 2 - A negligência e a tentativa são puníveis.
- 3 - Para além da aplicação da coima, pode ser determinada, como sanção acessória, a perda de objectos pertencentes ao agente.

#### **Artigo 29.º**

##### **Instrução, aplicação e destino das coimas**

- 1 - A entidade que levantar o auto de notícia, após a instrução do competente processo, remeterá o mesmo ao director-geral da DGFCQA para aplicação de coima.
- 2 - A afectação do produto das coimas cobradas far-se-á da seguinte forma:
  - a) 10% para a entidade que levantou o auto;
  - b) 10% para a entidade que instruiu o processo;
  - c) 20% para a entidade que aplicou a coima;

d) 60% para os cofres do Estado.

### **Artigo 30.º** **Revogações**

São revogados:

- a) O Decreto-Lei n.º 170/92, de 8 de Agosto;
- b) A Portaria n.º 119/93, de 2 de Fevereiro;
- c) O Decreto-Lei n.º 273/94, de 28 de Outubro;
- d) A Portaria n.º 956/95, de 7 de Agosto;
- e) O Decreto-Lei n.º 159/97, de 24 de Junho.

### **Artigo 31.º** **Entrada em vigor**

O disposto no presente diploma entra em vigor, nos termos gerais, sem prejuízo da comercialização, até ao esgotamento das existências, dos produtos que, obedecendo à legislação referida no artigo anterior, se encontrem rotulados até um ano após a data da publicação do presente diploma.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 23 de Setembro de 1999. - António Manuel de Oliveira Guterres - Joaquim Augusto Nunes de Pina Moura - Luís Manuel Capoulas Santos - Maria de Belém Roseira Martins Coelho Henriques de Pina - José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa.

Promulgado em 29 de Novembro de 1999. - Publique-se. - O Presidente da República, Jorge Sampaio.

Referendado em 8 de Dezembro de 1999. - O Primeiro-Ministro, António Manuel de Oliveira Guterres.

### **ANEXO I** **[a que se refere o artigo 15.º, alínea a)]**

Categoria de ingredientes cuja indicação da categoria pode substituir a do nome específico (ver quadro no documento original)

### **ANEXO II** **[a que se refere o artigo 15.º, alínea b)]**

Categorias de ingredientes obrigatoriamente designados pelo nome da categoria seguido dos respectivos nomes específicos ou do número UE.

Corante.  
Conservante.  
Antioxidante.  
Emulsionante.  
Espessante.  
Gelificante.  
Estabilizador.  
Intensificador de sabor.  
Acidificante.  
Regulador de acidez.  
Antiaglomerante.  
Amido modificado (ver nota 1).  
Edulcorante.  
Levedante químico.  
Antiespuma.  
Agente de revestimento.  
Sais de fusão (ver nota 2).  
Agente de tratamento da farinha.  
Agente de endurecimento.  
Humidificante.  
Agente de volume.  
Gás propulsor.

(nota 1) A indicação do nome específico ou do número UE não é exigida.

(nota 2) Unicamente no caso dos queijos fundidos e dos produtos à base de queijo fundido.



## **Regulamento CE 1829/2003, de 22 de Setembro de 2003**

### **Regulamento (CE) n.º 1829/2003 do Parlamento Europeu e do Conselho de 22 de Setembro de 2003 relativo a géneros alimentícios e alimentos para animais geneticamente modificados (Texto relevante para efeitos do EEE)**

O PARLAMENTO EUROPEU E O CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA,

Tendo em conta o Tratado que institui a Comunidade Europeia e, nomeadamente, os seus artigos 37.º e 95.º e a alínea b) do n.º 4 do artigo 152.º,

Tendo em conta a proposta da Comissão(1),

Tendo em conta o parecer do Comité Económico e Social Europeu(2),

Tendo em conta o parecer do Comité das Regiões(3),

Deliberando nos termos do artigo 251.º do Tratado(4),

Considerando o seguinte:

(1) A livre circulação de géneros alimentícios e alimentos para animais seguros e saudáveis constitui um requisito essencial do mercado interno, contribuindo significativamente para a saúde e o bem-estar dos cidadãos e para os seus interesses sociais e económicos.

(2) Deverá ser assegurado um elevado nível de protecção da vida e da saúde humanas na realização das políticas comunitárias.

(3) Por forma a proteger a saúde humana e animal, os géneros alimentícios e alimentos para animais que sejam constituídos por, contêmham ou sejam produzidos a partir de organismos geneticamente modificados (a seguir denominados "géneros alimentícios e alimentos para animais geneticamente modificados") deverão ser submetidos a uma avaliação de segurança através de um procedimento comunitário antes de serem colocados no mercado da Comunidade.

(4) As diferenças entre as disposições legislativas, regulamentares e administrativas nacionais em matéria de avaliação e autorização de géneros alimentícios e alimentos para animais geneticamente modificados podem entravar a sua livre circulação, criando condições de concorrência desigual e desleal.

(5) Foi estabelecido no Regulamento (CE) n.º 258/97 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de Janeiro de 1997, relativo a novos alimentos e ingredientes alimentares(5), um procedimento de autorização para os alimentos geneticamente modificados que envolve os Estados-Membros e a Comissão. Este procedimento deverá ser racionalizado e tornado mais transparente.

(6) O Regulamento (CE) n.º 258/97 prevê também um procedimento de notificação para novos alimentos que sejam substancialmente equivalentes aos alimentos existentes. Apesar de a equivalência substancial ser um procedimento chave no processo de avaliação da segurança de alimentos geneticamente modificados, não constitui por si mesmo uma avaliação de segurança. No sentido de assegurar clareza, transparência e um quadro harmonizado para a autorização de alimentos geneticamente modificados, este procedimento de notificação deve ser abandonado no que se refere aos alimentos geneticamente modificados.

(7) Os alimentos para animais que sejam constituídos por ou contêmham organismos geneticamente modificados (OGM) têm, até ao momento, sido autorizados nos termos do procedimento de autorização previsto na Directiva 90/220/CEE do Conselho, de 23 de Abril de 1990(6), e na Directiva 2001/18/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de Março de 2001, relativa à libertação deliberada no ambiente de organismos geneticamente modificados(7). Não existe um procedimento de autorização para alimentos para animais produzidos a partir de OGM. Deverá ser criado um procedimento de autorização comunitário único, eficaz e transparente para alimentos para animais que sejam constituídos por, contêmham ou sejam produzidos a partir de OGM.

(8) As disposições do presente regulamento aplicar-se-ão também aos alimentos para animais destinados a animais que não são criados para a produção alimentar.

(9) Os novos procedimentos de autorização dos géneros alimentícios e alimentos para animais geneticamente modificados deverão incluir os novos princípios introduzidos na Directiva 2001/18/CE. Deverão também utilizar o novo quadro para a avaliação do risco em questões de segurança alimentar, estabelecido pelo Regulamento (CE) n.º 178/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 28 de Janeiro de 2002, que determina os princípios e normas gerais da legislação alimentar, cria a Autoridade Europeia para a Segurança dos Alimentos e estabelece procedimentos em matéria de segurança dos alimentos(8). Assim, os géneros alimentícios e alimentos para animais geneticamente modificados só

deverão ser autorizados para colocação no mercado comunitário após uma avaliação científica do mais elevado nível possível de quaisquer riscos que apresentem para a saúde humana e animal e, se tal for o caso, para o ambiente, a ser efectuada sob responsabilidade da Autoridade Europeia para a Segurança dos Alimentos (a seguir designada "autoridade"). Esta avaliação científica deverá ser seguida por uma decisão de gestão do risco tomada pela Comunidade, sob procedimento regulamentar através de uma cooperação estreita entre a Comissão e os Estados-Membros.

(10) A experiência tem revelado que não deve ser concedida autorização para uma única utilização sempre que seja provável que um produto possa ser utilizado para fins de alimentação humana e animal. Por isso, tais produtos deverão apenas ser autorizados quando cumpram os critérios de autorização relativos tanto aos géneros alimentícios como aos alimentos para animais.

(11) Ao abrigo do presente regulamento, poderá ser concedida autorização quer a um OGM a utilizar como matéria-prima para a produção de géneros alimentícios ou alimentos para animais e aos produtos para utilização na alimentação humana e/ou animal que sejam constituídos por, contenham ou sejam produzidos a partir desse OGM, quer a géneros alimentícios ou alimentos para animais produzidos a partir de um OGM. Deste modo, sempre que um OGM utilizado na produção de géneros alimentícios ou alimentos para animais tenha sido autorizado ao abrigo do presente regulamento, géneros alimentícios ou alimentos para animais que sejam constituídos por, contenham ou sejam produzidos a partir desse OGM não necessitam de autorização ao abrigo do presente regulamento mas encontram-se sujeitos aos requisitos estabelecidos na autorização concedida em relação ao OGM. Além disso, os géneros alimentícios abrangidos por uma autorização concedida ao abrigo do presente regulamento encontram-se isentos dos requisitos do Regulamento (CE) n.º 258/97, relativo a novos alimentos e ingredientes alimentares, excepto quando pertençam a uma ou mais categorias definidas na alínea a) do n.º 2 do artigo 1.º do Regulamento (CE) n.º 258/97 com respeito a uma característica que não tenha sido considerada para fins da autorização concedida ao abrigo do presente regulamento.

(12) A Directiva 89/107/CEE do Conselho, de 21 de Dezembro de 1988, relativa à aproximação das legislações dos Estados-Membros respeitantes aos aditivos que podem ser utilizados nos géneros destinados à alimentação humana(9), prevê a autorização de aditivos utilizados nos géneros alimentícios. Além deste processo de autorização, os aditivos alimentares que sejam constituídos por, contenham ou sejam produzidos a partir de OGM deverão também ser abrangidos pelo âmbito do presente regulamento no que diz respeito à avaliação de segurança da modificação genética, enquanto que a autorização final deverá ser concedida ao abrigo do procedimento estabelecido na Directiva 89/107/CEE.

(13) Os aromatizantes abrangidos pelo âmbito da Directiva 88/388/CEE do Conselho, de 22 de Junho de 1988, relativa à aproximação das legislações dos Estados-Membros, no domínio dos aromas destinados a serem utilizados nos géneros alimentícios e dos materiais de base para a respectiva produção(10), que sejam constituídos por, contenham, ou sejam produzidos a partir de OGM deverão também ser abrangidos pelo âmbito do presente regulamento no que se refere à avaliação de segurança da modificação genética.

(14) A Directiva 82/471/CEE do Conselho, de 30 de Junho de 1982, relativa a certos produtos utilizados na alimentação dos animais(11), prevê um procedimento de aprovação para as matérias para a alimentação animal produzidas utilizando diferentes tecnologias que podem pôr em risco a saúde humana e animal e o ambiente. Estas matérias que sejam constituídas por, contenham ou sejam produzidos a partir de OGM deverão ser abrangidas pelo âmbito do presente regulamento.

(15) A Directiva 70/524/CEE do Conselho, de 23 de Novembro de 1970, relativa aos aditivos na alimentação para animais(12), prevê um procedimento de autorização para a colocação no mercado de aditivos utilizados nos alimentos para animais. Além deste procedimento de autorização, os aditivos para alimentos para animais que sejam constituídos por, contenham, ou sejam produzidos a partir de OGM deverão também ser abrangidos pelo âmbito do presente regulamento.

(16) O regulamento proposto deve abranger produtos produzidos "a partir de" um OGM mas não produtos produzidos "com" um OGM. O critério de determinação é a presença ou não de material derivado do material geneticamente modificado original nos géneros alimentícios ou alimentos para animais. Os auxiliares tecnológicos que são apenas utilizados durante o processo de produção dos géneros alimentícios ou dos alimentos para animais não estão abrangidos pela definição de género alimentício ou alimento para animais e, por isso, estão excluídos do âmbito do presente regulamento. Da mesma forma, também não estão abrangidos no âmbito do presente regulamento os géneros alimentícios ou alimentos para animais fabricados com recurso a auxiliares tecnológicos geneticamente modificados. Deste modo, os produtos obtidos a partir de animais alimentados com alimentos geneticamente modificados ou tratados com medicamentos geneticamente modificados não estarão sujeitos aos requisitos da autorização nem de rotulagem estabelecidos no presente regulamento.

(17) De acordo com o artigo 153.º do Tratado, a Comunidade contribuirá para a promoção do direito dos consumidores à informação. Além de outros tipos de informação ao público estabelecidos no presente regulamento, a rotulagem dos produtos é um meio que permite ao consumidor efectuar uma escolha informada e facilitar a boa fé das transacções entre o vendedor e o comprador.

(18) O artigo 2.º da Directiva 2000/13/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de Março de 2000, relativa à aproximação das legislações dos Estados-Membros respeitantes à rotulagem, apresentação e publicidade dos géneros alimentícios(13), prevê que a rotulagem não deverá induzir o comprador em erro no que se refere às características dos géneros alimentícios e, em especial, no que diz respeito à sua natureza, identidade, propriedades, composição e método de produção e de fabrico.

(19) Requisitos adicionais para a rotulagem de alimentos geneticamente modificados encontram-se estabelecidos no Regulamento (CE) n.º 258/97, no Regulamento (CE) n.º 1139/98 do Conselho, de 26 de Maio de 1998, relativo à menção obrigatória, na rotulagem de determinados géneros alimentícios produzidos a partir de organismos geneticamente modificados, de outras informações para além das previstas na Directiva 79/112/CEE(14), e no Regulamento (CE) n.º 50/2000 da Comissão, de 10 de Janeiro de 2000, relativo à rotulagem dos géneros alimentícios e ingredientes alimentares que contêm aditivos e aromas geneticamente modificados ou produzidos a partir de organismos geneticamente modificados(15).

(20) Deverão também ser estabelecidos requisitos harmonizados de rotulagem para os alimentos geneticamente modificados para animais para fornecer aos utilizadores finais, nomeadamente os criadores de animais, informação exacta sobre a composição e propriedades destes alimentos, o que permitirá ao utilizador efectuar uma escolha informada.

(21) A rotulagem deverá incluir informação objectiva de que o género alimentício ou alimento para animais consiste em, contém ou é produzido a partir de OGM. Uma rotulagem clara, independentemente da detectabilidade de ADN ou de proteína resultante da modificação genética no produto final, está de acordo com a pretensão expressa em vários inquéritos por uma grande maioria de consumidores, facilita uma escolha informada e evita potenciais enganar dos consumidores relativamente ao método de fabrico ou de produção.

(22) Além disso, a rotulagem deverá informar acerca de qualquer característica ou propriedade que torne um género alimentício ou alimento para animais diferente do respectivo equivalente tradicional no que diz respeito à composição, valor nutritivo ou efeitos nutricionais, utilização prevista, implicações para a saúde em determinadas camadas da população, bem como de qualquer característica ou propriedade que possa dar origem a preocupações de ordem ética ou religiosa.

(23) O Regulamento (CE) n.º 1830/2003 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 22 de Setembro de 2003, relativo à rastreabilidade e rotulagem de organismos geneticamente modificados e à rastreabilidade dos géneros alimentícios e alimentos para animais produzidos a partir de organismos geneticamente modificados que modifica a Directiva 2001/18/CE(16), garante que a informação pertinente relativa a qualquer modificação genética estará disponível em todas as fases de colocação no mercado do OGM e dos géneros alimentícios e dos alimentos para animais produzidos a partir do mesmo, o que deverá, por isso, facilitar a rotulagem exacta.

(24) Apesar de alguns operadores evitarem a utilização de géneros alimentícios e alimentos para animais geneticamente modificados, estes materiais podem estar presentes em vestígios ínfimos nos géneros alimentícios e alimentos para animais tradicionais em resultado da sua presença accidental ou tecnicamente inevitável durante a produção das sementes, o cultivo, colheita, transporte ou transformação. Em tais casos, estes géneros alimentícios ou alimentos para animais não deverão ser sujeitos aos requisitos de rotulagem contidos no presente regulamento. Por forma a alcançar este objectivo, é necessário estabelecer limites para a presença accidental ou tecnicamente inevitável de material geneticamente modificado nos géneros alimentícios e alimentos para animais, tanto quando a comercialização de tal material é autorizada na Comunidade como quando a sua presença é tolerada por força do presente regulamento.

(25) É também adequado prever que, quando o nível combinado da presença accidental ou tecnicamente inevitável dos materiais geneticamente modificados num género alimentício ou alimento para animais ou num dos seus componentes for superior aos limiares estabelecidos, essa presença seja indicada de acordo com o disposto no presente regulamento e sejam adoptadas normas específicas para a sua execução. Deverá igualmente ser prevista a possibilidade de estabelecer limiares mais baixos, em especial para os géneros alimentícios e alimentos para animais que contenham ou sejam constituídos por OGM, ou a fim de tomar em consideração os progressos científico e tecnológico.

(26) É indispensável que os operadores se esforcem por evitar qualquer presença accidental de material geneticamente modificado não autorizado pela legislação comunitária nos géneros alimentícios ou nos

alimentos para animais. Todavia, para garantir a praticabilidade e a viabilidade do presente regulamento, um limiar específico, com a possibilidade de serem estabelecidos limites mais baixos, em especial no que se refere aos OGM vendidos directamente ao consumidor final, deve ser estabelecido como medida transitória para vestígios ínfimos de tal material geneticamente modificado nos géneros alimentícios ou nos alimentos para animais, sempre que a presença de tal material seja acidental ou tecnicamente inevitável e desde que sejam cumpridas todas as condições específicas estabelecidas no presente regulamento. A Directiva 2001/18/CE deve ser adaptada em conformidade. A aplicação desta medida deve ser revista no contexto da revisão geral da execução do presente regulamento.

(27) Para determinar se a presença desses materiais é acidental ou tecnicamente inevitável, os operadores devem estar em condições de demonstrar às autoridades competentes que adoptaram as medidas adequadas para evitar a presença de géneros alimentícios ou alimentos para animais geneticamente modificados.

(28) Os operadores devem evitar a presença acidental de OGM noutros produtos. A Comissão deve recolher informações e, com base nas mesmas, elaborar orientações sobre a coexistência de culturas geneticamente modificadas, convencionais e orgânicas. Além disso, a Comissão é convidada a apresentar, o mais rapidamente possível, as propostas eventualmente necessárias.

(29) A rastreabilidade e rotulagem dos OGM em todas as fases da sua colocação no mercado, incluindo a possibilidade de serem estabelecidos limiares, são asseguradas pela Directiva 2001/18/CE e pelo Regulamento (CE) n.º 1830/2003.

(30) É necessário definir procedimentos harmonizados para a avaliação do risco e autorização que sejam eficazes, limitados no tempo e transparentes, bem como critérios para a avaliação dos riscos potenciais associados aos géneros alimentícios e aos alimentos para animais geneticamente modificados.

(31) Para garantir uma avaliação científica harmonizada dos géneros alimentícios e dos alimentos para animais geneticamente modificados, tais avaliações deverão ser efectuadas pela autoridade. Todavia, uma vez que os actos ou as omissões em conformidade com o presente regulamento, por parte da autoridade, podem produzir efeitos jurídicos directos para os requerentes, convém prever a possibilidade de proceder à revisão administrativa de tais actos ou omissões.

(32) Reconhece-se que, em alguns casos, a avaliação científica dos riscos não pode, só por si, fornecer todas as informações sobre as quais se deve basear uma decisão em matéria de gestão dos riscos e que podem ser tidos em conta outros factores legítimos no domínio em consideração.

(33) Sempre que os pedidos digam respeito a produtos que contenham ou sejam constituídos por OGM, o requerente deve poder escolher entre apresentar uma autorização de libertação deliberada no ambiente já obtida nos termos da parte C da Directiva 2001/18/CE, sem prejuízo das condições estabelecidas nessa autorização, ou solicitar que seja efectuada uma avaliação dos riscos ambientais ao mesmo tempo que a avaliação de segurança nos termos do presente regulamento. Neste último caso, é necessário que a avaliação dos riscos ambientais respeite os requisitos estabelecidos na Directiva 2001/18/CE e que as autoridades nacionais competentes designadas pelos Estados-Membros para o efeito sejam consultadas pela autoridade. Além disso, é adequado dar à autoridade a possibilidade de solicitar a uma dessas autoridades competentes que efectue a avaliação dos riscos ambientais. É igualmente adequado, em conformidade com o n.º 4 do artigo 12.º da Directiva 2001/18/CE, que as autoridades nacionais competentes designadas nos termos da referida directiva para todos os casos que digam respeito a OGM e a géneros alimentícios e/ou alimentos para animais que contenham ou sejam constituídos por OGM sejam consultadas pela autoridade antes da finalização da avaliação dos riscos ambientais.

(34) No caso dos OGM destinados a serem utilizados como sementes ou outro material de reprodução vegetal que sejam abrangidas pelo âmbito do presente regulamento, a autoridade tem a obrigação de delegar a avaliação de risco ambiental numa autoridade nacional competente. Todavia, as autorizações concedidas ao abrigo do presente regulamento deverão sê-lo sem prejuízo do disposto nas Directivas 68/193/CEE(17), 2002/53/CE(18) e 2002/55/CE(19), que prevêm, em especial, as regras e critérios de aceitação das variedades e a respectiva aprovação oficial para inclusão em catálogos comuns, nem do disposto nas Directivas 66/401/CEE(20), 66/402/CEE(21), 68/193/CEE, 92/33/CEE(22), 92/34/CEE(23), 2002/54/CE(24), 2002/55/CE, 2002/56/CE(25) ou 2002/57/CE(26) que regulamentam, em especial, a certificação e comercialização das sementes e de outro material de reprodução vegetal.

(35) É necessário introduzir, sempre que adequado e com base nas conclusões da avaliação dos riscos, requisitos de vigilância pós colocação no mercado da utilização de alimentos geneticamente modificados para consumo humano e da utilização de alimentos para animais geneticamente modificados para consumo animal. No caso dos OGM, é obrigatório um plano de monitorização dos efeitos ambientais em conformidade com a Directiva 2001/18/CE.



- (36) No sentido de facilitar os controlos dos géneros alimentícios e alimentos para animais, geneticamente modificados, os requerentes da autorização deverão propor métodos adequados de amostragem, identificação e detecção e enviar amostras dos alimentos para a alimentação humana e animal geneticamente modificados à autoridade. Os métodos de amostragem e detecção deverão ser validados, sempre que adequado, pelo laboratório de referência comunitário.
- (37) A evolução tecnológica e os avanços científicos deverão ser levados em consideração na aplicação do presente regulamento.
- (38) Os géneros alimentícios e alimentos para animais abrangidos pelo presente regulamento que tenham sido legalmente colocados no mercado na Comunidade antes da data de aplicação do presente regulamento deverão continuar a ser autorizados no mercado, desde que sejam apresentadas à Comissão pelos operadores, no prazo de seis meses após a data de aplicação do presente regulamento, informações relativas à avaliação dos riscos e aos métodos de amostragem, identificação e detecção, conforme adequado, incluindo a transmissão de amostras dos géneros alimentícios e dos alimentos para animais e respectivas amostras de controlo.
- (39) Deverá ser estabelecido um registo dos géneros alimentícios e dos alimentos para animais geneticamente modificados autorizados ao abrigo do presente regulamento, incluindo a informação específica do produto, estudos que demonstrem a respectiva segurança, incluindo, sempre que disponível, referências a estudos independentes e avaliados pelos pares e a métodos de amostragem, identificação e detecção. Os dados não confidenciais devem ser tornados públicos.
- (40) No sentido de incentivar a investigação e o desenvolvimento no domínio dos OGM para utilização nos géneros alimentícios e/ou alimentos para animais, importa proteger o investimento efectuado pelos inovadores na recolha de informação e dados de apoio a um pedido ao abrigo do presente regulamento. Esta protecção deverá, contudo, ser limitada no tempo por forma a evitar a repetição desnecessária de estudos e ensaios o que seria contra o interesse público.
- (41) As medidas necessárias à execução do presente regulamento serão aprovadas nos termos da Decisão 1999/468/CE do Conselho, de 28 de Junho de 1999, que fixa as regras de exercício das competências de execução atribuídas à Comissão(27).
- (42) Deverão ser previstas disposições para a consulta ao Grupo Europeu de Ética para as Ciências e as Novas Tecnologias, criado pela decisão da Comissão de 16 de Dezembro de 1997, ou a qualquer órgão adequado criado pela Comissão, com o objectivo de fornecer aconselhamento relativo a questões éticas referentes à colocação no mercado de géneros alimentícios e alimentos para animais geneticamente modificados. Tais consultas são sem prejuízo da competência dos Estados-Membros em questões de ética.
- (43) A fim de prever um elevado nível de protecção da vida e da saúde humanas, da saúde e do bem-estar dos animais, do ambiente e dos interesses dos consumidores no que se refere aos géneros alimentícios e aos alimentos para animais geneticamente modificados, as exigências que decorrem do presente regulamento deverão ser aplicadas de forma não discriminatória aos produtos originários da Comunidade e aos produtos importados de países terceiros, de acordo com os princípios gerais estabelecidos no Regulamento (CE) n.º 178/2002. O teor do presente regulamento tem em conta os compromissos das Comunidades Europeias em matéria de comércio internacional e os requisitos relativos às obrigações do importador e à notificação impostos no Protocolo de Cartagena sobre a Segurança Biológica anexo à Convenção sobre a Diversidade Biológica.
- (44) Em consequência do presente regulamento, determinados instrumentos de direito comunitário deverão ser revogados, enquanto que outros deverão ser alterados.
- (45) A execução do presente regulamento deverá ser revista à luz da experiência obtida a curto prazo, devendo o impacto da aplicação do regulamento na saúde humana e animal, na protecção e informação dos consumidores e no funcionamento do mercado interno ser acompanhado pela Comissão,

ADOPTARAM O PRESENTE REGULAMENTO:

## **CAPÍTULO I OBJECTIVO E DEFINIÇÕES**

### **Artigo 1.º**

#### **Objectivo**

Em conformidade com os princípios gerais estabelecidos no Regulamento (CE) n.º 178/2002, o presente regulamento tem por objectivo:

- a) Proporcionar o fundamento para garantir, no que diz respeito aos géneros alimentícios e alimentos para animais geneticamente modificados, um elevado nível de protecção da vida e da saúde humanas, da saúde e do bem-estar dos animais, do ambiente e dos interesses dos consumidores, assegurando simultaneamente o funcionamento eficaz do mercado interno;

- b) Estabelecer procedimentos comunitários para a autorização e supervisão dos géneros alimentícios e alimentos para animais geneticamente modificados;
- c) Estabelecer disposições para a rotulagem dos géneros alimentícios e alimentos para animais geneticamente modificados.

## **Artigo 2.º**

### **Definições**

Para efeitos do presente regulamento:

1. São aplicáveis as definições de "género alimentício", "alimento para animais", "consumidor final", "empresa do sector alimentar" e "empresa do sector dos alimentos para animais" estabelecidas no Regulamento (CE) n.º 178/2002.
2. É aplicável a definição de "rastreadibilidade", prevista no Regulamento (CE) n.º 1830/2003.
3. Entende-se por "operador", a pessoa singular ou colectiva responsável por assegurar o cumprimento dos requisitos do presente regulamento na empresa do sector alimentar ou na empresa do sector dos alimentos para animais sob o seu controlo.
4. São aplicáveis as definições de "organismo", "libertação deliberada" e "avaliação dos riscos ambientais" estabelecidas na Directiva 2001/18/CE.
5. Entende-se por "organismo geneticamente modificado" ou "OGM", o organismo geneticamente modificado tal como definido no n.º 2 do artigo 2.º da Directiva 2001/18/CE, excluindo os organismos obtidos através das técnicas de modificação genética enumeradas no anexo I B da Directiva 2001/18/CE.
6. Entende-se por "género alimentício geneticamente modificado", o género alimentício que contenha, seja constituído por, ou seja produzido a partir de OGM.
7. Entende-se por "alimento para animais geneticamente modificado", o alimento para animais que contenha, seja constituído por, ou seja produzido a partir de OGM.
8. Entende-se por "organismo geneticamente modificado destinado à alimentação humana", o OGM que pode ser utilizado como género alimentício ou como matéria-prima para a produção de géneros alimentícios.
9. Entende-se por "organismo geneticamente modificado destinado à alimentação animal", o OGM que pode ser utilizado como alimento para animais ou como matéria-prima para a produção de alimentos para animais.
10. Entende-se por "produzido a partir de organismos geneticamente modificados" o que é derivado, no todo ou em parte, de OGM, mas não contém nem é constituído por OGM.
11. Entende-se por "amostra de controlo", o OGM ou o respectivo material genético (amostra positiva) e o organismo parental ou o respectivo material genético que tenha sido utilizado para fins de modificação genética (amostra negativa).
12. Entende-se por "equivalente tradicional", um género alimentício ou um alimento para animais similar, produzido sem recurso a qualquer modificação genética e cuja segurança de utilização esteja bem estabelecida.
13. Entende-se por "ingrediente", um "ingrediente" na acepção do n.º 4 do artigo 6.º da Directiva 2000/13/CE;
14. Entende-se por "colocação no mercado", a detenção de géneros alimentícios ou de alimentos para animais para efeitos de venda, incluindo a oferta para fins de venda ou qualquer outra forma de transferência, a título oneroso ou não, bem como a venda, a distribuição e outras formas de transferência propriamente ditas.
15. Entende-se por "género alimentício pré-embalado", qualquer unidade de venda destinada a ser apresentada como tal, constituída por um género alimentício e pela embalagem em aquele foi acondicionado antes de posto à venda, quer a embalagem o encerre na totalidade ou parcialmente, desde que o conteúdo não possa ser alterado sem que a embalagem seja aberta ou alterada.
16. Entende-se por "colectividade", uma "colectividade" na acepção do artigo 1.º da Directiva 2000/13/CE.

## **CAPÍTULO II GÉNEROS ALIMENTÍCIOS GENETICAMENTE MODIFICADOS**

### **Secção 1 Autorização e supervisão**

#### **Artigo 3.º**

#### **Âmbito de aplicação**

1. A presente secção abrange:
  - a) Os OGM destinados à alimentação humana;
  - b) Os géneros alimentícios que contenham ou sejam constituídos por OGM;

c) Os géneros alimentícios produzidos a partir de ou que contenham ingredientes produzidos a partir de OGM.

2. Sempre que necessário, poder-se-á determinar, nos termos do n.º 2 do artigo 35.º, se um tipo de género alimentício é abrangido pela presente secção.

#### **Artigo 4.º**

##### **Requisitos**

1. Os géneros alimentícios a que se refere o n.º 1 do artigo 3.º não devem:

- a) Ter efeitos nocivos para a saúde humana, a saúde animal ou o ambiente;
- b) Induzir em erro o consumidor;
- c) Diferir de tal forma dos géneros alimentícios que se destinam a substituir que o seu consumo normal possa implicar, em termos nutritivos, uma desvantagem para o consumidor.

2. Ninguém pode colocar no mercado um OGM destinado à alimentação humana ou um género alimentício a que se refere o n.º 1 do artigo 3.º que não esteja abrangido por uma autorização concedida em conformidade com a presente secção e se não forem cumpridas as condições relevantes estabelecidas nessa autorização.

3. Um OGM destinado à alimentação humana ou um género alimentício a que se refere o n.º 1 do artigo 3.º só pode ser autorizado se o requerente da autorização tiver demonstrado adequada e suficientemente o cumprimento dos requisitos estabelecidos no n.º 1 do presente artigo.

4. A autorização referida no n.º 2 pode abranger:

- a) Um OGM e os géneros alimentícios que contenham ou sejam constituídos por esse OGM, bem como os géneros alimentícios produzidos a partir de ou que contenham ingredientes produzidos a partir desse OGM;
- b) Um género alimentício produzido a partir de um OGM, bem como os géneros alimentícios produzidos a partir de ou que contenham esse género alimentício.
- c) Um ingrediente produzido a partir de um OGM, bem como os géneros alimentícios que contenham esse ingrediente.

5. A autorização referida no n.º 2 só pode ser concedida, recusada, renovada, alterada, suspensa ou revogada pelos motivos e de acordo com os procedimentos previstos no presente regulamento.

6. O requerente de uma autorização referida no n.º 2 e, após concessão da autorização, o seu detentor ou o respectivo representante, devem encontrar-se estabelecidos na Comunidade.

7. A autorização prevista no presente regulamento é concedida sem prejuízo da Directiva 2002/53/CE, da Directiva 2002/55/CE e da Directiva 68/193/CEE.

#### **Artigo 5.º**

##### **Pedido de autorização**

1. Para obter a autorização referida no n.º 2 do artigo 4.º, deve ser apresentado um pedido em conformidade com as disposições a seguir indicadas.

2. O pedido deve ser enviado às autoridades nacionais competentes de um Estado-Membro.

a) A autoridade nacional competente deve:

- i) confirmar ao requerente, por escrito, a recepção do pedido no prazo de 14 dias a contar da referida recepção. A confirmação deve indicar a data de recepção do pedido,
- ii) informar sem demora a Autoridade Europeia para a Segurança dos Alimentos, a seguir designada "autoridade", e
- iii) pôr à disposição da autoridade o pedido bem como quaisquer informações adicionais fornecidas pelo requerente;

b) A autoridade deve:

- i) informar sem demora os Estados-Membros e a Comissão e pôr à sua disposição o pedido bem como quaisquer informações adicionais fornecidas pelo requerente;
- ii) tornar pública a síntese do processo referida na alínea i) do n.º 3.

3. O pedido deve ser acompanhado dos seguintes elementos:

- a) O nome e o endereço do requerente;
- b) A designação do género alimentício e as suas especificações, incluindo a(s) construção(ões) usada(s) na(s) transformação(ões) utilizada(s);
- c) Se for caso disso, as informações a fornecer em conformidade com o anexo II do Protocolo de Cartagena sobre a Segurança Biológica anexo à Convenção sobre a Diversidade Biológica, a seguir designado "Protocolo de Cartagena";
- d) Se for caso disso, uma descrição pormenorizada do método de produção e de fabrico;

- e) Uma cópia dos estudos que tenham sido efectuados, incluindo, se disponíveis, estudos independentes e avaliados pelos pares e qualquer outro material disponível que demonstre que o género alimentício cumpre os requisitos estabelecidos no n.º 1 do artigo 4.º;
  - f) Uma análise, apoiada por informações e dados adequados, que demonstre que as características do género alimentício não são diferentes das do equivalente tradicional tendo em conta os limites aceites das variações naturais de tais características e os critérios definidos na alínea a) do n.º 2 do artigo 13.º, ou uma proposta de rotulagem do género alimentício de acordo com o disposto na alínea a) do n.º 2 e no n.º 3 do artigo 13.º;
  - g) Uma declaração fundamentada em como o género alimentício não dá origem a preocupações éticas ou religiosas, ou uma proposta de rotulagem de acordo com a alínea b) do n.º 2 do artigo 13.º;
  - h) Se for caso disso, as condições de colocação no mercado do género alimentício ou dos géneros alimentícios a partir dele produzidos, incluindo as condições específicas de utilização e manuseamento;
  - i) Métodos de detecção, amostragem (incluindo referências a métodos de amostragem oficiais ou normalizados existentes) e identificação da construção usada na transformação e, se for caso disso, de detecção e identificação da construção usada na transformação no género alimentício e/ou nos géneros alimentícios a partir dele produzidos;
  - j) Amostras do género alimentício e respectivas amostras de controlo, bem como informações sobre o local onde é possível ter acesso ao material de referência;
  - k) Se for caso disso, uma proposta de monitorização da utilização do género alimentício para consumo humano após a sua colocação no mercado;
  - l) Uma síntese do processo sob forma normalizada.
4. No caso de um pedido relativo a um OGM destinado à alimentação humana, as referências a "género alimentício" no n.º 3 devem ser interpretadas como referências a géneros alimentícios que contenham, sejam constituídos por ou sejam produzidos a partir do OGM que é objecto do pedido.
5. No que respeita aos OGM ou aos géneros alimentícios que contenham ou sejam constituídos por OGM, o pedido deve também ser acompanhado:
- a) Do processo técnico completo, onde constem as informações previstas nos anexos III e IV da Directiva 2001/18/CE e as informações e conclusões acerca da avaliação dos riscos efectuada em conformidade com os princípios definidos no anexo II da Directiva 2001/18/CE ou, sempre que a colocação no mercado do OGM tenha sido autorizada nos termos da parte C da Directiva 2001/18/CE, uma cópia da decisão de autorização;
  - b) De um plano de monitorização dos efeitos ambientais em conformidade com o anexo VII da Directiva 2001/18/CE, incluindo uma proposta relativa à duração desse plano, que poderá ser diferente da duração proposta para a autorização.
- Nesse caso, não são aplicáveis os artigos 13.º a 24.º da Directiva 2001/18/CE.
6. Sempre que o pedido se refira a uma substância cuja utilização e colocação no mercado seja sujeita, ao abrigo de outras disposições da legislação comunitária, à sua inclusão numa lista de substâncias registadas ou autorizadas com exclusão de todas as outras, este facto deve ser mencionado no pedido, devendo ser indicado o estatuto da substância ao abrigo da legislação pertinente.
7. Após consulta à autoridade, a Comissão estabelece, nos termos do n.º 2 do artigo 35.º, as regras de execução do presente artigo, incluindo as relativas à elaboração e à apresentação do pedido.
8. Antes da data de aplicação do presente regulamento, a autoridade deve publicar orientações pormenorizadas a fim de ajudar o requerente na elaboração e na apresentação do pedido.

## **Artigo 6.º**

### **Parecer da autoridade**

- 1. Ao emitir o seu parecer, a autoridade deve esforçar-se por respeitar um prazo de seis meses a contar da data da recepção de um pedido válido. Este prazo é dilatado sempre que a autoridade solicitar informação adicional ao requerente nos termos do n.º 2.
- 2. A autoridade, ou a autoridade nacional competente através da autoridade, pode, se necessário, exigir que o requerente complete num determinado prazo as informações que acompanham o pedido.
- 3. Para efeitos de elaboração do parecer, a autoridade:
  - a) Deve verificar se as informações e documentação apresentadas pelo requerente se encontram em conformidade com o artigo 5.º e examinar se o género alimentício cumpre os critérios estabelecidos no n.º 1 do artigo 4.º;
  - b) Pode solicitar ao organismo de avaliação alimentar competente de um Estado-Membro que efectue uma avaliação da segurança do género alimentício em conformidade com o artigo 36.º do Regulamento (CE) n.º 178/2002;



- c) Pode solicitar a uma autoridade competente, designada de acordo com o artigo 4.º da Directiva 2001/18/CE, a realização de uma avaliação dos riscos ambientais. No entanto, se o pedido disser respeito a OGM a utilizar como sementes ou outro material de reprodução vegetal, a autoridade deve solicitar a uma autoridade nacional competente que realize a avaliação dos riscos ambientais;
- d) Deve enviar ao laboratório comunitário de referência as informações previstas nas alíneas i) e j) do n.º 3 do artigo 5.º O laboratório comunitário de referência deve testar e validar o método de detecção e identificação proposto pelo requerente;
- e) Ao verificar a aplicação da alínea a) do n.º 2 do artigo 13.º, deve examinar as informações e os dados apresentados pelo requerente para demonstrar que as características do género alimentício não são diferentes das do equivalente tradicional, tendo em conta os limites aceites das variações naturais de tais características.
4. No caso dos OGM ou dos géneros alimentícios que contenham ou sejam constituídos por OGM, são aplicáveis à avaliação os requisitos de segurança ambiental previstos na Directiva 2001/18/CE, por forma a assegurar a adopção de todas as medidas adequadas para evitar os efeitos nocivos para a saúde humana e animal e para o ambiente que possam eventualmente decorrer da libertação deliberada de OGM. Durante a avaliação dos pedidos de colocação no mercado de produtos que consistam em ou contenham OGM, a autoridade deve consultar a autoridade nacional competente, na acepção da Directiva 2001/18/CE, designada por cada um dos Estados-Membros para o efeito. As autoridades competentes dispõem de um prazo de três meses a contar da data de recepção do pedido para darem a conhecer o seu parecer.
5. Um parecer favorável à autorização do género alimentício deve também incluir as seguintes informações:
- a) O nome e o endereço do requerente;
  - b) A designação do género alimentício e as suas especificações;
  - c) Se for caso disso, as informações exigidas pelo anexo II do Protocolo de Cartagena;
  - d) A proposta de rotulagem do género alimentício e/ou dos géneros alimentícios a partir dele produzidos;
  - e) Se for caso disso, quaisquer condições ou restrições a impor à colocação no mercado e/ou condições ou restrições específicas de utilização e manuseamento, incluindo requisitos de monitorização após colocação no mercado com base nos resultados da avaliação dos riscos, e no caso de OGM ou de géneros alimentícios que contenham ou sejam constituídos por OGM, condições para a protecção de ecossistemas/ambiente específicos e/ou zonas geográficas;
  - f) O método de detecção, validado pelo laboratório comunitário de referência, incluindo a amostragem, a identificação da construção usada na transformação e, se aplicável, o método de detecção e identificação da construção usada na transformação nos géneros alimentícios e/ou nos géneros alimentícios produzidos a partir dele; a indicação onde é possível ter acesso ao material de referência adequado;
  - g) Se for caso disso, o plano de monitorização referido na alínea b) do n.º 5 do artigo 5.º
6. A autoridade deve enviar o seu parecer aos Estados-Membros, à Comissão e ao requerente, com um relatório descrevendo a sua avaliação do género alimentício e apresentando os motivos do seu parecer e as informações em que o mesmo assentou, incluindo os pareceres das autoridades competentes, quando consultadas de acordo com o n.º 4.
7. Em conformidade com o n.º 1 do artigo 38.º do Regulamento (CE) n.º 178/2002, a autoridade deve tornar público o seu parecer, após ter suprimido eventuais informações consideradas confidenciais, em conformidade com o artigo 30.º do presente regulamento. Qualquer pessoa pode apresentar observações à Comissão no prazo de 30 dias após esta publicação.

#### **Artigo 7.º** **Autorização**

1. No prazo de três meses a contar da recepção do parecer da autoridade, a Comissão deve apresentar ao comité referido no artigo 35.º um projecto da decisão a tomar em relação ao pedido, tomando em consideração o parecer da autoridade, quaisquer disposições pertinentes da legislação comunitária e outros factores legítimos relevantes para a matéria em apreço. Sempre que o projecto de decisão não estiver de acordo com o parecer da autoridade, a Comissão deve dar uma explicação para as diferenças.
2. Qualquer projecto de decisão que preveja a concessão da autorização deve incluir os dados mencionados no n.º 5 do artigo 6.º, o nome do detentor da autorização e, sempre que adequado, o identificador único atribuído ao OGM, tal como referido no Regulamento (CE) n.º 1830/2003.
3. A decisão final sobre o pedido é aprovada nos termos do n.º 2 do artigo 35.º
4. A Comissão deve informar sem demora o requerente da decisão tomada e publicar detalhes da decisão no Jornal Oficial da União Europeia.

5. A autorização concedida de acordo com o procedimento previsto no presente regulamento é válida em toda a Comunidade por 10 anos e renovável de acordo com o artigo 11.º O género alimentício autorizado deve ser inscrito no registo referido no artigo 28.º Cada entrada no registo deve mencionar a data da autorização e incluir os dados referidos no n.º 2 do presente artigo.
6. A autorização prevista na presente secção é concedida sem prejuízo de outras disposições da legislação comunitária em matéria de utilização e colocação no mercado de substâncias que apenas possam ser utilizadas se fizerem parte de uma lista de substâncias registadas ou autorizadas com exclusão de todas as outras.
7. A concessão da autorização não diminui a responsabilidade civil e penal de nenhum operador do sector alimentar no que diz respeito ao género alimentício em causa.
8. As referências feitas nas partes A e D da Directiva 2001/18/CE a OGM autorizados nos termos da parte C da referida directiva aplicam-se igualmente aos OGM autorizados nos termos do presente regulamento.

### **Artigo 8.º**

#### **Estatuto dos produtos existentes**

1. Em derrogação do n.º 2 do artigo 4.º, os produtos abrangidos pela presente secção que tenham sido legalmente colocados no mercado comunitário antes da data de aplicação do presente regulamento podem continuar a ser colocados no mercado, utilizados e transformados desde que sejam cumpridas as seguintes condições:
  - a) No caso dos produtos colocados no mercado nos termos da Directiva 90/220/CEE antes da entrada em vigor do Regulamento (CE) n.º 258/97 ou nos termos do Regulamento (CE) n.º 258/97, os operadores responsáveis pela colocação no mercado dos produtos em questão devem notificar a Comissão da data em que estes foram inicialmente colocados no mercado comunitário, tendo para o efeito um prazo de seis meses a contar da data de aplicação do presente regulamento;
  - b) No caso dos produtos legalmente colocados no mercado comunitário mas não referidos na alínea a), os operadores responsáveis pela colocação no mercado dos produtos em questão devem notificar a Comissão de que os produtos foram colocados no mercado comunitário antes da data de aplicação do presente regulamento, tendo para o efeito um prazo de seis meses a contar dessa data.
2. A notificação referida no n.º 1 deve ser acompanhada dos dados mencionados nos n.ºs 3 e 5 do artigo 5.º, caso tal seja adequado, os quais devem ser enviados pela Comissão à autoridade e aos Estados-Membros. A autoridade deve enviar ao laboratório comunitário de referência as informações previstas nas alíneas i) e j) do n.º 3 do artigo 5.º O laboratório comunitário de referência deve testar e validar o método de detecção e identificação proposto pelo requerente.
3. No prazo de um ano a contar da data de aplicação do presente regulamento e depois de se ter verificado que foram entregues e analisadas todas as informações, os produtos em questão devem ser incluídos no registo. Cada entrada no registo deve incluir, conforme adequado, os dados referidos no n.º 2 do artigo 7.º e, no caso dos produtos referidos na alínea a) do n.º 1, mencionar a data em que os produtos em questão foram inicialmente colocados no mercado.
4. No prazo de nove anos a contar da data em que os produtos referidos na alínea a) do n.º 1 foram inicialmente colocados no mercado, mas nunca antes de decorridos três anos após a data de aplicação do presente regulamento, os operadores responsáveis pela colocação no mercado dos referidos produtos devem apresentar um pedido em conformidade com o artigo 11.º, que se aplica *mutatis mutandis*. No prazo de três anos a contar da data de aplicação do presente regulamento, os operadores responsáveis pela colocação no mercado dos produtos referidos na alínea b) do n.º 1 devem apresentar um pedido em conformidade com o artigo 11.º, que se aplica *mutatis mutandis*.
5. Os produtos referidos no n.º 1 e os géneros alimentícios que os contenham ou sejam produzidos a partir deles ficam sujeitos às disposições do presente regulamento, designadamente dos artigos 9.º, 10.º e 34.º, que se aplicam *mutatis mutandis*.
6. Sempre que a notificação e as informações que a acompanham referidas nos n.ºs 1 e 2 não sejam entregues no prazo estabelecido ou sejam consideradas incorrectas, ou sempre que um pedido não seja apresentado dentro do prazo estabelecido nos termos do n.º 4, a Comissão, deliberando nos termos do n.º 2 do artigo 35.º, deve adoptar uma medida a exigir que o produto em questão e quaisquer produtos dele derivados sejam retirados do mercado. Esta medida pode prever um prazo para a liquidação das existências do produto em causa.
7. No caso das autorizações não concedidas a um detentor específico, as informações ou o pedido devem ser apresentados à Comissão pelo operador que importa, produz ou fabrica os produtos referidos no presente artigo.
8. As regras de execução do presente artigo são aprovadas nos termos do n.º 2 do artigo 35.º

## **Artigo 9.º**

### **Supervisão**

1. Após a emissão de uma autorização ao abrigo do presente regulamento, o respectivo detentor e as partes interessadas devem respeitar quaisquer condições ou restrições nela impostas e, em particular, certificar-se de que os produtos não abrangidos pela autorização não serão colocados no mercado como géneros alimentícios ou alimentos para animais. Sempre que tenha sido imposta ao detentor da autorização uma monitorização após a colocação no mercado nos termos da alínea k) do n.º 3 do artigo 5.º e/ou uma monitorização nos termos da alínea b) do n.º 5 do artigo 5.º, este deve assegurar a sua realização e apresentar relatórios à Comissão de acordo com o previsto na autorização. Esses relatórios de monitorização devem ser postos à disposição do público, após terem sido suprimidas as eventuais informações consideradas confidenciais em conformidade com o artigo 30.º
2. Caso o detentor da autorização pretenda alterar os termos da mesma, deve apresentar para o efeito um pedido em conformidade com o n.º 2 do artigo 5.º Os artigos 5.º, 6.º e 7.º aplicam-se *mutatis mutandis*.
3. O detentor da autorização deve informar de imediato a Comissão de qualquer novo dado científico ou técnico susceptível de influenciar a avaliação da segurança de utilização do género alimentício. O detentor da autorização deve, nomeadamente, informar de imediato a Comissão de qualquer proibição ou restrição imposta pela autoridade competente de um país terceiro em cujo mercado o género alimentício seja colocado.
4. A Comissão deve comunicar sem demora à autoridade e aos Estados-Membros a informação fornecida pelo requerente.

## **Artigo 10.º**

### **Alteração, suspensão e revogação das autorizações**

1. Por sua própria iniciativa ou no seguimento de um pedido de um Estado-Membro ou da Comissão, a autoridade deve emitir parecer sobre se uma autorização para um produto a que se refere o n.º 1 do artigo 3.º ainda preenche as condições previstas no presente regulamento. A autoridade deve imediatamente informar desse facto a Comissão, o detentor da autorização e os Estados-Membros. Em conformidade com o n.º 1 do artigo 38.º do Regulamento (CE) n.º 178/2002, a autoridade deve tornar público o seu parecer, após ter suprimido eventuais informações consideradas confidenciais em conformidade com o artigo 30.º do presente regulamento. Qualquer pessoa pode apresentar observações à Comissão no prazo de 30 dias após esta publicação.
2. A Comissão deve analisar o parecer da autoridade o mais rapidamente possível. Devem ser tomadas as medidas adequadas nos termos do artigo 34.º. Se for caso disso, a autorização deve ser alterada, suspensa ou revogada, nos termos do artigo 7.º
3. O n.º 2 do artigo 5.º e os artigos 6.º e 7.º aplicam-se *mutatis mutandis*.

## **Artigo 11.º**

### **Renovação das autorizações**

1. As autorizações concedidas ao abrigo do presente regulamento são renováveis por períodos de 10 anos, mediante pedido do detentor da autorização à Comissão, a apresentar o mais tardar um ano antes da data de expiração da autorização.
2. O pedido deve ser acompanhado dos seguintes elementos:
  - a) Cópia da autorização de colocação do género alimentício no mercado;
  - b) Relatório dos resultados da monitorização, se especificado na autorização;
  - c) Qualquer outra nova informação disponível relativamente à avaliação da segurança de utilização do género alimentício e aos riscos do género alimentício para o consumidor ou para o ambiente;
  - d) Se for caso disso, uma proposta para alterar ou completar as condições da autorização inicial, nomeadamente as condições relativas à futura monitorização.
3. O n.º 2 do artigo 5.º e os artigos 6.º e 7.º aplicam-se *mutatis mutandis*.
4. Sempre que, por razões não imputáveis ao detentor da autorização, não tenha sido tomada nenhuma decisão sobre a renovação da autorização antes de esta expirar, o período de autorização do produto deve ser prorrogado automaticamente até que seja tomada uma decisão.
5. Após consulta à autoridade, a Comissão pode, nos termos do n.º 2 do artigo 35.º, estabelecer as regras de execução do presente artigo, incluindo as relativas à elaboração e à apresentação do pedido.
6. A autoridade deve publicar orientações pormenorizadas a fim de ajudar o requerente na elaboração e na apresentação do seu pedido.

## **Secção 2 Rotulagem**

### **Artigo 12.º**

#### **Âmbito de aplicação**

1. A presente secção aplica-se aos géneros alimentícios fornecidos como tal na Comunidade, ao consumidor final ou a colectividades, e que:
  - a) Contenham ou sejam constituídos por OGM; ou
  - b) Sejam produzidos a partir de ou contenham ingredientes produzidos a partir de OGM.
2. A presente secção não se aplica aos géneros alimentícios que contenham material que contenha, seja constituído por ou seja produzido a partir de OGM numa proporção não superior a 0,9 % dos ingredientes que os compõem, considerados individualmente, ou do próprio género alimentício, se este consistir num único ingrediente, desde que a presença desse material seja accidental ou tecnicamente inevitável.
3. Para determinar se a presença desse material é accidental ou tecnicamente inevitável, os operadores devem estar em condições de fornecer, de uma forma que as autoridades competentes considerem suficiente, provas de que tomaram as medidas adequadas para evitar a presença de tal material.
4. Podem ser estabelecidos limiares adequados mais baixos nos termos do n.º 2 do artigo 35.º, particularmente no que respeita aos alimentos que contenham ou sejam constituídos por OGM ou para ter em conta os progressos científico e tecnológico.

### **Artigo 13.º**

#### **Requisitos**

1. Sem prejuízo das outras disposições da legislação comunitária relativas à rotulagem dos géneros alimentícios, os géneros alimentícios que se enquadrem no âmbito da presente secção devem ser sujeitos aos seguintes requisitos de rotulagem específicos:
  - a) Sempre que o género alimentício consista em mais do que um ingrediente, os termos "geneticamente modificado" ou "produzido a partir de [nome do ingrediente] geneticamente modificado" devem constar da lista dos ingredientes prevista no artigo 6.º da Directiva 2000/13/CE, entre parênteses e imediatamente a seguir ao nome do ingrediente em causa;
  - b) Sempre que o ingrediente seja designado pelo nome de uma categoria, devem constar da lista dos ingredientes os termos "contém [nome do organismo] geneticamente modificado" ou "contém [nome do ingrediente] produzido a partir de [nome do organismo] geneticamente modificado";
  - c) Sempre que não exista lista de ingredientes, devem constar claramente da rotulagem os termos "geneticamente modificado" ou "produzido a partir de [nome do organismo] geneticamente modificado";
  - d) As indicações referidas nas alíneas a) e b) podem figurar numa nota de rodapé à lista dos ingredientes, caso em que deverão ser impressas com caracteres pelo menos do mesmo tamanho que os da lista dos ingredientes. Sempre que não exista lista de ingredientes, devem constar claramente do rótulo;
  - e) Sempre que o género alimentício seja apresentado ao consumidor final como um género alimentício não pré-embalado ou como um género alimentício pré-embalado em pequenos acondicionamentos, cuja superfície maior seja inferior a 10 cm<sup>2</sup>, a informação exigida no presente número deve ser indicada quer no expositor do género alimentício ou no local imediatamente contíguo a este, quer na embalagem, de forma permanente e visível, em caracteres de tamanho suficiente para ser facilmente legível e identificada.
2. Além dos requisitos de rotulagem estabelecidos no n.º 1, a rotulagem deve também mencionar qualquer característica ou propriedade que seja especificada na autorização, nos seguintes casos:
  - a) Sempre que um género alimentício seja diferente do equivalente tradicional no que se refere às seguintes características ou propriedades:
    - i) composição,
    - ii) valor nutritivo ou efeitos nutricionais,
    - iii) utilização prevista do género alimentício,
    - iv) implicações para a saúde de determinadas camadas da população,
  - b) Sempre que um género alimentício possa dar origem a preocupações de ordem ética ou religiosa.
3. Além dos requisitos de rotulagem estabelecidos no n.º 1 e de acordo com o especificado na autorização, a rotulagem dos géneros alimentícios abrangidos pela presente secção para os quais não exista um equivalente tradicional deve conter informações adequadas acerca da natureza e das características dos géneros alimentícios em questão.

#### **Artigo 14.º**

##### **Medidas de execução**

1. As regras de execução da presente secção, entre outras as relativas às medidas necessárias para que os operadores cumpram os requisitos de rotulagem, podem ser aprovadas nos termos do n.º 2 do artigo 35.º
  2. Podem ser adoptadas nos termos do n.º 2 do artigo 35.º regras específicas no que se refere às informações a prestar pelas colectividades que fornecem alimentos ao consumidor final.
- A fim de atender à situação específica destas colectividades, as referidas normas podem prever uma adaptação dos requisitos da alínea e) do n.º 1 do artigo 13.º

### **CAPÍTULO III ALIMENTOS PARA ANIMAIS GENETICAMENTE MODIFICADOS**

#### **Secção 1 Autorização e supervisão**

#### **Artigo 15.º**

##### **Âmbito de aplicação**

1. A presente secção abrange:
  - a) Os OGM destinados à alimentação animal;
  - b) Os alimentos para animais que contenham ou sejam constituídos por OGM;
  - c) Os alimentos para animais produzidos a partir de OGM.
2. Sempre que necessário, pode determinar-se, nos termos do n.º 2 do artigo 35.º, se um tipo de alimento para animais é abrangido pela presente secção.

#### **Artigo 16.º**

##### **Requisitos**

1. Os alimentos para animais referidos no n.º 1 do artigo 15.º não devem:
  - a) Ter efeitos nocivos para a saúde humana, a saúde animal ou o ambiente;
  - b) Induzir em erro o utilizador;
  - c) Prejudicar o utilizador, ou induzi-lo em erro, ao alterar as características distintivas dos produtos animais;
  - d) Diferir de tal forma dos alimentos para animais que se destinam a substituir que o seu consumo normal possa implicar, em termos nutritivos, uma desvantagem para os animais ou para os seres humanos.
2. Ninguém pode colocar no mercado, utilizar ou transformar um produto referido no n.º 1 do artigo 15.º que não esteja abrangido por uma autorização concedida em conformidade com a presente secção e se não forem cumpridas as condições relevantes estabelecidas nessa autorização.
3. Um produto referido no n.º 1 do artigo 15.º só pode ser autorizado se o requerente da autorização tiver demonstrado adequada e suficientemente o cumprimento dos requisitos estabelecidos no n.º 1 do presente artigo.
4. A autorização referida no n.º 2 pode abranger:
  - a) Um OGM e os alimentos para animais que contenham ou sejam constituídos por OGM, bem como os alimentos para animais produzidos a partir desse organismo;
  - b) Um alimento para animais produzido a partir de um organismo geneticamente modificado, bem como os alimentos para animais produzidos a partir de ou que contenham esse alimento.
5. A autorização referida no n.º 2 só pode ser concedida, recusada, renovada, alterada, suspensa ou revogada pelos motivos e de acordo com os procedimentos previstos no presente regulamento.
6. O requerente de uma autorização referida no n.º 2 e, após concessão da autorização, o seu detentor ou o respectivo representante, devem encontrar-se estabelecidos na Comunidade.
7. A autorização prevista no presente regulamento é concedida sem prejuízo da Directiva 68/193/CEE, da Directiva 2002/53/CE e da Directiva 2002/55/CE.

#### **Artigo 17.º**

##### **Pedido de autorização**

1. Para obter a autorização referida no n.º 2 do artigo 16.º, deve ser apresentado um pedido em conformidade com as disposições a seguir indicadas.
2. O pedido deve ser enviado às autoridades nacionais competentes de um Estado-Membro.
  - a) A autoridade nacional competente deve:
    - i) confirmar ao requerente, por escrito, a recepção do pedido no prazo de 14 dias a contar da referida recepção. A confirmação deve indicar a data de recepção do pedido,
    - ii) informar sem demora a autoridade, e



iii) pôr à disposição da autoridade o pedido bem como quaisquer informações adicionais fornecidas pelo requerente;

b) A autoridade deve:

i) informar sem demora os outros Estados-Membros e a Comissão e pôr à sua disposição o pedido bem como quaisquer informações adicionais fornecidas pelo requerente,

ii) tornar pública a síntese do processo referida na alínea l) do n.º 3.

3. O pedido deve ser acompanhado dos seguintes elementos:

a) O nome e o endereço do requerente;

b) A designação do alimento para animais e as suas especificações, incluindo a(s) construção(ões) usada(s) na transformação;

c) Se for caso disso, as informações a fornecer em conformidade com o anexo II do Protocolo de Cartagena;

d) Se for caso disso, uma descrição pormenorizada do método de produção e de fabrico e as utilizações previstas do alimento para animais;

e) Uma cópia dos estudos que tenham sido efectuados, incluindo, se disponíveis, estudos independentes e avaliados pelos pares e qualquer outro material disponível que demonstre que o alimento para animais cumpre os requisitos estabelecidos no n.º 1 do artigo 16.º e, nomeadamente para os alimentos para animais abrangidos pela Directiva 82/471/CEE, as informações exigidas ao abrigo da Directiva 83/228/CEE do Conselho, de 18 de Abril de 1983, relativa à fixação de linhas directrizes para a avaliação de certos produtos utilizados na alimentação dos animais(28);

f) Uma análise, apoiada por informações e dados adequados, que demonstre que as características dos alimentos para animais não são diferentes das do equivalente tradicional, tendo em conta os limites aceites das variações naturais de tais características e os critérios definidos na alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º ou uma proposta de rotulagem dos alimentos para animais, de acordo com o disposto na alínea c) do n.º 2 e no n.º 4 do artigo 25.º;

g) Uma declaração fundamentada em como o alimento para animais não dá origem a preocupações éticas ou religiosas, ou uma proposta de rotulagem de acordo com a alínea d) do n.º 2 do artigo 25.º;

h) Se for caso disso, as condições de colocação no mercado do alimento para animais, incluindo as condições específicas de utilização e manuseamento;

i) Métodos de detecção, amostragem (incluindo referências aos métodos de amostragem oficiais ou normalizados existentes) e identificação da construção usada na transformação e, se for caso disso, de detecção e identificação da construção usada na transformação no alimento para animais e/ou no alimento para animais produzido a partir dele;

j) Amostras do alimento para animais e respectivas amostras de controlo e informações sobre o local onde é possível ter acesso ao material de referência;

k) Se for caso disso, uma proposta de monitorização da utilização do alimento para animais após a sua colocação no mercado;

l) Uma síntese do processo sob forma normalizada.

4. No caso de um pedido relativo a um OGM destinado à alimentação animal, as referências a "alimento para animais" no n.º 3 devem ser interpretadas como referências a alimentos para animais que contenham, sejam constituídos por ou sejam produzidos a partir do OGM que é objecto do pedido.

5. No que respeita aos OGM ou aos alimentos para animais que contenham ou sejam constituídos por OGM, o pedido deve também ser acompanhado:

a) Do processo técnico completo, onde constem as informações previstas nos anexos III e IV da Directiva 2001/18/CE e as informações e conclusões acerca da avaliação dos riscos efectuada em conformidade com os princípios definidos no anexo II da Directiva 2001/18/CE ou, sempre que a colocação no mercado do OGM tenha sido autorizada nos termos da parte C da Directiva 2001/18/CE, uma cópia da decisão de autorização;

b) De um plano de monitorização dos efeitos ambientais em conformidade com o anexo VII da Directiva 2001/18/CE, incluindo uma proposta relativa à duração desse plano, que poderá ser diferente da duração proposta para a autorização.

Nesse caso, não são aplicáveis os artigos 13.º a 24.º da Directiva 2001/18/CE.

6. Sempre que o pedido se refira a uma substância cuja utilização e colocação no mercado seja sujeita, ao abrigo de outras disposições da legislação comunitária, à sua inclusão numa lista de substâncias registadas ou autorizadas com exclusão de outras, este facto deve ser mencionado no pedido, devendo ser indicado o estatuto da substância ao abrigo da legislação pertinente.

7. Após consulta à autoridade, a Comissão estabelece, nos termos do n.º 2 do artigo 35.º, as regras de execução do presente artigo, incluindo as relativas à elaboração e à apresentação do pedido.
8. Antes da data de aplicação do presente regulamento, a autoridade deve publicar orientações pormenorizadas a fim de ajudar o requerente na elaboração e na apresentação do pedido.

### **Artigo 18.º**

#### **Parecer da autoridade**

1. Ao emitir o seu parecer, a autoridade deve esforçar-se por respeitar um prazo de seis meses a contar da data da recepção dum pedido válido. Este prazo é prorrogado sempre que a autoridade solicitar informação adicional ao requerente nos termos do n.º 2.
2. A autoridade, ou a autoridade nacional competente através da autoridade, pode, se necessário, exigir que o requerente complete num determinado prazo as informações que acompanham o pedido.
3. Para efeitos de elaboração do parecer, a autoridade:
  - a) Deve verificar se as informações e documentação apresentadas pelo requerente se encontram em conformidade com o artigo 17.º e examinar se o alimento para animais cumpre os critérios estabelecidos no n.º 1 do artigo 16.º;
  - b) Pode solicitar ao organismo de avaliação dos alimentos para animais competente de um Estado-Membro que efectue uma avaliação da segurança do alimento para animais em conformidade com o artigo 36.º do Regulamento (CE) n.º 178/2002;
  - c) Pode solicitar a uma autoridade competente, designada de acordo com o artigo 4.º da Directiva 2001/18/CE, a realização de uma avaliação dos riscos ambientais. No entanto, se o pedido disser respeito a OGM a utilizar como sementes ou outro material de reprodução vegetal, a autoridade deve solicitar a uma autoridade nacional competente que realize a avaliação dos riscos ambientais;
  - d) Deve enviar ao laboratório comunitário de referência as informações previstas nas alíneas i) e j) do n.º 3 do artigo 17.º O laboratório comunitário de referência deve testar e validar o método de detecção e identificação proposto pelo requerente;
  - e) Ao verificar a aplicação da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º, deve examinar as informações e os dados apresentados pelo requerente para demonstrar que as características do alimento para animais não são diferentes das do equivalente tradicional tendo em conta os limites aceites das variações naturais de tais características.
4. No caso dos OGM ou alimentos para animais geneticamente modificados que contenham ou sejam constituídos por OGM, são aplicáveis à avaliação os requisitos de segurança ambiental previstos na Directiva 2001/18/CE, por forma a assegurar a adopção de todas as medidas adequadas para evitar os efeitos nocivos para a saúde humana e animal e para o ambiente que possam eventualmente decorrer da libertação deliberada de OGM. Durante a avaliação dos pedidos de colocação no mercado de produtos que contenham ou sejam constituídos por OGM, a autoridade deve consultar a autoridade nacional competente, na acepção da Directiva 2001/18/CE, designada por cada um dos Estados-Membros para o efeito. As autoridades competentes dispõem de um prazo de três meses a contar da data de recepção do pedido para darem a conhecer o seu parecer.
5. Um parecer favorável à autorização do alimento para animais, deve também incluir as seguintes informações:
  - a) O nome e o endereço do requerente;
  - b) A designação do alimento para animais e as suas especificações;
  - c) Se for caso disso, as informações exigidas pelo anexo II do Protocolo de Cartagena;
  - d) A proposta de rotulagem do alimento para animais;
  - e) Se for caso disso, quaisquer condições ou restrições a impor à colocação no mercado e/ou condições ou restrições específicas de utilização e manuseamento, incluindo requisitos de monitorização após colocação no mercado com base nos resultados da avaliação dos riscos, e no caso de OGM ou sejam constituídos por OGM, condições para a protecção de ecossistemas/ambiente específicos e/ou zonas geográficas;
  - f) O método de detecção, validado pelo laboratório comunitário de referência, incluindo a amostragem, a identificação da construção usada na transformação e, se for caso disso, o método de detecção e identificação da construção usada na transformação no alimento para animais e/ou no alimento para animais produzido a partir dele; a indicação onde é possível ter acesso ao material de referência adequado;
  - g) Se for caso disso, o plano de monitorização referido na alínea b) do n.º 5 do artigo 17.º
6. A autoridade deve enviar o seu parecer aos Estados-Membros, à Comissão e ao requerente, com um relatório descrevendo a sua avaliação do alimento para animais e apresentando os motivos do seu parecer

e as informações em que assentou, incluindo os pareceres das autoridades competentes, quando consultadas de acordo com o n.º 4.

7. Em conformidade com o n.º 1 do artigo 38.º do Regulamento (CE) n.º 178/2002, a autoridade deve tornar público o seu parecer, após ter suprimido eventuais informações consideradas confidenciais, em conformidade com o artigo 30.º do presente regulamento. Qualquer pessoa pode apresentar observações à Comissão no prazo de 30 dias após esta publicação.

### **Artigo 19.º**

#### **Autorização**

1. No prazo de três meses a contar da recepção do parecer da autoridade, a Comissão deve apresentar ao Comité referido no artigo 35.º um projecto da decisão a tomar em relação ao pedido, tomando em consideração o parecer da autoridade, quaisquer disposições pertinentes da legislação comunitária e outros factores legítimos relevantes para a matéria em apreço. Sempre que o projecto de decisão não estiver de acordo com o parecer da autoridade, a Comissão deve dar uma explicação para as diferenças.
2. Qualquer projecto de decisão que preveja a concessão da autorização deve incluir os dados mencionados no n.º 5 do artigo 18.º, o nome do detentor da autorização e, sempre que adequado, o identificador único atribuído ao OGM, tal como referido no Regulamento (CE) n.º 1830/2003.
3. A decisão final sobre o pedido é aprovada nos termos do n.º 2 do artigo 35.º
4. A Comissão deve informar sem demora o requerente da decisão tomada e publicar detalhes da decisão no Jornal Oficial da União Europeia.
5. A autorização concedida de acordo com o procedimento previsto no presente regulamento é válida em toda a Comunidade por 10 anos e renovável de acordo com o artigo 23.º O alimento para animais autorizado deve ser inscrito no registo referido no artigo 28.º Cada entrada no registo deve mencionar a data da autorização e incluir os dados referidos no n.º 2 do presente artigo.
6. A autorização prevista na presente secção é concedida sem prejuízo de outras disposições da legislação comunitária em matéria de utilização e colocação no mercado de substâncias que apenas possam ser utilizadas se fizerem parte de uma lista de substâncias registadas ou autorizadas com exclusão de todas as outras.
7. A concessão da autorização não diminui a responsabilidade civil e penal de nenhum operador do sector alimentar no que diz respeito ao alimento para animais em causa.
8. As referências feitas nas partes A e D da Directiva 2001/18/CE a OGM autorizados nos termos da parte C da referida directiva aplicam-se igualmente aos OGM autorizados nos termos do presente regulamento.

### **Artigo 20.º**

#### **Estatuto dos produtos existentes**

1. Em derrogação do n.º 2 do artigo 16.º, os produtos abrangidos pela presente secção que tenham sido legalmente colocados no mercado comunitário antes da data de aplicação do presente regulamento podem continuar a ser colocados no mercado, utilizados e transformados desde que sejam cumpridas as seguintes condições:
  - a) No caso dos produtos que tenham sido autorizados nos termos da Directiva 90/220/CEE ou 2001/18/CE, inclusivamente para utilização como alimentos para animais, nos termos da Directiva 82/471/CEE, que sejam produzidos a partir de OGM, ou nos termos da Directiva 70/524/CEE, que contenham, sejam constituídos por ou sejam produzidos a partir de OGM, os operadores responsáveis pela colocação no mercado dos produtos em questão devem notificar a Comissão da data em que estes foram inicialmente colocados no mercado comunitário, tendo para o efeito um prazo de seis meses a contar da data de aplicação do presente regulamento;
  - b) No caso dos produtos legalmente colocados no mercado comunitário mas não referidos na alínea a), os operadores responsáveis pela colocação no mercado dos produtos em questão devem notificar a Comissão de que esses produtos foram colocados no mercado comunitário antes da data de aplicação do presente regulamento, tendo para o efeito um prazo de seis meses a contar dessa data.
2. A notificação referida no n.º 1 deve ser acompanhada dos dados mencionados nos n.ºs 3 e 5 do artigo 17.º, caso tal seja adequado, os quais devem ser enviados pela Comissão à autoridade e aos Estados-Membros. A autoridade deve enviar ao laboratório comunitário de referência as informações previstas nas alíneas i) e j) do n.º 3 do artigo 17.º O laboratório comunitário de referência deve testar e validar o método de detecção e identificação proposto pelo requerente.
3. No prazo de um ano a contar da data de aplicação do presente regulamento e depois de se ter verificado que foram entregues e analisadas todas as informações, os produtos em questão devem ser incluídos no registo. Cada entrada no registo deve incluir, conforme adequado, os dados referidos no n.º 2 do artigo



19.º e, no caso dos produtos referidos na alínea a) do n.º 1, mencionar a data em que os produtos em questão foram inicialmente colocados no mercado.

4. No prazo de nove anos a contar da data em que os produtos referidos na alínea a) do n.º 1 foram inicialmente colocados no mercado, mas nunca antes de decorridos três anos após a data de aplicação do presente regulamento, os operadores responsáveis pela colocação no mercado dos referidos produtos devem apresentar um pedido em conformidade com o artigo 23.º, que se aplica *mutatis mutandis*.

No prazo de três anos a contar da data de aplicação do presente regulamento, os operadores responsáveis pela colocação no mercado dos produtos referidos na alínea b) do n.º 1 devem apresentar um pedido em conformidade com o artigo 23.º, que se aplica *mutatis mutandis*.

5. Os produtos referidos no n.º 1 e os alimentos para animais que os contenham ou sejam produzidos a partir deles ficam sujeitos às disposições do presente regulamento, designadamente dos artigos 21.º, 22.º e 24.º, que se aplicam *mutatis mutandis*.

6. Sempre que a notificação e as informações que a acompanham referidas nos n.ºs 1 e 2 não sejam entregues no prazo estabelecido ou sejam consideradas incorrectas, ou sempre que um pedido não seja apresentado dentro do prazo estabelecido nos termos do n.º 4, a Comissão, deliberando nos termos do n.º 2 do artigo 35.º, deve adoptar uma medida a exigir que o produto em questão e quaisquer produtos dele derivados sejam retirados do mercado. Esta medida pode prever um prazo para a liquidação das existências do produto em causa.

7. No caso das autorizações não concedidas a um detentor específico, as informações ou o pedido devem ser apresentados à Comissão pelo operador que importa, produz ou fabrica os produtos referidos no presente artigo.

8. As regras de execução do presente artigo são aprovadas nos termos do n.º 2 do artigo 35.º

#### **Artigo 21.º**

##### **Supervisão**

1. Após a emissão de uma autorização ao abrigo do presente regulamento, o respectivo detentor e as partes interessadas devem respeitar quaisquer condições ou restrições nela impostas e, em particular, certificar-se de que os produtos não abrangidos pela autorização não serão colocados no mercado como géneros alimentícios ou alimentos para animais. Sempre que tenha sido imposta ao detentor da autorização uma monitorização após a colocação no mercado nos termos da alínea k) do n.º 3 e/ou uma monitorização nos termos da alínea b) do n.º 5 do artigo 17.º, o detentor da autorização deve assegurar a sua realização e apresentar relatórios à Comissão de acordo com o previsto na autorização. Esses relatórios de monitorização devem ser postos à disposição do público, após terem sido suprimidas as eventuais informações consideradas confidenciais em conformidade com o artigo 30.º

2. Caso o detentor da autorização pretenda alterar os termos da mesma, deve apresentar para o efeito um pedido em conformidade com o n.º 2 do artigo 17.º Os artigos 17.º, 18.º e 19.º aplicam-se *mutatis mutandis*.

3. O detentor da autorização deve informar de imediato a Comissão de qualquer novo dado científico ou técnico susceptível de influenciar a avaliação da segurança de utilização do alimento para animais. O detentor da autorização deve, nomeadamente, informar de imediato a Comissão de qualquer proibição ou restrição imposta pela autoridade competente de um país terceiro em cujo mercado o alimento para animais seja colocado.

4. A Comissão deve comunicar sem demora à autoridade e aos Estados-Membros a informação fornecida pelo requerente.

#### **Artigo 22.º**

##### **Alteração, suspensão e revogação das autorizações**

1. Por sua própria iniciativa ou no seguimento de um pedido de um Estado-Membro ou da Comissão, a autoridade deve emitir parecer sobre se uma autorização para um produto referido no n.º 1 do artigo 15.º ainda preenche as condições previstas no presente regulamento. A autoridade deve imediatamente informar desse facto a Comissão, o detentor da autorização e os Estados-Membros. Em conformidade com o n.º 1 do artigo 38.º do Regulamento (CE) n.º 178/2002, a autoridade deve tornar público o seu parecer, após ter suprimido eventuais informações consideradas confidenciais em conformidade com o artigo 30.º do presente regulamento. Qualquer pessoa pode apresentar observações à Comissão no prazo de 30 dias após esta publicação.

2. A Comissão deve analisar o parecer da autoridade o mais rapidamente possível. Devem ser tomadas as medidas adequadas nos termos do artigo 34.º Se for caso disso, a autorização deve ser alterada, suspensa ou revogada, nos termos do artigo 19.º

3. O n.º 2 do artigo 17.º e os artigos 18.º e 19.º aplicam-se mutatis mutandis.

### **Artigo 23.º**

#### **Renovação das autorizações**

1. As autorizações concedidas ao abrigo do presente regulamento são renováveis por períodos de 10 anos, mediante pedido do detentor da autorização à Comissão, a apresentar o mais tardar um ano antes da data de expiração da autorização.
2. O pedido deve ser acompanhado dos seguintes elementos:
  - a) Cópia da autorização de colocação do alimento para animais no mercado;
  - b) Relatório dos resultados da monitorização, se especificado na autorização;
  - c) Qualquer outra nova informação disponível relativamente à avaliação da segurança da utilização do alimento para animais e aos riscos do alimento para os animais, para os seres humanos ou para o ambiente;
  - d) Se for caso disso, uma proposta para alterar ou completar as condições da autorização inicial, nomeadamente as condições relativas à futura monitorização.
3. O n.º 2 do artigo 17.º e os artigos 18.º e 19.º aplicam-se mutatis mutandis.
4. Sempre que, por razões não imputáveis ao detentor da autorização, não tenha sido tomada nenhuma decisão sobre a renovação da autorização antes de esta expirar, o período de autorização do produto deve ser prorrogado automaticamente até que seja tomada uma decisão.
5. Após consulta à autoridade, a Comissão pode, nos termos do n.º 2 do artigo 35.º, estabelecer as regras de execução do presente artigo, incluindo as relativas à elaboração e à apresentação do pedido.
6. A autoridade deve publicar orientações pormenorizadas a fim de ajudar o requerente na elaboração e na apresentação do seu pedido.

### **Secção 2 Rotulagem**

#### **Artigo 24.º**

##### **Âmbito de aplicação**

1. A presente secção aplica-se aos alimentos para animais referidos no n.º 1 do artigo 15.º
2. A presente secção não se aplica aos alimentos para animais que contenham material que contenha, seja constituído por ou seja produzido a partir de OGM numa proporção não superior a 0,9 % do alimento para animais ou de cada um dos alimentos que o compõem, desde que a presença desse material seja acidental ou tecnicamente inevitável.
3. Para determinar se a presença desse material é acidental ou tecnicamente inevitável, os operadores devem estar em condições de fornecer, de uma forma que as autoridades competentes considerem suficiente, provas de que tomaram as medidas adequadas para evitar a presença de tal material.
4. Podem ser estabelecidos limiares adequados mais baixos nos termos do n.º 2 do artigo 35.º, particularmente em relação a alimentos para animais que contenham ou sejam constituídos por OGM ou para ter em conta os progressos científico e tecnológico.

#### **Artigo 25.º**

##### **Requisitos**

1. Sem prejuízo das outras disposições da legislação comunitária relativa à rotulagem dos alimentos para animais, os alimentos para animais referidos no n.º 1 do artigo 15.º devem ser sujeitos aos requisitos de rotulagem específicos a seguir estabelecidos.
2. Qualquer pessoa que pretenda colocar no mercado um alimento para animais referido no n.º 1 do artigo 15.º deve assegurar que as informações a seguir especificadas figurem de forma claramente visível, legível e indelével num documento de acompanhamento ou, se for caso disso, na embalagem, no recipiente ou no rótulo do alimento.

Cada alimento para animais que entre na composição de um determinado alimento para animais deve ser sujeito às seguintes regras:

  - a) No tocante aos alimentos para animais referidos nas alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo 15.º, devem constar entre parênteses imediatamente a seguir ao nome do alimento para animais os termos "[nome do organismo] geneticamente modificado".

Em alternativa, esta indicação pode figurar numa nota de rodapé à lista dos ingredientes do alimento para animais, caso em que deve ser impressa com caracteres pelo menos do mesmo tamanho que os da lista dos ingredientes;

b) No tocante ao alimento para animais referido na alínea c) do n.º 1 do artigo 15.º, devem constar entre parênteses imediatamente a seguir ao nome do alimento para animais os termos "produzido a partir de [nome do organismo] geneticamente modificado".

Em alternativa, esta indicação pode figurar numa nota de rodapé à lista dos ingredientes do alimento para animais, caso em que deve ser impressa com caracteres pelo menos do mesmo tamanho que os da lista dos ingredientes;

c) Conforme especificado na autorização, qualquer característica do alimento para animais referido no n.º 1 do artigo 15.º que seja diferente do seu equivalente tradicional, como as a seguir indicadas:

i) composição,

ii) propriedades nutricionais,

iii) utilização prevista,

iv) implicações para a saúde de determinadas espécies ou categorias de animais,

d) Conforme especificado na autorização, qualquer característica ou propriedade do alimento para animais que possa dar origem a preocupações de ordem ética ou religiosa.

3. Além dos requisitos estabelecidos nas alíneas a) e b) do n.º 2 de acordo com o especificado na autorização, a rotulagem ou os documentos de acompanhamento dos alimentos para animais abrangidos pela presente secção para os quais não exista um equivalente tradicional devem conter informações adequadas acerca da natureza e das características do alimento em questão.

#### **Artigo 26.º**

##### **Medidas de execução**

As regras de execução da presente secção, entre outras as relativas às medidas necessárias para que os operadores cumpram os requisitos de rotulagem, podem ser aprovadas nos termos do n.º 2 do artigo 35.º

### **CAPÍTULO IV DISPOSIÇÕES COMUNS**

#### **Artigo 27.º**

##### **Produtos susceptíveis de serem utilizados como géneros alimentícios e como alimentos para animais**

1. Sempre que um produto seja susceptível de ser utilizado simultaneamente como género alimentício e como alimento para animais, deve ser apresentado um único pedido ao abrigo dos artigos 5.º e 17.º, que dará origem a um parecer único da autoridade e a uma única decisão comunitária.

2. A autoridade deve determinar se o pedido de autorização deve ser apresentado simultaneamente para géneros alimentícios e para alimentos para animais.

#### **Artigo 28.º**

##### **Registo comunitário**

1. A Comissão deve estabelecer e manter um Registo Comunitário dos Géneros Alimentícios e Alimentos para Animais Geneticamente Modificados, designado no presente regulamento "registo".

2. O público deve ter acesso ao registo.

#### **Artigo 29.º**

##### **Acesso do público**

1. O público deve ter acesso ao pedido de autorização, às informações adicionais do requerente, aos pareceres das autoridades competentes designadas nos termos do artigo 4.º da Directiva 2001/18/CE, aos relatórios de monitorização e às informações do detentor da autorização, com exclusão das informações confidenciais.

2. No tratamento dos pedidos de acesso a documentos na sua posse, a autoridade deve aplicar os princípios estabelecidos no Regulamento (CE) n.º 1049/2001 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 30 de Maio de 2001, relativo ao acesso do público aos documentos do Parlamento Europeu, do Conselho e da Comissão(29).

3. Os Estados-Membros devem tratar os pedidos de acesso aos documentos recebidos ao abrigo do presente regulamento em conformidade com o artigo 5.º do Regulamento (CE) n.º 1049/2001.

#### **Artigo 30.º**

##### **Confidencialidade**

1. O requerente pode indicar quais as informações apresentadas ao abrigo do presente regulamento que deseja ver tratadas como confidenciais por a sua divulgação poder prejudicar significativamente a sua posição concorrencial. Em tais casos, deve ser dada uma justificação susceptível de verificação.

2. Sem prejuízo do disposto no n.º 3, a Comissão deve determinar, após consulta ao requerente, quais as informações que devem ser mantidas confidenciais, devendo informar o requerente da sua decisão.
3. Não são consideradas confidenciais as seguintes informações:
- a) Nome e composição do OGM, do género alimentício ou do alimento para animais a que se referem o n.º 1 do artigo 3.º e o n.º 1 do artigo 15.º e, se aplicável, indicação do substrato e do microrganismo;
  - b) Descrição geral do OGM e nome e endereço do detentor da autorização;
  - c) Características físico-químicas e biológicas do OGM, do género alimentício ou do alimento para animais a que se referem o n.º 1 do artigo 3.º e o n.º 1 do artigo 15.º;
  - d) Efeitos do OGM, do género alimentício ou do alimento para animais a que se referem o n.º 1 do artigo 3.º e o n.º 1 do artigo 15.º sobre a saúde humana e animal e sobre o ambiente;
  - e) Efeitos do OGM, do género alimentício ou do alimento para animais a que se referem o n.º 1 do artigo 3.º e o n.º 1 do artigo 15.º sobre as características dos produtos animais e as suas propriedades nutricionais;
  - f) Métodos de detecção, incluindo a amostragem, e identificação da construção usada na transformação e, se for caso disso, de detecção e identificação da construção usada na transformação no género alimentício ou no alimento para animais a que se referem o n.º 1 do artigo 3.º e o n.º 1 do artigo 15.º;
  - g) Informações relativas ao tratamento dos resíduos e à intervenção em caso de emergência.
4. Em derrogação do n.º 2, a autoridade deve fornecer à Comissão e aos Estados-Membros, a seu pedido, todas as informações de que dispõe.
5. O uso dos métodos de detecção e a reprodução dos materiais de referência previstos no n.º 3 do artigo 5.º e no n.º 3 do artigo 17.º para efeitos de aplicação do presente regulamento aos OGM, géneros alimentícios ou alimentos para animais a que se refere o pedido não é restringido pelo exercício de direitos de propriedade intelectual nem de qualquer outra forma.
6. A Comissão, a autoridade e os Estados-Membros devem tomar as medidas necessárias para assegurar a devida confidencialidade das informações recebidas ao abrigo do presente regulamento, com excepção das informações que devam ser tornadas públicas, caso as circunstâncias o exijam, a fim de proteger a saúde humana, a saúde animal ou o ambiente.
7. Caso o requerente retire ou tenha retirado o seu pedido, a autoridade, a Comissão e os Estados-Membros devem respeitar a confidencialidade das informações comerciais e industriais, incluindo as relativas à investigação e ao desenvolvimento, bem como das informações sobre cuja confidencialidade a Comissão e o requerente discordem.

### **Artigo 31.º**

#### **Protecção de dados**

Os dados científicos e as outras informações constantes do processo do pedido exigido nos termos dos n.ºs 3 e 5 do artigo 5.º e dos n.ºs 3 e 5 do artigo 17.º não podem ser utilizados para benefício de outro requerente durante um período de 10 anos a contar da data da autorização, excepto se o outro requerente tiver acordado com o detentor da autorização que os referidos dados e informações podem ser utilizados. No termo deste período de 10 anos, os resultados da totalidade ou parte da avaliação efectuada com base nos dados científicos e nas informações constantes do processo do pedido podem ser utilizados pela autoridade em benefício de outro requerente se este puder provar que o género alimentício ou o alimento para animais para o qual solicita autorização é essencialmente similar a um género alimentício ou a um alimento para animais já autorizado ao abrigo do presente regulamento.

### **Artigo 32.º**

#### **Laboratório comunitário de referência**

O laboratório comunitário de referência e as suas competências e funções são os definidos no anexo. Podem ser designados laboratórios nacionais de referência nos termos do n.º 2 do artigo 35.º Os requerentes das autorizações relativas a géneros alimentícios e a alimentos para animais geneticamente modificados devem contribuir para suportar os custos decorrentes das actividades do laboratório comunitário de referência e da rede europeia de laboratórios para os OGM mencionados no anexo. As contribuições dos requerentes das autorizações não devem ser superiores aos custos decorrentes da validação dos métodos de detecção. As regras de execução do presente artigo e do anexo, bem como quaisquer alterações a este último, podem ser aprovadas nos termos do n.º 2 do artigo 35.º

### **Artigo 33.º**

#### **Consulta ao Grupo Europeu de Ética para as Ciências e as Novas Tecnologias**

1. A Comissão, por sua própria iniciativa ou a pedido de um Estado-Membro, pode consultar o Grupo Europeu de Ética para as Ciências e as Novas Tecnologias ou qualquer outro órgão adequado que venha a criar, no sentido de obter o seu parecer sobre questões éticas.
2. A Comissão deve tornar públicos esses pareceres.

### **Artigo 34.º**

#### **Medidas de emergência**

Sempre que for evidente que um produto autorizado por ou em conformidade com o presente regulamento é susceptível de constituir um risco grave para a saúde humana, a saúde animal ou o ambiente, ou sempre que, à luz de um parecer da autoridade emitido nos termos do artigo 10.º ou do artigo 22.º, se constatar a necessidade de suspender ou modificar urgentemente uma autorização, devem ser tomadas medidas nos termos dos artigos 53.º e 54.º do Regulamento (CE) n.º 178/2002.

### **Artigo 35.º**

#### **Processo de comité**

1. A Comissão é assistida pelo Comité Permanente da Cadeia Alimentar e da Saúde Animal instituído pelo artigo 58.º do Regulamento (CE) n.º 178/2002, a seguir designado "comité".
2. Sempre que se faça referência ao presente número, são aplicáveis os artigos 5.º e 7.º da Decisão 1999/468/CE, tendo-se em conta o disposto no seu artigo 8.º
- O prazo previsto no n.º 6 do artigo 5.º da Decisão 1999/468/CE é de três meses.
3. O comité aprovará o seu regulamento interno.

### **Artigo 36.º**

#### **Reapreciação administrativa**

Qualquer decisão da autoridade ao abrigo da competência que lhe é atribuída pelo presente regulamento, ou qualquer abstenção sua do exercício dessa competência, pode ser reapreciada pela Comissão, por sua própria iniciativa ou em resposta a um pedido de um Estado-Membro ou de qualquer outra pessoa directa e individualmente interessada.

Para o efeito, deve ser apresentado um pedido à Comissão no prazo de dois meses a contar da data em que a parte interessada teve conhecimento do acto ou da omissão em causa.

A Comissão deve tomar uma decisão no prazo de dois meses, pedindo à autoridade, se for caso disso, que revogue a sua decisão ou repare a sua omissão.

### **Artigo 37.º**

#### **Revogação**

São revogados, com efeitos a partir da data de aplicação do presente regulamento, os seguintes regulamentos:

- Regulamento (CE) n.º 1139/98,
- Regulamento (CE) n.º 49/2000,
- Regulamento (CE) n.º 50/2000.

### **Artigo 38.º**

#### **Alteração do Regulamento (CE) n.º 258/97**

O Regulamento (CE) n.º 258/97 é alterado, com efeitos a partir da data de aplicação do presente regulamento, nos termos seguintes:

1. São revogadas as seguintes disposições:

- alíneas a) e b) do n.º 2 do artigo 1.º,
- segundo parágrafo do n.º 2 e n.º 3 do artigo 3.º,
- alínea d) do n.º 1 do artigo 8.º,
- artigo 9.º

2. No n.º 4 do artigo 3.º, a primeira frase passa a ter a seguinte redacção:

"4. Em derrogação do n.º 2, o procedimento previsto no artigo 5.º é aplicável aos géneros alimentícios e ingredientes alimentares referidos nas alíneas d) e e) do n.º 2 do artigo 1.º que, com base nos dados científicos disponíveis e geralmente reconhecidos ou num parecer de um dos organismos competentes a que se refere o n.º 3 do artigo 4.º, sejam substancialmente equivalentes a géneros alimentícios ou



ingredientes alimentares existentes, em termos de composição, valor nutritivo, metabolismo, utilização prevista e teor de substâncias indesejáveis."

#### **Artigo 39.º**

##### **Alteração da Directiva 82/471/CEE**

Ao artigo 1.º da Directiva 82/471/CEE é aditado o seguinte número, com efeitos a partir da data de aplicação do presente regulamento:

"3. A presente directiva não se aplica aos produtos que actuem como fontes directas ou indirectas de proteínas abrangidos pelo Regulamento (CE) n.º 1829/2003 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 22 de Setembro de 2003, relativo aos géneros alimentícios e alimentos para animais geneticamente modificados(30)."

#### **Artigo 40.º**

##### **Alteração da Directiva 2002/53/CE**

A Directiva 2002/53/CE é alterada, com efeitos a partir da data de aplicação do presente regulamento, nos termos seguintes:

1. O n.º 5 do artigo 4.º passa a ter a seguinte redacção:

"5. Além disso, quando material derivado de uma variedade vegetal se destine a ser utilizado em géneros alimentícios abrangidos pelo artigo 3.º ou em alimentos para animais abrangidos pelo artigo 15.º do Regulamento (CE) n.º 1829/2003 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 22 de Setembro de 2003, relativo aos géneros alimentícios e alimentos para animais geneticamente modificados, essa variedade só pode ser aceite se tiver sido aprovada em conformidade com o referido regulamento(31)."

2. O n.º 5 do artigo 7.º passa a ter a seguinte redacção:

"5. Os Estados-Membros devem assegurar que uma variedade destinada a ser utilizada em géneros alimentícios ou em alimentos para animais, tal como definidos nos artigos 2.º e 3.º do Regulamento (CE) n.º 178/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 28 de Janeiro de 2002, que determina os princípios e normas gerais da legislação alimentar, cria a Autoridade Europeia para a Segurança dos Alimentos e estabelece procedimentos em matéria de segurança dos alimentos(32), só seja aceite se tiver sido autorizada ao abrigo da legislação pertinente."

#### **Artigo 41.º**

##### **Alteração da Directiva 2002/55/CE**

A Directiva 2002/55/CE é alterada, com efeitos a partir da data de aplicação do presente regulamento, nos termos seguintes:

1. O n.º 3 do artigo 4.º passa a ter a seguinte redacção:

"3. Além disso, quando material derivado de uma variedade vegetal se destine a ser utilizado em géneros alimentícios abrangidos pelo artigo 3.º ou em alimentos para animais abrangidos pelo artigo 15.º do Regulamento (CE) n.º 1829/2003 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 22 de Setembro de 2003, relativo aos géneros alimentícios e alimentos para animais geneticamente modificados(33), essa variedade só pode ser aceite se tiver sido aprovada em conformidade com o referido regulamento."

2. O n.º 5 do artigo 7.º passa a ter a seguinte redacção:

"5. Os Estados-Membros devem assegurar que uma variedade destinada a ser utilizada em géneros alimentícios ou em alimentos para animais, tal como definidos nos artigos 2.º e 3.º do Regulamento (CE) n.º 178/2002 que determina os princípios e normas gerais da legislação alimentar, cria a Autoridade Europeia para a Segurança dos Alimentos e estabelece procedimentos em matéria de segurança dos alimentos(34), só seja aceite se tiver sido autorizada ao abrigo da legislação pertinente."

#### **Artigo 42.º**

##### **Alteração da Directiva 68/193/CEE**

O n.º 3 do artigo 5.ºBA da Directiva 68/193/CEE passa a ter a seguinte redacção, com efeitos a partir da data de aplicação do presente regulamento:

"3. a) Quando produtos derivados de materiais de propagação da vinha se destinarem a ser utilizados como géneros alimentícios ou em géneros alimentícios abrangidos pelo artigo 3.º ou como alimentos para animais ou em alimentos para animais abrangidos pelo artigo 15.º do Regulamento (CE) n.º 1829/2003 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 22 de Setembro de 2003, relativo aos géneros alimentícios e alimentos para animais geneticamente modificados(35), a variedade de videira em causa só pode ser aceite se tiver sido aprovada em conformidade com o referido regulamento."

b) Os Estados-Membros devem assegurar que uma variedade de videira de cujo material de propagação tenham sido derivados produtos destinados a ser utilizados em géneros alimentícios ou em alimentos para animais, tal como definidos nos artigos 2.º e 3.º do Regulamento (CE) n.º 178/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 28 de Janeiro de 2002, que determina os princípios e normas gerais da legislação alimentar, cria a Autoridade Europeia para a Segurança dos Alimentos e estabelece procedimentos em matéria de segurança dos alimentos(36), só seja aceite se tiver sido autorizada ao abrigo da legislação pertinente."

#### **Artigo 43.º**

##### **Alteração da Directiva 2001/18/CE**

A Directiva 2001/18/CE é alterada do seguinte modo, com efeitos à data de entrada em vigor do presente regulamento:

1. É inserido o seguinte artigo:

"Artigo 12.ºA

Medidas transitórias respeitantes à presença accidental ou tecnicamente inevitável de organismos geneticamente modificados que tenham sido objecto de uma avaliação de risco favorável

1. A colocação no mercado de vestígios de OGM ou de uma combinação de OGM em produtos destinados a serem utilizados directamente como géneros alimentícios ou alimentos para animais, ou para transformação, fica isenta da aplicação dos artigos 13.º a 21.º desde que satisfaçam as condições previstas no artigo 47.º do Regulamento (CE) n.º 1829/2003 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 22 de Setembro de 2003, relativo aos géneros alimentícios e alimentos para animais geneticamente modificados(37).

2. O presente artigo é aplicável por um período de três anos a contar da data de aplicação do Regulamento (CE) n.º 1829/2003."

2. É inserido o seguinte artigo:

"Artigo 26.ºA

Medidas destinadas a impedir a presença accidental de OGM

1. Os Estados-Membros podem tomar todas as medidas apropriadas para impedir a presença accidental de OGM noutros produtos.

2. A Comissão deve recolher e coordenar informações baseadas em estudos comunitários e nacionais, acompanhar a evolução da coexistência nos Estados-Membros e, com base nessas informações e observações, elaborar orientações sobre a coexistência de culturas geneticamente modificadas, convencionais e orgânicas."

#### **Artigo 44.º**

##### **Informações a fornecer em conformidade com o Protocolo de Cartagena**

1. Qualquer autorização, renovação, alteração, suspensão ou revogação da autorização de um OGM, de um género alimentício ou de um alimento para animais a que se referem as alíneas a) ou b) do n.º 1 do artigo 3.º ou as alíneas a) ou b) do n.º 1 do artigo 15.º deve ser notificada pela Comissão às partes no Protocolo de Cartagena através do Centro de Intercâmbio de Informações para a Segurança Biológica, de acordo com o n.º 1 do artigo 11.º ou o n.º 1 do artigo 12.º, consoante o caso, do Protocolo de Cartagena.

A Comissão deve fornecer uma cópia da informação, por escrito, ao ponto focal nacional de cada uma das partes que tenha comunicado antecipadamente ao Secretariado que não tem acesso ao Centro de Intercâmbio de Informações para a Segurança Biológica.

2. A Comissão deve também processar os pedidos de informações adicionais apresentados por qualquer das partes nos termos do n.º 3 do artigo 11.º do Protocolo de Cartagena, e fornecer cópia das leis, regulamentações e orientações nos termos do n.º 5 do artigo 11.º do mesmo protocolo.

#### **Artigo 45.º**

##### **Sanções**

Os Estados-Membros devem estabelecer as regras relativas às sanções aplicáveis em caso de infracção ao disposto no presente regulamento e tomar todas as medidas necessárias para garantir a sua aplicação. As sanções impostas devem ser efectivas, proporcionadas e dissuasivas. Os Estados-Membros devem notificar essas disposições à Comissão no prazo de seis meses após a data de entrada em vigor do presente regulamento, devendo notificá-la o mais rapidamente possível de qualquer alteração posterior que lhes diga respeito.

#### **Artigo 46.º**

##### **Medidas transitórias respeitantes aos pedidos, rotulagem e notificações**

1. Os pedidos apresentados ao abrigo do artigo 4.º do Regulamento (CE) n.º 258/97 antes da data de aplicação do presente regulamento devem ser transformados em pedidos nos termos da secção 1 do capítulo II do presente regulamento, sempre que o relatório de avaliação inicial previsto no n.º 3 do artigo 6.º do Regulamento (CE) n.º 258/97 não tenha ainda sido enviado à Comissão, bem como em todos os casos em que seja exigido um relatório de avaliação complementar, de acordo com o disposto nos n.ºs 3 ou 4 do artigo 6.º do Regulamento (CE) n.º 258/97. Os outros pedidos apresentados nos termos do artigo 4.º do Regulamento (CE) n.º 258/97 antes da data de aplicação do presente regulamento devem ser tratados nos termos do Regulamento (CE) n.º 258/97, não obstante o disposto no artigo 38.º do presente regulamento.
2. As exigências de rotulagem impostas no presente regulamento não são aplicáveis aos produtos cujo processo de fabrico tenha tido início antes da data de aplicação do presente regulamento, desde que os referidos produtos estejam rotulados em conformidade com a legislação que lhes era aplicável antes da data de aplicação do presente regulamento.
3. As notificações relativas a produtos, incluindo a sua utilização como alimentos para animais, apresentadas ao abrigo do artigo 13.º da Directiva 2001/18/CE antes da data de aplicação do presente regulamento devem ser transformadas em pedidos nos termos da secção 1 do capítulo III do presente regulamento, sempre que não tenha sido ainda enviado à Comissão o relatório de avaliação previsto no artigo 14.º da Directiva 2001/18/CE.
4. Os pedidos apresentados para os produtos referidos na alínea c) do n.º 1 do artigo 15.º do presente regulamento ao abrigo do artigo 7.º da Directiva 82/471/CEE antes da data de aplicação do presente regulamento devem ser transformados em pedidos nos termos da secção 1 do capítulo III do presente regulamento.
5. Os pedidos apresentados para os produtos referidos no n.º 1 do artigo 15.º ao abrigo do artigo 4.º da Directiva 70/524/CEE antes da data de aplicação do presente regulamento devem ser completados por pedidos apresentados nos termos da secção 1 do capítulo III do presente regulamento.

#### **Artigo 47.º**

##### **Medidas transitórias respeitantes à presença accidental ou tecnicamente inevitável de material geneticamente modificado que tenha sido objecto de uma avaliação de risco favorável**

1. A presença em géneros alimentícios ou alimentos para animais de material que contenha, seja constituído por ou seja produzido a partir de OGM numa proporção não superior a 0,5 % não é considerada uma violação do n.º 2 do artigo 4.º nem do n.º 2 do artigo 16.º, desde que:
  - a) Essa presença seja accidental ou tecnicamente inevitável;
  - b) O material geneticamente modificado tenha sido objecto de parecer favorável por parte do(s) comité(s) científico(s) comunitário(s) ou da autoridade antes da data de aplicação do presente regulamento;
  - c) O pedido de autorização não tenha sido rejeitado de acordo com a legislação comunitária pertinente; e
  - d) Estejam publicamente disponíveis métodos de detecção.
2. Para determinar se a presença desse material é accidental ou tecnicamente inevitável, os operadores devem estar em condições de provar às autoridades competentes que tomaram as medidas adequadas para evitar a presença de tal material.
3. Os limiares referidos no n.º 1 podem ser reduzidos nos termos do n.º 2 do artigo 35.º, em particular para os OGM vendidos directamente ao consumidor final.
4. As regras de execução do presente artigo são aprovadas nos termos do n.º 2 do artigo 35.º
5. O presente artigo é aplicável por um período de três anos a contar da data de aplicação do presente regulamento.

#### **Artigo 48.º**

##### **Revisão**

1. Até 7 de Novembro de 2005 e à luz da experiência adquirida, a Comissão deve enviar ao Parlamento Europeu e ao Conselho um relatório sobre a execução do presente regulamento, nomeadamente do artigo 47.º, acompanhado, se for caso disso, de uma proposta adequada. O relatório e a eventual proposta devem ser tornados públicos.
2. Sem prejuízo das competências das autoridades nacionais, a Comissão deve acompanhar a aplicação do presente regulamento e o seu impacto na saúde humana e animal, na defesa e informação dos consumidores e no funcionamento do mercado interno e, se necessário, apresentar propostas o mais rapidamente possível.



### **Artigo 49.º**

#### **Entrada em vigor**

O presente regulamento entra em vigor 20 dias após o da sua publicação no Jornal Oficial da União Europeia.

É aplicável seis meses após a data da sua publicação.

O presente regulamento é obrigatório em todos os seus elementos e directamente aplicável em todos os Estados-Membros.

Feito em Bruxelas, em 22 de Setembro de 2003.

Pelo Parlamento Europeu

O Presidente

P. Cox

Pelo Conselho

O Presidente

R. Buttiglione

- (1) JO C 304 E de 30.10.2001, p. 221.
- (2) JO C 221 de 17.9.2002, p. 114.
- (3) JO C 278 de 14.11.2002, p. 31.
- (4) Parecer do Parlamento Europeu de 3 de Julho de 2002 (ainda não publicado no Jornal Oficial), posição comum do Conselho de 17 de Março de 2003 (JO C 113 E de 13.5.2003, p. 31), decisão do Parlamento Europeu de 2 de Julho de 2003 (ainda não publicada no Jornal Oficial) e decisão do Conselho de 22 de Julho de 2003.
- (5) JO L 43 de 14.2.1997, p. 1.
- (6) JO L 117 de 8.5.1990, p. 15. Directiva revogada pela Directiva 2001/18/CE.
- (7) JO L 106 de 17.4.2001, p. 1. Directiva com a última redacção que lhe foi dada pela Decisão 2002/811/CE do Conselho (JO L 280 de 18.10.2002, p. 27).
- (8) JO L 31 de 1.2.2002, p. 1.
- (9) JO L 40 de 11.2.1989, p. 27. Directiva alterada pela Directiva 94/34/CE do Parlamento Europeu e do Conselho (JO L 237 de 10.9.1994, p. 1).
- (10) JO L 184 de 15.7.1988, p. 61. Directiva alterada pela Directiva 91/71/CEE da Comissão (JO L 42 de 15.2.1991, p. 25).
- (11) JO L 213 de 21.7.1982, p. 8. Directiva com a última redacção que lhe foi dada pela Directiva 1999/20/CE (JO L 80 de 25.3.1999, p. 20).
- (12) JO L 270 de 14.12.1970, p. 1. Directiva com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) n.º 1756/2002 (JO L 265 de 3.10.2002, p. 1).
- (13) JO L 109 de 6.5.2000, p. 29. Directiva alterada pela Directiva 2001/101/CE da Comissão (JO L 310 de 28.11.2001, p. 19).
- (14) JO L 159 de 3.6.1998, p. 4. Regulamento com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) n.º 49/2000 da Comissão (JO L 6 de 11.1.2000, p. 13).
- (15) JO L 6 de 11.1.2000, p. 15.
- (16) Ver página 24 do presente Jornal Oficial.
- (17) JO L 93 de 17.4.1968, p. 15. Directiva com a última redacção que lhe foi dada pela Directiva 2002/11/CE (JO L 53 de 23.2.2002, p. 20).
- (18) JO L 193 de 20.7.2002, p. 1.
- (19) JO L 193 de 20.7.2002, p. 33.
- (20) JO 125 de 11.7.1966, p. 2298/66. Directiva com a última redacção que lhe foi dada pela Directiva 2001/64/CE (JO L 234 de 1.9.2001, p. 60).
- (21) JO 125 de 11.7.1966, p. 2309/66. Directiva com a última redacção que lhe foi dada pela Directiva 2001/64/CE.
- (22) JO L 157 de 10.6.1992, p. 1. Directiva com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) n.º 806/2003 (JO L 122 de 16.5.2003, p. 1).
- (23) JO L 157 de 10.6.1992, p. 10. Directiva com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) n.º 806/2003.
- (24) JO L 193 de 20.7.2002, p. 12.

- (25) JO L 193 de 20.7.2002, p. 60. Directiva alterada pela Decisão 2003/66/CE da Comissão (JO L 25 de 30.1.2003, p. 42).
- (26) JO L 193 de 20.7.2002, p. 74. Directiva alterada pela Directiva 2003/45/CE da Comissão (JO L 138 de 5.6.2003, p. 40).
- (27) JO L 184 de 17.7.1999, p. 23.
- (28) JO L 126 de 13.5.1983, p. 23.
- (29) JO L 145 de 31.5.2001, p. 43.
- (30) JO L 268 de 18.10.2003, p. 1.
- (31) JO L 268 de 18.10.2003, p. 1.
- (32) JO L 31 de 1.2.2002, p. 1.
- (33) JO L 268 de 18.10.2003, p. 1.
- (34) JO L 31 de 1.2.2002, p. 1.
- (35) JO L 268 de 18.10.2003, p. 1.
- (36) JO L 31 de 1.2.2002, p. 1.
- (37) JO L 268 de 18.10.2003, p. 1.

## **ANEXO**

### **COMPETÊNCIAS E FUNÇÕES DO LABORATÓRIO COMUNITÁRIO DE REFERÊNCIA**

1. O laboratório comunitário de referência a que se refere o artigo 32.º é o Centro Comum de Investigação da Comissão.
2. Para o exercício das funções definidas no presente anexo, o Centro Comum de Investigação da Comissão será assistido por um conjunto de laboratórios nacionais de referência, designado por "Rede europeia de laboratórios para os OGM".
3. O laboratório comunitário de referência será responsável, nomeadamente, por:
  - receber, preparar, armazenar, manter e distribuir aos laboratórios nacionais de referência as amostras de controlo positivas e negativas adequadas,
  - testar e validar o método de detecção, incluindo a amostragem, e identificação da construção usada na transformação e, se for caso disso, de detecção e identificação da construção usada na transformação do género alimentício ou do alimento para animais,
  - avaliar os dados fornecidos pelo requerente da autorização de colocação no mercado do género alimentício ou do alimento para animais, com vista a testar e validar o método de amostragem e de detecção,
  - apresentar à autoridade relatórios de avaliação completos.
4. O laboratório comunitário de referência terá um papel a desempenhar na resolução de litígios entre Estados-Membros no que se refere aos resultados das funções definidas no presente anexo.

## Anexo 2 – Questionário



Agência Portuguesa  
de Segurança Alimentar

### QUESTIONÁRIO

A **Agência Portuguesa de Segurança Alimentar (APSA)**, autoridade nacional de avaliação científica e de comunicação de riscos em toda a cadeia alimentar, encomendou ao **Centro de Estudos de Gestão do Instituto Superior de Economia e Gestão (CEGE/ISEG)**, centro de projectos e investigação do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa, um estudo que visa permitir a obtenção de informação relativa ao consumo de **suplementos alimentares**.

Em particular, pretende-se com o estudo o conhecimento sobre as atitudes determinantes que levam ao consumo desta categoria de produtos, bem como do seu potencial de mercado, nomeadamente respondendo a questões envolvendo o quem, como, quanto, porque, quando e o que se consome.

O desenvolvimento deste projecto assenta e respeita integralmente as orientações do código português para os estudos de mercado e opinião (CODEMO) e o código internacional da ICC/ESOMAR.

As **respostas são confidenciais** e os dados recolhidos serão única e exclusivamente utilizados para este estudo.

Qualquer questão subjacente ao seu conteúdo e objectivos poderá ser confirmada com o CEGE/ISEG – Dr. Ricardo Rodrigues ([cege@iseg.utl.pt](mailto:cege@iseg.utl.pt) ou 213 970 264).

Agradecemos a colaboração e o tempo despendido na resposta ao questionário!

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ Nome do entrevistador: \_\_\_\_\_

Zona de residência \_\_\_\_\_

| NUT III [ | NUT II ] |
|-----------|----------|
| Lisboa    | 1        |
| Centro    | 2        |
| Alentejo  | 3        |
| Norte     | 4        |
| Algarve   | 5        |

**PARA FINS DE SUPERVISÃO, (explicar ao entrevistado o que é supervisão) AGRADECIA POR FAVOR UM CONTACTO TELEFÓNICO E O SEU PRIMEIRO E ÚLTIMO NOME:**

\_\_\_\_\_

## Enquadramento

Um regime alimentar adequado e variado, em circunstâncias normais, fornece a um ser humano todas as substâncias nutrientes necessárias, nas quantidades estabelecidas e recomendadas por dados científicos, ao seu bom desenvolvimento e à manutenção do seu bom estado de saúde.

Todavia, esta situação ideal não está a ser alcançada em relação a todas as substâncias nutrientes nem a todos os grupos populacionais devido, designadamente, ao estilo de vida. Os consumidores podem, no entanto, optar por complementar as quantidades ingeridas de algumas substâncias nutrientes através do consumo de suplementos alimentares.

Por isso, tem-se verificado a existência de um número crescente de produtos comercializados como géneros alimentícios que constituem uma fonte concentrada de substâncias nutrientes, as quais são apresentadas como complemento aos nutrimentos ingeridos num regime alimentar normal.

Estes suplementos alimentares podem conter um leque bastante variado de substâncias nutrientes e outros ingredientes, designadamente vitaminas, minerais, aminoácidos, ácidos gordos essenciais, fibras e várias plantas e extractos de ervas.

### Definição:

- **Suplementos alimentares** - De acordo com o Decreto-Lei n.º 136/2003 de 28 de Junho, consideram-se suplementos alimentares "os géneros alimentícios que se destinam a complementar e ou suplementar o regime alimentar normal e que constituem fontes concentradas de determinadas substâncias nutrientes ou outras com efeito nutricional ou fisiológico, estemes ou combinadas, comercializadas em forma doseada, tais como cápsulas, pastilhas, comprimidos, pílulas e outras formas semelhantes, saquetas de pó, ampolas de líquido, frascos com conta-gotas e outras formas similares de líquidos ou pós que se destinam a ser tomados em unidades de medidas de quantidade reduzida".

## **Parte I – Questões de controle**

### **1.1- IDADE**

|                    |   |
|--------------------|---|
| 18 – 24 anos ..... | 1 |
| 25 – 34 anos ..... | 2 |
| 35 – 44 anos ..... | 3 |
| 45 – 54 anos ..... | 4 |
| 55 ou mais .....   | 5 |

### **1.2- Conhece ou já ouviu falar em suplementos alimentares?**

|           |   |
|-----------|---|
| Sim ..... | 1 |
| Não ..... | 2 |

#### **SE NÃO, PASSAR PARA PARTE.V**

### **1.2.1- Se sim, como classifica o seu grau de conhecimento relativamente aos suplementos alimentares?**

(1=muito baixo, 2=baixo, 3=mediano, 4=alto, 5=muito alto)

|   |   |   |   |   |
|---|---|---|---|---|
| 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
|---|---|---|---|---|

### **1.3- Toma ou já tomou suplementos alimentares?**

|           |   |
|-----------|---|
| Sim ..... | 1 |
| Não ..... | 2 |

#### **SE SIM, PASSAR PARA PARTE.II**

### **1.3.1- Se nunca tomou, porquê?**

|                         |   |
|-------------------------|---|
| Não gosta .....         | 1 |
| Não necessita .....     | 2 |
| Não tem confiança ..... | 3 |
| Preço elevado .....     | 4 |
| Outro .....             | 9 |

Qual?

### **1.3.2- Admite vir a tomar no futuro?**

|           |   |
|-----------|---|
| Sim ..... | 1 |
| Não ..... | 2 |

#### **PASSAR PARA PARTE.V**

## **Parte II – Conhecimentos sobre suplementos alimentares**

### **2.1- Das categorias de suplementos alimentares apresentadas quais são as que conhece? (APRESENTAR CARTÃO 2.1)**

|   |   |
|---|---|
| Produtos para emagrecer (Dietéticos) .....  | 1 |
| Produtos para aumentar a vitalidade e/ou abrir o apetite/tónicos (Energéticos) .....              | 2 |
| Vitaminas B, C e outras – queda de cabelo, unhas, gripes, etc. (Vitaminas) .....                  | 3 |
| Cálcio, magnésio, etc. para anemias, osteoporoses, etc. (Minerais) .....                          | 4 |
| Produtos para regular funções corporais – digestão, intestinos etc. (Vegetais/plantas/chás) ..... | 5 |
| Outras .....  | 9 |

Quais?

a) .....

b) .....

c) .....

### **2.2- Como tomou conhecimento dos suplementos alimentares? (ESPONTÂNEO)**

|   |    |
|---|----|
| Vendedor/ponto de venda .....           | 01 |
| Médico .....                            | 02 |
| Médico homeopata .....                  | 03 |
| Outros profissionais de saúde .....     | 04 |
| Colega/amigo .....                      | 05 |
| Familiar .....                          | 06 |
| Televisão .....                         | 07 |
| Rádio .....                             | 08 |
| Imprensa generalista (jornais) .....    | 09 |
| Imprensa especializada (revistas) ..... | 10 |
| Internet .....                          | 11 |
| N/s N/r .....                           | 88 |
| Outras .....                            | 99 |

Quais?

### **2.3- Que formas de apresentação de suplementos alimentares conhece? (ESPONTÂNEO)**

|                               |    |
|-------------------------------|----|
| Cápsulas .....                | 01 |
| Comprimidos .....             | 02 |
| Saquetas de pó .....          | 03 |
| Frascos com conta gotas ..... | 04 |
| Pastilhas .....               | 05 |
| Pílulas e similares .....     | 06 |
| Ampolas de líquido .....      | 07 |
| Xarope .....                  | 08 |
| Outras .....                  | 99 |

Quais?

### **Parte III – Comportamento de consumo**

**3.1- Relativamente às categorias de produtos apresentadas, utiliza ou já utilizou este tipo de produtos? (APRESENTAR CARTÃO 2.1)**

|   | Utiliza | Já utilizou |
|---|---------|-------------|
| Produtos para emagrecer (Dietéticos)  | 1       | 2           |
| Produtos para aumentar a vitalidade e/ou abrir apetite/tônicos (Energéticos)                | 1       | 2           |
| Vitaminas B, C e outras – queda cabelo, unhas, gripes, etc. (Vitaminas)                     | 1       | 2           |
| Cálcio, magnésio, etc. para anemias, osteoporoses, etc. (Minerais)                          | 1       | 2           |
| Produtos para regular funções corporais – digestão, intestinos etc. (Vegetais/chás/plantas) | 1       | 2           |
| Outras<br>Quais?  | 1       | 2           |

**3.2- Qual é o seu grau de satisfação global com os resultados desses suplementos alimentares? (APRESENTAR CARTÃO 3.2)**  
(1=totalmente insatisfeito; 7=totalmente satisfeito)

1 2 3 4 5 6 7

**3.2.1- Qual é o seu grau de satisfação relativamente às categorias de suplementos alimentares que referiu utilizar ou ter utilizado (ver P.3.1)?**

APRESENTAR CARTÃO 3.2

|   |   |   |   |   |   |   |   |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| <b>Produtos para emagrecer (Dietéticos)</b>   | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 |
| <b>Produtos para aumentar a vitalidade e/ou abrir apetite/tônicos (Energéticos)</b>             | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 |
| <b>Vitaminas B e C e outras – queda cabelo, unhas, gripes, etc. (Vitaminas)</b>                 | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 |
| <b>Cálcio, magnésio, etc p/anemias, osteoporose, etc. (Minerais)</b>                            | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 |
| <b>Produtos para regular funções corporais – digestão, intestinos etc. (Veget/plantas/chás)</b> | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 |
| <b>Outros a)</b>  | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 |
| <b>Outros b)</b>  | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 |
| <b>Outros c)</b>  | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 |

**3.3- Quando consumiu pela última vez suplementos alimentares?**

Há menos de 1 ano ..... 1  
Entre 1 e 2 anos ..... 2  
Entre 2 e 3 anos ..... 3  
Mais de 3 anos ..... 4

**3.3.1- Quais são as marcas dos produtos que consumiu recentemente?**

**A QUESTÃO 3.3.2 É APENAS PARA QUEM RESPONDE EM 3.3 HÁ MAIS DE 1 ANO (RESP. 2, 3 E 4)**

**3.3.2- Quais são os motivos porque não consome estes produtos há mais de 1 ano?**

**3.4- Há quanto tempo consome suplementos alimentares?**

Aproximadamente 6 meses ..... 1  
1 ano ..... 2  
2 a 3 anos ..... 3  
4 a 5 anos ..... 4  
Mais de 5 anos ..... 5  
Quantos..... [ ]

**3.5- Quais as razões que o/a levam a consumir suplementos alimentares? (APRESENTAR CARTÃO 3.5)**

Hierarquize as situações que melhor se aplicam, referindo no máximo três em a nº 1 é a situação mais importante

Para fortalecer o corpo e evitar problemas .. [ ]  
Porque pratica muito desporto ..... [ ]  
Como suplemento nutricional ..... [ ]  
Porque o fazem sentir bem em situações de cansaço, fadiga ou stress ..... [ ]  
Quando necessita de se concentrar ..... [ ]  
Para melhorar a aparência (cabelo, unhas, etc.) ..... [ ]  
Para melhorar o sistema imunitário ..... [ ]  
Por razões de dieta ..... [ ]  
Por razões clínicas/saúde ..... [ ]  
Outra. .... [ ]  
**Qual?** .....



**A PARTIR DAQUI O QUESTIONÁRIO É APENAS PARA QUEM CONSUMIU SUPLEMENTOS ALIMENTARES NOS ÚLTIMOS 3 ANOS. OS RESTANTES PASSAM PARA PARTE IV**

**3.6- Com que regularidade consome suplementos alimentares?**

- Ao longo do ano ..... 1  
Em períodos limitados de tempo **sem** regularidade ..... 2  
Em períodos limitados de tempo **com** regularidade ..... 3

**3.6.1- Se respondeu "com regularidade", indique os motivos porque o faz?**

- Razões de saúde ..... 1  
Ciclos de trabalho/estudo ..... 2  
Proximidade de provas escolares ou desportivas ..... 3  
Mudança de estações do ano ..... 4  
Férias ..... 5  
Outro ..... 9  
**Qual?**

**3.7- Quem recomendou ou aconselhou o consumo de suplementos alimentares? (ESPONTANEO)**

- Iniciativa própria ..... 01  
Médico ..... 02  
Médico homeopata ..... 03  
Outros profissionais de saúde ..... 04  
Colegas/amigos ..... 05  
Famíliares ..... 06  
Farmacêutico ..... 07  
Treinador ..... 08  
Publicidade ..... 09  
Promotores comerciais ..... 10  
Não se recorda ..... 88  
Outra ..... 99  
**Qual?**

**Parte IV – Comportamento de compra**

**4.1- Quem compra os produtos?**

- O próprio ..... 1  
Familiar ..... 2  
Amigo ..... 3  
Outro ..... 9  
**Quem?**

**SE NÃO É O PRÓPRIO A COMPRAR PASSAR PARA A P.4.3**

**4.2 - No acto da compra que iniciativa toma? (APENAS SE É O PRÓPRIO A COMPRAR)**

- Identifica directamente o produto pretendido .... 1  
Indica ao 'empregado' apenas a categoria pretendida ..... 2  
Indica ao empregado o problema/sintoma/objectivo que pretende satisfazer ..... 3  
Outra situação ..... 9  
**Qual?**

**4.3 - Habitualmente, onde são comprados os produtos que consome? (ESPONTANEO)**

- Farmácias ..... 01  
Parafarmácias ..... 02  
Centros dietéticos (clínicas) ..... 03  
Lojas de produtos naturais ..... 04  
Grandes superfícies/Supermercados ..... 05  
Venda directa (revistas/cupões) ..... 06  
Por correspondência ..... 07  
Venda directa (televisão) ..... 08  
Ginásios e solários ..... 09  
Internet ..... 10  
Não sabe/não é o próprio a comprar ..... 11  
Outra ..... 99  
**Qual?**

**4.4- Porque motivo esses produtos são comprados nesses locais?**

- Proximidade/comodidade ..... 1  
Serviço (qualidade/aconselhamento) ..... 2  
Disponibilidade de marca/onde se vende a marca ..... 3  
Preço mais atractivo ..... 4  
Confiança (distribuidor/lojista) ..... 5  
Não sabe/não é o próprio a comprar ..... 6  
Outro ..... 9  
**Qual?**

**4.5- Com que regularidade são adquiridos esses produtos?**

- Semanal ..... 1  
Mensal ..... 2  
De 2 em 2 meses ..... 3  
De 3 em 3 meses ..... 4  
Superior a 3 meses ..... 5  
Não tem frequência certa ..... 6  
Não sabe/não é o próprio ..... 7  
Outra ..... 9  
**Qual?**

**4.6- Em média, quanto gasta o seu agregado familiar (semanal, mensal ou anual) em suplementos alimentares?**

\_\_\_\_\_ € semanais  
\_\_\_\_\_ € mensais  
\_\_\_\_\_ € anuais

**4.7- Pensa voltar a comprar/utilizar suplementos alimentares?**

(APRESENTAR CARTÃO 4.7)

(1= de certeza não volta a comprar/utilizar; 7=de certeza que comprará/irá utilizar)

1 2 3 4 5 6 7

**4.8- Qual é o seu grau de concordância/discordância com as seguintes afirmações? (APRESENTAR CARTÃO 4.8)**

(1=discordo totalmente, 7=concordo totalmente)

| Compro estes produtos porque são de qualidade  |   |   |   |   |   |   |  |
|--|---|---|---|---|---|---|--|
| 1  | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 |  |
| Os suplementos alimentares são preferíveis aos medicamentos convencionais                |   |   |   |   |   |   |  |
| 1  | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 |  |
| Estes produtos têm um preço elevado  |   |   |   |   |   |   |  |
| 1  | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 |  |
| Confio no efeito benéfico dos suplementos alimentares no meu bem estar físico e psíquico |   |   |   |   |   |   |  |
| 1  | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 |  |

## **Parte V - Caracterização do consumidor**

### **5.1- Sexo**

Masculino ..... 1  
Feminino ..... 2

**5.2- Profissão/Ocupação (anotar a profissão do entrevistado o mais completa possível, por ex: no caso de funcionário público especificar o quê)**

(anotar a profissão e enquadrar na listagem seguinte)

Quadros superiores da administração pública, dirigentes e quadros superiores de empresas... 01  
Especialistas das profissões intelectuais e Científicas ..... 02  
Técnicos e profissionais de nível intermédio ..... 03  
Pessoal administrativo e similares ..... 04

Pessoal dos serviços e vendedores..... 05  
Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura e pescas ..... 06  
Operários, artífices e trabalhadores similares ... 07  
Operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem ..... 09  
Trabalhadores não qualificados ..... 10  
Membros das forças armadas ..... 11  
Estudantes ..... 12  
Trabalhadores domésticos/donas de casa ..... 13  
Reformado/aposentado ..... 14  
Desempregado ..... 15

### **5.3- Número de pessoas que constituem o agregado familiar:**

1 pessoa ..... 1  
2 pessoas ..... 2  
3 pessoas ..... 3  
4 pessoas ..... 4  
5 ou mais ..... 5

#### **5.3.1- Quantas pessoas consomem suplementos alimentares?**

1 pessoa ..... 1  
2 pessoas ..... 2  
3 pessoas ..... 3  
4 pessoas ..... 4  
5 ou mais ..... 5

### **5.4- Formação escolar:**

Até 9º ano ..... 1  
Com 10º, 11º ou 12º ano..... 2  
Frequência universitária ou bacharelato..... 3  
Licenciatura ou bacharelato ..... 4  
Pós-Graduação/Mest./Dout. .... 5

### **5.5- Rendimento médio líquido mensal do agregado familiar:**

Até 500 € ..... 1  
501 € a 1.000 € ..... 2  
1.001 € a 1.500 € ..... 3  
1.501 € a 2.500 € ..... 4  
2.501 € a 3.500 € ..... 5  
Superior a 3.500 € ..... 6  
N/s N/r ..... 8

Obrigado pela sua colaboração!



## Anexo 3 – Distribuição da população portuguesa e da amostra

**Quadro 1 – Universo e distribuição da amostra por NUT III**

| Região (1)                   | População (2) | Rácio (3) | Amostra (4) | Código Região |
|------------------------------|---------------|-----------|-------------|---------------|
| Continente                   | 8.376.019     | 100       | 1200        |               |
| Norte                        | 3.061.032     | 36,5      | 439         |               |
| <b>Minho - Lima</b>          | 213.613       | 2,6       | <b>31</b>   | 10101         |
| <b>Cávado</b>                | 321.987       | 3,8       | <b>46</b>   | 10102         |
| <b>Ave</b>                   | 418.709       | 5,0       | <b>60</b>   | 10103         |
| <b>Grande Porto</b>          | 1.056.262     | 12,6      | <b>151</b>  | 10104         |
| <b>Tâmega</b>                | 440.988       | 5,3       | <b>63</b>   | 10105         |
| <b>Entre Douro e Vouga</b>   | 231.171       | 2,8       | <b>33</b>   | 10106         |
| <b>Douro</b>                 | 186.031       | 2,2       | <b>27</b>   | 10107         |
| <b>Alto Trás-os-Montes</b>   | 192.263       | 2,3       | <b>28</b>   | 10108         |
| Centro                       | 2.008.005     | 24,0      | 288         |               |
| <b>Baixo Vouga</b>           | 325.072       | 3,9       | <b>47</b>   | 10201         |
| <b>Baixo Mondego</b>         | 290.758       | 3,5       | <b>42</b>   | 10202         |
| <b>Pinhal Litoral</b>        | 214.506       | 2,6       | <b>31</b>   | 10203         |
| <b>Pinhal Interior Norte</b> | 118.185       | 1,4       | <b>17</b>   | 10204         |
| <b>Dão - Lafões</b>          | 242.866       | 2,9       | <b>35</b>   | 10205         |
| <b>Pinhal Interior Sul</b>   | 38.525        | 0,5       | <b>6</b>    | 10206         |
| <b>Serra da Estrela</b>      | 42.812        | 0,5       | <b>6</b>    | 10207         |
| <b>Beira Interior Norte</b>  | 98.947        | 1,2       | <b>14</b>   | 10208         |
| <b>Beira Interior Sul</b>    | 67.596        | 0,8       | <b>10</b>   | 10209         |
| <b>Cova da Beira</b>         | 80.054        | 1,0       | <b>11</b>   | 10210         |
| <b>Oeste</b>                 | 292.431       | 3,5       | <b>42</b>   | 10211         |
| <b>Médio Tejo</b>            | 196.253       | 2,3       | <b>28</b>   | 10212         |
| Lisboa                       | 2.302.167     | 27,5      | 330         |               |
| <b>Grande Lisboa</b>         | 1.680.136     | 20,1      | <b>241</b>  | 10301         |
| <b>Península de Setúbal</b>  | 622.031       | 7,4       | <b>89</b>   | 10302         |
| Alentejo                     | 664.431       | 7,9       | 95          |               |
| <b>Alentejo Litoral</b>      | 85.571        | 1,0       | <b>12</b>   | 10401         |
| <b>Alto Alentejo</b>         | 107.320       | 1,3       | <b>15</b>   | 10402         |
| <b>Alentejo Central</b>      | 147.535       | 1,8       | <b>21</b>   | 10403         |
| <b>Baixo Alentejo</b>        | 113.888       | 1,4       | <b>16</b>   | 10404         |
| <b>Lezíria do Tejo</b>       | 210.117       | 2,5       | <b>30</b>   | 10405         |
| Algarve                      | 340.549       | 4,1       | 49          |               |
| <b>Algarve</b>               | 340.549       | 4,1       | <b>49</b>   | 10501         |

(1) – Nível 1, Nível 2 e Nível 3

(2) – População maior de 14 anos estimada para Dezembro de 2002

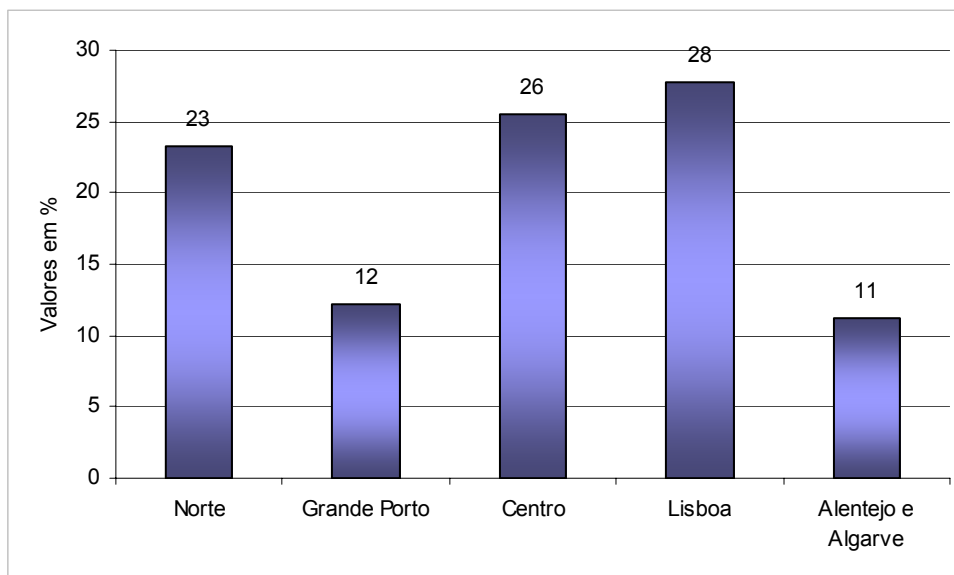
(3) – Nível 1 Continente = 100

(4) – Projecção de Amostra para 1200 inquiridos

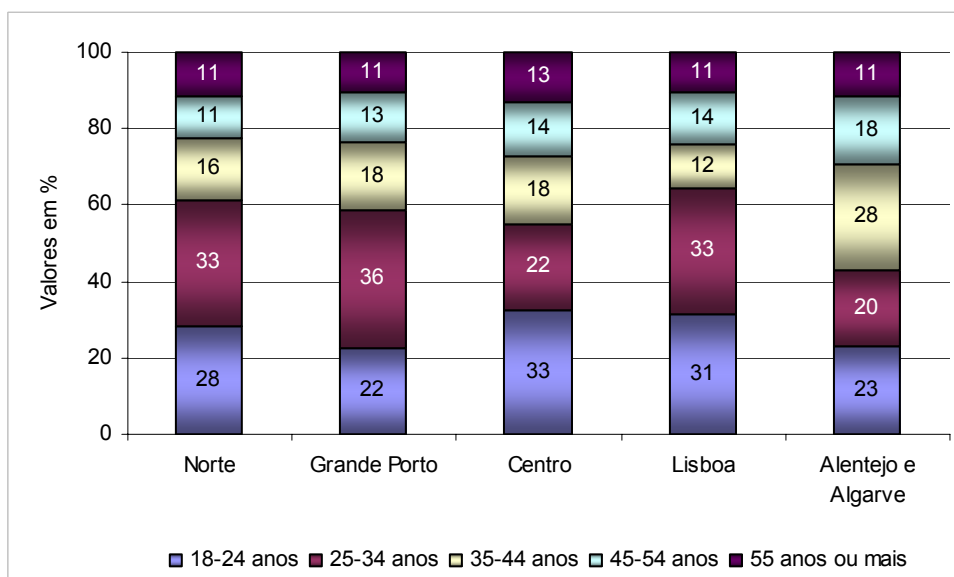
Fonte: I.N.E. – Estimativas da população residente.

## Anexo 4 – Caracterização da amostra global

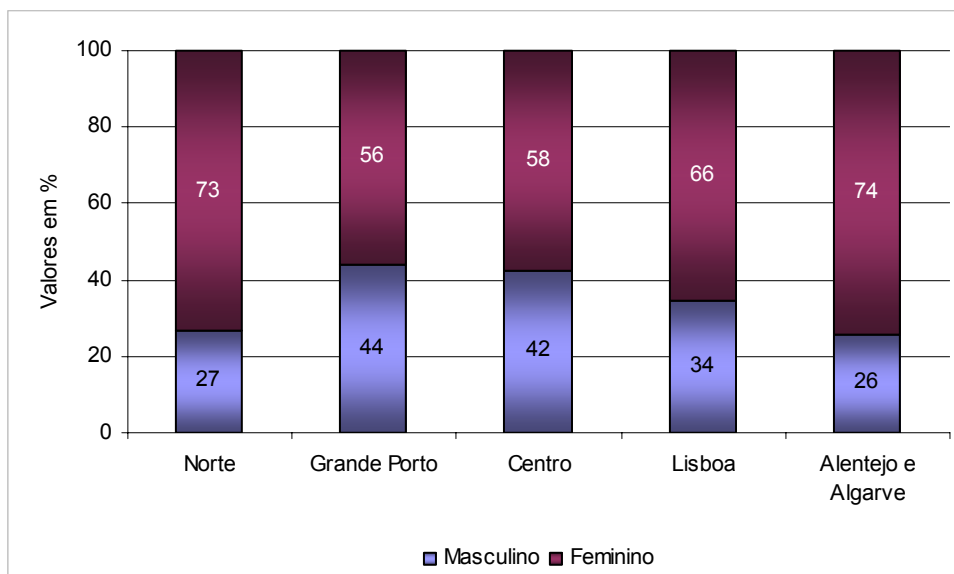
**Gráfico A – Distribuição da amostra pela variável região**



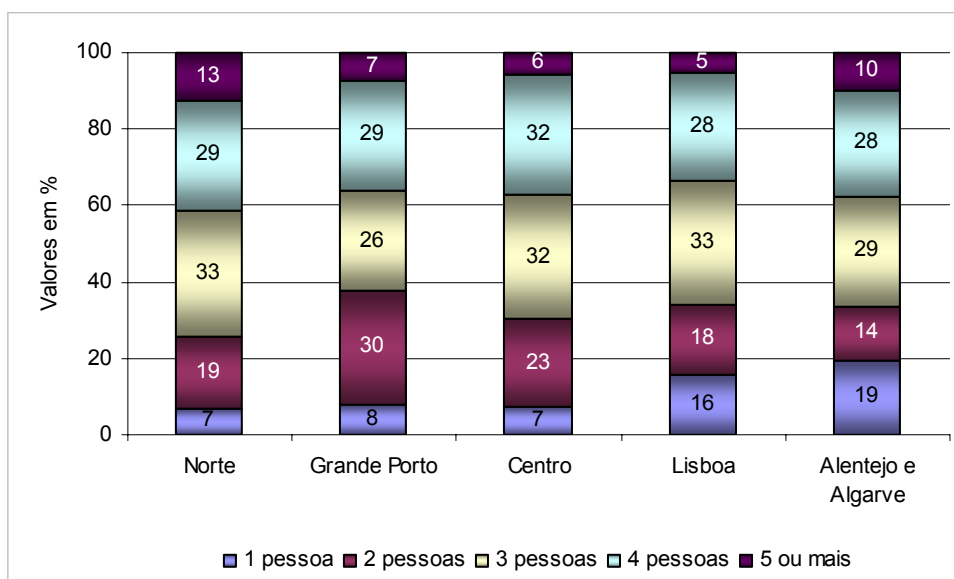
**Gráfico B – Decomposição da variável região pela idade**



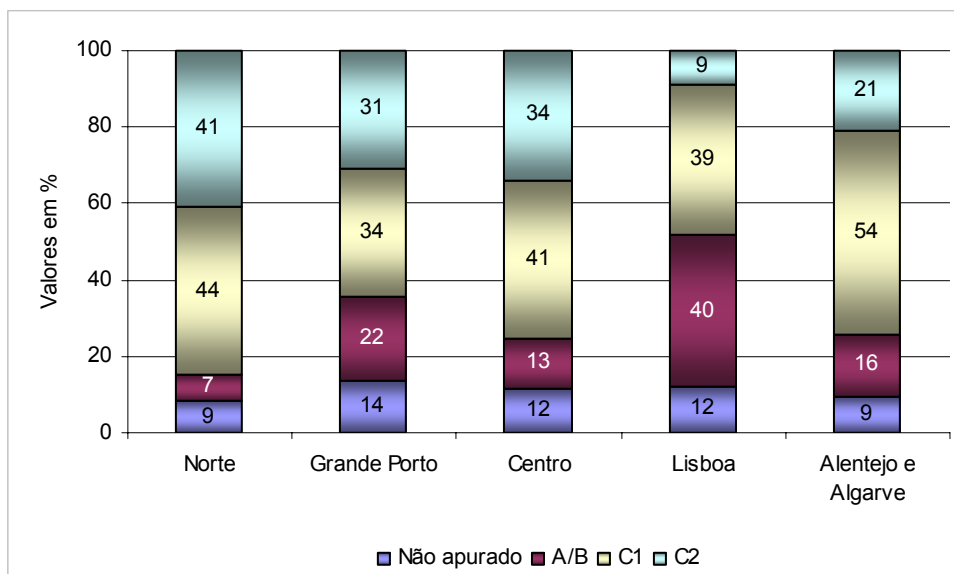
**Gráfico C – Decomposição da variável região pelo sexo**



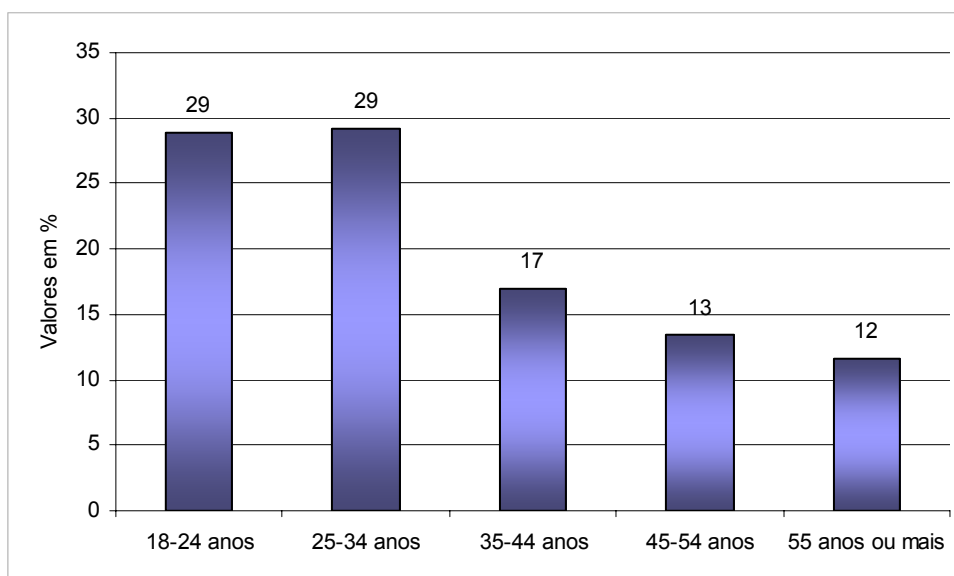
**Gráfico D – Decomposição da variável região pela dimensão do agregado familiar**



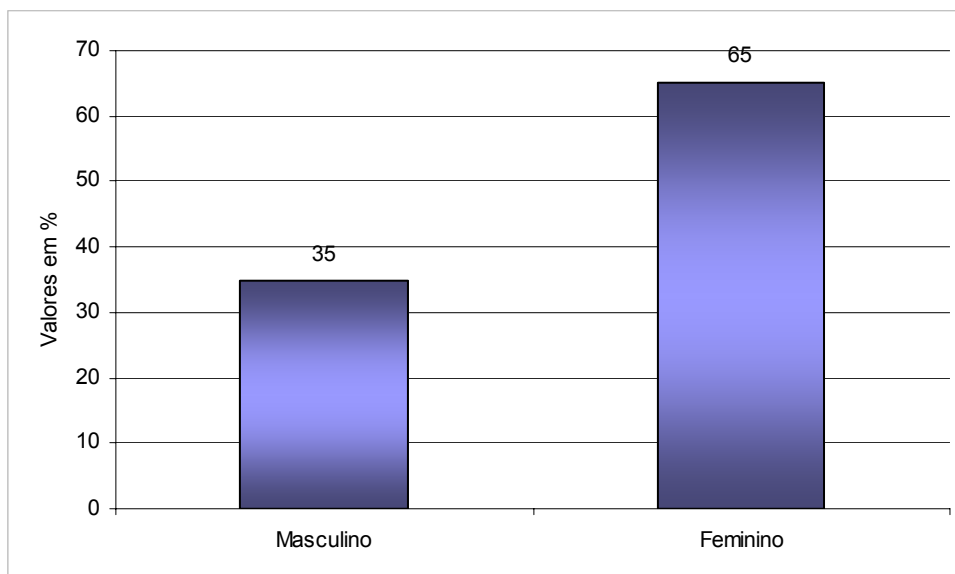
**Gráfico E – Decomposição da variável região pelo estrato sócio – económico**



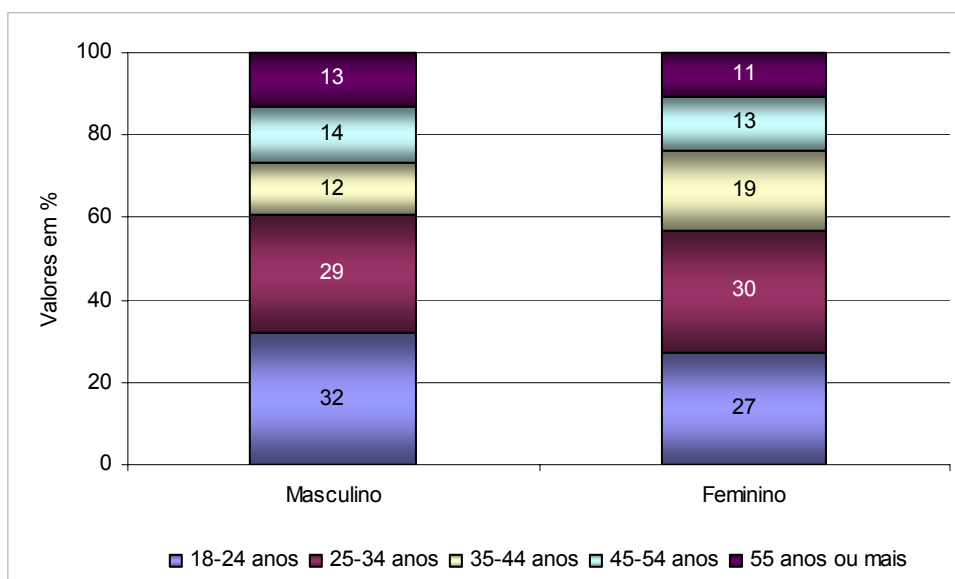
**Gráfico F – Distribuição da amostra pela variável faixa etária**



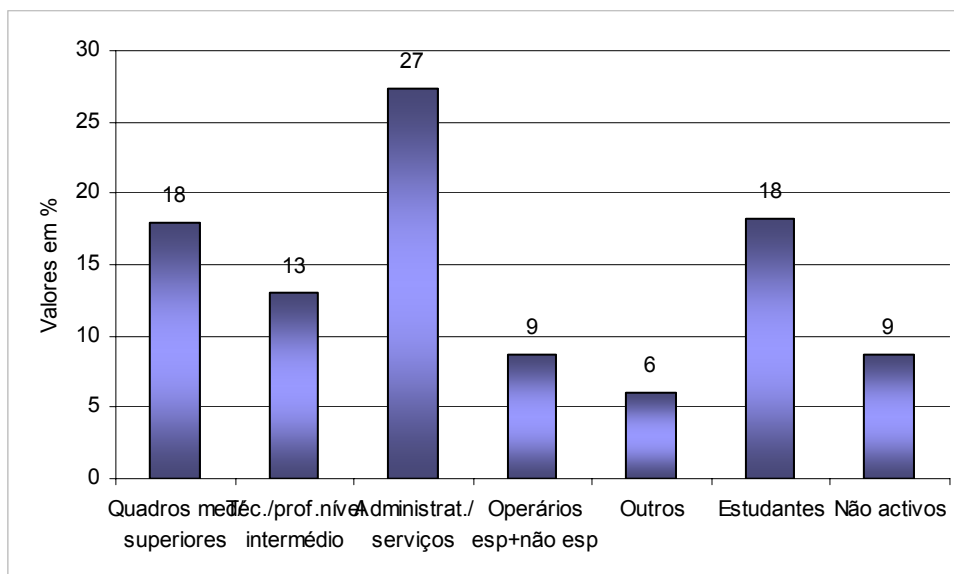
**Gráfico G – Distribuição da amostra pela variável sexo**



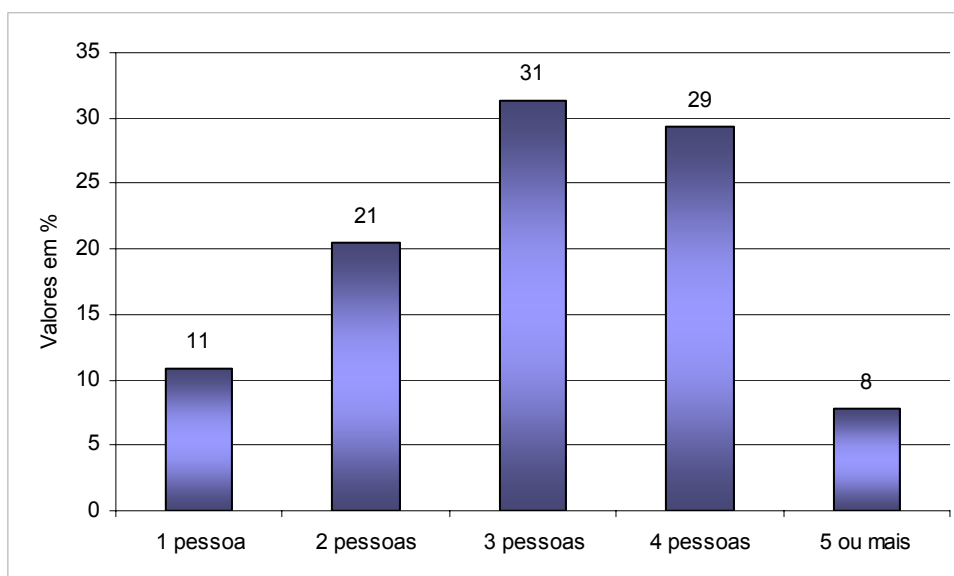
**Gráfico H – Decomposição da variável sexo pela variável idade**



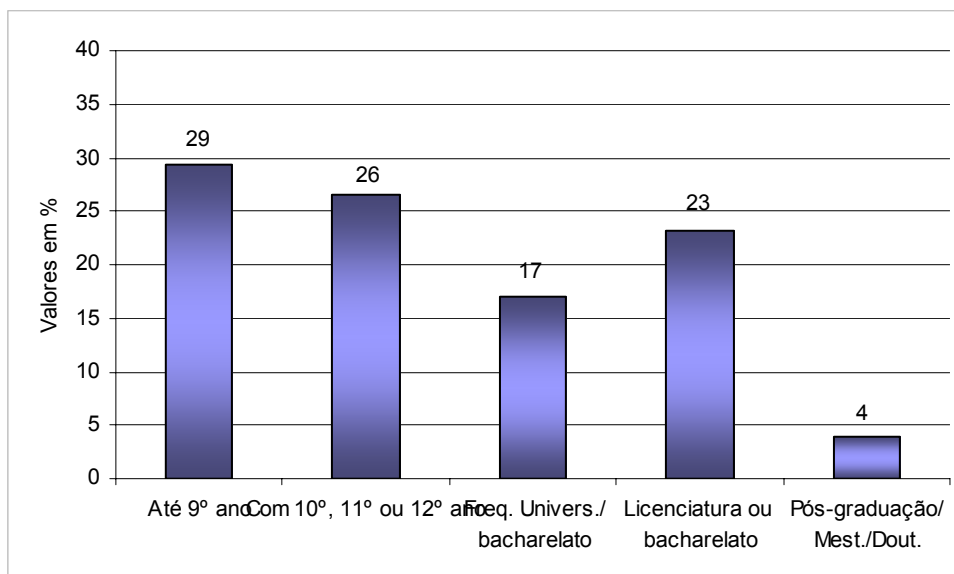
**Gráfico I – Distribuição da amostra pela variável profissão/ocupação**



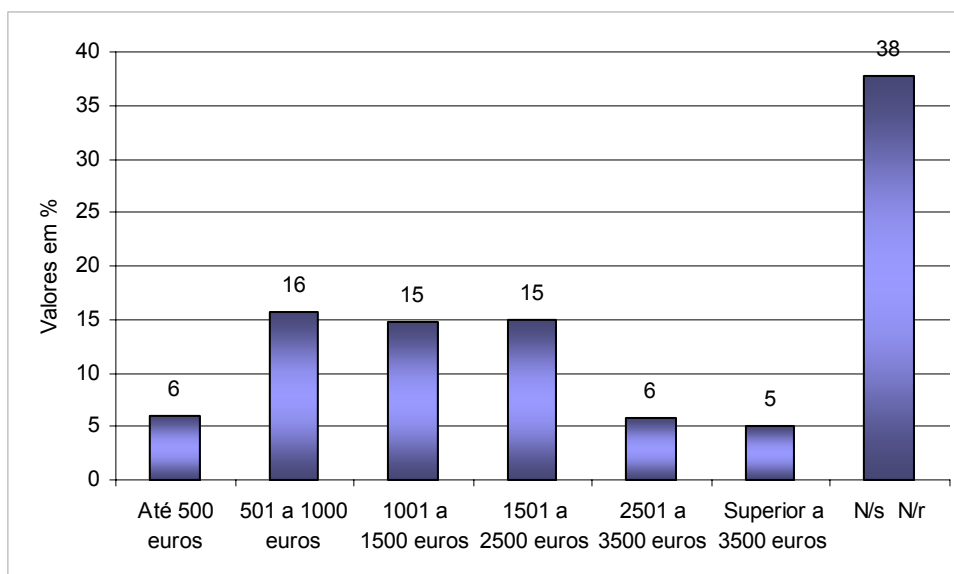
**Gráfico J – Distribuição da amostra pela variável dimensão do agregado familiar**



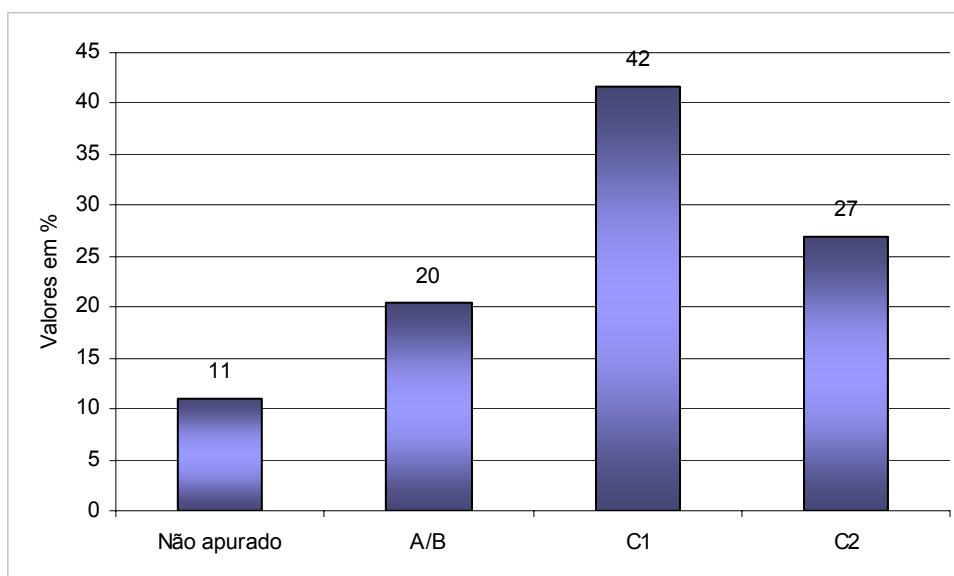
**Gráfico K – Distribuição da amostra pela variável escolaridade**



**Gráfico L – Distribuição da amostra pela variável rendimento líquido mensal do agregado**



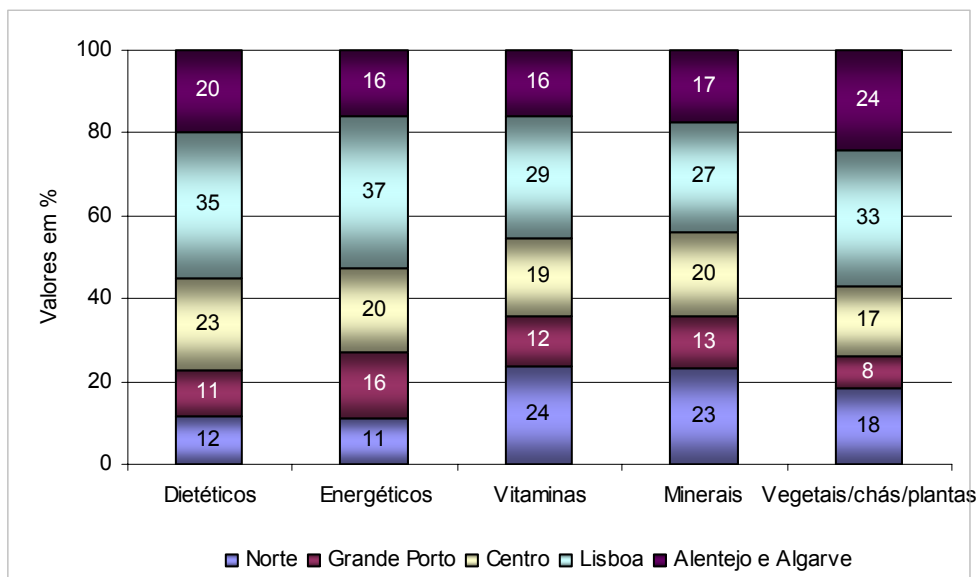
**Gráfico M – Distribuição da amostra pela variável estrato sócio – económico**



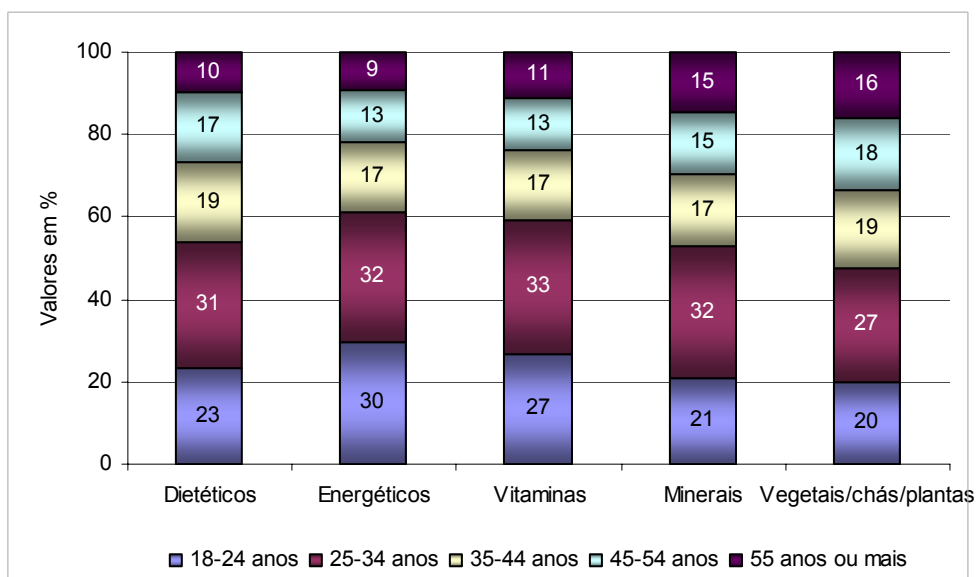


## Anexo 5 – Utilização das categorias de suplementos alimentares

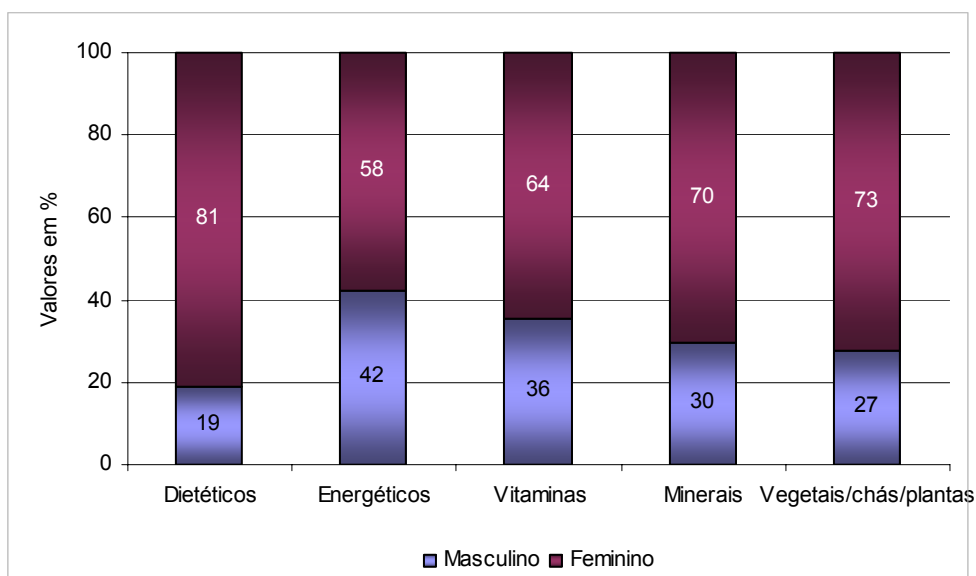
**Gráfico N – Utilização das categorias de suplementos alimentares, por regiões**



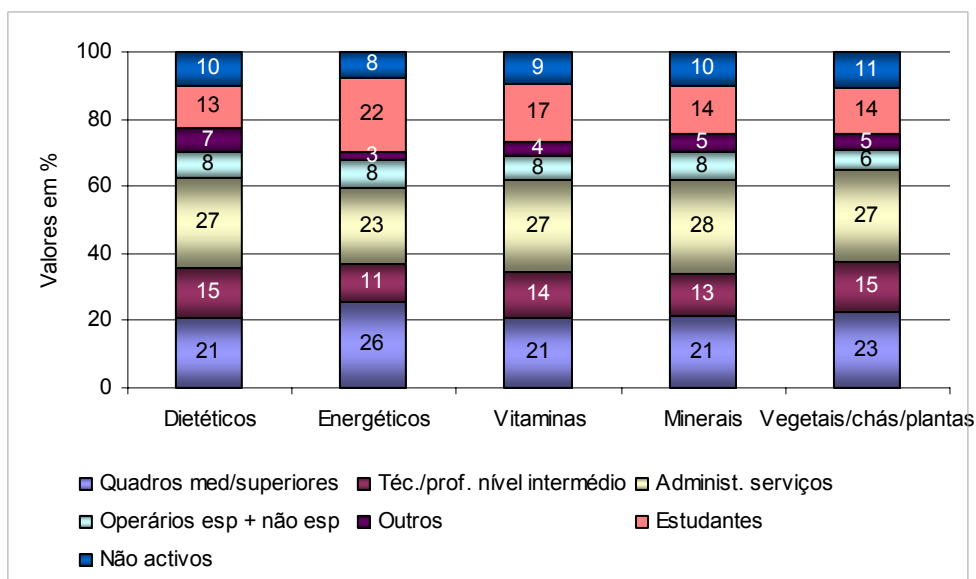
**Gráfico O – Utilização das categorias de suplementos alimentares, por faixa etária**



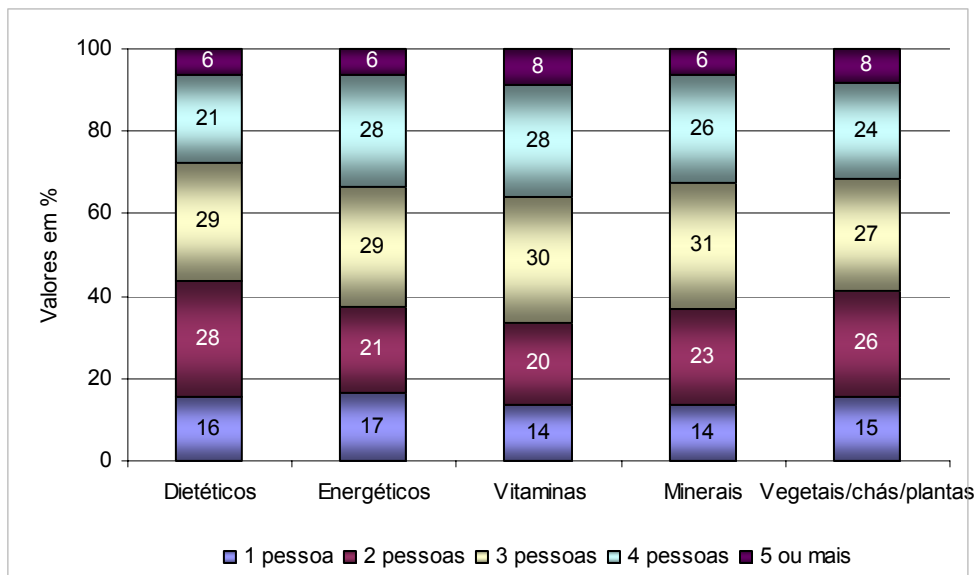
**Gráfico P – Utilização das categorias de suplementos alimentares por sexo**



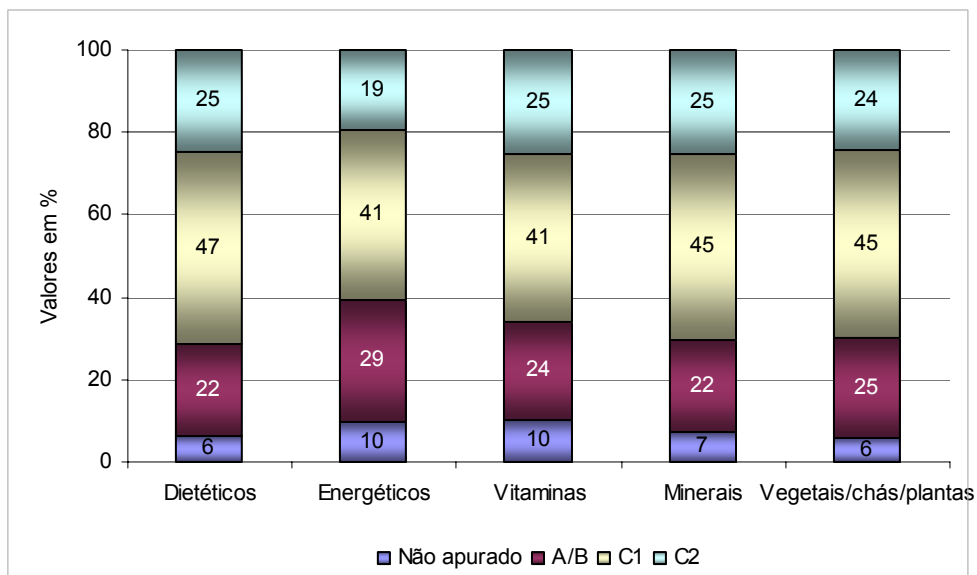
**Gráfico Q – Utilização das categorias de suplementos alimentares por profissão/ocupação**



**Gráfico R – Utilização das categorias de suplementos alimentares pela dimensão do agregado familiar**



**Gráfico S – Utilização das categorias de suplementos alimentares por estrato sócio – económico**



## Anexo 6 – Quadros de correlações

### Quadro 1 – Correlação entre ‘satisfação’ e ‘intenção de recompra’

Correlations

|   |                     | P.3.2 - Grau de satisfação global com os resultados dos suplementos alimentares | P.4.7 - Pensa voltar a comprar/utilizar suplementos alimentares |
|---|---------------------|---|---|
| P.3.2 - Grau de satisfação global com os resultados dos suplementos alimentares | Pearson Correlation | 1   | ,298(**)  |
|   | Sig. (2-tailed)     | .   | ,000  |
|   | N                   | 1008  | 1008  |
| P.4.7 - Pensa voltar a comprar/utilizar suplementos alimentares                 | Pearson Correlation | ,298(**)  | 1   |
|   | Sig. (2-tailed)     | ,000  | .   |
|   | N                   | 1008  | 1015  |

\*\* Correlation is significant at the 0.01 level (2-tailed).

### Quadro 2 – Correlação entre satisfação e valor gasto em suplementos alimentares

Correlations

|   |                     | P.3.2 - Grau de satisfação global com os resultados dos suplementos alimentares | newgastoSA |
|---|---------------------|---|------------|
| P.3.2 - Grau de satisfação global com os resultados dos suplementos alimentares | Pearson Correlation | 1   | ,090(*)    |
|   | Sig. (2-tailed)     | .   | ,023       |
|   | N                   | 1008  | 636        |
| newgastoSA  | Pearson Correlation | ,090(*)   | 1          |
|   | Sig. (2-tailed)     | ,023  | .          |
|   | N                   | 636   | 639        |

\* Correlation is significant at the 0.05 level (2-tailed).